

ISSN: 2595-7503

V.8 N.01 Jan/Dez. Ano 2024

Revista Eletrônica

**Anais da VIII**

**Mostra Acadêmica**

**Científica (MAC)**

**FATEC** IVP

## Editorial

Prezados Leitores

Apresentamos a seguir os resumos acadêmicos, produtos dos projetos integradores e resultados parciais e finais do Programa de Iniciação Científica – PIC (Edital 2024) da Faculdade de Tecnologia do Vale do Ivaí – FATEC Ivaiporã, apresentados na **VIII Mostra Acadêmica Científica (VIII MAC)**.

A **VIII Mostra Acadêmica Científica (VIII MAC) da FATEC** contemplou 232 resumos apresentados, distribuídos em seis categorias: Ciências da Saúde, Ciências Humanas e Sociais, Tecnologias, Gestão e Sustentabilidade, Ciências Jurídicas, Projetos Integradores, Relatos de Experiência.

Essa edição da **Revista Eletrônica FATEC Ivaiporã – REFI** também apresenta uma sessão com 08 artigos originais relacionados ao Direito.

A **REFI** é um dos componentes da pesquisa e extensão da FATEC. Por meio da Revista fortalecemos a divulgação dos trabalhos desenvolvidos por nossos discentes e docentes e comunidade acadêmica externa, cumprindo dessa forma, o papel da FATEC e da própria revista no desenvolvimento individual e coletivo dos autores, bem como no desenvolvimento da pesquisa em nossa região.

Boa leitura!

João Felipe Marques

Editor

# **ANAIS VIII MAC**

**1****CIÊNCIAS DA SAÚDE****Influência do contato pele a pele no tratamento do recém-nascido prematuro.****Autores:** Jaine Beatriz Souza**Orientador:** Mariana Nunes dos Santos Sismeiro

Estima-se que cerca de 11% dos nascimentos no território nacional ocorra de maneira precoce, tornando assim a prematuridade um grande problema de saúde no país, elevando taxas de internação em UTIs neonatais e por muitas vezes quebrando o vínculo entre mãe e bebê. Políticas de saúde como o método canguru através do contato pele a pele tem papel importante na recuperação e cuidado aos recém-nascidos pré-termo reduzindo taxas de infecção, estresse e dor. Entretanto mesmo com diversos benefícios comprovados a aderência em ambientes neonatais no Brasil ainda é baixo. Deste modo, o trabalho buscou analisar dificuldades enfrentadas na realização do método canguru, assim como compreender as diversas nuances que cercam a prematuridade. Foi realizada uma revisão bibliográfica em bases de dados e como norteador da pesquisa utilizou-se o Manual Técnico do Ministério da Saúde (MS) de “Atenção humanizada ao recém-nascido: Método canguru”. Pode-se observar que a falta de conhecimento da equipe sobre a importância do contato pele a pele e a falta de estrutura física dos hospitais são os maiores problemas enfrentados. O caminho para compreensão do método canguru como uma política de atenção pública dentro de unidades neonatais é longo, principalmente por ter que vencer o paradigma de um cuidado centralizado ao neonato e não à família envolvida. Apesar disso, é cada vez mais evidente a importância de olhar holístico para o recém-nascido e para os familiares.

**Palavras-chave:** prematuridade; método canguru; UTI neonatal.

**2****CIÊNCIAS DA SAÚDE****Percepções dos participantes sobre os programas de intervenção para homens autores de violência doméstica**

**Autores:** Fabiana Temoteo da Silva, Josimara Pereira dos Reis Malinowski, Vanilda Medina de Paiva

**Orientador:** Rodrigo Ramos Anuniação

O estudo examina as percepções dos participantes sobre os programas de intervenção para homens autores de violência doméstica na Comarca de São João do Ivaí, com o objetivo de avaliar a eficácia dessas iniciativas na redução da reincidência e na promoção de mudanças comportamentais. Utilizando uma abordagem mista, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e aplicado um questionário estruturado a seis participantes, permitindo a coleta de dados qualitativos e quantitativos. Os resultados revelam que a participação nos programas de intervenção teve um impacto positivo nas dinâmicas familiares, especialmente na melhoria da comunicação e no fortalecimento dos laços interpessoais. Todos os participantes afirmaram que recomendariam o programa a outros homens em situações semelhantes, reforçando o sucesso das metodologias aplicadas. No entanto, o estudo também aponta a necessidade de aperfeiçoamento contínuo dos programas, especialmente em termos de acompanhamento individualizado e intervenções mais personalizadas. A conclusão destaca a relevância dessas iniciativas no combate à violência de gênero, ao passo que sugere a importância de estudos futuros para avaliar a sustentabilidade dos efeitos das intervenções ao longo do tempo, visando aprimorar ainda mais a eficácia dos programas.

**Palavras-chave:** violência doméstica; intervenção; percepções dos participantes; mudanças comportamentais.

**3****CIÊNCIAS JURÍDICAS****Fake News e Seus Efeitos nos Processos Eleitorais Brasileiros****Autores:** Marcio Prado Da Silva**Orientador:** Tainara Conti

As fake news, ou notícias falsas, têm se tornado um problema crescente no contexto político, especialmente durante os processos eleitorais. A disseminação de informações inverídicas, muitas vezes com o objetivo de manipular a opinião pública, influencia diretamente o comportamento dos eleitores e as decisões políticas. Com o aumento do uso da internet e das redes sociais, esse fenômeno se intensificou, uma vez que essas plataformas facilitam a propagação rápida de conteúdos enganosos, dificultando a distinção entre o que é verdadeiro e o que é falso. A confiança no sistema eleitoral é colocada em risco, assim como a integridade das eleições. Este trabalho tem como objetivo investigar os impactos políticos e jurídicos das fake news nas eleições brasileiras, com ênfase nos pleitos presidenciais. A pesquisa busca demonstrar como a desinformação prejudica a imagem dos candidatos, distorce a percepção do eleitor e influencia os resultados eleitorais. Além disso, discute-se a resposta legislativa e judicial no combate às fake news, com foco nas iniciativas que visam garantir a equidade dos processos eleitorais. A metodologia empregada baseia-se em uma revisão bibliográfica de artigos acadêmicos, legislação pertinente e estudos de caso envolvendo desinformação. Utilizando o método dedutivo, a análise foca em aplicar conceitos teóricos a exemplos práticos, visando compreender o impacto real das notícias falsas no cenário político brasileiro. Conclui-se que as fake news representam uma séria ameaça à legitimidade do processo eleitoral, sendo essencial o desenvolvimento de políticas públicas e um debate científico aprofundado para enfrentar esse desafio de forma eficaz.

**Palavras-chave:** fake news; eleições; política; democracia; redes sociais.

**4****CIÊNCIAS JURÍDICAS****Herança digital: uma análise sobre a problemática sucessão de bens digitais.****Autores:** Kauane de Oliveira Pinto**Orientador:** Tainara Conti Peres

O acesso às redes sociais e pagamentos digitais tornou-se essencial na vida moderna, gerando uma quantidade significativa de dados e bens no mundo digital, como fotos, vídeos, NFTs e itens de jogos (skins). Esses ativos digitais possuem valor econômico e sentimental, surgindo como uma questão a ser resolvida após o falecimento do titular, denominada herança digital. Este estudo tem o objetivo de analisar a falta de legislação específica sobre a sucessão de bens digitais, suas implicações legais e éticas, e sua relevância para a sociedade contemporânea. A pesquisa é baseada em revisão bibliográfica de obras e artigos acadêmicos que oferecem uma base teórica sobre o conceito de herança digital, além da análise de decisões judiciais e jurisprudências relacionadas, revelando a necessidade de legislação específica. Durante o desenvolvimento do estudo, foram evidenciadas lacunas na legislação, gerando incerteza e desconhecimento por parte dos herdeiros. A ausência de normas claras no ordenamento jurídico brasileiro quanto à herança digital provoca grande insegurança tanto para os herdeiros quanto para o Judiciário. Essa falha aponta para a urgente necessidade de discussão e implementação de normas que garantam a proteção desses bens e a adequação do sistema jurídico às realidades da era digital.

**Palavras-chave:** herança digital; legislação; sucessão; ativos digitais; tecnologia.

5

**CIÊNCIAS JURÍDICAS****Aspectos da violência psicológica contra a mulher: uma análise do artigo 147 - b do código penal****Autores:** Patrícia Lucas Conti**Orientador:** Tainara Conti Peres

O presente resumo, tem como objetivo dissertar sobre a análise da violência de natureza psicológica que se manifesta nas relações familiares e domésticas, direcionada especificamente às mulheres. Posteriormente, é discutido o delito de violência psicológica contra mulheres, tipificado no artigo 147-B do Código Penal, o qual criminalizou essa conduta a partir do ano de 2021. Utilizando revisões bibliográficas na área jurídica e consulta às legislações pertinentes, adotando uma abordagem dedutiva, o objetivo é destacar os danos infligidos às vítimas desse tipo de violência, expondo de que forma isso impacta sua saúde e rotina, além de explorar as soluções legais existentes para a sua proteção. Os resultados obtidos por meio deste estudo demonstraram que a violência de natureza psicológica é um malefício que muitas vezes permanece oculto, assombrando o cotidiano das mulheres, apesar da inclusão do artigo 147-B no Código Penal, pois a eficácia jurídica dessa norma é limitada devido à falta de clareza e sua aplicação muitas vezes se revela inepto. Em última análise, conclui-se que uma investigação mais aprofundada sobre essa temática se faz essencial, com o propósito de aprimorar constantemente as leis e os mecanismos de proteção que são adequados para enfrentar e prevenir a violência psicológica.

**Palavras-chave:** violência psicológica; lei maria da penha; direito penal

6

**CIÊNCIAS DA SAÚDE****CONEXÕES HUMANAS NA JORNADA DA CURA - A RELEVÂNCIA DA COMUNICAÇÃO TERAPÊUTICA NA EXPERIÊNCIA DE PACIENTES INTERNADOS EM AMBIENTE HOSPITALAR****Autores:** Carine Neves dos Santos Lacerda, Carine Neves dos Santos Lacerda**Orientador:** João Felipe Marques da Silva

A comunicação terapêutica é essencial na assistência a pacientes hospitalizados, influenciando seu bem-estar e recuperação. Este trabalho investiga a importância das técnicas de comunicação utilizadas por enfermeiros, como empatia, escuta ativa e atenção, para fortalecer a relação com os pacientes e promover um cuidado centrado na individualidade. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, utilizando observação participante em um ambiente hospitalar. Foram analisadas interações entre 15 profissionais, com 66,7% técnicos de enfermagem, 26,7% enfermeiros e 6,7% médicos, fundamentando-se nas teorias de Hildegard Peplau e Carl Rogers. A Teoria de Peplau enfatiza a relação interpessoal, destacando a comunicação efetiva como essencial para o desenvolvimento de vínculos terapêuticos. Congruência e empatia são fundamentais para promover confiança no cuidado. A Teoria de Rogers foca na comunicação centrada no cliente, ressaltando empatia, aceitação incondicional e autenticidade como elementos-chave para uma relação terapêutica eficaz. Os resultados mostraram que 53,3% dos profissionais aplicam a teoria de Peplau, enfatizando congruência, enquanto 43,7% seguem a teoria de Rogers, priorizando empatia. Os principais eixos nas interações foram: empatia (9), aceitação incondicional (6) e congruência (8). Classificando o nível de comunicação, 33,3% descreveram como "pouca", 40% como "média" e 26,7% como "abundante", indicando que há pouco tempo para dialogar. A análise revela que comunicação eficaz está associada à satisfação dos pacientes e à promoção de um cuidado humanizado. Conclui-se que é crucial investir em capacitação para enfermeiros, visando aprimorar habilidades de comunicação e melhorar a qualidade do atendimento e o suporte emocional aos pacientes.

**Palavras-chave:** comunicação terapêutica; empatia; enfermagem; cuidado humanizado; relação paciente-profissional.

7

**CIÊNCIAS JURÍDICAS****A visão monocular e as dificuldades para a obtenção de benefício previdenciário na esfera administrativa do INSS.****Autores:** Guilherme Dias**Orientador:** Tainara Conti Peres

A visão monocular é classificada como deficiência pela legislação brasileira desde 2021; no entanto, no que diz respeito ao reconhecimento de incapacidade para a concessão de benefícios previdenciários, o INSS tem falhado miseravelmente em seus laudos administrativos, transtornando a vida de deficientes segurados brasileiros. Este trabalho tem como objetivo demonstrar a carência de controle administrativo da Autarquia Previdenciária e, ao mesmo tempo, mostrar que o Poder Judiciário se tornou um meio adequado para reverter decisões injustas que prejudicam a dignidade de muitas pessoas portadoras de visão monocular. A pesquisa baseou-se em análise acadêmica de livros e manuais do Direito Previdenciário, além de analisar julgados de Tribunais brasileiros que influenciaram a análise judicial a respeito da temática. A conduta do INSS tem prejudicado diversos segurados portadores da visão monocular. O remédio jurídico mais adequado, para garantir os direitos do segurado, tem sido o ajuizamento de ações judiciais na esfera judicial, onde a análise detalhada dos casos é conduzida de maneira criteriosa. Nesse processo, o laudo pericial é elaborado por um médico especialista, profissional capacitado para fornecer uma avaliação técnica precisa e imparcial da condição de saúde do requerente. Esse laudo é uma peça essencial para embasar a decisão do magistrado, que por sua vez fundamenta suas decisões com base nas evidências apresentadas, sempre buscando a justiça e a proteção dos direitos do segurado. Conclui-se, portanto, que, muito embora o INSS não reconheça com frequência a visão monocular como deficiência, na esfera judicial é possível buscar a equidade dos direitos do segurado brasileiro. A criação de normas mais específicas para a análise da deficiência por visão monocular na esfera administrativa do Ente Previdenciário é um meio de sanar a falta de critérios para a concessão dos benefícios previdenciários.

**Palavras-chave:** visão monocular; deficiência; INSS; benefícios; judiciais

**8****CIÊNCIAS JURÍDICAS****O sistema prisional brasileiro e as violações aos direitos humanos: Análise da superlotação e suas consequências.****Autores:** Nicole Haskell**Orientador:** Andrezza Damasceno Machado

O sistema prisional brasileiro enfrenta uma grave crise de superlotação, resultando em condições desumanas que violam os direitos fundamentais dos detentos. A falta de acesso a serviços básicos e a precariedade nas instituições penais colocam em risco a dignidade dos indivíduos privados de liberdade, além de comprometer a segurança pública e a eficácia do sistema de justiça. O presente estudo busca examinar essas violações e suas implicações para o sistema prisional e a sociedade, com o objetivo de analisar a relação entre a superlotação nas penitenciárias brasileiras e as violações aos direitos humanos, com ênfase nos impactos sobre a vida dos detentos, como a saúde mental, a falta de acesso a condições mínimas de dignidade e as dificuldades no processo de ressocialização. Além disso, pretende-se discutir as falhas estruturais que perpetuam a precariedade no sistema prisional e propor reformas para garantir o respeito aos direitos humanos. A pesquisa será conduzida com base no método teórico dedutivo, utilizando livros, artigos científicos e a legislação brasileira como fundamentação teórica. Conclui-se que a superlotação do sistema prisional brasileiro vai além de uma questão logística, sendo reflexo das desigualdades sociais e da falência das políticas penais. Reformas que promovam a dignidade humana e a ressocialização são imprescindíveis para mitigar os efeitos da superlotação, garantindo não apenas o respeito aos direitos dos detentos, mas também a promoção de uma sociedade mais justa e segura.

**Palavras-chave:** sistema prisional; superlotação; direitos humanos; condições prisionais; ressocialização.

9

**CIÊNCIAS JURÍDICAS****O trabalho home-office, técnicas para ajudar o trabalhador.****Autores:** Daniel Ramari da Silva**Orientador:** Tainara Conti ires

O trabalho na modalidade home-office vem ganhando cada vez mais espaço após a pandemia de Covid-19, com isto, são necessárias novas adaptações e aprimoramentos para não prejudicar a saúde física e mental dos trabalhadores. O presente trabalho tem como objetivo apresentar ao público práticas que ajudam a manter o bem-estar nesta nova modalidade, que difere em muitos aspectos do ambiente laboral tradicional. A pesquisa foi realizada através do método bibliográfico, trazendo informações contidas em revistas, jornais, livros e trabalhos científicos, de profissionais da saúde corporal e psicológica, tais como fisioterapeutas e psiquiatras, com diferentes abordagens sobre o tema. A adesão da modalidade home-office não contém um código de conduta tal como há nos ambientes empresariais, por isto é necessário orientar os trabalhadores com práticas como: ergonomia, a técnica Pomodoro, que consiste em 25 minutos de trabalho e 5 de pausa, gestão de tempo, técnicas de relaxamento, etc. Portanto, descobrir novas técnicas e regras de organização pessoal faz toda a diferença, haja vista que colabora com o rendimento no trabalho, elevando o nível do profissional mesmo que se encontre em um ambiente doméstico.

**Palavras-chave:** trabalho; saúde; técnicas; aprimoramento.

10

**CIÊNCIAS DA SAÚDE****Desafios do enfermeiro na Assistência à saúde indígena****Autores:** Maria Julia Pokozai Pedrassoli**Orientador:** João Felipe Marques da Silva.

A população indígena atual é resultado de uma transculturação que iniciou em 1500 com a chegada dos Portugueses ao Brasil. Representados na área da saúde pela Secretaria de Saúde Indígena (SESAI), criada em 2010. A saúde indígena é constituída por Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) que funcionam como a base organizacional desse sistema, e polos-base para a realização da assistência diretamente nas Aldeias Indígenas, funcionando como Unidades Básicas de Saúde que estão inseridas nas Comunidades Indígenas. O número de indígenas residentes no Brasil era de 1.693.535 pessoas, segundo o censo de 2022, o que representa 0,83% da população total do país, sendo divididos em 266 povos indígenas, falantes de mais de 150 línguas. Nesse contexto, essa pesquisa teve como objetivo identificar se há dificuldades enfrentadas pelo enfermeiro na assistência à saúde indígena, respondendo às seguintes questões: Quais as dificuldades enfrentadas pelos enfermeiros na assistência à saúde indígena? Trata-se de uma revisão integrativa da literatura realizada por meio de artigos científicos nacionais, levantados da base de dados SCIELO e BDEF e utilizando dos descritores: “enfermagem” e “saúde indígena”. Aplicados os critérios de exclusão, foram incluídos onze artigos para análise, publicados no período entre 2020-2023. Quanto às metodologias utilizadas, 65% correspondem a pesquisas qualitativas e estudos exploratórios. Os resultados foram organizados em três categorias, sendo elas: dificuldades culturais, geográficas e estruturais. Destaca-se a importância de um estudo para compreender as dificuldades enfrentadas pelo enfermeiro na assistência à saúde indígena, sendo necessário uma visão mais específica de como funciona a Saúde Indígena e como ela se difere de outras Unidades Básicas de Saúde.

**Palavras-chave:** atenção primária à saúde; saúde de populações indígenas; população indígena; Brasil

**11****CIÊNCIAS JURÍDICAS****Sharenting: e a Violabilidade do Direito da Personalidade da Criança e do Adolescente****Autores:** Milena Viana de Souza**Orientador:** Tainara Conte Peres

Com a nova realidade tecnológica, realizar postagens a todo momento tem se tornado algo habitual. Por isso, é comum abrir as redes sociais e visualizar diversas postagens que os pais realizam dos momentos de seus filhos, uma vez publicados, permanecem acessíveis tanto para o titular quanto para terceiros por um longo período. No entanto, o que muitos não sabem é que o excesso é conhecido como sharenting, a junção das palavras em inglês “share” (compartilhar) e “parenting” (paternidade). Isso pode representar um problema jurídico como a violação dos direitos de personalidade. O presente trabalho tem como objetivo analisar as repercussões do sharenting nos direitos da personalidade de crianças e adolescentes, avaliando a conformidade da legislação atual e as obrigações dos pais nesse cenário. Ademais, a metodologia utilizada envolve pesquisas bibliográficas de obras e artigos que fornecem uma base teórica sobre o tema sharenting para compreender suas consequências e repercussões com destaque o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Os resultados da pesquisa indicam que o sharenting pode ter um impacto negativo no desenvolvimento psicológico das crianças, interferindo em sua autoestima e formação de identidade. Apesar da existência de leis que buscam proteger esses direitos, ainda faltam ferramentas eficientes para gerenciar essa questão. Portanto, é fundamental que os pais tenham conhecimento dos riscos que estão colocando seus filhos ao promover o excesso de postagens nas redes sociais e promover um aprimoramento legal que responsabilize os pais e assegure a proteção completa das crianças no contexto digital.

**Palavras-chave:** sharenting; personalidade; violabilidade; responsabilidade; publicações.

**12****CIÊNCIAS JURÍDICAS****A Importância da Mediação como Método Alternativo de Resolução de Conflitos no Brasil.****Autores:** Isadora Rodrigues Feitosa**Orientador:** Tainara Conte Peres

O presente projeto aborda a relevância do direito na convivência social, ressaltando que, embora conflitos sejam naturais nas relações humanas, nem todos necessitam de resolução judicial. A Lei Nº 13.140, sancionada em 2015, estabelece a mediação no Brasil como uma alternativa para a resolução de conflitos, permitindo que as partes busquem soluções consensuais. A mediação é um processo voluntário que conta com a figura de um mediador imparcial, que facilita o diálogo e ajuda as partes a enxergarem diferentes perspectivas, criando um ambiente propício para a resolução. O mediador tem um papel fundamental, definindo regras, assegurando a confidencialidade e promovendo uma comunicação produtiva. Embora informal, a mediação está se tornando mais estruturada, incorporando práticas do sistema judicial, mas mantendo sua essência. Esse método oferece um espaço seguro para as partes expressarem suas necessidades, permitindo a construção de soluções que atendam aos seus interesses. A confidencialidade é um pilar crucial, garantindo que as informações trocadas permaneçam protegidas. A mediação busca não apenas um acordo, mas soluções que satisfaçam todos os envolvidos, enfatizando a autonomia das partes. O tempo do processo é determinado pelos participantes e geralmente envolve múltiplos encontros para facilitar um diálogo produtivo. Dessa forma, a mediação representa uma nova abordagem para a resolução de conflitos, promovendo a colaboração e a construção conjunta de soluções.

**Palavras-chave:** mediação; Lei Nº 13.140; diálogo; imparcialidade; autonomia das partes.

**13****CIÊNCIAS JURÍDICAS****A GERAÇÃO Z NO MERCADO DE TRABALHO: DESAFIOS E IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL.****Autores:** Maria Rita de Cassia Santos**Orientador:** Tainara Conte Peres

A Geração Z está entrando no mercado de trabalho com uma nova visão que desafia práticas tradicionais. Nascidos entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2010, os nativos digitais buscam ambientes flexíveis, inclusivos e que valorizem seu bem-estar e a convivência familiar. No entanto, muitos enfrentam estresse e ansiedade devido à pressão por resultados rápidos, metas inalcançáveis e à constante conectividade. Um estudo da CNN Brasil destaca que 68% das empresas têm dificuldades em se adaptar a essas novas demandas, o que resulta em desengajamento e alta rotatividade. A desconexão entre os valores da Geração Z e os modelos tradicionais de gestão vai além da forma de trabalho; ela também reflete em uma crescente preocupação com questões sociais e ambientais. Esta geração prefere trabalhar em empresas que adotam práticas sustentáveis e demonstram compromisso com a diversidade e inclusão social. Isso faz com que organizações que não se adaptam a esses valores corram o risco de perder talentos valiosos. Portanto, para atrair e reter essa geração, as empresas devem entender suas expectativas e implementar políticas que criem um ambiente acolhedor e inovador, incluindo oportunidades de desenvolvimento profissional, um ambiente colaborativo e equilíbrio saudável entre vida pessoal e profissional. A adoção de tecnologias que facilitem a colaboração e a comunicação também é essencial. Ao priorizar o bem-estar dos colaboradores e a inclusão, as empresas não apenas aumentam a satisfação dos jovens profissionais, mas também fomentam um ambiente propício à criatividade e à inovação.

**Palavras-chave:** geração Z; saúde mental; cultura organizacional.

14

**CIÊNCIAS JURÍDICAS****Cláusula Resolutiva no Contrato de Compra e Venda de Imóveis****Autores:** Sabrina Rodrigues Ferreira da Silva, Sabrina Rodrigues Ferreira da Silva**Orientador:** Tainara Conti Peres

A cláusula resolutiva é um importante instrumento jurídico no contexto da compra e venda de imóveis, permitindo a extinção do contrato de forma antecipada em caso de descumprimento por uma das partes. Essa cláusula funciona como uma condição que, quando não é cumprida, autoriza a parte prejudicada a rescindir o contrato, retornando ao status anterior à negociação, sem necessidade de ação judicial. Isso proporciona uma proteção essencial para o vendedor, que pode garantir o recebimento do preço combinado, e para o comprador, que se resguarda de compromissos que não estão sendo respeitados. O objetivo deste estudo é analisar a natureza, a aplicação e as implicações jurídicas da cláusula resolutiva nos contratos de compra e venda de imóveis, destacando sua relevância no Código Civil Brasileiro, especialmente no artigo 475, que trata da resolução por inadimplemento. A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica, com foco no Código Civil de 2002 e em jurisprudências que abordam a cláusula resolutiva em contratos imobiliários. Foram vistos casos práticos que evidenciam sua aplicação, revelando que a cláusula resolutiva proporciona um mecanismo eficaz para a resolução de conflitos, permitindo que a parte prejudicada busque a rescisão do contrato sem a necessidade de recorrer ao judiciário. Essa cláusula é particularmente relevante em transações imobiliárias, onde valores elevados e expectativas de longo prazo estão em jogo, tornando crucial a proteção dos direitos das partes envolvidas. Por fim, a cláusula resolutiva é essencial para garantir a segurança jurídica nas relações contratuais no setor imobiliário, assegurando que os compromissos assumidos sejam cumpridos. Recomenda-se a inclusão de cláusulas resolutivas claras e específicas nos contratos de compra e venda de imóveis, a fim de evitar ambiguidades e proteger os direitos dos envolvidos.

**Palavras-chave:** cláusula resolutiva; compra e venda de imóveis; rescisão de contrato; código civil; segurança jurídica.

15

**CIÊNCIAS JURÍDICAS****A ineficiência prática das medidas protetivas previstas na lei Maria da Penha.****Autores:** Nicole Yaiko Andreia Soares**Orientador:**

Este trabalho analisa a ineficácia das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) e a responsabilidade do Estado na proteção das mulheres vítimas de violência doméstica. A Lei Maria da Penha é um marco na luta contra a violência doméstica no Brasil, criando políticas para proteger as mulheres. No entanto, sua aplicação prática apresenta falhas que comprometem a proteção das vítimas. A pesquisa investiga as causas dessa ineficácia e os desafios na implementação das medidas protetivas, destacando as implicações para as mulheres e suas famílias. O objetivo é analisar os fatores que contribuem para a ineficácia das medidas protetivas da Lei. De forma específica, busca-se explorar a Lei 11.340/2006, apresentar conceitos centrais sobre as medidas protetivas e identificar as deficiências na sua implementação, destacando a responsabilidade do Estado. A pesquisa adota uma abordagem descritiva, analisando desafios e falhas na implementação das medidas protetivas da Lei Maria da Penha, com base em revisão bibliográfica da legislação e estudos sobre a eficácia dessas medidas. A coleta de dados foi realizada em bases digitais, permitindo uma análise comparativa das fontes. A análise aponta que, apesar das medidas protetivas previstas, sua aplicação prática enfrenta vários obstáculos, como falta de supervisão no cumprimento das medidas, limitações de recursos das autoridades policiais e ausência de programas de apoio para as vítimas. Além disso, a retirada de queixas pelas próprias vítimas e a falta de mecanismos de monitoramento eficazes agravam a situação, contribuindo para a ineficácia das medidas. A pesquisa conclui que a responsabilidade do Estado é fundamental, pois as falhas na implementação comprometem a segurança e os direitos das mulheres vítimas de violência.

**Palavras-chave:** lei maria da penha; medidas protetivas; violência doméstica; ineficácia

16

**PROJETO INTEGRADOR****Temperos desidratados**

**Autores:** Gabriel Alves Martins, Alisson Ryan Bernado Arrudo, Luiz Antônio Messias de Oliveira, Kauan José Cano de Queiroz, Gustavo Framartino da Silva Pereira

**Orientador:** Sandro Martins de Oliveira

Os temperos naturais estão cada vez mais acessíveis e populares devido aos seus benefícios à saúde. Amplamente utilizados na culinária, medicamentos e chás, eles oferecem uma alternativa saudável aos temperos industrializados. Quanto menos processados, mais saudáveis se tornam, o que tem incentivado o cultivo caseiro. Muitas pessoas têm adotado essa prática, contribuindo para uma produção sustentável e consciente. Diversos métodos de cultivo e conservação foram desenvolvidos para otimizar o uso desses temperos, promovendo uma alimentação mais saudável. Uma combinação seca de alho, salsinha, cúrcuma e colorau é bastante versátil, podendo ser utilizada em carnes, aves, sopas, arroz e legumes. Esses temperos proporcionam uma variedade de sabores que pode ser ajustada conforme as proporções utilizadas. Além disso, sua forma seca facilita o armazenamento e aumenta a durabilidade, tornando-os uma escolha prática na cozinha. O colorau, extraído do urucum, é conhecido pelo seu forte tom vermelho e por conter flavonoides e vitaminas. O alho, com mais de 6 mil anos de uso, é rico em antioxidantes, sendo benéfico para o sistema cardiovascular. A salsinha, originária do Mediterrâneo, oferece vitaminas e propriedades anti-inflamatórias, embora gestantes devam evitar o consumo excessivo. Já a cúrcuma, vinda da Ásia, destaca-se por suas propriedades anti-inflamatórias. O cultivo de temperos naturais busca desenvolver alternativas saudáveis e sustentáveis aos produtos industrializados, valorizando ingredientes locais. Técnicas de secagem e conservação são aplicadas para melhorar a qualidade e o sabor dos alimentos, evitando o uso de conservantes artificiais. Esses temperos, além de realçar o sabor, trazem benefícios nutricionais, como o apoio à saúde digestiva e imunológica, promovendo uma alimentação mais consciente.

**Palavras-chave:** temperos secos; conservação de alimentos; produção sustentável; ingredientes naturais.

17

**CIÊNCIAS DA SAÚDE****A Importância do Parto Humanizado para Mães e Bebês.****Autores:** Thâmily Felizardo Lima**Orientador:** Mariana Nunes dos Santos Sismeiro

O parto humanizado é uma abordagem que prioriza a autonomia da mulher e respeita a fisiologia do nascimento, buscando criar um ambiente acolhedor e seguro. Este modelo contrasta com o tradicional, que tende a medicalizar o processo, enfatizando a importância de uma experiência positiva para mães e bebês. O objetivo deste trabalho é analisar a importância do parto humanizado, focando no impacto do suporte de doulas e profissionais de enfermagem obstétrica na experiência do parto e no bem-estar materno e neonatal. A pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa, envolvendo uma revisão sistemática da literatura e entrevistas semiestruturadas. A revisão, realizada de março a junho de 2024 em bases como PubMed e SciELO, selecionou 8 artigos revisados por pares. As entrevistas foram realizadas online com mães que vivenciaram o parto humanizado e enfermeiras obstétricas nas cidades de Ivaiporã e São João do Ivaí-PR. Os resultados revelaram uma diversidade de experiências entre as participantes. Muitas relataram satisfação com o parto natural, destacando a importância do apoio emocional das doulas e da assistência qualificada das enfermeiras. No entanto, desafios como a falta de recursos e a resistência a práticas humanizadas foram mencionados. A presença de doulas foi considerada essencial para o alívio da dor e a redução da ansiedade, promovendo um ambiente mais acolhedor. O estudo evidencia que o parto humanizado oferece benefícios significativos para a saúde física e emocional de mães e bebês. Apesar das barreiras na implementação dessa abordagem no Brasil, é fundamental investir na formação contínua de profissionais de saúde e em políticas públicas que fortaleçam a assistência humanizada. O cuidado integral durante o parto deve ser prioridade, garantindo experiências seguras e gratificantes, além de fortalecer o vínculo afetivo entre mães e bebês.

**Palavras-chave:** apoio profissional; autonomia da mulher; parto humanizado

**18****PROJETO INTEGRADOR****Conscientização do Autocuidado no Paciente Diabético****Autores:** Gabriela Schirmer, Elisa Maria Pacheco Sacchelli Gil, Geovana Boeing Bobek**Orientador:** Tatiane Borzuk da Fonseca

O diabetes é uma doença crônica que afeta milhões de pessoas em todo mundo, exigindo não apenas tratamento médico, mas também um comprometimento dos pacientes com seu autocuidado. A educação em saúde é fundamental nesse processo, pois educa os pacientes a tomarem decisões conscientes sobre seu tratamento. Este projeto tem como objetivo incentivar e abordar as práticas de autocuidado do paciente diabético, promovendo o conhecimento sobre a doença, a importância da alimentação saudável, o uso correto das medicações e também instruir sobre o cuidado adequado dos pés. Pacientes bem informados tem maior adesão a tratamentos, melhor controle da alimentação e com isso menor risco de complicações. Esta educação em saúde será no formato de ciclo de roda de conversas com a comunidade portadora do diabetes da UBS Central e será realizada no colégio Santa Olga. As rodas de conversas serão desenvolvidas por meio de metodologias ativas, com participação dos integrantes na forma de quiz, buscando verificar os conhecimentos prévios dos pacientes portadores do diabetes, também serão realizados sorteios de brindes, kit de cuidado com os pés, e será ofertado um lanche saudável ao final do ciclo de conferência. Os resultados esperados deste projeto incluem um maior comprometimento dos pacientes diabéticos com o autocuidado, por meio da educação em saúde, para que os pacientes possam adquirir uma compreensão mais profunda e clara sobre o diabetes e suas complicações. Aumentando a adesão ao tratamento, especialmente a alimentação saudável e aos cuidados diários com os pés. Além disso o formato de roda de conversa deve promover um ambiente de troca de experiências entre os pacientes, incentivando o aprendizado e a criação de uma rede de apoio dentro da comunidade. Ao incentivar o autocuidado o projeto contribuirá para uma melhoria na qualidade de vida a longo prazo.

**Palavras-chave:** autocuidado; diabetes; educação em saúde

19

**CIÊNCIAS DA SAÚDE****CARACTERIZAÇÃO DOS RESIDENTES NA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS DE IVAIPORÃ - LAR SANTO ANTÔNIO****Autores:** Caroline Eduarda Oliveira Chagas, Maria Eduarda dos Anjos**Orientador:** Mariana Nunes dos Santos Sismeiro

O Brasil vem experimentando um processo de envelhecimento populacional que impõe desafios para atender às necessidades dos idosos, visto que, conforme a população envelhece, aumenta a procura por instituição especialmente os dependentes funcionais. Nesse cenário, as instituições de longa permanência para idosos (ILPI) podem ser importantes para prover auxílio e amparo a esse grupo populacional e seus familiares. O objetivo deste estudo é caracterizar o perfil dos idosos institucionalizados em ILPI, levando em consideração suas condições clínicas e psicossociais. Foi também analisada a qualidade e a adesão dos profissionais ao preenchimento de informações no prontuário dos internos, assim como avaliar a funcionalidade, finalidade, composição e contribuição do prontuário a ILPI. Os dados provêm de uma pesquisa realizada por meio de um questionário entre a enfermeira e a assistente social em relação aos 53 idosos institucionalizados. Observou-se maior incidência masculina na instituição sendo a maior parte por miséria e abandono e em segundo lugar por problemas mentais e físicos, ficou notório também a falta de preparo das ILPIs diante a documentação dos pacientes, visto a necessidade de uma maior organização para melhor prestação de serviço a essa população. A pesquisa destaca a crescente demanda por ILPIs, especialmente para idosos em vulnerabilidade, como abandono e problemas de saúde. Observa-se a necessidade urgente de melhorias na organização e preenchimento de prontuários, fundamentais para garantir um atendimento mais eficaz e humanizado. Além disso, investir na capacitação dos profissionais e na estruturação da documentação são essenciais para aprimorar a qualidade do cuidado oferecido aos idosos institucionalizados.

**Palavras-chave:** idoso; institucionalização; envelhecimento; ILPI

20

**CIÊNCIAS DA SAÚDE****A SOBRECARGA EMOCIONAL DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM:****Estratégias de resiliência e bem-estar no ambiente hospitalar.****Autores:** Letícia de Oliveira Pires, Maricleusa Martins Grossi**Orientador:** Eliceia Maibuk

Com o objetivo de desenvolver estratégias que proporcionem o bem-estar da equipe de enfermagem do ambiente hospitalar de Jardim Alegre – PR, este trabalho se apresentou como uma alternativa às diversas patologias dos profissionais de enfermagem, que são desencadeadas, entre outras coisas, por meio do estresse no ambiente de trabalho. Desse modo, foi idealizada e implantada uma “sala de bem-estar” no referido hospital, que funciona como local tranquilo e regenerador aos profissionais de enfermagem que ali atuam. A sala conta com pintura clara, ambiente climatizado, iluminação, móveis confortáveis, espaço para café, decorações, entre outros objetos que visam proporcionar aconchego e paz no momento de descanso dos profissionais. A pesquisa realizada se caracteriza como qualitativa e de cunho interpretativo, onde os instrumentos de coleta das informações foram os registros escritos dos profissionais e fotos. Assim, os profissionais responderam a um questionário antes da implantação da sala, utilizaram o espaço durante o período de 30 dias e responderam a outro questionário pontuando os pontos positivos e negativos. Os resultados indicam que a sala de bem-estar teve um impacto positivo na qualidade de vida desses profissionais, por proporcionar um ambiente propício ao descanso e a saúde psicológica. Vale ressaltar que mesmo o prazo da pesquisa tendo se encerrado e dados os resultados satisfatórios, a sala de bem-estar seguirá como projeto do hospital para os profissionais.

**Palavras-chave:** enfermagem; estresse; bem-estar; saúde emocional.

21

**CIÊNCIAS DA SAÚDE****MOTIVAÇÕES PARA BEBER E FUMAR: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE GERAÇÕES****Autores:** Brendha Milao de Oliveira, Luany Manoela Pereira Marqueti**Orientador:** Rodrigo Ramos Anunciação

O presente estudo busca compreender a motivação do uso excessivo de substâncias lícitas, focando no álcool e cigarro. Por meio dessa análise, foi possível perceber elementos comparativos entre as gerações mais antigas e atuais na forma de lidar com esse fenômeno. Através da história nota-se que o uso dessas substâncias vem de contextos religiosos e de práticas que aumentam a desenvoltura do indivíduo no meio social. Destaca-se que o Alcoolismo e o Tabagismo, por sua vez, é apresentado como uma porta de entrada para a iniciação do uso de outras drogas, que também se intensifica pela glamourização na cultura, onde especialmente os jovens estão inseridos. Também é possível notar o desencadeamento de doenças psicológicas severas associadas ao uso contínuo do álcool e do cigarro. Esse estudo foi realizado por meio do método quali-quantitativo, isto é, foi utilizado um questionário de perguntas qualitativas e quantitativas online através da plataforma do Google Forms, com divulgação em redes sociais da internet, onde propunha a investigação da motivação por trás do consumo exacerbado dessa substância. Após coleta de dados fora realizado uma análise e discussão das respostas obtidas, a qual apontou-se algumas evidências a respeito da temática. Na conclusão do trabalho houve a percepção a respeito do consumo dessas substâncias em relação ao passado, descrito na literatura, e o presente, coletado nos dados da pesquisa, onde percebe-se que no passado o uso dessas substâncias era controlado e em situações específicas, como em comemorações e ritos religiosos, já no presente o uso de tais substâncias parece estar associado a uma prática glamurosa, trazendo uma imagem de sofisticação e rebeldia, incitada pelos meios de comunicação e grupos sociais, o que também se torna-se uma válvula de escape frente a fugas de problemas. De modo geral, ressalta-se a necessidade de promoção de uma educação que promova a saúde, desmistificando a imagem que o uso dessas substâncias traz.

**Palavras-chave:** álcool, cigarro, substâncias lícitas, gerações.

22

**TÉCNOLOGIAS GESTÃO E SUSTENTABILIDADE****Avaliação da Reação do Solo a Diferentes Tratamentos Orgânicos e Minerais no Núcleo de Práticas Agronômicas da FATEC****Autores:** Eduarda Testa Antunes, Leonarda Barbosa Andrade, Igor Giovanni dos Santos Bento**Orientador:** Silmara Rodrigues Pietrobelli

O manejo adequado do solo é crucial para a produtividade agrícola, sendo necessário entender como diferentes tratamentos influenciam suas propriedades químicas, físicas e biológicas. Este trabalho teve como objetivo analisar a reação de amostras de solo tratadas com compostos orgânicos e minerais quando expostas ao peróxido de hidrogênio, visando verificar variações na atividade química e biológica e determinar o efeito dos tratamentos. Foram coletadas cinco amostras de solo do Núcleo de Práticas Agronômicas da FATEC – Faculdade de Tecnologia do Vale do Ivaí, entre 10 a 20 cm de profundidade. As amostras foram retiradas de canteiros com os seguintes tratamentos: amostra 1 sem tratamento; amostra 2 com calcário, esterco equino e feno; amostra 3 com esterco bovino, calcário, folha triturada e pó de serra; amostra 4 com esterco bovino e calcário; e amostra 5 com esterco de aves. No laboratório de solos, foram pesados 20 gramas de cada amostra e adicionados 20 mL de água oxigenada (3%, 10 volumes). Imediatamente, observou-se a formação de bolhas, indicativas da decomposição de matéria orgânica e da presença de microrganismos ativos, em função da ação da catalase e da oxidação de compostos orgânicos. A reação variou conforme o tratamento do solo: a amostra 1 apresentou pouca ou nenhuma reação, enquanto a amostra 3 mostrou a maior liberação de bolhas, sugerindo maior atividade orgânica ou disponibilidade de matéria orgânica em decomposição. As demais amostras apresentaram reações moderadas. Os resultados indicam que o tratamento com compostos orgânicos e minerais influencia diretamente a reatividade do solo, com a amostra 3 sendo a mais reativa. Isso sugere que a combinação de esterco, calcário, folhas trituradas e pó de serra pode aumentar a atividade biológica e química do solo, sendo relevante para o manejo sustentável e a melhoria das propriedades do solo em hortas e práticas agronômicas.

**Palavras-chave:** solos; tratamentos orgânicos; reação química; peróxido de hidrogênio

23

**CIÊNCIAS DA SAÚDE****A queda da imunização em crianças de 0 a 12 meses no município de Ivaiporã****Autores:** Hellen Carolina Pavan Alves, Quezia Emanuelle Geronimo da Silva**Orientador:** Paulo Roberto Nunes de Goes

A vacinação é uma intervenção fundamental na prevenção de doenças, promovendo a imunidade ativa através da produção de anticorpos após a introdução de agentes patogênicos. Desde a primeira vacina contra a varíola, criada por Edward Jenner em 1796, a vacinação em massa tem sido eficaz na eliminação de agentes infecciosos, levando à erradicação da varíola em 1980. No entanto, a hesitação em relação à vacinação, que se iniciou com o movimento antivacina do século XIX e na Revolta da Vacina no Brasil em 1904, destaca a importância de compreender as barreiras à imunização. Este estudo teve como objetivo identificar as lacunas vacinais em crianças de 0 a 12 meses no município de Ivaiporã, focando nas vacinas BCG, Febre Amarela, Pneumocócica 10, Meningocócica C, Pentavalente e Vacina Inativada Poliomielite (VIP). Utilizando uma pesquisa qualitativa com dados do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SIPNI), foram coletadas informações sobre a vacinação dessa faixa etária, com autorização da secretaria de saúde. A análise revelou déficits no cumprimento do calendário vacinal, identificando crianças que não estavam com a vacinação em dia. Os dados mostraram uma queda significativa nas coberturas vacinais entre 2018 e 2023: a Febre Amarela passou de 94,5% para 87,3%, a Pentavalente de 99% para 86,7%, e a VIP de 98,7% para 89,4%. Por outro lado, algumas vacinas apresentaram aumento, como a BCG, que subiu de 97,7% para 103%, e a pneumocócica 10, que foi de 96,2% para 112,8%. Esses resultados indicam a necessidade urgente de ações para reverter as quedas nas coberturas. Em conclusão, a vacinação é vital para a saúde infantil, mas os dados de Ivaiporã revelam preocupantes déficits em vacinas essenciais como a Febre Amarela, Pentavalente e a VIP. É essencial implementar campanhas específicas com enfoque nas vacinas deficitárias para a conscientização garantindo que todas as crianças estejam adequadamente imunizadas, protegendo assim a saúde coletiva.

**Palavras-chave:** vacinação; cobertura vacinal; imunização infantil

24

**CIÊNCIAS DA SAÚDE****Uso de Canabidiol em cuidados paliativos: benefícios terapêuticos.****Autores:** Caroliny Aparecida Rodrigues, Não há.**Orientador:** Paulo Roberto Nunes de Goes

A Cannabis sativa, popularmente conhecida como “maconha” é uma planta responsável por produzir um extrato chamado de Canabidiol. Esse, utilizado a milhares de anos por diversos povos antigos. Esse extrato vem ganhando notoriedade no ramo medicinal em relação às vantagens que vem trazendo para doenças como câncer, esclerose múltipla, depressão, Síndrome de Tourette, dentre outras. O objetivo deste trabalho foi analisar as evidências científicas sobre o uso terapêutico do Canabidiol (CBD). Foi realizada revisão de trabalhos científicos, livros, documentos oficiais de regulamentação da ANVISA e do Ministério da Saúde. Seu uso demonstrou diversos benefícios para os pacientes em cuidados paliativos. Foi comprovado que esse medicamento não causa danos colaterais fortes como os opioides, além de trazer traços para o não aumento do câncer, sendo também um ótimo antitumoral e excelente analgésico. O crescimento de pesquisas e do ramo da indústria farmacêutica está cada vez mais interessado em fabricar esse medicamento fitoterápico. Com isso, há um aumento dos extratos fabricados por indústrias não confiáveis, levando ao paciente buscar o meio de tratamento mais barato, porém duvidoso. Risco esse que interfere na saúde e no bem estar, e muitas vezes atrapalhando o tratamento correto, trazendo efeitos indesejáveis, pois a Cannabis não produz apenas o extrato de Canabidiol, mas também, o Tetrahydrocanabidiol que já é considerado um extrato mais agressivo. Contudo, há a comprovação que de o Canabidiol é um ótimo aliado para o conforto e segurança dos pacientes. Após análise foi possível concluir que está ocorrendo aumento no número de pacientes usuários desse medicamento, bem como uma aderência maior dos profissionais de saúde ao querer saber e indicar o Canabidiol. Há uma acessão maior do Ministério da Saúde e da Anvisa ao aprovar leis e resoluções sobre a liberação dos medicamentos.

**Palavras-chave:** benefícios; canabidiol; cuidados paliativos.

25

**CIÊNCIAS DA SAÚDE****OS INDICES E O PAPEL DO ENFERMEIRO NA PREVENÇÃO DA INTOXICAÇÃO POR AGROTÓXICOS****Autores:** Maria Eduarda Ferreira Soave, Maria Eduarda Ferreira Soave**Orientador:** Paulo Roberto Nunes de Goes

Em meados do século XX houve um avanço na produção agrícola e desenvolvimento de substâncias químicas, inicialmente esses produtos eram vistos como uma solução para aumentar a produção de alimentos, porém, ao longo do tempo foi surgindo a preocupação a respeito dos impactos que o uso inadequado poderia trazer para a população e o meio ambiente, atualmente é indispensável o uso desses produtos químicos na agricultura, pois auxiliam no combate de pragas. O objetivo deste estudo é analisar os dados de notificações de intoxicações por agrotóxicos do DATASUS em diferentes mesorregiões do estado do Paraná, no período de 2014 a 2023, buscando apresentar o papel do enfermeiro na prevenção das intoxicações. Foi realizado um estudo com base nas notificações de intoxicações por agrotóxicos dos anos de 2014 a 2023 do estado do paraná, de acordo com o DATASUS. De acordo com o estudo nos anos de 2014 a 2023 a região do estado do Paraná que mais se destacou no número de casos foi a região Norte Central. A região do Vale do Ivaí pertence a região Norte Central que é a região onde ocorreram os maiores índices de intoxicações por agrotóxicos. O Vale do Ivaí foi responsável por 31% dos casos de intoxicação da região norte central. Foram registrados 392 casos de intoxicações por agrotóxicos no vale do Ivaí, este número de intoxicações quando comparado a outras regiões do estado demonstra ser um valor consideravelmente alto, já que este valor é maior que a quantidade de intoxicações na região Noroeste, 379 casos no mesmo período. Conclui-se que o papel do enfermeiro é essencial na identificação precoce das intoxicações e na implementação de medidas educativas e preventivas, especialmente nas Unidades Básicas de Saúde. Além de garantir a notificação adequada dos casos, o enfermeiro atua diretamente na conscientização das comunidades, ajudando a reduzir os riscos e promovendo a saúde em regiões de alta exposição a agrotóxicos como a região do Vale do Ivaí.

**Palavras-chave:** enfermagem; agrotóxicos; agricultura.

**RELATOS DE EXPERIÊNCIAS****Permanência de mulheres em lares onde ocorre violência doméstica****Autores:** Julia Tonassi Zanoni, Laura Stefany Furtuozo Sudak**Orientador:**

A violência doméstica é um problema social grave e recorrente, que afeta milhões de mulheres diariamente, causando danos físicos e psicológicos. Muitas dessas mulheres acreditam que suas situações têm justificativas, o que contribui para sua permanência em relacionamentos abusivos. Embora existam amparos jurídicos, como a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que visa proteger mulheres em situação de violência e punir agressores, a realidade ainda é alarmante. Desde sua promulgação, a lei foi aprimorada, incluindo a tipificação do feminicídio e a violência psicológica, mas a implementação efetiva e a conscientização social continuam sendo desafios significativos. Mesmo com essas legislações, muitas mulheres se sentem obrigadas a permanecer em lares abusivos, frequentemente devido a crenças religiosas que reforçam a ideia de que a família deve ser preservada a qualquer custo. Pressões sociais e culturais podem levar à aceitação da violência como parte da convivência. Além disso, o apego emocional aos parceiros, que se torna um vínculo profundo, muitas vezes alimenta a esperança de mudança, levando as vítimas a crer que a situação irá melhorar. Os fatores financeiros e a falta de estudo também desempenham papéis cruciais. Muitas mulheres dependem economicamente de seus parceiros, o que as impede de buscar autonomia e de se afastar de situações abusivas. Essa dependência é muitas vezes exacerbada pela ausência de oportunidades de educação e trabalho, resultante de anos dedicados aos cuidados da casa e da família. Por essas razões, muitas mulheres não se sentem encorajadas a denunciar seus agressores. A luta contra a violência doméstica deve continuar, promovendo conhecimento e acolhimento às vítimas, e incentivando-as a romper o silêncio. É fundamental que todas as mulheres tenham acesso a uma vida digna, livre de violência, e que a sociedade se una para apoiar essa causa.

**Palavras-chave:** violência doméstica; mulher; vítimas

27

**CIÊNCIAS DA SAÚDE****A eficácia da terapia em grupo no tratamento de ansiedade em adultos – uma análise comparativa.**

**Autores:** Vanessa Francini de Petriz, Kethellyn Schenekemberg Boaron, Ana Caroline Patera de Jesus, Kauane kmiecik de souza, Ana Paula dos Santos, Hérick Fernando de Souza Silvestre, Ketilin Kauane da Silva, Eric Cobianchi Martins, Gabriele Alves de Souza Americo, Vitor Hugo Viera de Alvareng

**Orientador:** Rodrigo Ramos Anuniação

O projeto desenvolvido no Posto de Saúde São Luis, da cidade de Ivaiporã - PR, teve como objetivo avaliar a eficácia de rodas de conversa no manejo de sintomas de ansiedade em adultos. Com o aumento significativo dos transtornos de ansiedade na sociedade contemporânea, especialmente em contextos de saúde pública, torna-se urgente a busca por intervenções acessíveis e eficazes. As rodas de conversa constituem uma estratégia que alia suporte psicológico e promoção de bem-estar em um ambiente coletivo, no qual os participantes têm a oportunidade de compartilhar experiências e aprender técnicas de enfrentamento para lidar com os seus sintomas. A intervenção seguiu o método de encontros semanais, organizados em torno de temas centrais como identificação dos sintomas de ansiedade, técnicas de relaxamento, mindfulness, controle da respiração, manutenção de bem-estar e entre outros. Além disso, as rodas trouxeram um método de dinâmicas grupais, o que enriqueceu as discussões e ampliou a troca de vivências. Durante o processo terapêutico, os participantes foram convidados a refletir sobre os fatores desencadeantes da ansiedade e sobre como o pensamento disfuncional pode agravar os sintomas. As atividades contaram com a presença de psicólogos que atuam em instituições públicas da sociedade, o psicólogo do CAPS e a Psicóloga no AME, assegurando a qualidade do processo terapêutico e a ética na condução das intervenções. Os resultados, avaliados por questionários aplicados antes e após as sessões, indicaram uma diminuição significativa nos níveis de ansiedade dos participantes, além de uma maior capacidade de manejo dos pensamentos persistentes e disfuncionais. Observou-se, ainda, um fortalecimento das redes de apoio entre os membros do grupo, o que contribuiu para a redução do estigma em torno dos transtornos mentais e para a promoção de um ambiente acolhedor e inclusivo.

**Palavras-chave:** psicoterapia; grupo; ansiedade; adultos; análise.

**28****PROJETO INTEGRADOR****O estresse no trabalho**

**Autores:** Eliane do Nascimento Matos, Aline Sabino da Silva, Aline Aparecida Salamaia, Eliane do Nascimento Matos, Lia Mara Leal de Souza Schiroff, Stella Maria da Silva Caetano

**Orientador:** Rodrigo Ramos Anunciação

Primeiramente o projeto em questão faz uma breve explanação sobre o conceito de estresse, enfatizando que até o século XX o termo se relacionava a fadiga, cansaço dentro outros desgastes, no decorrer do estudo o projeto identifica os estímulos estressores dentro do ambiente de trabalho e por conseguinte ele apresenta possíveis maneiras de proporcionar melhor qualidade de vida ao trabalhador. O projeto foi elaborado mediante a problemática encontrada em diversos ambientes de trabalho em relação aos inúmeros casos de estresse. Foi elaborado um questionário quali quantitativo que foi aplicado na Clínica de psicologia Santa Rita, localizada na cidade de Ivaiporã aonde 25% dos entrevistados disse ter influência de estressores no ambiente de trabalho.

**Palavras-chave:** estresse; estímuloos-estressores; qualidade-de-vida-no-trabalho.

29

**CIÊNCIAS DA SAÚDE****Importância da Gasometria Arterial na UTI: Interpretação Precisa e  
intervenções Eficientes****Autores:** Emilly Leite Santos, .**Orientador:** Paulo Roberto Nunes de Goes

A gasometria arterial é um exame crucial nas UTIs, pois fornece dados essenciais sobre equilíbrio ácido-base do paciente, como pH, PaCO<sub>2</sub>, PaO<sub>2</sub>, HCO<sub>3</sub> e saturação da oxihemoglobina. Esses parâmetros ajudam a identificar a necessidade de ajustes ventilatórios e eletrolíticos, fundamentais para corrigir desequilíbrios hemodinâmicos. A interpretação correta dos resultados é vital, pois erros podem resultar em consequências graves, incluindo disfunção orgânica e óbito. Este trabalho visa desenvolver material auxiliar profissionais da saúde, na interpretação dos resultados do exame de gasometria de pacientes internados em unidades de terapia intensiva. Foi realizada uma revisão da literatura, buscando artigos científicos, livros e outros recursos disponíveis em bibliotecas e plataformas digitais. As alterações do equilíbrio ácido-básico são: Acidose metabólica, que é caracterizada pelo aumento de ácidos ou perda de bicarbonato, com causas acidose láctica, cetoacidose e insuficiência renal. A compensação ocorre através da eliminação de ácidos pelos rins e aumento da respiração. Acidose respiratória que resulta do acúmulo de CO<sub>2</sub> por ventilação insuficiente, devido a doenças pulmonares ou obstruções. A compensação renal é mais lenta. Alcalose metabólica, ocorre por excesso de bicarbonato ou perda de íons H<sup>+</sup>, com compensação através da excreção de bicarbonato e diminuição da respiração. Alcalose respiratória é causada pela hiperventilação, levando à eliminação excessiva de CO<sub>2</sub>, com compensação pela diminuição da reabsorção de bicarbonato nos rins. A gasometria arterial é uma ferramenta indispensável na monitorização de pacientes críticos nas UTIs. A interpretação cuidadosa dos resultados permite identificar e tratar distúrbios. Desta forma podemos concluir que a correta interpretação desses parâmetros é vital para prevenir complicações graves, reforçando a importância de materiais de apoio para profissionais de saúde na análise desses resultados.

**Palavras-chave:** gasometria arterial, unidade de terapia intensiva, desequilíbrio hemodinâmico, interpretação dos resultados.

**PROJETO INTEGRADOR****A importância da educação financeira na infância**

**Autores:** Loana Vergolino Figueiredo, Larissa dos Santos da Silva; Camila Dayane S. dos Santos; Fernanda Costa Souza; Kelly Cristina Marques Pontes; Letícia Maria dos Santos

**Orientador:** Emanuele Helmann Nunes

A educação financeira na infância é uma ferramenta essencial para a formação de cidadãos conscientes e preparados para lidar com os desafios financeiros ao longo da vida. Este projeto investiga como a introdução de conceitos financeiros desde os primeiros anos escolares pode contribuir para o desenvolvimento de hábitos saudáveis em relação ao dinheiro, enfatizando a importância de poupar, planejar e fazer escolhas financeiras responsáveis. O objetivo deste trabalho é conscientizar as crianças sobre a importância da educação financeira, destacando os impactos positivos que essa conscientização pode ter a longo prazo. O trabalho foi conduzido em uma escola particular em Ivaiporã/PR, com uma turma de 16 alunos do 3º ano do Ensino Fundamental, utilizando uma metodologia qualitativa para analisar como as crianças compreendem e aplicam esses conceitos. As atividades aplicadas, como dinâmicas com balões representando compras parceladas e a entrega de cofrinhos, tiveram o objetivo de tornar o aprendizado mais prático e acessível, de acordo com a faixa etária das crianças. A coleta de dados foi realizada por meio de questionários, observação do comportamento dos alunos e atividades lúdicas. As crianças demonstraram não apenas interesse, mas também uma compreensão crescente sobre o valor do dinheiro, a importância de poupar antes de gastar e a necessidade de tomar decisões financeiras mais conscientes. Os resultados indicam que, ao aprender a lidar com o dinheiro de forma prática e divertida, as crianças desenvolvem habilidades fundamentais para sua vida financeira futura, como o controle de gastos, o planejamento e a definição de metas. Além disso, observou-se uma mudança positiva no comportamento das crianças, que passaram a refletir sobre suas escolhas de consumo e a demonstrar maior responsabilidade financeira. Este estudo reforça a relevância de implementar programas de educação financeira voltados para crianças, tanto no ambiente escolar quanto familiar.

**Palavras-chave:** finanças; infância; poupar; aprendizado e futuro.

**PROJETO INTEGRADOR****Pastelaria e economia sustentável**

**Autores:** Artemio Daufenbach Junior, Cláudio Henrique Domingues de Godoy; Débora Camargo Silvério Paes; Gislaíne Pereira Camargo Daufenbach; Magda Aparecida Fernandes

**Orientador:** Emanuele Helmann Nunes

O Brasil é considerado um dos maiores consumidores no mercado mundial de alimentos, tanto como consumidor quanto como produtor, e mercado de alimentos é considerado um dos mais proeminentes, visto que não se vive sem eles. De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA), o setor de alimentos no Brasil avançou 2,8% em receita no ano de 2021, registrando R\$ 656 bilhões, incluindo exportações e vendas para o mercado interno, representando 9,6% do PIB. O objetivo foi contribuir com estratégias de marketing de uma pastelaria do município de Ivaiporã-PR através da elaboração de um cardápio, criação de Instagram, estratégias de economia circular com a venda de óleo usado para empresa que fabrica biodiesel, e lixeiras para separação de orgânicos e recicláveis. Como a crescente preocupação com o meio ambiente e o impacto das empresas tem levado a busca por práticas de gestão financeira que incorporem princípios de sustentabilidade, neste contexto, a pastelaria, que tem seu estabelecimento junto ao meio ambiente deve ter uma maior preocupação com a natureza e seu impacto, neste contexto serão feitas a instalação de lixeiras para separação do orgânico e reciclável, e com o marketing digital em alta no mercado mundial vamos criar estratégias para a empresa para expor seus produtos. As práticas financeiras e sustentáveis aplicadas na empresa do ramo alimentício contribuiu com a visibilidade da empresa, rentabilidade e redução dos impactos ambientais, através da destinação adequada de óleo usado, e separação de orgânicos e recicláveis.

**Palavras-chave:** pastel; vendas; marketing digital; financeiro e sustentabilidade.

**PROJETO INTEGRADOR****Análise de dados nas vendas**

**Autores:** Rebeka Gabriela Furtado Ferreira, Guilherme Correia de Farias; Brenda Lopes Correa; Amanda Lima do Prado; Danielle Moreira Marques; Flávia Martins Batista

**Orientador:** Emanuele Helmann Nunes

Tendo em vista que as vendas influenciam diretamente o desenvolvimento de uma empresa, este projeto buscou demonstrar a viabilidade econômica e a análise de dados nas vendas, e o efeito nas execuções dos projetos dentro da empresa. Sendo assim, temos como objetivo identificar a atuação da empresa do ramo de ótica em suas atividades, para assim, estabelecer sugestões de estratégias sobre otimização de vendas e aumentar a eficiência operacional e maximizar a lucratividade. Isso inclui a análise de dados de vendas, garantindo assim a disponibilidade dos itens mais vendidos e a redução de desperdícios. Contudo elaboramos um panfleto informativo para a distribuímos no comércio local, baseados em dicas que podem ajudar no crescimento de suas vendas, de modo que mostremos assim a importância do estudo da viabilidade econômica e do conceito em vendas para as organizações e para o melhor desempenho da empresa. Além disso, realizamos um questionário no Google Forms com assuntos relacionados a empresa e realizamos também o teste de acuidade visual ao público. Em relação às estratégias de vendas na loja analisada, no ano de 2022, o mês que teve o maior pico de vendas, foi o mês de março, com aproximadamente 12% das vendas totais. Esse aumento ocorre por ser um mês em que não há feriados, permitindo que os médicos trabalhassem frequentemente, o que resultou em um maior volume de vendas. Nota-se que as vendas voltam a se estabilizar nos próximos meses, com um leve aumento em dezembro, supostamente motivados pelas compras de fim de ano. Em 2023, segue a mesma proposta em relação ao ano de 2022. A comparação entre os dois anos mostra como é importante compreender as sazonalidades no comportamento dos consumidores. Sendo assim, através do projeto integrador, ele proporciona o aprimoramento do conhecimento profissional para que as empresas se mantenham em constante evolução, procurando se aperfeiçoar e manter a saúde financeira da empresa.

**Palavras-chave:** viabilidade; vendas; crescimento; inovação e organização.

33

**PROJETO INTEGRADOR****Planejamento financeiro e estratégias para organização**

**Autores:** Gustavo da Silva Martins, Eriqui Felipe dos Santos Sampaio; Rian Severino de Oliveira; João Paulo Bello; Everton da Cunha Candido; Keila Samilli Amaral Demjenski

**Orientador:** Emanuele Helmann Nunes

A aplicação de um planejamento financeiro, em qualquer área que seja, profissional ou pessoal, é uma ferramenta de administração financeira, que vai ajudar a organizar suas finanças, tudo isso com o intuito de realizar determinado objetivo, que pode comprar a casa própria ou expandir sua empresa. O planejamento financeiro oferece uma visão exata de onde o dinheiro está sendo gasto e como ele está sendo gerado. Esse é um ponto importante para negócios e pessoas empreendedoras que desejem crescer e se desenvolver de forma sustentável. Além disso, com um planejamento de uma empresa, é possível prever situações financeiras adversas e mais: se preparar para elas. A criação de fundos de emergência e a elaboração de planos de ação para momentos de crise financeira são consequências deste plano. Um bom arranjo financeiro também permite que gestores, líderes e responsáveis por empresas tomem decisões baseadas em dados concretos. Assim, é possível reduzir riscos e aproveitar oportunidades. Portanto os objetivos desse projeto foi visa e planejar financeiramente uma empresa do ramo alimentício, focando no fluxo de caixa e na gestão de estoque para minimizar perdas. Também promover práticas ESG - Environmental, Social, and Governance, como a separação de resíduos, buscando que o restaurante cresça financeiramente e se torne um exemplo de responsabilidade social e ambiental na comunidade. A metodologia que usamos foi elaborar um cardápio, priorizando a visualização dos pratos e valores, adotamos dentro da metodologia a doação de restos de alimentos orgânicos, para os produtores rurais da região, e priorizamos dentro dessa metodologia os horários dos funcionários, tanto horário de chegada, quanto horário de saída deles. Conclui-se que desenvolvemos o projeto sobre organização, planejamento financeiro teve resultados positivos, e empresa melhorou financeiramente, com a adoção das práticas financeiras e de organização.

**Palavras-chave:** planejamento financeiro; gestão de estoque; fluxo de caixa; práticas esg e responsabilidade social

**34****CIÊNCIAS DA SAÚDE****Cuidados para evitar contaminações e infecções ao paciente no centro cirúrgico****Autores:** Josiane Neves Gavron**Orientador:** Mariana Sismeiro

A segurança do paciente em centros cirúrgicos é essencial, especialmente para prevenir infecções do sítio cirúrgico (ISC), que aumentam a morbidade e podem levar à mortalidade. A ISC representa um desafio significativo, demandando medidas preventivas eficazes, como técnicas assépticas e uso adequado de EPIs. O estudo investiga o papel da enfermagem na prevenção e controle de infecções, analisando como a equipe precisa de recursos adequados para garantir a segurança dos pacientes. A metodologia adotada é uma revisão bibliográfica que sintetiza práticas recomendadas e protocolos vigentes. Os resultados mostram que a capacitação contínua dos enfermeiros é fundamental para a adesão aos protocolos de higiene e controle de infecção, minimizando riscos. Conclui-se que a prevenção é a estratégia mais eficaz para reduzir infecções hospitalares e que o cumprimento rigoroso das práticas assépticas é crucial para a segurança dos pacientes e o sucesso das intervenções cirúrgicas.

**Palavras-chave:** enfermagem, infecção hospitalar, centro cirúrgico; segurança do paciente; prevenção.

35

**CIÊNCIAS DA SAÚDE****A saúde mental do idoso no Brasil: uma análise da situação atual e desafios****Autores:** Renato Bovo Miglioli, Veridiane Jaremczuk Andrade.**Orientador:** Tatiane Borzuk da Fonseca

No contexto atual a saúde mental na terceira idade é um tema complexo e multifatorial, influenciado por fatores biológicos, psicológicos e sociais. A depressão, a ansiedade e os transtornos cognitivos são os mais comuns entre os idosos. No entanto, o acesso a serviços de saúde mental especializados, o estigma associado a doenças mentais e a falta de conhecimento sobre os recursos disponíveis são barreiras significativas para o cuidado adequado dessa população. O objetivo geral deste estudo é compreender a complexidade da saúde mental do idoso no contexto brasileiro, haja vista que tem como foco identificar os principais transtornos mentais que acometem os idosos, identificar os fatores de risco e proteção para a saúde mental dos idosos e propor estratégias para a promoção do bem-estar mental e a prevenção de transtornos mentais na terceira idade. Será realizada uma revisão sistemática da literatura científica nacional e internacional sobre a saúde mental de idosos, com o objetivo de identificar as principais evidências científicas sobre o tema. Espera-se que os resultados deste estudo contribuam para um melhor entendimento da saúde mental dos idosos no Brasil, identificando as principais lacunas e necessidades nessa área. Além disso, espera-se que as estratégias propostas possam servir como subsídio para a formulação de políticas públicas e a implementação de programas de promoção da saúde mental para idosos. Em suma a saúde mental dos idosos é um tema de grande relevância para a sociedade brasileira. Logo este estudo busca contribuir para o avanço do conhecimento sobre essa temática, fornecendo subsídios para a elaboração de ações e políticas públicas que visem garantir o bem-estar mental dos idosos e promover o envelhecimento saudável.

**Palavras-chave:** saúde mental, idosos, Brasil, transtornos mentais, envelhecimento, promoção da saúde.

36

**PROJETO INTEGRADOR****Vivências Compartilhadas: Promovendo a socialização e o bem-estar do idoso**

**Autores:** Eduarda Rofas Duarte Da Costa, Bruno Marcos Da Silva Mathias, Gabriela Spinatto Bordinhão, Julia Paladini Moscatto, Marina Campos Francisco, Matheus Augusto César Fukuda, Priscila Montaro Fagá Gil

**Orientador:** Abel Felipe Freitag

Objetivo: promover a interação social, o estímulo cognitivo e a melhoria do bem-estar físico e psicológico de idosos em situação de vulnerabilidade social na região da Unidade de Saúde Básica (UBS) João XXIII, em Ivaiporã-PR. Métodos: O projeto foi estruturado em três etapas, realizadas nos dias 22/10, 29/10 e 05/11 de 2024. As atividades planejadas em cada dia atuam em diferentes áreas de desenvolvimento social e cognitivo. Dia 1 (Jogo do Bingo), estimula a concentração, raciocínio rápido e lógico, fortalecendo e estimulando o cognitivo. Dia 2 (Atividades de Recreação), dentre as atividades recreativas preparadas estão pinturas, desenhos, jogos de tabuleiros, danças, e jogos de cartas, onde cada uma das atividades busca trabalhar um aspecto diferente na melhoria da saúde, pinturas e desenhos estimulam criatividade e coordenação motora, danças trabalham o corpo, a mente, o equilíbrio e o social, jogos de cartas e tabuleiros ajudam no estímulo cognitivo e memorização. Dia 3 (Convivência e Lanches), dedicada a uma roda de conversa em ambiente casual para interações como prevenção ao isolamento social e lanches para discutir uma alimentação saudável. A coleta de dados é de forma quantitativa e qualitativa com o objetivo de avaliar a efetividade das atividades e satisfação dos atendentes, esse processo será por aplicação de formulários que ocorrerá antes e depois de cada encontro e depois das atividades do último dia de encontro. Resultados: Espera-se que o projeto contribua para uma melhoria na qualidade de vida dos idosos, promovendo a socialização e o aumento do bem-estar geral do idoso. A avaliação dos dados futuros via formulários nos permitirá validação do projeto e insights para ajustes futuros.

**Palavras-chave:** idoso; satisfação pessoal; vulnerabilidade social

37

**CIÊNCIAS JURÍDICAS****OS IMPACTOS DE UMA LEGISLAÇÃO FRÁGIL E OS CONFLITOS DE INTERESSES QUE PERMEIAM O MEIO AMBIENTE: COMO ESSA PROBLEMÁTICA PODE SER SOLUCIONADA?****The conflicts of weak legislation and the conflicts of interest that permeate the environment: How can this probl****Autores:** Hortência Larissa dos Santos Costa, Luany de Oliveira Lopes**Orientador:** Andrezza Damasceno Machado

O presente trabalho tem por objetivo identificar a defasagem e a inobservância da legislação brasileira e como as atividades industriais do setor econômico têm prevalecido sobre a questão ambiental. Para a realização desta síntese, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, pautada na análise de artigos, reportagens e legislação brasileira. Inicia-se uma discussão que reflete anos de atividades antrópicas intensificadas desde a revolução industrial e o surgimento do sistema capitalista. Conforme Rodrigo Zouain da Silva (2012, p. 60), a produção em larga escala, iniciada no século XVIII, priorizou a maximização dos lucros, negligenciando a qualidade ambiental. Com base em uma análise do ordenamento jurídico brasileiro e da legislação ambiental vigente, observa-se que sua não observância adveio de inúmeros fatores, como o uso excessivo de termos técnicos e a falta de interesse do poder público e da sociedade. Identifica-se, também, a flexibilização pela qual a legislação ambiental vem passando, fato que se dá pelo grande interesse econômico envolvido, resultando em impunidade e danos ao meio ambiente. Em muitos casos, o governo brasileiro adota políticas que enfraquecem regulamentações ambientais para facilitar o desenvolvimento econômico, como o abrandamento de regras de licenciamento e a falta de fiscalização efetiva. Entre 2004 e 2012, o desmatamento na Amazônia foi reduzido em 83%, por meio do aumento de monitoramento, fiscalização, punição, entre outras medidas tomadas pelo poder público, fato comprovado pela reportagem da DW Brasil. Em conclusão, a atuação do setor econômico vem ganhando importância, sobrepondo-se às questões ambientais, devido à tecnicidade que dificulta a interpretação da legislação e à flexibilização das normas ao longo dos anos.

**Palavras-chave:** palavras-chave: sustentabilidade; legislação; desmatamento; indústria; meio ambiente.

38

**CIÊNCIAS DA SAÚDE****Treinamento Realístico em Urgências e Emergências: Relevância para a capacitação de funcionários intra-hospitalares****Autores:** Veridine Jaremczuk Andrade, Renato Bovo Miglioli**Orientador:** Tatiane Borzuk da Fonseca

O treinamento realístico de urgência e emergência para funcionários intra-hospitalares é fundamental para garantir uma resposta eficaz e rápida em situações críticas. A capacitação desses profissionais através de simulações realistas permite que adquiram habilidades práticas e aprimorem a tomada de decisões sob pressão, resultando em um atendimento de qualidade e salvamento de vidas. O objetivo deste trabalho é analisar a importância do treinamento realístico de urgência e emergência para funcionários intra-hospitalares, destacando seus benefícios e impactos na eficiência do atendimento hospitalar em situações críticas. A metodologia utilizada envolve uma revisão bibliográfica de artigos e estudos publicados nas bases de dados PubMed e SciELO nos últimos cinco anos. Foram selecionados estudos que abordam os efeitos do treinamento realístico na competência e desempenho dos profissionais de saúde. Os resultados das pesquisas revisadas pela PubMed indicam que o treinamento realístico melhora significativamente a preparação dos funcionários intra-hospitalares para lidar com emergências. Profissionais que participam de simulações realistas demonstram maior confiança, habilidades práticas aprimoradas e melhor capacidade de trabalhar em equipe durante situações de urgência. Além disso, esses treinamentos contribuem para a redução de erros médicos, melhorando a segurança do paciente e a eficácia do atendimento. O treinamento realístico de urgência e emergência para funcionários intra-hospitalares é essencial para a preparação de profissionais de saúde, promovendo um ambiente seguro e eficiente. As simulações práticas e realistas são ferramentas poderosas para aprimorar as habilidades técnicas e a tomada de decisões rápidas em situações críticas, resultando em um atendimento de melhor qualidade e segurança para os pacientes.

**Palavras-chave:** treinamento realístico; urgência e emergência; capacitação intra-hospitalares; simulação clínica educação continuada.

39

**RELATOS DE EXPERIÊNCIAS****Participação em um projeto de extensão no grupo reflexivo para homens autores de violência da comarca de São João do Ivaí - PR****Autores:** Michelle Bach Dal Col, Larissa Rios da Silva, Brendha Milão de Oliveira.**Orientador:** Rodrigo Ramos Anunciação

Voltado para autores de violência doméstica, os grupos reflexivos para homens, previstos na Lei Maria da Penha, abordam temas de extrema importância que são relacionados desde a construção histórica e social da masculinidade até o autoconhecimento, manejo comportamental e projeto de vida. Ao propiciar a reflexão sobre esses conceitos, os participantes têm a oportunidade de trazer suas experiências e esclarecer dúvidas, reconstruindo seus ideais e valores, além de colocarem em prática a mudança de comportamentos e atitudes. A atuação de estudantes de psicologia em grupos como esse favorece a quebra de estigmas e preconceitos em relação aos agressores, além de diminuir o receio e a insegurança em trabalhar com esse público, contribuindo para a reestruturação social. Desde o primeiro contato com os participantes, sendo na entrevista inicial e coleta de dados, há a oportunidade de criar vínculos e desenvolver habilidades de condução da entrevista e manejo em situações adversas que podem surgir no setting terapêutico. Um estudante em um projeto extensionista tem a oportunidade de assumir um papel protagonista, imergindo na prática profissional, o que permite a criação de repertórios para a condução e regulação de grupos. Voltar o olhar para um grupo de pessoas, muitas vezes marginalizadas por seus erros, é essencial para evidenciar a necessidade de acolhimento e reformulação de valores, colaborando para a redução dos índices de reincidência da violência doméstica. O grupo é realizado em ciclos de dez encontros, com reuniões semanais que favorecem a criação e o fortalecimento de vínculos entre os facilitadores e os participantes, proporcionando um ambiente de conforto e segurança para a troca de experiências. Participar de um grupo reflexivo permite ao estudante o aprimoramento de habilidades de comunicação, liderança, estratégia, raciocínio rápido e manejo de situações delicadas, nas quais as emoções estão à flor da pele.

**Palavras-chave:** grupo reflexivo; violência doméstica; reestruturação.

40

**RELATOS DE EXPERIÊNCIAS****Construindo novos caminhos: Relato de experiência sobre grupo reflexivo para homens.**

**Autores:** Larissa Rios da Silva, Brendha Milão de Oliveira, Fabiana Temoteo da Silva, Michelle Bach Dal Col, Vanilda Medina de Paiva

**Orientador:** Rodrigo Ramos Anunciação

O presente relato apresenta a experiência vivida na condução de um grupo reflexivo para autores de violência doméstica. O projeto consolidou-se em parceria com Ministério Público, Conselho da Comunidade da comarca de São João do Ivaí-PR e a Faculdade de Tecnologia do Vale do Ivaí - FATEC. O objetivo do grupo foi realizar a transformação desses homens por meio da reflexão acerca da construção da violência e o rompimento deste ciclo. O grupo foi estruturado a partir da entrevista de triagem e dez encontros semanais com temas que abordam a desconstrução de masculinidade tóxica. A metodologia abrangeu rodas de conversa, apresentação de slides, dinâmicas grupais e atividades lúdicas adequadas ao grau de instrução dos participantes. Ao longo dos encontros foi possível observar resistência inicial por parte dos homens, principalmente em relação à construção da própria masculinidade e a tentativa de culpabilização da mulher pelo processo desencadeado. Os resultados demonstram que houve a reflexão por parte dos participantes que foram compartilhadas por meio da elaboração de atividades projetivas da própria identidade, bem como pelos feedbacks obtidos no último encontro moldurado por frases tais como “não queria estar aqui, mas fui bem recebido e vou passar o que aprendi para os meus filhos”, “aprendi a pensar antes de agir”, “além de aprender, pretendo ajudar o próximo quando estiver em situação semelhante a minha”. Diante do exposto, foi possível concluir que o grupo reflexivo se propõe enquanto uma alternativa à justiça punitiva através da conscientização, que por sua vez gera redução na reincidência de violência doméstica. A experiência possibilitou o contato prático com a dinâmica de grupos de um público negligenciado pela comunidade acadêmica por serem vistos apenas pelo crime cometido, ao mesmo tempo que possibilita que os facilitadores, enquanto estudantes, possam aperfeiçoar as habilidades de comunicação, liderança, estratégia, e manejo das emoções.

**Palavras-chave:** grupo reflexivo; machismo; masculinidade tóxica, autores de violência doméstica; psicologia jurídica

41

**CIÊNCIAS DA SAÚDE****Análise quantitativa sobre o método PBL vivenciada pelos estudantes de Medicina FATEC IVP**

**Autores:** Giovana Marini Dos Passos, Matheus Augusto César Fukuda, Alexandre Martins Daubermann, Camilly Vitória Colussi, Paula Camila Lindolfo Vidal, Patrícia Cristina De Souza Gomes Tenório

**Orientador:** Mariana Nunes Dos Santos Sismeiro

Atualmente, a metodologia Problem-Based Learning (PBL) tem se destacado dentro do curso de graduação em Medicina, pois posiciona o aluno como protagonista em busca do conhecimento, estimulando o processo de aprendizagem. Dessa forma, o objetivo deste trabalho foi analisar como o método PBL resultou em experiência individual pelos estudantes de Medicina FATEC IVP. Para isso, foi aplicado um questionário online com os alunos contendo cinco questões de múltipla escolha, a respeito da avaliação da prática do PBL, sobre sua eficácia, habilidades de pensamento crítico e autonomia fora do ambiente de sala de aula. Os resultados indicaram que 41,2% dos alunos consideraram o método "muito eficaz", 47,1% o classificaram como "eficaz", enquanto 11,8% o avaliaram como "pouco eficaz" e nenhum aluno o considerou "ineficaz". Em relação ao desenvolvimento de habilidades de pensamento crítico e resolução de problemas, 58,8% relataram que o PBL contribuiu "muito", 26,5% "moderadamente" e 11,8% "pouco", já 2,9% relatou que não houve contribuição. O método PBL foi considerado "muito mais desafiador" por 58,8% dos alunos, "um pouco desafiador" por 35,3% e "menos desafiador" por 5,9%. Quanto à busca autônoma por conhecimento, 82,4% afirmaram que o PBL os incentivou a buscar conhecimento "frequentemente" fora da sala de aula, 14,7% consideraram "algumas vezes". Além disso, 52,9% relataram que as atividades estavam "totalmente alinhadas" com os objetivos de aprendizado, e 44,1% as consideraram "parcialmente alinhadas". Acredita-se que o PBL é um método eficaz e contribui para o incentivo da procura pelo conhecimento próprio e desenvolvimento da capacidade intelectual. Espera-se que a partir desta pesquisa, possam ser feitos outros estudos para avaliação das metodologias ativas aplicadas ao curso de graduação em Medicina da FATEC IVP e verificar o desempenho cognitivo dos acadêmicos em relação ao método PBL.

**Palavras-chave:** protagonista; autonomia; conhecimento; eficácia

42

**CIÊNCIAS JURÍDICAS****A Violência Doméstica Contra a Mulher e a Permanência em Relacionamentos Abusivos.****Autores:** Aline Betim dos Santos**Orientador:** Tainara Conte Peres

A violência doméstica contra a mulher é um fenômeno social grave e persistente, frequentemente normalizado nas relações afetivas. Compreender os fatores que levam muitas mulheres a permanecerem em relacionamentos abusivos é essencial para enfrentar essa problemática. Este trabalho tem como objetivo principal analisar o ciclo da violência doméstica, conforme proposto por Walker (1979), e investigar como suas fases influenciam a permanência das mulheres em relacionamentos abusivos. Além disso, busca identificar os fatores socioculturais, psicológicos e econômicos que contribuem para essa decisão, mesmo diante de políticas públicas como a Lei Maria da Penha. A pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão bibliográfica abrangente, que incluiu estudos recentes, dados estatísticos e relatos de casos. Essa abordagem permitiu uma análise aprofundada dos mecanismos que perpetuam a violência e da eficácia das intervenções existentes. A conclusão enfatiza que a normalização da violência nas relações afetivas muitas vezes impede que as mulheres reconheçam a gravidade de sua situação e ressalta a necessidade de redes de apoio que incentivem a denúncia e a busca por ajuda visando um enfrentamento mais efetivo dessa questão social.

**Palavras-chave:** violência doméstica; ciclo de abuso, políticas públicas.

43

**CIÊNCIAS DA SAÚDE****A Escuta Ativa na ala do Sus em Hospital: Vivências Práticas em Estágio de Psicologia da Saúde.**

**Autores:** Marcela Eduarda Santos Onesko., Amanda Da Silva Tomé, Emilly Barbosa Cosentino, Leandro Pereira da Costa, Maria Eduarda Breda Pereira, Natália Beatriz Banruque Daufembach.

**Orientador:** Rodrigo Ramos Anunciação.

A psicologia hospitalar realiza intervenções focadas nas relações entre médico e paciente, paciente e família, e entre pacientes, além de abordar a vivência do adoecimento, a hospitalização e as repercussões emocionais que surgem nesse contexto. Portanto, é possível observar que o psicólogo hospitalar tem uma importante função durante o processo de cada paciente e de seus familiares nesse ambiente. Considerando o valor do psicólogo hospitalar, o estágio consistiu-se em uma intervenção através da escuta ativa e do acolhimento aos pacientes do Hospital Maternidade (Instituto de Saúde Lucena Sanchez) da ala do Sistema Único de Saúde (SUS) da enfermaria quatro, no qual teve-se como objetivo tratar da problemática que abrangia o local, a ausência de um profissional que pudesse realizar esse processo de acolher e ouvir as angústias dos pacientes, familiares e profissionais neste ambiente. Para o estágio, foram providenciados documentos para identificação e autorização do mesmo. Durante as atividades, foram usados materiais para anotações pessoais e equipamentos de proteção individual. Atribuições voltadas para pacientes de gêneros femininos e masculinos, nas faixas etárias de zero a noventa anos e para os profissionais que compunham o hospital. Os resultados foram levantados a partir dos relatos dos pacientes, onde se buscou a escuta ativa e acolhimento dos mesmos, denotando a importância de conhecer o próprio diagnóstico, que tenham discernimento de questionar se a caso não entender algo técnico que lhes foi dito. Que o paciente busque uma melhora íntegra de seu quadro. A partir disso, notou-se a atuação do psicólogo e realização das intervenções a partir das demandas da particularidade de cada paciente, de como a atuação é essencial para este momento, onde o paciente está entendendo seu diagnóstico, mas continua em sofrimento, e quando os acompanhantes estão enfrentando a mesma batalha e por vezes até respondendo pelo paciente.

**Palavras-chave:** psicólogo; hospitalar; intervenção; acolhimento; pacientes.

44

**CIÊNCIAS DA SAÚDE****Jornada do Luto: aceitação e transformação**

**Autores:** Yasmin Hespanhol Emerenciano, Cassia Gabrielly Oliveira da Silva, Josiane Aparecida Alves Fortunato, Nayara Cristiana Mastrascosa Celere e Stefânia Sousa de Carvalho.

**Orientador:** Rodrigo Ramos Anunciação

O estágio na UBS São Luiz, em Ivaiporã - PR, destacou a importância da unidade como ponto fundamental de acesso ao SUS e pilar da Atenção Primária à Saúde (APS). As Unidades Básicas de Saúde têm a missão de atender às necessidades individuais e coletivas da comunidade, promovendo saúde e qualidade de vida. Em resposta a demandas locais, foi criado o grupo terapêutico "A Jornada do Luto: Aceitação e Transformação", com o objetivo de facilitar trocas de experiências e oferecer suporte à pessoas em processo de luto, reafirmando o compromisso da UBS com o cuidado integral à saúde. O grupo envolveu participantes maiores de dezoito anos de idade, de ambos os gêneros e diferentes faixas etárias, abordando o luto de forma abrangente. Ao todo, foram realizados cinco encontros, onde buscou-se criar um ambiente acolhedor para o desenvolvimento de manejos relacionados à temática, possibilitando que os participantes compartilhassem suas experiências, identificassem as fases do luto e expressassem os sentimentos. A compreensão do luto foi essencial para o trabalho, fortalecendo laços, prevenindo doenças emocionais e promovendo a resiliência. Os relatos mostram que o grupo foi crucial no reconhecimento do luto e na melhora das habilidades para lidar com esse sentimento. Os resultados demonstraram alinhamento com os objetivos traçados. Em resumo, a intervenção foi eficaz no reconhecimento das fases do luto, oferecendo suporte emocional e social, e promovendo uma adaptação mais saudável à perda.

**Palavras-chave:** luto, perda, grupo psicoterapêutico, psicologia.

45

**CIÊNCIAS JURÍDICAS****Uma análise sobre a eficiência das políticas públicas de proteção dos direitos das mulheres****Autores:** Claudemir da Silva, Gian Luca Ismael**Orientador:** Pollyana Andrade Ferreti

Direitos Humanos são entendidos como um conjunto de direitos e garantias, pertencentes a todas as pessoas, são fundamentais para assegurar a dignidade, liberdade, igualdade e justiça. Hoje temos uma importante relação entre os Direitos Humanos e as políticas públicas voltadas à proteção dos direitos das mulheres, no qual se destaca de modo especial a Lei Maria da Penha, que em conjunto com outras legislações constitui o instrumento de maior relevância no combate à violência do gênero. A Lei Maria da Penha, instituída em 2006, representa um avanço crucial, estabelecendo mecanismos de proteção e penas mais rigorosas para agressores. No decorrer dos anos ela foi aprimorada com a inclusão do feminicídio e do crime de importunação sexual, e também a introdução de medidas para combater a violência psicológica. Segundo dados coletados de órgãos públicos dos municípios da região de Ivaiporã, demonstram resultados positivos dessas iniciativas, evidenciando uma diminuição das violações de direitos nas áreas acolhidas pelos programas. As ações promovidas pelas políticas públicas encorajam as mulheres a denunciarem as violações de seus direitos, o que em regra, aumentaria estatisticamente o número de casos de violações, contudo, os números têm diminuído nos últimos anos. No ano de 2021, nos municípios da região de Ivaiporã, foram registrados 770 casos de ocorrências policiais onde mulheres foram vítimas em razão de seu gênero. Esses casos reduziram para 607 em 2022, 517 em 2023, e no presente ano, até o dia 22/10, foram registrados 428 casos. Em suma, a proteção dos direitos das mulheres é uma questão urgente e necessária, refletindo a necessidade de ações contínuas e eficazes. Embora leis como a Lei Maria da Penha e as políticas públicas representem avanços significativos, a sociedade deve permanecer mobilizada na luta pela igualdade e pelo respeito aos Direitos Humanos, assegurando que esses direitos sejam efetivamente garantidos e respeitados para todas as mulheres.

**Palavras-chave:** direitos humanos; políticas públicas; direito das mulheres; proteção.

46

**CIÊNCIAS JURÍDICAS****Moradores em situação de rua****Autores:** Mikael marrone, Marcelo teixeira**Orientador:** Pollyana ferreti

Após a Segunda Guerra Mundial, os direitos humanos emergiram como resposta às severas violações que ocorreram durante o conflito. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pela ONU em 1948, garante direitos básicos a todos, sem distinção de origem, raça ou posição social. Na Constituição brasileira de 1988, esses direitos foram incorporados como princípios básicos, assegurando direitos civis, políticos e sociais. Contudo, a implementação desses direitos se depara com obstáculos, tais como a desigualdade social, o preconceito racial, a violência policial e a falta de acesso a serviços fundamentais. A condição da população de rua ilustra as violações desses direitos, marcada pela marginalização social e pela supressão de direitos fundamentais. O Observatório Brasileiro de Políticas Públicas para a População em Situação de Rua, vinculado à UFMG, realizou um estudo sobre o tema. Descobriu-se que 300.868 indivíduos estão nessa situação, sendo 126.111 apenas em São Paulo, onde se nota um aumento considerável dessa população. A invisibilidade social, além da violência, intensifica a exclusão, restringindo o acesso a direitos fundamentais como habitação, saúde e educação. As políticas governamentais têm se mostrado inadequadas, com ações de acolhimento temporário que não asseguram a reintegração social. No entanto, ações como a reintegração de moradores com suporte social e profissional têm apresentado resultados benéficos, assim como programas de acesso contínuo à saúde. Para garantir a dignidade e os direitos dessa população, é crucial estabelecer políticas que incentivem não apenas o auxílio imediato, mas também a reintegração e a inclusão social.

**Palavras-chave:** direitos humanos; população de rua; desigualdade social; políticas públicas; reintegração social.

**CIÊNCIAS JURÍDICAS****Uma nova perspectiva de cuidados: creches para idosos no Brasil**

**Autores:** Milenna Wasilewski Iene, Josiane de Lima

**Orientador:** Pollyana Andrade Ferreti

É dever de toda a sociedade proteger a dignidade da pessoa idosa e assegurar que não sofram qualquer forma de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão. Nesse sentido, a criação do Estatuto do Idoso representou um marco significativo na defesa do direito das pessoas idosas no Brasil, ao estabelecer uma legislação específica voltada à proteção de seus direitos fundamentais. Em seu artigo 3º, o Estatuto enfatiza que a família, a comunidade, a sociedade e o Poder Público têm a obrigação de garantir, com absoluta prioridade, os direitos dos idosos, como o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar. Entretanto, o cenário social brasileiro demonstra que muitas famílias enfrentam dificuldades em oferecer cuidados adequados aos idosos, especialmente quando os responsáveis trabalham durante o dia. O ideal seria que estas famílias contratassem cuidadores que ficassem responsáveis pelos cuidados neste período, entretanto, a contratação destes serviços é inviável para maior parte das famílias, devido aos altos custos destes serviços. Os municípios que compõem a região do Vale do Ivaí ainda estão iniciando trabalhos que atendam à pessoa idosa durante o período diurno. Nesse contexto, é imprescindível pensar na criação de "creches para idosos", para proporcionar os cuidados necessários aos idosos, enquanto seus cuidadores estiverem ausentes. Nesse cenário, os idosos permaneceriam pelo período máximo de 8 horas diárias na instituição, sendo-lhes oferecidas diversas atividades, lazer, alimentação, além de serem atendidos por uma equipe multidisciplinar, prestando-lhes toda a assistência necessária. Diante do crescente envelhecimento populacional, o poder público possui o dever de proporcionar serviços, assim como a "creche para idosos", que garantam uma vida saudável, segura e respeitosa para a pessoa idosa.

**Palavras-chave:** idosos; direitos; sociedade; creche para idosos.

48

**CIÊNCIAS DA SAÚDE****Problemas enfrentados pelos enfermeiros acerca da violência obstétrica.****A dor reprimida: para mudar o mundo primeiro é preciso mudar a forma de nascer.****Autores:** Mayara Roik Siebre, Nayra Miranda Nogueira Roberti**Orientador:** Eliceia

**Introdução:** O parto hospitalar transformou a mulher em objeto dentro do processo de nascimento, levou a uma série de intervenções desnecessárias. O parto cesariano e o parto normal são duas modalidades de nascimento com implicações significativas para a saúde materna e neonatal. **Objetivo:** Conscientizar as mulheres sobre os direitos de escolhas na hora da decisão de parto, lutarem pelos seus direitos e a denunciarem as violências sofridas, antes, durante e pós parto. **Materiais e métodos:** foram utilizados como fontes de pesquisa, google acadêmico, revistas de saúde, dados da OMS. Caracterizada por práticas desrespeitosas e abusivas, violência verbal, física, institucional e trauma psicológico. O enfermeiro tem papel fundamental e promover um atendimento humanizado, ambiente seguro e acolhedor, respeitando a autonomia da mulher. **Resultados:** Em um teste de violência obstétrica respondido por mais de 2 mil mulheres nos meses de março e abril de 2012, mais da metade disse estar insatisfeita com o atendimento de médicos e profissionais de saúde na hora do parto. **Conclusão:** A atuação da enfermeira obstetra na assistência do parto reduz e evita intervenções desnecessárias oferecendo segurança e cuidado mais integral a mulher. Leis como a Lei do Acompanhante garantem que gestantes tenham suporte durante o parto, enquanto a Lei Maria da Penha oferece proteção a mulheres em situação de violência, incluindo gestantes, os profissionais enfrentam desafios, como a hierarquia médica e normas institucionais. A pesquisa ressalta as políticas públicas e legislações específicas prevenir e punir a violência obstétrica e garantir um parto seguro e respeitoso.

**Palavras-chave:** violência obstétrica; obstetrícia; enfermagem; saúde da mulher; direitos humanos.

49

**CIÊNCIAS DA SAÚDE****A Importância de grupos terapêuticos no tratamento de mulheres acometidas por câncer.**

**Autores:** Pamelasteindorf@gmail.com, Eduarda de Souza Preisner, Hellen Byanca Blauzius, Kelly Adriane de Oliveira da Silva Guedes, Livia Alessandra Silveira Fedel, Pâmela Schotten Steindorf, Thamiris Barros dos Santos.

**Orientador:** Rodrigo Ramos

Receber o diagnóstico de câncer traz impactos significativos na vida dos pacientes, uma vez que a doença acompanha estigma de morte e sofrimento. Nesta perspectiva viu-se a necessidade de investigar a percepção de mulheres integrantes do grupo Flor de Lótus que passaram ou estão passando por tratamento de câncer a fim de verificar a viabilidade de grupos terapêuticos no auxílio de possíveis intercorrências psicológicas que possam decorrer diante do diagnóstico. Foram realizados encontros abordando temas como sexualidade, autoestima, autocuidado, emoções, a relação entre emoção e câncer, além de um clube do livro online a fim de debater sobre o livro “A coragem de ser imperfeito”. Ao decorrer dos encontros foi possível observar que as integrantes do grupo apresentavam demandas não só oriundas do diagnóstico como também questões de sua vida antes do diagnóstico. Foi possível notar que embora grupos terapêuticos apresentem boas evidências, existe uma baixa popularidade desta modalidade, o que ocasionou pouca adesão, porém as participantes que acompanharam os encontros destacaram a importância e benefícios como: Compreender melhor as emoções, identificar padrões de pensamentos disfuncionais, identificar pontos fortes em sua personalidade, compreender seus limites, entre outros. Contudo nota-se a importância de promover grupos terapêuticos com o intuito de buscar desestigmatizar a psicoterapia a fim possibilitar maior engajamento em grupos e fomentar em pacientes oncológicos o interesse no acompanhamento psicológico tendo em vista os desafios que acompanham o diagnóstico.

**Palavras-chave:** grupos terapêuticos, câncer psicologia hospitalar, autoconhecimento.

50

**CIÊNCIAS DA SAÚDE****INTOXICAÇÃO MEDICAMENTOSA RELACIONADA AO USO INDISCRIMINADO DE  
MEDICAMENTOS EM PROFISSIONAIS DA SAÚDE****Autores:** Edilaine de Abreu Stipp, Eduardo kasnozei**Orientador:** Tatiane da Fonseca Borzuk

A intoxicação medicamentosa de profissionais da saúde é um problema preocupante que pode comprometer a segurança do paciente e a saúde do próprio profissional . O uso indiscriminado de medicamentos nesse grupo pode ocorrer por automedicação, falta de orientação adequada ou desconhecimento dos riscos envolvidos. Diante desse cenário, torna-se essencial investigar os fatores que levam a essa prática e seus impactos. Os objetivos deste estudo são discorrer sobre o assunto apresentando as causas, as medicações usadas com mais frequências, apresentando assim, as ocorrências do porquê realizam a automedicação, mostrando as causas do que pode ocorrer ao realizar esse ato, assim avaliando a prevalência de intoxicação medicamentosa é maior nesse grupo e propor medidas de prevenção e educação para reduzir esses casos. A metodologia inclui revisão bibliográfica, análise de dados epidemiológicos, envolvendo estudos aprofundados sobre o tema tanto em redes via internet como em livros. Os resultados apontam para uma alta incidência de intoxicação medicamentosa entre esse público , destacando a necessidade de ações preventivas e de conscientização. Em conclusão, a intoxicação medicamentosa relacionada ao uso indiscriminado de medicamentos por profissionais da saúde é um problema relevante que merece atenção. A implementação de programas de educação continuada, orientação sobre boas práticas de prescrição e monitoramento do uso de medicamentos pode contribuir significativamente para a redução desses casos e para a promoção de uma prática clínica mais segura e responsável.

**Palavras-chave:** Intoxicação Medicamentosa; Automedicação; Profissionais da Saúde; Riscos a Saúde; Educação em Saúde.

**RELATOS DE EXPERIÊNCIAS****HumanizaMed e Enfermeiros da Alegria: a experiência da humanização no Vale do Ivaí- PR**

**Autores:** Paola Costa, Yasmine Guerra Paracat, Estella Mikaely Kronitzky Viana, Patrícia Cristina de Souza Gomes Tenório, Stéfanie Botelho Camacho, Maiara seithe Silva, Marina Campos Francisco, Tatiane Borzuk da Fonseca.

**Orientador:** Mariana Nunes dos Santos Sismeiro

O trabalho voluntário de humanização hospitalar tem cumprido um importante papel dentro de hospitais que acreditam na recuperação do paciente tratando não só da doença estabelecida, mas do paciente de forma integral unindo o lado emocional e psicológico durante a internação. Neste contexto, o objetivo deste trabalho foi apresentar o relato de experiência dos grupos HumanizaMed e Enfermeiros da Alegria na região do Vale do Ivaí, PR. No dia 12/10/2024, os alunos do curso de Medicina (HumanizaMed) e do curso de Enfermagem (Enfermeiros da Alegria) caracterizados como doutores palhaços visitaram pacientes hospitalizados. As atividades ocorreram por meio de visitas breves nos leitos dos hospitais dos municípios de Ivaiporã e Jardim Alegre, PR. A principal referência foi a linguagem do palhaço, que por meio de brincadeiras e músicas, possibilitou a descontração no ambiente hospitalar e um novo sentido para a internação. Além disso, por ser tratar da data comemorativa do dia das crianças, houveram a entrega de brinquedos arrecadados pela comunidade acadêmica. Durante as visitas no ambiente hospitalar houveram trocas entre os pacientes internados e os discentes, uma vez que estes relataram intensa reciprocidade por meio de palavras, brincadeiras, gestos ou até mesmo de ser ouvido, no momento da visita. Sugere-se que atividades como estas possam auxiliar os acadêmicos no desenvolvimento da afetividade, sensibilidade e abertura para a escuta e o diálogo com os pacientes, numa tentativa de barrar a objetividade e tecnicidade excessiva da atual relação entre médico e paciente. Considerando o paciente como alguém que possui necessidades, desejos, medos e angústias e não somente como uma doença a ser tratada, atividades diferenciadas que o levem a um bem-estar físico e psíquico podem e devem ser realizadas de modo a tornar mais fácil seu dia-a-dia no hospital. Sendo assim, a humanização aparece como uma forma de prover a interação entre a equipe médica, a família e o paciente.

**Palavras-chave:** palhaçaria; paciente hospitalar; cuidado holístico.

52

**PROJETO INTEGRADOR****Gelando a Ansiedade - Inteligência Emocional no Trabalho**

**Autores:** Yasmin Caroliny Guimarães Rosina Tobias, Ana Luísa Cesconeto Moreno, Carlas Gabriela dos Santos, Mariana Oderdenge de Oliveira, Vitória Fontes Candioto de Lima.

**Orientador:** Rodrigo Ramos Anunciação

O Projeto Integrador foi conduzido com colaboradores da sorveteria Gela Boca, localizada na cidade de Ivaiporã - PR, com o objetivo de promover um ambiente de trabalho mais saudável e emocionalmente consciente valorizando a saúde emocional de todos.. Antes de iniciar as intervenções, o grupo focou em estabelecer um espaço seguro e acolhedor, priorizando a escuta afetiva e a comunicação aberta. Essa abordagem inicial foi fundamental para criar um clima de confiança entre os participantes, permitindo que se sentissem à vontade para compartilhar suas experiências e emoções. Com a finalidade de mensuração diagnóstica, tendo em vista o tema gerador da disciplina, foi aplicada a Escala de Ansiedade de Hamilton (HAM-A) para avaliar a saúde emocional da equipe, permitindo uma compreensão mais clara dos níveis de ansiedade dos colaboradores. Após levantamento de demanda, realizou-se a dinâmica “Gelando a Ansiedade”, que consistia em os participantes escreverem sobre situações que causaram ansiedade e as estratégias que utilizaram ou poderiam usar para gerenciar esses sentimentos. A partir dessa atividade, buscou-se aumentar a conscientização sobre a ansiedade, promovendo a empatia entre os colaboradores e o compartilhamento de estratégias de enfrentamento. Finalizou-se a dinâmica reforçando a importância do apoio mútuo e foi fornecido a cada colaborador um material com estratégias práticas para lidar com a ansiedade e explicações sobre os sintomas da ansiedade. Realizada as intervenções, espera-se que os colaboradores estejam mais capacitados para lidar com suas emoções e apoiar os colegas em diversas situações relacionadas à temática trabalhada, resultando em uma equipe mais unida, resiliente e colaborativa.

**Palavras-chave:** saúde emocional; ansiedade empatia; sentimentos.

53

**CIÊNCIAS DA SAÚDE****A importância da implementação do Protocolo Manchester em unidades de saúde e a atuação do enfermeiro.****Autores:** Maria Gabrielly Farias Vieira, Maria Gabrielly Farias Vieira**Orientador:** Tatiane Borzuk da Fonseca

A classificação de risco é utilizada, em quase todo o mundo, para acolher as pessoas que chegam até uma unidade de saúde para atendimento médico, essa avaliação serve para classificar o nível da necessidade de cada caso para atendimento. O Protocolo de Manchester tem como objetivo avaliar a prioridade clínica para atendimento de cada paciente, baseado nos sinais e sintomas que ele apresenta. O enfermeiro é o profissional indicado para avaliar e classificar a gravidade dos usuários que procuram atendimento nas unidades de saúde. A questão norteadora da pesquisa: Qual é a importância do protocolo Manchester e qual é o papel da enfermagem na administração do protocolo nas unidades de saúde? O tema é fundamental para o conhecimento e atualização dos profissionais de saúde principalmente dos enfermeiros e estudantes da área de enfermagem. O objetivo geral do trabalho consiste em: Compreender a importância do protocolo Manchester nas unidades de saúde e o papel do enfermeiro na classificação dos pacientes. O estudo trata-se de um trabalho de revisão bibliográfica. O desenvolvimento deu-se início no mês março de 2024 com o qual foram acessados artigos digitais na plataforma Scholar, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e também o portal do Ministério da Saúde (MS).

**Palavras-chave:** atendimento hospitalar, classificação de risco, organização no serviço de saúde, atendimento em unidade básica de saúde

54

**PROJETO INTEGRADOR****Programa de Sensibilização e Prevenção de Comportamentos Nocivos**

**Autores:** Emanuely Vitória Mendonça da Silva, Ana Clara de Oliveira Santos, Emanuelli Duarte dos Santos, Nariane Paredes Jorge, Giovana da Silva Aleixo

**Orientador:** Rodrigo Ramos Anunciação

O trabalho desenvolvido aborda a prevenção e sensibilização das prática de comportamentos nocivos em ambiente escolar, ou seja, ações como ofensa, preconceito, ataques a alguém ou a sua imagem, agressão física ou psicológica, que pode ser definido como bullying. A partir de demanda diagnóstica levantada pelos professores e também a partir de uma observação realizada em visita, no qual foi realizada atividades curtas e interativas que serviram para ajudar a se sentirem mais confortáveis e conseqüentemente gerar vínculos entre eles. Após o levantamento de dados e a pesquisa bibliográfica, a demanda foi confirmada e a auto imagem mostrou-se como fator preponderante para a ocorrência de comportamentos nocivos, uma vez que, os indivíduos no qual não possuem boa saúde mental, estão propensos práticas de preconceito e discriminação. Na segunda visita, foi realizado dinâmicas que no qual fomentou a necessidade de olhar mais para si e observar suas qualidades, fazendo assim que reconhecessem seu valor, além da explicação minuciosa sobre conseqüências do bullying na saúde mental, como traumas e transtornos subsequentes que podem ser gerados para quem pratica e quem sofre. Desse modo, foi obtido boas evidências, uma vez que todos os dados para o trabalho foram articulados por pesquisas e autores verificados e reconhecidos, e assim espera-se que no decorrer do tempo a eficácia e constância nas práticas aprendidas pelos alunos se perpetuem.

**Palavras-chave:** saúde mental; bullying; prevenção; autoestima; preconceito.

**PROJETO INTEGRADOR****Harmonia do Sono: Equilíbrio do Sono na Rotina**

**Autores:** Cezinaudo de Bonfim Schuawh, Camilly Stopasol do Nascimento, Luana Lopes da Silva, Maria Eduarda da Silva Alvarino, Maria Rita dos Santos Ferreira.

**Orientador:** Rodrigo Ramos Anunciação

Voltado para os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) com foco na qualidade do sono, os acadêmicos do 4º período do curso de Psicologia, juntamente a uma acadêmica do curso de Fisioterapia, desenvolveram o presente projeto. Percebeu-se que geralmente, uma boa parte dos alunos que frequentam essa modalidade de estudo, lidam com rotinas cansativas que exigem muita energia, sendo alguns além do estudo noturno, trabalham em outros períodos. Um dos hábitos básicos que podem promover maior qualidade de vida é a manutenção do sono. Apesar de parecer simples, notamos que muitas pessoas levam a qualidade do sono como algo trivial e sem muita importância, sendo muitas das vezes mais vislumbrado uma alimentação e exercícios que vão manter o corpo “ideal” para a sociedade, do que a própria saúde. Portanto, acredita-se ser importante relembrar os benefícios de adequar o sono na sua rotina, através de uma fala sintetizada de forma generalizada sobre conceitos que influenciam no mesmo. Trabalhou-se conceitos como: alimentos e consumíveis que influenciam no sono; hábitos saudáveis e não saudáveis e por fim, como o organismo reage ao sono bom e ao sono ruim. Também contou-se com a participação de uma aluna do curso de fisioterapia, que fez uma fala sobre a influência do físico na rotina de sono. Em sua fala a mesma tratou de costumes que causam impacto no sono, além de apresentar técnicas e alguns exercícios para alongamento, tanto para estimular o sono como para se exercitar durante o dia a dia. De modo geral, concluiu-se a eficácia do projeto a partir de uma análise de evidências coletadas com os participantes do projeto e observação da evolução do estudo, onde foram apontados elementos que embasaram a importância do trabalho desenvolvido.

**Palavras-chave:** qualidade de sono; alimentação; fisioterapia; impacto na saúde.

**PROJETO INTEGRADOR****Ansiedade: Efeitos da Sobrecarga de Trabalho**

**Autores:** Allan Michael Pimenta Pezzotti, Elisene Aparecida Pinafo, Gabriele da Silva Pires, Laiane Iorrana Lal Cabau.

**Orientador:** Rodrigo Ramos Anunciação

O projeto desenvolvido explora a crescente preocupação com a saúde mental dos trabalhadores devido ao aumento da carga de trabalho. A sobrecarga profissional, impulsionada pelo avanço tecnológico e pela demanda constante por produtividade, tem elevado os níveis de ansiedade, afetando diretamente o bem-estar e o desempenho no ambiente laboral. O excesso de atividades podem resultar em problemas físicos e psicológicos, como insônia, estresse, cansaço extremo e dificuldades de concentração, além de impactar negativamente as relações interpessoais e a produtividade das organizações. O principal objetivo do projeto é analisar os efeitos do excesso de trabalho e seu impacto na saúde mental e propor estratégias de prevenção e manejo para promover um ambiente laboral mais equilibrado e saudável. Para alcançar esse objetivo foram organizadas palestras com profissionais das áreas de psicologia e uma profissional de educação física, abordando a compreensão da ansiedade, técnicas de enfrentamento e a importância de atividades que ajudam a reduzir o estresse no trabalho. A metodologia incluiu dinâmicas de grupo para incentivar a troca de experiências entre os participantes e a aplicação de exercícios práticos que poderiam ser facilmente incorporados ao cotidiano. Ao final das atividades, foram coletados feedbacks para avaliar a eficácia das ações propostas e identificar áreas de melhoria. O projeto visa conscientizar tanto os trabalhadores quanto as organizações sobre a importância de práticas que promovam a qualidade de vida no trabalho. A partir da proposta de ações que busquem equilibrar as exigências profissionais com o bem-estar dos colaboradores, a iniciativa pode contribuir para a criação de ambientes de trabalho mais saudáveis, que favoreçam o desempenho e a satisfação dos trabalhadores.

**Palavras-chave:** saúde mental; sobrecarga profissional; ansiedade; produtividade; qualidade de vida.

57

**PROJETO INTEGRADOR****Estudo e Planejamento sobre Burnout na Farmácia Farma Total em Manoel Ribas**

**Autores:** Cristiane Schneckemberg Loffi, Mateus Henrique Hemkemeier Buss, Kamilly Eduarda Moreira, Izadora de Oliveira.

**Orientador:** Rodrigo Ramos Anunciação

Sendo a síndrome de Burnout resultante do estresse crônico no trabalho e causador exaustão física e emocional, este estudo visa identificar seus impactos, além de sugerir soluções para preveni-la e melhorar o ambiente de trabalho. Além disso, o projeto busca conscientizar sobre os efeitos do Burnout, ressaltando sua influência na vida profissional e na saúde mental. A identificação precoce dos sintomas é crucial para que os indivíduos busquem tratamento adequado antes que a situação se agrave, impactando a concentração, a memória e a aprendizagem. A pesquisa focou no impacto do Burnout entre colaboradores de uma farmácia, analisando o conhecimento deles sobre as causas que contribuem para a síndrome e propondo medidas para melhorar o bem-estar desses trabalhadores e a qualidade no atendimento. A abordagem utilizada foi qualitativa, envolvendo quatro funcionários que responderam a um questionário online via WhatsApp, com o objetivo de captar suas percepções sobre o ambiente de trabalho e o repertório de identificação de possíveis sinais de Burnout. Os resultados indicaram que os níveis de Burnout entre os colaboradores eram considerados médios a baixos, entretanto um bom conhecimento sobre o assunto. Essa constatação pode ser atribuída à responsabilidade que esses profissionais têm ao lidarem com a saúde dos clientes e a eficácia dos medicamentos, o que pode gerar pressão, mas não necessariamente leva a altos níveis de esgotamento. Em conclusão, o estudo destaca a importância de um ambiente de trabalho saudável para prevenir o Burnout e promover a saúde mental dos colaboradores, melhorando, assim, a qualidade do atendimento aos clientes.

**Palavras-chave:** burnout; farmácia; saúde; trabalho.

**PROJETO INTEGRADOR****Bem-estar e Saúde Mental no Trabalho**

**Autores:** Rafaela Petriu de Paula, Juliana dos Santos Francisco, Samanta Indianara Weber.

**Orientador:** Rodrigo Ramos Anunciação

O presente projeto desenvolveu-se em um dos postos de gasolina da Rede Paris, localizado na cidade de Ivaiporã - PR. Objetivou-se através dos encontros, investigar e analisar as demandas presentes na organização e buscar formas de contribuir de maneira assertiva, visando o bem-estar e a saúde mental no trabalho. Os encontros foram estruturados de maneira concisa, respeitando a dinâmica de funcionamento da empresa. Num primeiro momento, foi realizado observações do local e dos colaboradores, analisando como ocorre esse trabalho, como se organizam, entre outras situações presentes no ambiente organizacional. Após, aplicou-se um questionário para coletar informações sobre os colaboradores, incluindo idade, escolaridade e planos futuros. O próximo passo foi a pesquisa de clima organizacional e por fim, como de intervenção, foi realizada uma dinâmica motivacional de acordo com os levantamentos feito anteriormente. A análise dos dados coletados indicou que o posto, recentemente aberto naquela região, possui uma gestão acolhedora, que colabora com os funcionários, escuta suas demandas e procura atendê-las sempre que possível. Com relação à pesquisa de clima organizacional, sendo esse um instrumento que identifica como está o ambiente interno de uma empresa, foi possível entender que há muitos aspectos positivos percebidos pelos colaboradores, como já citado. No que se refere as percepções negativas, em sua maioria, diz respeito as relações interpessoais. O projeto de intervenção, considerando o engajamento dos colaboradores, consistiu em uma roda de conversa para apontamentos dos indicativos obtidos e um dinâmica onde as estudantes disponibilizarão uma caixa com mensagens motivacionais anexadas a balas. A caixa ficou em uma das mesas, permitindo que os funcionários peguem as mensagens sempre que desejarem.

**Palavras-chave:** clima organizacional; saúde mental; relações interpessoais; motivação.

59

**CIÊNCIAS DA SAÚDE****Caracterização dos pacientes assistidos pelo ambulatório regional de feridas da FATEC nos meses de Abril a Setembro de 2024.****Autores:** Hellen Carolina Pavan Alves, Amanda Gabrieli Barbosa Ferreira**Orientador:** João Felipe Marques

As feridas crônicas são caracterizadas por uma ruptura na continuidade de um tecido corporal, que podem variar em extensão e resultam em traumas ou condições clínicas, apresentando dificuldades para cicatrizar e persistindo por mais de 30 dias. Essa situação pode estar relacionada a diversos fatores, incluindo problemas vasculares, Diabetes Mellitus, hipertensão arterial, neuropatias, longa imobilização, neoplasias e questões nutricionais, demandando um tratamento especializado que se baseie em avaliações contínuas e precisas. No município de Ivaiporã a FATEC, disponibiliza, em conjunto com o CIS (Consórcio Intermunicipal de Saúde), atendimentos especializados em tratamento de feridas crônicas no Ambulatório Regional de Feridas. O objetivo desse trabalho é realizar uma análise dos atendimentos realizados no ambulatório nos meses de Abril a Setembro de 2024. Foi realizado um levantamento transversal nos arquivos do ambulatório de feridas, utilizando dados como quantidade de pacientes em tratamento, tipos de curativos utilizados, principais patologias base e a quantidade de pacientes que receberam alta. Dentro dos meses analisados, foram atendidos o total de 20 pacientes, sendo que, mensalmente, foram realizados em torno de 150 atendimentos, cujas principais patologias base são: Insuficiência Venosa Crônica (IVC), Vasculopatia Periférica, sequela de hanseníase e Diabete Mellitus tipo 2, os curativos utilizados são a Gaze não aderente, Fibra com prata, Espuma hidrocélular, Spray antisséptico, Hidrogel e Bota de UNNA, dos 20 pacientes admitidos, 7 receberam alta do tratamento após a cicatrização cutânea da ferida. Em conclusão, o atendimento no ambulatório de feridas da Fatec de Ivaiporã mostrou eficácia no tratamento de feridas crônicas, com 35% dos pacientes recebendo alta, o que destaca a importância de cuidados especializados.

**Palavras-chave:** feridas crônicas; tratamento especializado; atendimentos ambulatoriais.

60

**RELATOS DE EXPERIÊNCIAS****Estratégias de humanização na experiência da hemodiálise****Autores:** Leticia Cristina Batista, Lorraine Gabriely Magalhães**Orientador:** Tatiane Borzuk

A doença renal crônica é uma condição de saúde pública importante, frequentemente silenciosa até que a função renal seja reduzida em 50%, levando o paciente à hemodiálise. Esse tratamento, embora não seja curativo, mantém a vida, mas impacta o cotidiano, causando ansiedade e desgaste físico e emocional, afetando a qualidade de vida. Humanizar o cuidado de enfermagem vai além do conhecimento técnico; envolve respeito à dor e ao sofrimento, focando no paciente como um todo. A humanização promove uma relação de confiança, melhora a adesão ao tratamento e proporciona alívio emocional, o que pode reduzir a ansiedade e melhorar a qualidade de vida. O objetivo deste estudo é verificar os efeitos positivos da humanização no tratamento de pacientes submetidos à hemodiálise. Durante os estágios supervisionados, foi possível observar o impacto emocional do tratamento e a importância da resiliência. O tema do estudo foi inspirado pela necessidade de reconhecer a complexidade emocional desses pacientes e promover experiências que melhorem o bem-estar mental e emocional.

**Palavras-chave:** doença renal; saúde; qualidade de vida; emocional.

61

**TECNOLOGIAS, GESTÃO E SUSTENTABILIDADE****Flutuação Populacional de Insetos- Praga do milho em uma propriedade do Vale do Ivaí, PR.****Autores:** Marcus Vinícius Batista da Silva, Somente o autor**Orientador:** Mariana Nunes dos Santos Sismeiro

Os sistemas de produção agrícolas têm passado por alterações acentuadas, apresentando vários episódios caracterizados por essa nova realidade. Tais acontecimentos podem acarretar no aumento populacional de certas espécies de insetos na cultura do milho, pois ocorre a interação de um sistema de cultivo diferente do convencional. A partir disso, o objetivo deste projeto é realizar a flutuação populacional de insetos-praga da cultura do milho nas safras 2023 e 2024, sendo avaliados insetos sugadores em uma propriedade localizada no Vale do Ivaí, PR. As avaliações compreenderam monitoramentos semanais durante o período vegetativo da cultura do milho na propriedade. Ocorreram em 12 pontos aleatórios pela área, sendo que cada ponto observou-se em varredura 20 plantas de milho. Na safra 2023, o monitoramento ocorreu em 50 dias entre os meses de março a maio. Já para a safra 2024, totalizaram 43 dias de amostragem nos meses entre fevereiro e abril. Na safra 2023, foram observadas 1600 plantas de milho, das quais 4,3% apresentaram cigarrinha, 1,9% apresentaram percevejo e 14% apresentaram pulgão. Já na safra 2024, foram observadas 1200 plantas, 4% apresentaram cigarrinha, 1,8% apresentaram percevejo e 16,9% pulgão. Sendo assim, nota-se que o inseto-praga predominante na cultura do milho é o pulgão. Na safra 2023 obteve-se uma maior incidência de cigarrinha em relação à safra de 2024, mostrando uma diferença não muito alarmante porém com dano econômico. Entende-se que o clima pode influenciar na flutuação populacional dos insetos-praga avaliados. Na safra 2023 houve veranico fazendo com que o período vegetativo do milho se prolongasse e assim que as populações de insetos permanecessem no local. Dessa forma, é necessário compreender como o clima afeta o comportamento dos insetos-praga, ajudando na melhor tomada de decisão no manejo da cultura para conseguir uma boa produtividade.

**Palavras-chave:** manejo; pragas; monitoramento; defensivos agrícolas.

62

**PROJETO INTEGRADOR****A inteligência emocional na infância: A importância do desenvolvimento emocional para o crescimento integral da criança**

**Autores:** Bruna Sarahem dos Santos, Poliana Alves dos Santos, Wilmar Wiedermann Gallo Junior, Vanilza Semecato Fernandes Coluss, Nathalia Lima, Raphael de Souza Santana, Thayane Santiago Costa.

**Orientador:** Leonardo dos Santos Silva

Introdução: A inteligência emocional é essencial para o desenvolvimento saudável das crianças, impactando a personalidade, relações e habilidades sociais. Desde cedo, a capacidade de reconhecer, entender e controlar emoções é essencial para o bem-estar emocional e o sucesso escolar. A inteligência emocional ajuda as crianças a identificarem suas próprias emoções e as dos outros, promovendo uma comunicação eficaz e relacionamentos saudáveis. As atividades lúdicas são ferramentas excelentes no desenvolvimento da inteligência emocional. Objetivamos promover a compreensão e o manejo das emoções infantis através da educação emocional. Nesse sentido, o projeto foi desenvolvido com crianças de 5 e 6 anos na Escola Municipal Ivaiporã, tendo sido realizado em duas etapas: primeiramente foi realizada uma roda de conversa com a participação de uma psicóloga que aplicou uma dinâmica para que as crianças compreendessem o que são as emoções e em que momentos e determinadas situações elas aparecem. No segundo momento, foram utilizados recursos como animações e jogos para reforçar os conceitos passados e avaliar se foram compreendidos. Espera-se que com este projeto as crianças compreendam e gerenciem suas emoções, além de desenvolver um senso de empatia, as levando a compreender as emoções dos que lhe cercam. Assim, preparando-as para enfrentar os desafios da vida e estabelecer relações saudáveis. Portanto, este projeto mostrou como o desenvolvimento da inteligência emocional na infância é importante para a aquisição de habilidades de autoconhecimento, autocontrole e empatia. E que a utilização de recursos lúdicos para intervenções psicológicas infantis é essencial para um melhor engajamento do paciente. Dessa forma, vê-se que a educação emocional é uma base sólida para o desenvolvimento integral das crianças impactando positivamente sua vida.

**Palavras-chave:** Inteligência Emocional; Infância; Desenvolvimento; Recursos Lúdicos; Crianças.

63

**PROJETO INTEGRADOR****O desenvolvimento da identidade na adolescência: Aspectos psicológicos e sociais**

**Autores:** Isabelle Christen Camargo, Gabriella Kriger Costa Gusmão, Grazielle Maciel Hiler Duarte, Maria Fernanda Monteiro Pontes, Nicoly Bissolotti dos Santos

**Orientador:** Leonardo dos Santos Silva

A adolescência é uma fase crucial no desenvolvimento da identidade, marcada por transformações biológicas, cognitivas, emocionais e sociais. Nesse período, os jovens buscam definir quem são e qual seu lugar no mundo, sendo influenciados por fatores internos e externos, como as relações familiares e com os pares. O estudo explora as dinâmicas sociais e emocionais envolvidas na formação da identidade, destacando os desafios e oportunidades dessa fase. Objetivamos investigar como os aspectos sociais e emocionais influenciam o desenvolvimento da identidade na adolescência, identificando fatores que afetam esse processo e suas implicações para a saúde mental e o bem-estar dos jovens. A pesquisa foi baseada em uma revisão de literatura, abordando as teorias de Erik Erikson, Jean Piaget e Lev Vygotsky, além de estudos contemporâneos sobre as influências interpessoais e emocionais na formação da identidade. Realizou-se também uma intervenção escolar com dois encontros, onde, no primeiro, aplicou-se um questionário; no segundo, ministrou-se uma palestra sobre identidade, com foco social e emocional. Os adolescentes enfrentam pressões sociais, como a busca por aceitação e expectativas familiares, impactando a construção identitária. Questões emocionais, como a autoimagem e a gestão de emoções, são centrais. A intervenção revelou grande interesse por temas de autoestima e redes sociais. O desenvolvimento da identidade na adolescência é complexo, influenciado por fatores sociais, emocionais e culturais. Intervenções que promovem autoconhecimento e diálogo são essenciais para uma transição mais saudável, visto que os apoios emocionais e educacionais favorecem um desenvolvimento identitário mais consciente.

**Palavras-chave:** adolescência; identidade; desenvolvimento.

**PROJETO INTEGRADOR****Adolescentes e sua autoestima: Impactos das comparações em redes sociais.**

**Autores:** Maria Eduarda Oliveira da Silva, Eduarda Gusmão Gomes, Eloiza Sampaio da Silva, Emanuel dos Santos Bernardes, Vitória Eduarda Abreu Botelho.

**Orientador:** Leonardo dos Santos Silva

A adolescência é um período crucial para o desenvolvimento da autoestima, e as redes sociais desempenham um papel significativo nesse processo, onde através da exposição a imagens e padrões de beleza idealizados, os adolescentes estão em constante comparação, o que pode afetar sua auto percepção e seu bem estar emocional, gerando sentimentos de inadequação, ansiedade, depressão ou até mesmo distúrbios de imagens, alterando a forma como esses jovens se veem. Objetivo: abordar a importância da autoestima visando explorar os impactos das comparações nas plataformas digitais e como elas afetam a autoestima dos adolescentes, trazendo a sensibilização e incentivando a aceitação pessoal desses jovens. As intervenções foram realizadas em uma escola estadual no município de Ivaiporã-PR através de palestras, dinâmicas e reflexões instrutivas com uma psicóloga convidada, proporcionando a importância da conscientização sobre as consequências que as redes sociais trazem à autoestima e à saúde mental. As decorrências obtidas através deste projeto apontam que muitos jovens se sentem inseguros em relação a sua fisionomia, além disso, nas dinâmicas realizadas durante a intervenção, muitos compartilharam experiências pessoais, indicando com frequência que se sentem com baixa autoestima ao passar por um longo período de tempo nas redes sociais, muitos adolescentes concordaram que limitar o tempo que passam nas redes sociais poderia ajudar nas consequências que a comparação oferece. Em conclusão, é fundamental refletir sobre os impactos que a autoestima dos adolescentes apresentam durante a exposição nas redes sociais, sendo essencial promover o uso consciente de plataformas digitais especialmente em um mundo onde a tecnologia é primordial, desse modo torna-se essencial ficar atento às necessidades dos jovens, oferecendo apoio.

**Palavras-chave:** Redes sociais; Autoestima; Adolescentes; Comparação.

65

**PROJETO INTEGRADOR****Otimização de processos e estratégias de marketing**

**Autores:** Natalia Divino Teixeira, Iago Nathan Santos da Mota; Everton Adriano de Carvalho; Geiziane Cristina Ramineli Ramos; Mateus Henrique Mota de Oliveira; Thiago Couvo da Silva

**Orientador:** Emanuele Helmann Nunes

Uma boa administração financeira permite decisões estratégicas, evitando desperdícios e prevenindo crises econômicas, enquanto o marketing promove o crescimento e a competitividade. O objetivo é identificar práticas eficazes de marketing para atrair e fidelizar clientes, melhorar a visibilidade dos produtos e otimizar a organização financeira para garantir a sustentabilidade do negócio. A organização das prateleiras, por sua vez, influencia o comportamento dos consumidores, aumentando o potencial de compras por impulso e a fidelização. A metodologia envolve uma revisão teórica, seguida por um estudo de caso em uma mercearia, com análise de dados qualitativos e quantitativos para correlacionar práticas de marketing e organização com os resultados financeiros. Os resultados demonstraram uma evolução em diversas áreas da empresa, com melhorias visíveis tanto na gestão interna quanto na experiência do cliente. Entre os principais avanços observados, destaca-se a melhoria na exposição das mercadorias, otimizando o espaço disponível e tornando a disposição dos produtos mais atrativa e acessível para os clientes. Conclui-se um aumento da eficiência no controle de estoque, garantindo que os produtos essenciais estivessem sempre disponíveis nas gôndolas, evitando rupturas, e isso resultou em um fluxo de reposição mais eficiente, reduzindo os períodos de falta de mercadorias e melhorando a satisfação dos clientes, e otimização do fluxo de caixa a implementação de um controle financeiro mais rigoroso e de práticas de gestão eficientes resultou em um fluxo de caixa mais estável, bem como, a aproximação com a comunidade. Além dos ganhos operacionais, a mercearia também desenvolveu ações de responsabilidade social e ambiental, como a arrecadação de tecidos de descarte para a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Jardim Alegre, a qual realiza a venda dos tecidos, que irá complementar a renda dos associados.

**Palavras-chave:** Administração financeira; marketing estratégico; comportamento do consumidor; gestão de estoque e responsabilidade social.

**CIÊNCIAS JURÍDICAS****Desafios do Sistema Penitenciário no Brasil e a Negligência aos Direitos Humanos**

**Autores:** Geovana da Silva Amaro, Mariana de Assis Kloster

**Orientador:** Pollyana Andrade Ferreti

O sistema penitenciário no Brasil enfrenta condições degradantes que comprometem a dignidade humana e os direitos básicos dos prisioneiros. Ana Paula e Fernanda Graciani destacam problemas como a superlotação e a escassez de serviços essenciais, como alimentação e saúde, tornando o sistema vulnerável à violência e aprofundando desigualdades sociais (Graciani; Graciani, 753). Apesar da Declaração Universal dos Direitos Humanos garantir direitos fundamentais, essas garantias são frequentemente desrespeitadas no ambiente carcerário. Estudos revelam que práticas de tortura e tratamento desumano são comuns nas penitenciárias brasileiras, que deveriam servir à ressocialização, mas muitas vezes se assemelham a "calabouços medievais" (Perri, 2019). A realidade dos presos é marcada por graves violações dos direitos humanos, com a maioria oriunda de classes sociais marginalizadas. Essa situação contraria o princípio da dignidade humana consagrado pela Constituição e tratados internacionais. Além disso, os agentes penitenciários, responsáveis por assegurar os direitos dos detentos, frequentemente se tornam perpetradores de abusos. Para mudar a realidade do sistema prisional brasileiro, é crucial que o Estado implemente políticas públicas que promovam a humanização das detenções e capacitem os agentes penitenciários. A sociedade também desempenha um papel importante, pois a fragilidade das estruturas familiares e a falta de apoio emocional contribuem para a marginalização dos encarcerados. Embora o Estado tenha a responsabilidade de garantir os direitos humanos, não pode ser visto como o único culpado pelas condições precárias enfrentadas pelos detentos. A omissão da sociedade em educar cidadãos conscientes perpetua as desigualdades. Portanto, é essencial que tanto o Estado quanto a sociedade civil mudem suas atitudes para melhorar o sistema prisional.

**Palavras-chave:** Sistema penitenciário brasileiro; direitos humanos; ressocialização.

67

**CIÊNCIAS DA SAÚDE****Benefícios da Musicoterapia na Assistência de Enfermagem em Unidades de Terapia Intensiva (UTIs)****Autores:** Mariane dos Santos Galvão, Mariane dos Santos Galvão**Orientador:** Helton Martins Ramos

A hospitalização representa uma mudança significativa na vida de uma pessoa, interrompendo sua rotina diária. Durante esse período, o paciente precisa se adaptar a um ambiente desconhecido, interagir com pessoas novas, lidar com linguagem técnica, procedimentos invasivos e dolorosos, ruídos constantes e a distância de familiares e amigos. Esse cenário pode ser ameaçador e geralmente é associado a sofrimento. A música, por sua vez, promove bem-estar, emociona e alegria, além de trazer diversos benefícios. Nesse contexto, a musicoterapia se destaca como uma forma de cuidado complementar, sendo uma das práticas aprovadas pela Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC). A música tem influenciado a saúde e o comportamento humano por séculos, com efeitos terapêuticos que incluem a redução da ansiedade, dor, irritabilidade, medo e angústia, além de melhorar a autoestima, memória, interação, participação e integração social. Esses efeitos são benéficos para a assistência de enfermagem, facilitando a comunicação entre enfermeiros e pacientes. Assim, a musicoterapia se torna uma ferramenta essencial para a assistência de enfermagem, e sua integração deveria ser uma prática comum no ambiente de trabalho dos enfermeiros, promovendo uma assistência mais humanizada e trazendo benefícios ao tratamento e conforto dos pacientes internados. Este trabalho científico visa refletir sobre os benefícios da musicoterapia na assistência de enfermagem em Unidades de Terapia Intensiva (UTIs).

**Palavras-chave:** Musicoterapia; humanização; UTI; práticas Integrativas.

**RELATOS DE EXPERIÊNCIAS****Aceitação e resultados do método TBL na Formação Médica.**

**Autores:** Paula Camila Lindolfo Vidal, Matheus Augusto César Fukuda, Giovana Marini dos Passos, Camilly Vitória Colussi, Patrícia Cristina de Souza Gomes Tenório, Alexandre Martins Daubermann

**Orientador:** Mariana Nunes dos Santos Sismeiro

O método TBL (Team-Based Learning) propõe uma estratégia inovadora que coloca o aluno como protagonista de sua aprendizagem, promovendo o desenvolvimento de competências essenciais. Assim, o objetivo deste trabalho foi analisar a aceitação e resultados do método TBL na formação médica por meio de uma pesquisa quantitativa com alunos do 1º período do curso de graduação de Medicina no município de Ivaiporã- PR. Utilizou-se um questionário online com cinco questões de múltipla escolha para avaliar a experiência dos alunos com o TBL, sua eficácia, desafios em comparação a métodos tradicionais e promoção de autonomia. Dos participantes, 40,9% consideraram o método "muito eficaz", 40,9% o classificaram como "eficaz", enquanto 13,6% o avaliaram como "pouco eficaz" e 4,5% como "ineficaz". Quanto ao desenvolvimento de habilidades de pensamento crítico e resolução de problemas, 54,5% relataram que o TBL contribuiu "muito", 22,7% "moderadamente", e 22,7% "pouco". Nenhum aluno afirmou que o método não contribuiu. Em comparação com métodos tradicionais, 54,5% acharam o TBL "muito mais desafiador", e 40,9% o consideraram "um pouco mais desafiador". No que tange à busca autônoma por conhecimento, 63,6% afirmaram que o TBL incentivou isso "frequentemente". Por fim, 50% dos estudantes relataram que as atividades estavam "totalmente alinhadas" com os objetivos de aprendizado, e 40,9% afirmaram que estavam "parcialmente alinhadas". Os resultados sugerem que o método TBL é amplamente considerado eficaz e desafiador, contribuindo significativamente para o desenvolvimento de habilidades críticas e promovendo a autonomia dos alunos.

**Palavras-chave:** aprendizagem ativa; habilidades críticas; autonomia.

69

**CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS****Pedofilia e estigma social: Desafios e possibilidades de tratamentos (resumo de TCC)****Autores:** Gisely da Silva Nogueira, Ana Neusa Fermino Marangoni**Orientador:** Isabela Correa Pellegrini

O artigo tem como objetivo analisar a compreensão social em relação à pedofilia, explorar as possibilidades de tratamento para indivíduos pedófilos e investigar os estigmas sociais associados a essa condição. Embora seja considerada um transtorno, a pedofilia pode gerar desconforto, evidenciando a presença de estigmas e preconceitos. Compreender esses estigmas, assim como os desafios e as possibilidades de tratamento, é essencial para direcionar o olhar além das vítimas, possibilitando intervenções para os indivíduos pedófilos. A metodologia adotada inclui uma revisão bibliográfica e uma pesquisa qualitativa com questionário online, resultando na participação de 33 pessoas que expressaram opiniões divergentes entre punição e reabilitação. Os dados sugerem a necessidade de um equilíbrio entre medidas punitivas e a promoção de tratamento, educação e prevenção. Observou-se que a maioria dos participantes concorda que a pedofilia deve ser abordada de forma multidimensional, enfatizando a educação nas escolas e a sensibilização da comunidade. A pesquisa conclui que é essencial aumentar o investimento em estudos e tratamentos eficazes para indivíduos diagnosticados com pedofilia, visando à prevenção e à reabilitação, com intervenção adequada para atingir a raiz do problema.

**Palavras-chave:** pedofilia; parafilia; abuso Infantil; tratamento para pedófilos.

70

**PROJETO INTEGRADOR****O uso excessivo do celular e o impacto no desenvolvimento de crianças e adolescentes**

**Autores:** Leticia Dos Santos Alves, Rayane Teixeira Da Silva Santos, Luana Vitória Santos Farias, Leandro Pereira Da Costa, Tamires Pinheiro De Oliveira.

**Orientador:** Leonardo dos Santos Silva

**Introdução:** A revolução tecnológica ocasionada pelo surgimento da internet trouxe alterações em grande medida na rotina de todas as pessoas. Sem exceção, todas as faixas etárias, de alguma maneira, tiveram suas vidas afetadas com advento da cultura digital. O portal de acesso ao mundo virtual se dá, principalmente, através de dispositivos eletrônicos: tablets, smartphones e notebooks. O uso desses equipamentos pode, de forma concomitante e paradoxal, trazer benefícios e malefícios. Se por um lado têm-se comodidade e agilidade para resolução de questões ordinárias, o uso excessivo das telas pode acarretar danos à saúde física e mental. **Objetivos:** O presente estudo propõe conscientizar jovens estudantes sobre as consequências positivas e negativas do uso excessivo do celular e apresentar alternativas de entretenimento que não envolvam o uso de dispositivos móveis conectados à internet, com o propósito de conseguir uma rotina mais saudável longe das telas. **Materiais e Métodos:** Foi desenvolvido um jogo de tabuleiro interativo, com perguntas relacionadas ao uso do celular. O jogo tem como objetivo proporcionar um momento de descontração e reflexão sobre o uso de telas. Ao final do jogo será aplicado um questionário para compreender como está a autopercepção de cada estudante sobre o tema. **Resultados:** Com o projeto obteve-se uma maior conscientização dos estudantes quanto ao uso equilibrado das redes sociais e tecnologias e assim contribuir para reconfiguração de hábitos digitais e diminuir sintomas que podem variar entre disfunções do sono, memória e concentração até os impactos de transtornos como ansiedade generalizada e depressão. **Considerações Finais:** A tecnologia é uma realidade irreversível, onde ganhos e perdas alternam-se e coexistem no mundo conectado. Importa, no momento, perceber os riscos gerados a partir da hiper conectividade e encontrar meios de minimizar seus efeitos nocivos.

**Palavras-chave:** saúde mental; adolescentes; tecnologia.

71

**PROJETO INTEGRADOR****Consultoria financeira empresarial e estratégias para organização**

**Autores:** Deivid Loff Ricken, Ryan Gaspar Mendes de Souza; Guilherme Lopes da Silva; Kauane da Silva Cardoso; Leandro Hemkemeier Garcia; Samara Emanuelli Belizario Nogueira; Danielly Galvão de Almeida

**Orientador:** Emanuele Helmann Nunes

O empreendimento surgiu da necessidade de aumentar a renda e aproveitar sua experiência no setor automotivo. Apesar do progresso da empresa, ela enfrenta desafios organizacionais e de gestão de equipe, limitando seu crescimento. O objetivo do trabalho foi identificar oportunidades de crescimento e propor soluções para melhorar a gestão da empresa. Foi realizada uma visita técnica para diagnóstico das demandas da empresa e definidas estratégias para melhorar a gestão financeira e administrativa da empresa, visando otimizar processos, reduzir custos e aumentar lucros. A aplicação do método 5S foi recomendada para promover organização e eficiência. O método 5S é uma metodologia japonesa que visa organizar e melhorar o ambiente de trabalho, aumentando a produtividade e a qualidade das entregas. A partir das propostas do projeto integrador, foram realizadas mudanças na infraestrutura, com implementação de prateleiras, compra e reposição de estoque, organização da distribuição dos equipamentos e materiais. As melhorias implementadas resultaram em maior produtividade, redução de custos e impacto positivo na comunidade, por meio da geração de empregos e qualificação profissional. A aplicação da metodologia 5S foi de extrema importância para destacar a relevância do estudo organizacional e de capacitação da equipe. Com as mudanças realizadas observou-se uma melhora das vendas em 20%, melhor organização do estoque, facilitando a visão dos materiais, trazendo agilidade ao processo de venda e na busca dos produtos. Conclui-se que a adoção das recomendações propostas aprimorou o desempenho financeiro e organizacional da Auto Mecânica Alternativa, gerando um impacto positivo no mercado local.

**Palavras-chave:** método 5S; gestão; produtividade; crescimento e infraestrutura.

### O Sistema Carcerário e os Direitos Humanos

**Autores:** Natália Pianca Stier, .

**Orientador:** Pollyana Andrade Ferreti

O Brasil faz uso intensivo do encarceramento como uma medida de combate ao crime. Atualmente, o país possui a terceira maior população carcerária do mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da China (Piloto, 2024). A Constituição Federal Brasileira de 1988 garante que pessoas em cumprimento de pena tenham seus direitos respeitados, sendo tratadas conforme os princípios fundamentais. A Lei nº 7.210/1984, que institui a Lei de Execução Penal, estabelece que a assistência às Pessoas Privadas de Liberdade (PPL) é um dever do Estado, visando à prevenção de crimes e à reintegração social. Isso implica que as instituições prisionais devem assegurar condições dignas e justas para os detentos, em conformidade com a legislação. Neste cenário, o presente estudo tem como objetivo apresentar as ações aplicadas na Cadeia Pública de Manoel Ribas visando a efetividade dos Direitos Humanos. Este estudo foi feito com base em uma revisão bibliográfica e entrevista com o gestor e colaboradores da Cadeia Pública. Conforme relatado, a unidade prisional, que enfrentava sérias dificuldades em fornecer assistência adequada às PPL, passou por uma transformação após a mudança de gestão, que trouxe um foco renovado na ressocialização. Foram estabelecidas parcerias com Órgãos de Segurança Pública, a Prefeitura e Conselhos Comunitários, resultando em reformas estruturais, construção de um parlatório, criação de novas celas e a entrega de itens essenciais, como colchões, toalhas, mantas e kits de higiene. Além disso, foram facilitadas as visitas, permitidas compras enviadas por familiares e implantados canteiros de artesanato, trabalho e cursos profissionalizantes, além da presença de representantes religiosos e assistentes sociais. Essas iniciativas marcam um avanço significativo em direção a um sistema prisional mais humano e focado na reintegração social dos detentos, demonstrando um compromisso com a dignidade e os direitos humanos.

**Palavras-chave:** população carcerária; dignidade humana; violações de direitos fundamentais; ressocialização.

73

**PROJETO INTEGRADOR****Impacto da gravidez na adolescência na depressão pós-parto: Fatores psicossociais e estratégias de suporte para redução dos efeitos.**

**Autores:** Julia Gabriela Borges Menecoze, Caroline de Andrade Abreu, Emanuelle Manesco Ciuffi do Nascimento, Gabriel César de Camargo, Giovana Garcia Machado, Guilherme Pimentel Blan, Rayane Santana de Oliveira, Sarah Cristina Arcanjo Dias.

**Orientador:** Leonardo dos Santos Silva

**Introdução:** A gravidez na adolescência é um tema muito relevante, não podendo ser negligenciada devido às suas profundas implicações morais, físicas, emocionais e psicossociais. Nesse contexto, a saúde mental perinatal refere-se aos processos psicossociais que ocorrem durante a gravidez como o parto, o período pós-parto e a depressão pós-parto que traz grandes consequências ao vínculo que está sendo criado entre mãe e bebê, especialmente nos aspectos afetivos da relação. **Objetivos:** compreender o impacto da gravidez na adolescência e os fatores de influência na depressão pós-parto, desenvolver intervenções eficazes para a promoção do bem-estar da mãe e bebê, incentivar o estudo da saúde mental materna e estimular os números de diagnósticos da DPP. **Materiais e Métodos:** A metodologia da pesquisa consistiu na realização de uma palestra informativa sobre depressão pós-parto, com o objetivo de conscientizar gestantes, sobre os sinais, riscos e formas de prevenção dessa condição. A palestra foi estruturada em três partes: na primeira, foram apresentados dados estatísticos e relatos de experiências relacionadas à depressão pós-parto; na segunda, discutiram-se estratégias de prevenção e apoio emocional; e, por fim, houve uma sessão interativa em que os participantes puderam fazer perguntas e compartilhar suas preocupações. **Resultados:** Os resultados esperados da palestra sobre depressão pós-parto sugerem um impacto extremamente positivo na conscientização das gestantes. **Considerações Finais:** Ao abordar os sinais e riscos da condição, as participantes adquiriram um conhecimento mais profundo e se sentiram mais preparadas para reconhecer possíveis sintomas e buscar apoio emocional.

**Palavras-chave:** gravidez; adolescência; depressão pós-parto; saúde mental;

74

**PROJETO INTEGRADOR****Processo patológico do transtorno de ansiedade em adolescentes do primeiro ano do ensino médio**

**Autores:** Maria Luiza Ponte Cortez, Alcídio Rosa Martins Ramos, José Manoel de Oliveira Dona, Paula Harumi Barros Sumizawa, Paula Renata do Amaral Mendes, Tatiane de Souza Luciano Ramos, Vitor Hugo Almeida

**Orientador:** Leonardo dos Santos Silva

A adolescência é uma fase com inúmeras mudanças emocionais, físicas e cognitivas na vida de cada adolescente. Nessa etapa a ansiedade é uma emoção frequente já que nesse período os adolescentes estão em busca de construir sua personalidade e costumam se afastar do seu núcleo familiar, e, acabam passando por pressões sociais e familiares. Por conta desses desafios, a ansiedade pode acabar se tornando patológica se não forem tomadas as devidas estratégias para amenizar os seus sintomas. O transtorno de ansiedade tem aumentado muito entre os jovens e por isso evidencia-se a importância de promover estratégias para que eles possam ter mais conhecimento sobre essa emoção. Identificar quais estratégias são mais adequadas para auxiliar adolescentes para que eles possam adquirir recursos para reduzirem os sintomas do Transtorno da Ansiedade. O método consiste em uma conversa inicial com os alunos do primeiro ano e a realização de um exercício onde serão distribuídos papéis aos mesmos para que possam escrever sobre suas principais dúvidas e questões sobre o tema da ansiedade, que desejam discutir. Já durante a palestra, serão fornecidas informações sobre a ansiedade na adolescência, seus sintomas mais prevalentes e os impactos no cotidiano, o que indica uma ansiedade patológica e como se deve proceder diante dessa situação. O projeto contará também com atividades mais dinâmicas como roda de conversa e abertura para questionamentos, fazendo assim com que os participantes se sintam mais incluídos e estimulados a participar. Evidenciou-se com a realização do projeto a importância dos alunos se tornarem capazes de identificar os sintomas da ansiedade e perceberem quando se torna patológica para estarem mais preparados para lidar com as próprias emoções e de quem está ao seu entorno. A aplicação desse projeto foi pensada visando melhorar a saúde emocional dos adolescentes participantes.

**Palavras-chave:** ansiedade; adolescentes; saúde mental;

75

**CIÊNCIAS JURÍDICAS****Regularização Fundiária: Garantia do Direito à Moradia****Autores:** Natália Pianca Stier, .**Orientador:** Ederson Pippus Ferreira e Pollyana Andrade Ferreti

O direito à moradia é considerado um direito fundamental previsto no art. 6º da Constituição Federal” (Martins, 2023, p. 310). No entanto, no viés da realização desse direito, a sua garantia não acontece de forma eficiente. Na perspectiva histórica, o crescimento territorial urbano, no Brasil, se deu de forma desordenada, amparado em uma série de políticas públicas inadequadas ou ausentes, corroborando com a expansão de irregularidades territoriais no decorrer dos anos (Malheiros; Duarte, 2019). Diante desta perspectiva, surge a regularização fundiária, caracterizada por ser um “processo que inclui medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais, com a finalidade de integrar assentamentos irregulares ao contexto legal das cidades” (Nalini; Levy, 2013), fundamentada na Lei nº 13.465/2017, a qual buscou trazer mecanismos que efetiva o direito à moradia. Neste contexto, o presente estudo tem como objetivo investigar possíveis áreas susceptíveis à regularização fundiária no município de Ivaiporã-PR. Para isso, fez uso de uma revisão bibliográfica, de cunho exploratório, assim como, entrevistas com servidores de órgãos públicos e levantamentos de dados com base na quantificação das áreas urbanas irregulares. Após análise ao Sistema de Informações sobre Necessidades Habitacionais do Paraná (SISPEHIS), administrado pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), constatou-se que o município de Ivaiporã, possuía um total de 121 propriedades irregulares no ano de 2010, passando à 39 no ano de 2023. No entanto, em entrevista realizada com a Diretora de Regularização Fundiária da COHAPAR, fora alegado que tais propriedades já estão passando pelo processo de regularização. Assim, o município de Ivaiporã não possui propriedades irregulares, garantindo segurança jurídica aos proprietários e a integração dessas áreas ao sistema formal, facilitando o acesso a serviços públicos e investimentos urbanos, essenciais para a efetivação dos direitos fundamentais.

**Palavras-chave:** política urbana; moradia; função social da propriedade; regularização fundiária urbana; Direitos fundamentais.

76

**CIÊNCIAS DA SAÚDE****A Atuação do Enfermeiro na Realização da Puericultura: Uma Revisão de Literatura****Autores:** Izadora Martins**Orientador:** Elicéia Maibuk

Na atualidade a puericultura ou o conjunto de técnicas empregadas para a promoção da saúde infantil e a prevenção de doenças e agravos à saúde, tem sido uma tarefa dificultosa a ser realizada por profissionais de enfermagem, pois, a falta de adesão, as cresças e outros fatores são prejudiciais a adesão deste programa pelos cuidadores das crianças, afastando-os do sistema e resultando assim em agravos a saúde infantil e problemas no desenvolvimento. Entretanto os profissionais de enfermagem desempenham um papel na conscientização sobre a importância da realização da puericultura que é um elemento crucial para proteger a saúde e o desenvolvimento das crianças. Considerando esses apontamentos observa-se a necessidade da revisão de literatura referente a atuação do enfermeiro na realização da puericultura. Este trabalho foi realizado através da metodologia qualitativa com o método de revisão bibliográfica de vários artigos que coincidiram com o assunto, com um recorte temporal de 15 anos até o tempo presente, realizada em tópicos dos quais emergiram as seguintes categorias: dificuldades do profissional de enfermagem na realização da puericultura; o estabelecimento de vínculo profissional/família; a importância do acompanhamento da puericultura; e as principais condições de saúde detectadas nas consultas de puericultura. O estudo indicou que uma puericultura realizada com uma equipe multidisciplinar engloba diversos saberes e olhares, podendo assim estratificar o paciente ainda precocemente e que quando realizada de forma integral, seguindo todos os parâmetros, podem identificar problemas no desenvolvimento de forma precoce, podendo assim encaminhar o paciente para um serviço especializado o mais rápido possível evitando agravos a saúde.

**Palavras-chave:** puericultura; enfermeiro; desenvolvimento infantil; infância; saúde da criança.

77

**PROJETO INTEGRADOR****O impacto do marketing digital nas vendas on-line: estratégias e insights**

**Autores:** Desirée Amabile Mattos Soares Santana, Jeferson Alves Valencio, Andreia Maciel da Silva, Paola Mazurok Pachulski, Vanilde de Oliveira.

**Orientador:** Emanuele Helmann Nunes

O marketing digital e as vendas online são cruciais para o sucesso empresarial na era digital. O objetivo foi analisar o impacto nas empresas ao utilizar um site para expor os seus produtos ou serviços, ocorrido com a utilização do modelo de vendas e-commerce, trabalhando com uma loja virtual para realização das vendas. Sabemos que é indispensável aderir a esse modelo remoto de vendas, pois com a grande quantidade de empresas concorrentes se utilizando das plataformas virtuais, as empresas que insistirem em manter apenas as vendas em estabelecimentos físicos estarão em desvantagem no mercado. A Valencio Parfum é uma pequena loja, vinculada a uma pessoa física, que até o momento só tem uma página no Instagram e ainda está em processo de identificação do seu público-alvo, para investir em mecanismos que aumentem a taxa de conversão de seguidores/visitantes em compradores. A princípio, foram coletadas informações atuais da empresa a qual o projeto foi desenvolvido, Valencio Parfum, estas informações serão objetos de estudos de comparação com o resultado após a implementação do site. Foi realizada uma palestra sobre marketing digital, com a influencer Francieli Pascziernik, e a criação de um catálogo de vendas, essas ações são essenciais para alavancar a divulgação, o marketing e vendas online. Este projeto cumpriu com seus objetivos na medida em que analisou ferramentas do marketing digital e forneceu recomendações à empresa-alvo, terminando por desenvolver um website. Entende-se que o marketing de uma empresa não é o responsável direto pelas vendas, mas tem um papel fundamental na alavancagem da marca, dando visibilidade aos produtos. O real impacto da implementação de técnicas e do site só poderá ser avaliado no longo prazo.

**Palavras-chave:** E-commerce; produtos; serviços; divulgação e catálogo.

78

**PROJETO INTEGRADOR****Construção de Unidades de Armazenamento para Brinquedoteca de uma Instituição de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.**

**Autores:** Gustavo de Oliveira Ferreira, Igor Silva dos Anjos, Jhonatan Wesley Freitas Teodoro, Tayuane Brito Silvestre

**Orientador:** Vinícius de Souza Tenório

O estudo apresentado partiu da preocupação com o desenvolvimento social e dinâmico dos jovens da Instituição de Acolhimento de Crianças e Adolescentes em sua falta de um local organizado e apropriado para seus momentos lúdicos, o que poderia defasar o desenvolvimento psicossocial dos jovens, para isso, o projeto imaginado envolveu a brinquedoteca do local que estava em necessidade de móveis para guardar seus brinquedos e evitar a desordem do local, e a reutilização de caixotes de madeira de mercados para construir as unidades de armazenamento. Para iniciar, começamos com a análise do local, que fez possível afunilar a escolhas das unidades de armazenamento em dois modelos, sendo eles, baús, e estantes de chão, por serem os mais simples de instalar no local, após a definição dos modelos, foi analisado algumas propriedades mecânicas com o uso de corpos de prova e o uso do laboratório da faculdade. Após definir suas propriedades, foi dado início a construção das unidades de armazenamento, utilizando de pregos sem cabeça para que não manchasse a madeira e evitasse que os jovens se machucassem com as pontas soltas dos pregos, assim como de uma leve tintura com cores claras e chamativas para entreter os jovens.

**Palavras-chave:** unidades de armazenamento; caixotes de madeira; brinquedoteca; pregos sem cabeça; propriedades mecânicas.

79

**CIÊNCIAS JURÍDICAS****O preconceito na adoção interracial e suas relações sociais no Brasil****Autores:** Débora Tainá da Silva Gomes, .**Orientador:** Pollyana Andrade Ferreti

Este trabalho visa analisar o preconceito racial no processo de adoção de crianças negras e indígenas no Brasil. A pesquisa busca evidenciar a discriminação sofrida por essas crianças, que são frequentemente preteridas em favor de outras, com base em critérios que reforçam desigualdades sociais. Destaca-se que essas crianças são vistas, muitas vezes, como objetos de escolha e as questões da cultura, da religião e da bagagem social tendem a ser negligenciadas ou utilizadas como justificativas para a discriminação. Para tanto, foram analisados dados do Sistema Nacional de Adoção (SNA) e realizados estudos bibliográficos, em artigos científicos, legislações e outros materiais disponíveis em bases de dados eletrônicas, sobre discriminação racial no contexto da adoção. Os resultados da pesquisa revelam que em 2017, cerca de 20% dos pretendentes à adoção demonstraram preferência por crianças brancas, evidenciando um forte viés racial. Além disso, 67% dos pretendentes não se mostraram dispostos a adotar irmãos, separando crianças que já possuem vínculos afetivos. A preferência por crianças pequenas (até 6 anos) também foi significativa, com 91% dos pretendentes buscando essa faixa etária. Esses dados demonstram que crianças com mais de 7 anos e que possuem irmãos enfrentam maiores dificuldades para encontrar um lar, devido um vínculo já existente. A preferência por crianças brancas reforça as desigualdades raciais presentes na sociedade brasileira e dificulta a construção de famílias para crianças de origens interraciais. A preferência por crianças brancas, a rejeição a irmãos e a busca por perfis específicos demonstram um profundo desconhecimento sobre a realidade das crianças em abrigos e perpetuam desigualdades sociais.

**Palavras-chave:** preconceito racial; adoção; crianças negras e indígenas; sistema nacional de adoção (sna); desigualdades sociais.

**PROJETO INTEGRADOR****TDAH e o impacto da metodologia de ensino nos adolescentes**

**Autores:** Thiago Alonso Genu, Anna Carolina Leal Sobreira, Carlos Daniel Franciscato Taveira, Felipe Eduardo Martins, Guilherme Silva Simões, Kimberli Loislaine Souza Tomazzia Gabeloni, Stefanny Kawana Arruda.

**Orientador:** Leonardo dos Santos Silva

O Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é uma condição neurológica que afeta o comportamento e o desenvolvimento cognitivo, caracterizada por desatenção, impulsividade e hiperatividade. Em adolescentes, pode prejudicar o desempenho acadêmico, as relações sociais e o desenvolvimento emocional, sendo a identificação precoce dos sintomas um aspecto fundamental para intervenções adequadas. O presente projeto tem como objetivo apresentar o que é o TDAH, caracterizar alguns dos sintomas que esse distúrbio pode trazer na vida das pessoas que o apresentam, especialmente em adolescentes na fase escolar, e, por fim, identificar elementos distratores na aprendizagem em sala de aula, avaliando impactos que podem ser importantes na contribuição da saúde mental de um aluno com esse transtorno. Foi realizada uma roda de conversa explicando sobre o assunto, apontando algumas características essenciais do distúrbio no comportamento e no aprendizado para os alunos terem maior familiaridade com o conteúdo e conscientização do tema, para que fossem desenvolvidas estratégias para um melhor atendimento aos alunos com TDAH. A conscientização de professores é essencial para que se obtenha um maior repertório de estratégias pedagógicas adequadas para alunos com essa dificuldade. É de suma importância a conscientização sobre distúrbios psicológicos e elementos distratores de aprendizagem para que ocorra a adaptação do ambiente às necessidades dos alunos que apresentem dificuldades no processo de aprendizagem.

**Palavras-chave:** TDAH; adolescentes; aprendizagem.

81

**CIÊNCIAS JURÍDICAS****APOSENTADORIA ESPECIAL APÓS A REFORMA DE 2019: IMPACTOS NOS CRITÉRIOS DE CONCESSÃO E NA PROTEÇÃO DOS TRABALHADORES EXPOSTOS À ATIVIDADES DE RISCOS.****Autores:** Aline Pamyla Da Silva Soares Fragassi de Oliveira, Apenas uma participante**Orientador:** Tainara Conti Peres

A aposentadoria especial é um benefício voltado para trabalhadores que atuam em condições que podem prejudicar sua saúde ou integridade física, conforme previsto na Lei nº 8.213/1991. Segundo o Art. 57, esse direito é garantido àqueles que trabalharam por 15, 20 ou 25 anos em atividades com exposição a agentes nocivos, como ruído excessivo, produtos químicos, radiação ou minas de carvão. Para identificar essas condições de risco, as Normas Regulamentadoras (NRs), especialmente a NR 15, definem o que são atividades insalubres. A Constituição de 1988 também protege os trabalhadores, garantindo, nos artigos 7º e 201, o direito à saúde e à previdência social, assegurando que aqueles expostos a condições de risco tenham seus direitos preservados. Para obter a aposentadoria especial, é preciso comprovar o tempo de trabalho e a exposição a agentes nocivos. Contudo, a Reforma da Previdência de 2019 trouxe mudanças significativas, como a exigência de idade mínima e maior dificuldade na comprovação do tempo especial, o que pode prejudicar os trabalhadores. O uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) é essencial para reduzir os riscos, mas sua eficácia depende de treinamento e de uma cultura de segurança no trabalho. Além disso, normas como a NR 9, que estabelece o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, são fundamentais para proteger a saúde dos trabalhadores e embasar a concessão da aposentadoria especial.

**Palavras-chave:** Aposentadoria; Aposentadoria Especial; Exposição ao risco; agentes nocivos; reforma de 2019.

82

**CIÊNCIAS DA SAÚDE****a eficácia da terapia em grupo no tratamento de ansiedade em adultos – uma análise comparativa**

**Autores:** Vanessa Francini de Petriz, Kethellyn Schenekemberg Boaron, Ana Caroline Patera de Jesus, Kauane kmiecik de souza, Ana Paula dos Santos.

**Orientador:** Rodrigo Ramos Anuniação

O projeto desenvolvido no Posto de Saúde São Luis, da cidade de Ivaiporã - PR, teve como objetivo avaliar a eficácia de rodas de conversa no manejo de sintomas de ansiedade em adultos. Com o aumento significativo dos transtornos de ansiedade na sociedade contemporânea, especialmente em contextos de saúde pública, torna-se urgente a busca por intervenções acessíveis e eficazes. As rodas de conversa constituem uma estratégia que alia suporte psicológico e promoção de bem-estar em um ambiente coletivo, no qual os participantes têm a oportunidade de compartilhar experiências e aprender técnicas de enfrentamento para lidar com os seus sintomas. A intervenção seguiu o método de encontros semanais, organizados em torno de temas centrais como identificação dos sintomas de ansiedade, técnicas de relaxamento, mindfulness, controle da respiração, manutenção de bem-estar e entre outros. Além disso, as rodas trouxeram um método de dinâmicas grupais, o que enriqueceu as discussões e ampliou a troca de vivências. Durante o processo terapêutico, os participantes foram convidados a refletir sobre os fatores desencadeantes da ansiedade e sobre como o pensamento disfuncional pode agravar os sintomas. As atividades contaram com a presença de psicólogos que atuam em instituições públicas da sociedade, o psicólogo do CAPS e a Psicóloga no AME, assegurando a qualidade do processo terapêutico e a ética na condução das intervenções. Os resultados, avaliados por questionários aplicados antes e após as sessões, indicaram uma diminuição significativa nos níveis de ansiedade dos participantes, além de uma maior capacidade de manejo dos pensamentos persistentes e disfuncionais. Observou-se, ainda, um fortalecimento das redes de apoio entre os membros do grupo, o que contribuiu para a redução do estigma em torno dos transtornos mentais e para a promoção de um ambiente acolhedor e inclusivo.

**Palavras-chave:** ansiedade; saúde; terapia; grupo; análise.

83

**PROJETO INTEGRADOR****O futuro da sustentabilidade corporativa**

**Autores:** Gabriela de Jesus Silva Santos, Debora Menegaldo Esser; Lilian Natalie Costa Paulino; Mariana Pereira de Oliveira Brancalhão; Luis Gustavo Brzuszkiewicz

**Orientador:** Emanuele Helmann Nunes

Nesta pesquisa exploramos a respeito do conceito de ESG (enviromental, social and governance) diante da aplicação do conjunto de práticas que inclui projetos sociais, ambientais e de governança dentro do meio empresarial, e seus efeitos. Projetos como o ESG podem ser uma forma das empresas se envolverem em causas ambientais a favor do meio ambiente, causas sociais como a inclusão de pessoas com deficiência, e de governança, que tem como um de seus focos a gestão de risco, e utiliza de sistemas de controle interno dentro da empresa. O compromisso com as metas do ESG pode colaborar para que as empresas evitem problemas com a lei, aproveitem novas oportunidades de receita, reduzam riscos operacionais e custos. A ascensão do conjunto de práticas acima referido teve sua ascensão no mercado desde o surto de COVID-19, devido as dificuldades enfrentadas durante a pandemia e complicações com o meio ambiente, tendo o interesse dos investidores aguçado por conta de seus critérios rigorosos, evitando perdas e possibilitando um melhor potencial de crescimento empresarial. Exploramos também a recente chegada das práticas ao Brasil, em escala reduzida, mas de significativo crescimento. Como uma economia emergente, o país dá passos curtos em uma implementação direta, mas não podemos deixar de identificar aspectos e normas sendo inseridos aos poucos nacionalmente. Dentre as dificuldades, desafios como seu custo, podem obstruir a adoção das práticas, sendo complexas e caras, principalmente para empresas de pequeno porte e até mesmo utilização de algumas tecnologias como o uso de Inteligência Artificial (IA). Como conclusão, dá se por concreto que a adoção de soluções baseadas em ESG e tecnologias ambientais, tem contribuído para a economia global e empresarial, e será o foco dos próximos milênios ao redor do planeta.

**Palavras-chave:** ESG; ambiental; governança; economia e cisterna.

84

**RELATOS DE EXPERIÊNCIAS****Estratégia de humanização em experiência da hemodiálise****Autores:** Leticia Cristina Batista, Lorraine Gabriely Magalhães**Orientador:** Tatiane Borzuk

A pesquisa tem como objetivo explorar o impacto da humanização na vida de pacientes renais crônicos em hemodiálise, com foco em suas respostas emocionais. Utilizando a conversa, as emoções dos pacientes serão avaliadas antes e depois de uma intervenção, e também será investigada a percepção deles sobre a música durante o tratamento. A amostra será composta por pacientes de uma unidade específica, o Hospital do Rim. Os dados serão analisados de forma descritiva, categorizando e interpretando as mudanças emocionais. A doença renal crônica é uma condição de saúde pública importante, frequentemente silenciosa até que a função renal se reduz em 50%, levando o paciente à hemodiálise. Esse tratamento, embora não seja curativo, mantém a vida, mas impacta o cotidiano, causando ansiedade e desgaste físico e emocional, afetando a qualidade de vida. Humanizar o cuidado de enfermagem vai além do conhecimento técnico; envolve respeito à dor e ao sofrimento, focando no paciente como um todo. A humanização promove uma relação de confiança, melhora a adesão ao tratamento e proporciona alívio emocional, o que pode reduzir a ansiedade e melhorar a qualidade de vida. O objetivo deste estudo é verificar os efeitos positivos da humanização no tratamento de pacientes submetidos à hemodiálise. Durante os estágios supervisionados, foi possível observar o impacto emocional do tratamento e a importância da resiliência. O tema do estudo foi inspirado pela necessidade de reconhecer a complexidade emocional desses pacientes e promover experiências que melhorem o bem-estar mental e emocional.

**Palavras-chave:** Humanização; doença renal; emoções; qualidade de vida

85

**CIÊNCIAS DA SAÚDE****A Importância da Conscientização sobre Ansiedade em Adultos – Uma Ação Informativa e Educativa**

**Autores:** Vanessa Francini de Petriz, Hérick Fernando de Souza Silvestre, Ketilin Kauane da Silva, Eric Cobianchi Martins, Gabriele Alves de Souza Americo, Vitor Hugo Vieira de Alvarenga.

**Orientador:** Rodrigo Ramos Anuniação

O projeto “A Importância da Conscientização sobre Ansiedade em Adultos – Uma Ação Informativa e Educativa”, desenvolvido no Posto de Saúde São Luís, busca disseminar informações e promover a conscientização da população sobre os transtornos de ansiedade, uma condição cada vez mais prevalente na sociedade contemporânea. O aumento significativo dos casos de ansiedade, principalmente em contextos de saúde pública, ressalta a necessidade de ampliar o entendimento sobre o tema e as estratégias de enfrentamento. Por meio de rodas de conversa e palestras educativas, o projeto visa informar a comunidade sobre a natureza da ansiedade, os fatores desencadeantes e as formas de lidar com seus sintomas. O principal objetivo é oferecer um espaço acolhedor onde os participantes possam aprender sobre os diferentes tipos de ansiedade e identificar sinais de alerta. As sessões incluem práticas preventivas, como técnicas de relaxamento, controle da respiração e mindfulness. Essas ferramentas auxiliam no controle dos sintomas ansiosos e fortalecem a capacidade dos indivíduos de manter o bem-estar. O projeto foca na disseminação de informações de qualidade, promovendo uma cultura de saúde mental e reduzindo o estigma associado à ansiedade. Os encontros semanais permitem que os participantes compartilhem experiências, promovendo um ambiente de apoio mútuo. Ao adotar uma abordagem educativa, o projeto destaca a importância de conscientizar a população sobre a ansiedade e suas consequências, incentivando a busca por tratamento quando necessário. A disseminação de informações sobre os sintomas e as possíveis complicações da ansiedade é essencial para que a sociedade se torne mais preparada para lidar com essa questão, tanto individualmente quanto coletivamente. Dessa forma, o projeto contribui para o bem-estar psicológico dos participantes e para a construção de uma comunidade mais informada.

**Palavras-chave:** Conscientização; Ansiedade; Adultos; Informativo;

86

**CIÊNCIAS JURÍDICAS****A Implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil: avanços, desafios e perspectivas.**

**Autores:** Débora Tainá da Silva Gomes, Jessica dos Santos Guedes, Gabriella Lima Mocelin Reis, Irinaldo Vicentin Dos Santos Junior, Elizete Almeida de Lima

**Orientador:** Pollyana Andrade Ferreti

O presente trabalho tem como objetivo analisar a trajetória da implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no Brasil, destacando sua importância na construção de uma sociedade mais justa e equânime. Através de uma revisão bibliográfica e da análise de dados estatísticos, busca-se compreender os avanços obtidos na proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes, bem como os desafios ainda existentes. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), um marco legal fundamental para a proteção dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil, surgiu em um contexto histórico de grandes transformações sociais e políticas. A década de 1980 foi marcada pela redemocratização do país e pela crescente conscientização sobre os direitos humanos, incluindo os direitos da infância. Analise os impactos positivos da legislação, como a redução do trabalho infantil, o aumento do acesso à educação e a criação de mecanismos de proteção à criança e ao adolescente. O ECA estabeleceu a proibição do trabalho infantil em diversas atividades e definiu limites de idade para o trabalho adolescente. Pesquisas mostram uma redução significativa nas taxas de trabalho infantil nas últimas décadas, especialmente entre crianças e adolescentes de 5 a 13 anos. O ECA garante o direito à educação básica obrigatória e gratuita para todas as crianças e adolescentes. Os dados do Censo Escolar demonstram um aumento significativo nas taxas de escolarização nas últimas décadas, especialmente entre as crianças mais jovens. O Estatuto da Criança e do Adolescente representou um marco histórico na proteção dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil. Apesar dos avanços, ainda há muito a ser feito para garantir a efetivação de seus princípios. É fundamental que a sociedade civil, o Estado e as famílias se unam para promover a defesa dos direitos da criança e do adolescente, construindo um futuro mais justo e igualitário para as próximas gerações.

**Palavras-chave:** Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); proteção integral; equidade; trabalho infantil; educação.

87

**CIÊNCIAS JURÍDICAS****OS IMPACTOS DE UMA LEGISLAÇÃO FRÁGIL E OS CONFLITOS DE INTERESSES QUE PERMEIAM O MEIO AMBIENTE: COMO ESSA PROBLEMÁTICA PODE SER SOLUCIONADA?****The conflicts of weak legislation and the conflicts of interest that permeate the environment: How can this probl****Autores:** Hortência Larissa dos Santos Costa, Luany de Oliveira Lopes**Orientador:** Andrezza Damasceno Machado

O presente trabalho tem por objetivo identificar a defasagem e a inobservância da legislação brasileira e como as atividades industriais do setor econômico têm prevalecido sobre a questão ambiental. Para a realização desta síntese, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, pautada na análise de artigos, reportagens e legislação brasileira. Inicia-se uma discussão que reflete anos de atividades antrópicas intensificadas desde a revolução industrial e o surgimento do sistema capitalista. Conforme Rodrigo Zouain da Silva (2012, p. 60), a produção em larga escala, iniciada no século XVIII, priorizou a maximização dos lucros, negligenciando a qualidade ambiental. Com base em uma análise do ordenamento jurídico brasileiro e da legislação ambiental vigente, observa-se que sua não observância adveio de inúmeros fatores, como o uso excessivo de termos técnicos e a falta de interesse do poder público e da sociedade. Identifica-se, também, a flexibilização pela qual a legislação ambiental vem passando, fato que se dá pelo grande interesse econômico envolvido, resultando em impunidade e danos ao meio ambiente. Em muitos casos, o governo brasileiro adota políticas que enfraquecem regulamentações ambientais para facilitar o desenvolvimento econômico, como o abrandamento de regras de licenciamento e a falta de fiscalização efetiva. Entre 2004 e 2012, o desmatamento na Amazônia foi reduzido em 83%, por meio do aumento de monitoramento, fiscalização, punição, entre outras medidas tomadas pelo poder público, fato comprovado pela reportagem da DW Brasil. Em conclusão, a atuação do setor econômico vem ganhando importância, sobrepondo-se às questões ambientais, devido à tecnicidade que dificulta a interpretação da legislação e à flexibilização das normas ao longo dos anos.

**Palavras-chave:** sustentabilidade; legislação; desmatamento; indústria; meio ambiente.

**A Despenalização ou Descriminalização do Artigo 28 da Lei nº11.343/06****Autores:** Adriana Martins Barbosa, Thiago Caetano Custódio**Orientador:** Andrezza Damasceno Machado

A presente pesquisa tem como objetivo esclarecer a natureza jurídica do artigo 28 da Lei 11.343/06, que retirou a pena de prisão privativa de liberdade para o porte de drogas para o uso pessoal. A Lei de Introdução ao Código Penal estabelece a pena de restrição de liberdade para caracterizar a natureza criminal da conduta, o que gerou controvérsia na comunidade Jurídica. Doutrinadores como, Greco Filho e Bitencourt alegam que a conduta ainda possui natureza criminal e, portanto, não houve descriminalização, já Luiz Flávio Gomes e João José Leal afirmam que houve descriminalização. O artigo 28 da Lei de Drogas no Brasil (Lei nº 11.343/2006) trata da posse de drogas para uso pessoal. Ele estabelece que a posse de drogas, quando não destinada ao tráfico, deve ser abordada de maneira diferenciada. A polícia pode apreender a substância, mas o usuário não é considerado criminoso. Neste caso, será aplicada medidas educativas, como a advertência e a obrigatoriedade de comparecimento a programas de prevenção e tratamento. A lei considera a quantidade de droga e as condições como um fator para diferenciar a posse para uso pessoal da posse para tráfico. Esse trabalho busca tratar o usuário de drogas de forma mais humanizada, reconhecendo a necessidade de medidas de saúde pública em vez de punições criminais. O artigo 28, diz respeito à conduta do porte de drogas para o consumo pessoal. Nele, o legislador viu por bem retirar a pena privativa de liberdade (detenção e reclusão) para o usuário, antes prevista no Art. 16 da Lei nº. 6.368/1976, e estabelecer novas sanções ao agente. Há um significativo debate acerca da ocorrência de despenalização ou de descriminalização de tal conduta. Inquestionavelmente, o polêmico tema suscita questões sociais, morais, econômica, jurídicas, médicas e sanitárias e deve, portanto, ser debatido.

**Palavras-chave:** despenalização, descriminalização; entendimento jurisprudencial.

89

**CIÊNCIAS DA SAÚDE****SEXUALIDADE NA TERCEIRA IDADE:  
O AUMENTO DOS CASOS DE IST'S****Autores:** ANA PAULA BENETON BOSCO**Orientador:** Helton

Atualmente no Brasil o índice de pessoas acima de 60 anos vem crescendo, isso se dá as mudanças biopsicossociais, devido às modificações no estilo de vida a sexualidade se torna um tema em destaque, já que nos últimos anos vem aumentando os casos de IST's nesta faixa etária, decorrente a desinformação e negligência da AB. A pesquisa tem o objetivo de desmistificar a sexualidade na terceira idade e fornecer informações sobre infecções. Por meio da sistematização de dados científicos do Google Acadêmico e a análise de revisões e periódicos referente à temática.

**Palavras-chave:** sexualidade; idosos; IST's; HIV; enfermagem.

**RELATOS DE EXPERIÊNCIAS****Primeiros Socorros Para Colaboradores De Uma ILPI No Município De Ivaiporã**

**Autores:** Joice Aparecida de Almeida Galvão, Sirlei Rieppe

**Orientador:** Helton Martins

As Instituições de Longa Permanência para Idosos surgiram como resposta às necessidades de cuidado da população idosa, especialmente em contextos sociais que mudaram a expectativa familiar. No Brasil, instituições como as Santas Casas de Misericórdia funcionavam com base na caridade, sem a participação do Estado. Com a promulgação da Constituição de 1988 e o Estatuto do Idoso de 2003, o papel do Estado se tornou mais ativo na regulamentação das ILPIs, promovendo cuidados estruturados. A capacitação em primeiros socorros é crucial, pois uma resposta rápida e eficiente em emergências pode salvar vidas e minimizar complicações. Contudo, muitos colaboradores carecem de treinamento adequado, o que pode resultar em respostas inadequadas durante emergências. Assim, a formação contínua em primeiros socorros é essencial para garantir a segurança dos residentes, melhorando a qualidade do atendimento emergencial nas instituições. Este trabalho é um estudo descritivo de abordagem qualitativa, realizado por estudantes de enfermagem da fatec, que documenta as vivências no projeto de extensão "Atitudes que Salvam". O objetivo foi capacitar 34 colaboradores do Lar de Longa Permanência "Lar Santo Antônio" em primeiros socorros, enfatizando a importância de uma resposta rápida em emergências como Paradas Cardiorrespiratórias (PCR). As capacitações incluíram simulações práticas e teóricas, abordando desmaios, fraturas e obstrução das vias aéreas, como a manobra de Heimlich. O projeto ressaltou a necessidade de treinamento contínuo e o impacto da sarcopenia na saúde dos idosos, promovendo a segurança e o bem-estar dos residentes. A capacitação na ILPI preparou colaboradores para emergências, ensinando técnicas como PCR e manobras para desmaios e fraturas, aumentando a segurança da equipe. As simulações foram valiosas, promovendo um ambiente mais seguro e prevenção. Espera-se que essa formação melhore a resposta a emergências, reduzindo complicações e fortalecendo a saúde dos idosos.

**Palavras-chave:** Primeiros Socorros, Enfermagem, Idosos, Colaboradores, Instituição de Longa Permanência.

91

**CIÊNCIAS JURÍDICAS****Desafios da Implementação dos Direitos Humanos****Autores:** Larissa Vitória Pereira Zstapak, Leticia Gabrielli Borges de Melo**Orientador:** Pollyana Ferreti

Os direitos humanos são direitos básicos e inerentes a todos os seres humanos, são normas nas quais visam proteger a dignidade das pessoas, independentemente de qualquer condição. No entanto, enfrenta diversos desafios nos quais variam de contextos jurídicos a barreiras culturais. Diante disso, nossa pesquisa tem como objetivo identificar e discutir os principais desafios enfrentados na implementação dos direitos humanos, com foco em aspectos que impactam sua efetividade. Os resultados apontam que os principais desafios da implementação dos direitos humanos enfrentados atualmente são: resistência cultural em algumas sociedades, a insuficiência de recursos para a implementação de políticas públicas eficazes, a falta de vontade política por parte de governos, a desigualdade social e a dificuldade de acesso a justiça para populações vulneráveis. Decorrente desses fatores ocorre a persistência de violação dos Direitos Humanos em diversas partes do mundo. A implementação dos direitos humanos é um processo bastante complexo no qual requer não apenas legislações apropriadas, mas também exige um comprometimento englobando inúmeros setores da sociedade. Para garantir que os direitos humanos sejam efetivamente respeitados e promovidos, é essencial superar os desafios identificados ainda que exija um esforço conjunto e contínuo.

**Palavras-chave:** direitos humanos; implementação; desafios; direitos.

**Desafios da Implementação dos Direitos Humanos**

**Autores:** Larissa Vitória Pereira Zstapak, Letícia Gabrielli Borges de Melo

**Orientador:**

Os direitos humanos são direitos básicos e inerentes a todos os seres humanos, são normas nas quais visam proteger a dignidade das pessoas, independentemente de qualquer condição. No entanto, enfrenta diversos desafios nos quais variam de contextos jurídicos a barreiras culturais. Diante disso, nossa pesquisa tem como objetivo identificar e discutir os principais desafios enfrentados na implementação dos direitos humanos, com foco em aspectos que impactam sua efetividade. Os resultados apontam que os principais desafios da implementação dos direitos humanos enfrentados atualmente são: resistência cultural em algumas sociedades, a insuficiência de recursos para a implementação de políticas públicas eficazes, a falta de vontade política por parte de governos, a desigualdade social e a dificuldade de acesso a justiça para populações vulneráveis. Decorrente desses fatores ocorre a persistência de violação dos Direitos Humanos em diversas partes do mundo. A implementação dos direitos humanos é um processo bastante complexo no qual requer não apenas legislações apropriadas, mas também exige um comprometimento englobando inúmeros setores da sociedade. Para garantir que os direitos humanos sejam efetivamente respeitados e promovidos, é essencial superar os desafios identificados ainda que exija um esforço conjunto e contínuo.

**Palavras-chave:** Direitos humanos; implementação; desafios; direitos; internacionais.

93

**CIÊNCIAS JURÍDICAS****Acidentes de trabalho e suas repercussões no Direito Penal****Autores:** Luan Felipe Schuindt de Araújo, Josnei Urbanski Júnior**Orientador:****ACIDENTES DE TRABALHO E SUAS REPERCUSSÕES NO DIREITO PENAL**

O presente resumo analisa as repercussões criminais dos acidentes de trabalho, que são eventos que ocorrem durante a execução das atividades profissionais e que podem afetar tanto os empregados quanto os empregadores, gerando consequências significativas no âmbito do Direito Penal. O objetivo da pesquisa é examinar as sanções aplicáveis aos empregadores que não cumprem as normas de segurança e saúde no trabalho, especialmente em casos de acidentes que resultem em lesões ou mortes. Para isso, foi adotado um método teórico e dedutivo, com base na análise de literatura especializada e na legislação pertinente, como o Código Penal Brasileiro. Os resultados revelam que a lei prevê penalidades para os empregadores que expõem os trabalhadores a perigo, conforme o Artigo 132 do Código Penal, com sanções que podem variar de três meses a um ano de prisão. Em casos de fatalidades, a responsabilização pode incluir homicídio culposo, cujas penas variam de um a três anos de detenção. Apesar da existência de sanções, as consequências dos acidentes são muitas vezes irreversíveis. Por fim, destaca-se a importância de os empregadores adotarem medidas preventivas, como a implementação de programas de segurança e fornecimento de equipamentos adequados, a fim de proteger a saúde e segurança dos trabalhadores e evitar responsabilizações penais.

**Palavras-chave:** Acidente de trabalho; Direito Penal; Empregador; Normas.

**CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS****A Trajetória de Lutas e Conquistas da Comunidade LGBTQIA+ no Brasil.**

**Autores:** Vitória Isabel Pires Ribeiro., Camilly Michely de Jesus Macedo.

**Orientador:** Pollyana Andrade Ferreti.

A comunidade LGBTQIA+ no Brasil tem uma história rica de lutas e conquistas. Desde a década de 1970, ativistas têm se mobilizado contra a discriminação e a violência. Um marco importante foi a retirada da homossexualidade da lista de doenças pela Organização Mundial da Saúde em 1991. Erika Hilton é um exemplo inspirador de luta e superação. Mulher trans, negra e periférica, ela enfrentou inúmeros obstáculos ao longo de sua vida. Desde jovem, Erika lidou com a violência e a exclusão social, mas encontrou no ativismo uma forma de resistência e transformação. Sua trajetória política começou com o trabalho em organizações de direitos humanos e defesa da comunidade LGBTQIA+. Em 2020, Erika foi eleita a primeira vereadora trans de São Paulo, sendo a mulher mais votada na capital. Sua eleição foi um marco histórico e um símbolo de representatividade e inclusão. Em 2022, ela se tornou uma das primeiras deputadas federais trans do Brasil, continuando sua luta por direitos e igualdade. Erika Hilton enfrentou muitos desafios, incluindo a transfobia e a resistência política. A história de Erika Hilton é um testemunho poderoso de resiliência e esperança. Sua presença na política brasileira é um lembrete de que a luta por direitos e igualdade é contínua e que cada conquista é um passo importante para um futuro mais justo e inclusivo. Eleição de Erika Hilton como deputada federal em 2022 5: Desafios enfrentados por Erika Hilton 6: Defesa de direitos pela Erika Hilton 7: Impacto da trajetória de Erika Hilton 1: Retirada da homossexualidade da lista de doenças pela OMS 2: Conquistas legais da comunidade LGBTQIA+ no Brasil.

**Palavras-chave:** Érika Hilton; LGBTQIA+; Homofobia; Direitos Humanos.

95

**CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS****VIOLENCIA CONTRA MULHER****Autores:** ELIZETE, Elizete Almeida de lima**Orientador:** ELIZABETHE JAUER

A violência contra a mulher é um problema histórico que persiste mesmo após a criação de leis protetivas, como a Lei Maria da Penha. Apesar de avanços na luta pelos direitos femininos, os índices de violência doméstica e feminicídios no Brasil ainda são alarmantes, refletindo a resistência estrutural ao progresso social. Este estudo tem como objetivo analisar os principais desafios enfrentados pelas mulheres no Brasil, abordando a violência doméstica, o feminicídio e a violência política, além de propor a necessidade de políticas públicas mais eficazes para proteção e construção da igualdade de gênero. Foram utilizados dados de 2023, incluindo mais de 230 mil casos de violência doméstica e 1.400 feminicídios registrados no Brasil. Também foi realizado um levantamento sobre a violência contra mulheres na política, que apontou que 81% das mulheres na política já sofreram algum tipo de agressão, física, psicológica ou virtual. Os números demonstram que, mesmo com a implementação da Lei Maria da Penha, a violência contra a mulher no Brasil continua elevada, mostrando que apenas a legislação não é suficiente para conter o problema. No campo político, a violência afeta a participação feminina, desestimulando a entrada de mulheres nos espaços de poder e comprometendo a representação igualitária. A persistência da violência contra a mulher revela a necessidade urgente de políticas públicas que garantam não apenas segurança, mas também igualdade de oportunidades. E na política a participação das mulheres deveria ser garantida a paridade nos cargos não apenas ter cotas Além disso, é essencial promover uma cultura de respeito e combate ao machismo em todos os níveis da sociedade, para que todas as mulheres possam viver sem medo e com dignidade.

**Palavras-chave:** mulher; violência; política.

**CIÊNCIAS JURÍDICAS****Silêncio e Violência: A Luta dos LGBTs por Direitos e a Carência de Legislação Eficaz****Autores:** Maria Clara Lopes Mariani, Giovanna Pereira Cavalheiro de Meira**Orientador:** Pollyana Andrade Ferreti

O tema LGBT envolve direitos, identidades e experiências de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e outras. Nas últimas décadas, houve avanços significativos na conquista de direitos civis, reconhecimento legal e visibilidade. No Brasil, a Constituição garante direitos, mas a discriminação persiste. Movimentos sociais promovem visibilidade e defendem direitos. A falta de legislação específica dificulta a justiça. Projetos de lei, como o PLC 122/2006, tramitam há anos, mas não são aprovados. A carência de legislação específica dificulta a garantia de justiça para vítimas de violência e discriminação. A luta pela igualdade busca criar uma sociedade inclusiva, reconhecendo a diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero. A discussão envolve políticas públicas, educação, saúde e representação na mídia para garantir dignidade e plenitude. A realização de campanhas educativas é fundamental para conscientizar a sociedade sobre os desafios enfrentados pela comunidade LGBT. Em diversas partes do mundo, a discriminação, o preconceito e a violência contra a comunidade LGBT são experiências cotidianas. A garantia de direitos é comprometida por uma cultura de discriminação. Instituições encarregadas da proteção dos direitos humanos nem sempre cumprem suas funções adequadamente. A igualdade vai além da obtenção de direitos legais; trata-se de criar uma sociedade acolhedora, que respeite a diversidade. A comunidade LGBT precisa de uma legislação sólida que penalize a homofobia e a transfobia. A luta pela igualdade é contínua e exige compromisso e ação de todos.

**Palavras-chave:** intolerância; preconceito; discriminação; homofobia; liberdade de gênero.

**PROJETO INTEGRADOR****“Enfermeiros da alegria”: acolhimento aos pacientes, acompanhantes e profissionais nos ambientes hospitalares.**

**Autores:** Cristiani Santos Dias Lima, Alessandra Correa Canedo, Carina Garcia Gonçalves Canedo, Emanuelle Ambrosio, Joelma Maria de Assis e Silvia Bovo Tsechuk.

**Orientador:** Mariana Nunes dos Santos Sismeiro

A prática do voluntariado hospitalar está se estabelecendo como uma ferramenta cada vez mais reconhecida e valorizada no contexto da saúde. Dessa forma, este projeto teve como objetivo levar humanização aos profissionais nas instituições hospitalares dos municípios de Ivaiporã e Jardim Alegre (PR) com a atuação do grupo “Enfermeiros da alegria” tornando uma atmosfera saudável aos pacientes e acompanhantes. Para isso, foi realizada uma ação no dia 09/05/2024, para aproximadamente 100 pessoas, compreendendo visitas aos leitos da enfermaria e da UTI - Adulto e também aos demais setores dos hospitais como: refeitório, cozinha e zeladoria. Foram realizadas brincadeiras, atividades lúdicas e musicoterapia. A diretora de um dos hospitais atendidos disse: “Foi uma tarde muito agradável e emocionante em nosso hospital. Trouxeram muita alegria e vitalidade, não somente aos pacientes, mas também aos acompanhantes e profissionais da área da saúde. As portas estão abertas e será um prazer tê-los em nosso hospital novamente”. Uma colaboradora de um dos hospitais relatou: “Vocês fizeram a diferença, uma criança autista em meu plantão quando encaminhada para o centro cirúrgico estava ansiosa e com medo, mas quando entrei no quarto ela se lembrou que a Branca-de-Neve a visitou, após isso, foi se acalmando e a conduzimos até o centro cirúrgico, com um sorriso no rosto”. Alguns pacientes disseram: “eu acho, muito interessante este movimento, pois anima quem está passando por momentos difíceis”, “eu acho bonito para as pessoas acamadas pois trouxe alegria”, “maravilhoso, muito bom, especial, fez toda a diferença na vida das pessoas”, “foi lindo, ajuda muito a dar uma alegrada no nosso dia”. Diante do exposto, acredita-se na continuação do projeto tornando- o multiprofissional e na expansão para toda a região do Vale do Ivaí levando acolhimento não só para ambientes hospitalares, mas também para instituições que trabalhem com pessoas em situação de vulnerabilidade social.

**Palavras-chave:** palhaçaria; humanização; voluntariado; hospital.

98

**CIÊNCIAS DA SAÚDE****Caracterização dos idosos atendidos no ambulatório de atenção aos pacientes com feridas****Autores:** Ana Paula Fuhr de Moraes, ...**Orientador:** Prof<sup>a</sup>. Janaina de Oliveira Barbosa Simões

Este estudo trata do atendimento a idosos com feridas crônicas no Ambulatório Regional de Atenção ao Paciente de Feridas da FATEC, em Ivaiporã, Paraná. O envelhecimento populacional no Brasil, acompanhado pelo aumento de doenças crônicas, como diabetes, hipertensão arterial sistêmica e insuficiência venosa, reforça a necessidade de caracterizar o perfil desses pacientes e seus tratamentos. O objetivo da pesquisa foi identificar o perfil dos idosos atendidos, analisando diagnósticos, causas e fatores associados ao tratamento das feridas. A metodologia adotada foi uma pesquisa quantitativa, descritiva e transversal, realizada entre fevereiro e junho de 2024, no estágio de alunos de enfermagem. A amostra incluiu 17 idosos, sendo 11 mulheres e 6 homens, com idades entre 60 e 99 anos. As principais comorbidades observadas foram hipertensão arterial sistêmica (11 casos) e diabetes mellitus (10 casos), refletindo a complexidade de saúde desses pacientes. Quanto às feridas, a úlcera venosa foi a mais frequente (8 casos), seguida pelo pé diabético (7 casos), demonstrando a correlação direta entre comorbidades e a presença de feridas crônicas. Os dados foram organizados em tabelas que ilustram sexo, idade e tipos de feridas dos pacientes. A conclusão ressalta que o atendimento a esses idosos precisa ser multidisciplinar e contínuo, envolvendo não apenas cuidados clínicos, mas também fatores comportamentais e sociais que influenciam a busca por tratamento. Observou-se que os homens, por resistência cultural, tendem a procurar atendimento de forma tardia, muitas vezes com complicações mais graves, exigindo intervenções voltadas à educação em saúde. A atuação da enfermagem é fundamental no manejo das feridas, oferecendo cuidados diretos, monitoramento contínuo e colaboração com outros profissionais, promovendo a recuperação e qualidade de vida dos idosos.

**palavras-chave:** idosos; feridas crônicas; assistência de enfermagem; comorbidades; saúde pública.

**CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS****A Trajetória de Lutas e Conquistas da Comunidade LGBTQIA+ no Brasil.**

**Autores:** Vitória Isabel Pires Ribeiro., Camilly Michely de Jesus Macedo.

**Orientador:** Pollyana Andrade Ferreti.

A comunidade LGBTQIA+ no Brasil tem uma história rica de lutas e conquistas. Desde a década de 1970, ativistas têm se mobilizado contra a discriminação e a violência. Um marco importante foi a retirada da homossexualidade da lista de doenças pela Organização Mundial da Saúde em 1991. Erika Hilton é um exemplo inspirador de luta e superação. Mulher trans, negra e periférica, ela enfrentou inúmeros obstáculos ao longo de sua vida. Desde jovem, Erika lidou com a violência e a exclusão social, mas encontrou no ativismo uma forma de resistência e transformação. Sua trajetória política começou com o trabalho em organizações de direitos humanos e defesa da comunidade LGBTQIA+. Em 2020, Erika foi eleita a primeira vereadora trans de São Paulo, sendo a mulher mais votada na capital. Sua eleição foi um marco histórico e um símbolo de representatividade e inclusão. Em 2022, ela se tornou uma das primeiras deputadas federais trans do Brasil, continuando sua luta por direitos e igualdade. Erika Hilton enfrentou muitos desafios, incluindo a transfobia e a resistência política. A história de Erika Hilton é um testemunho poderoso de resiliência e esperança. Sua presença na política brasileira é um lembrete de que a luta por direitos e igualdade é contínua e que cada conquista é um passo importante para um futuro mais justo e inclusivo. Eleição de Erika Hilton como deputada federal em 2022 5: Desafios enfrentados por Erika Hilton 6: Defesa de direitos pela Erika Hilton 7: Impacto da trajetória de Erika Hilton 1: Retirada da homossexualidade da lista de doenças pela OMS 2: Conquistas legais da comunidade LGBTQIA+ no Brasil.

**Palavras-chave:** Érika Hilton; LGBTQIA+; Homofobia; Direitos Humanos.

100

**CIÊNCIAS JURÍDICAS****Envelhecimento Digno: A responsabilidade do Estado e da Sociedade****Autores:** Matheus Delabiglia Gomes, Matheus Delabiglia Gomes, Gilberto Bonfim**Orientador:** Pollyana Andrade Ferreti

A responsabilidade da sociedade em relação aos idosos é um tema de extrema relevância, especialmente considerando o rápido envelhecimento da população. O respeito e a proteção dos direitos dos idosos são fundamentais para garantir uma qualidade de vida digna e ativa. A legislação brasileira, como o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), estabelece diretrizes claras para promover os direitos e garantias das pessoas acima de 60 anos, reforçando o papel da sociedade na proteção desse grupo. Com a transição demográfica visível, que evidencia o aumento do número de idosos, surgem novos desafios para a sociedade. Essa responsabilidade se estende à criação de ambientes que promovam a inclusão e a participação ativa dos idosos na sociedade. Iniciativas comunitárias, programas sociais e políticas públicas são essenciais para que os idosos se sintam valorizados e reconhecidos. É imprescindível que a sociedade promova uma cultura de respeito à experiência e sabedoria dos mais velhos, assegurando que o processo de envelhecimento seja digno. Essa dignidade é vital para enfrentar as fragilidades desse período da vida. Num cenário em que as relações humanas estão se distanciando, muitas vezes substituídas por interações digitais, os idosos são particularmente impactados. Essa desconexão com o mundo digital pode levar à marginalização, resultando em uma inobservância dos direitos que lhes são garantidos. Portanto, a criação de ambientes acolhedores, tanto públicos quanto privados, é essencial. Esses espaços devem ir além das tradicionais casas de repouso, proporcionando respeito, saúde, educação e lazer, e assim garantir que aqueles que necessitam de amparo da sociedade tenham suas necessidades atendidas. Portanto, este trabalho, por meio de revisão bibliográfica e análise da legislação, busca explorar alternativas que proponham políticas públicas e iniciativas que assegurem uma vida digna para os idosos.

**Palavras-chave:** Idosos; Direitos; Sociedade; Legislação; Inclusão.

101

**CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS****A VISÃO DE PROFISSIONAIS SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS OCASIONADAS POR VIOLÊNCIA EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE FREQUENTAM O CRAS DE MANOEL RIBAS-PR****Autores:** Amanda Caroline Boger Macedo, Maria Vitoria de Almeida Antunes**Orientador:** Rodrigo Ramos Anuniação

No presente artigo buscou-se realizar uma pesquisa sobre as consequências psicológicas ocasionadas em crianças e adolescentes por meio da violência. No Brasil, a violência se manifesta como um problema de saúde pública afetando também as crianças e adolescentes. Utilizando uma revisão bibliográfica e também a pesquisa a campo realizada com os colaboradores do CRAS da cidade de Manoel Ribas - PR, foi realizada a coleta de dados para discorrer sobre a temática. É de suma importância realçar que as violências e também negligências geram um sofrimento na criança, favorecendo cada vez mais o desenvolvimento de padrões inseguros, o comprometimento no seu desenvolvimento social/emocional e nas suas relações interpessoais e afetivas, devemos levar em consideração que as consequências psicológicas da violência em crianças e adolescentes não é algo que se apresenta de maneira tardia, e sim na própria fase do desenvolvimento dos mesmos, e o não acolhimento correto e no momento certo pode levar a piores consequências na fase adulta. Conclui-se que as violências trazem grandes danos à saúde mental das crianças e adolescentes, favorecendo os déficits, transtornos e problemas sociais, dificuldades em relações interpessoal e intrapessoal, entretanto as violências são muitas vezes silenciadas no contexto familiar como também no social, o que gera o aumento e continuidade em suas diversas maneiras.

**Palavras-chave:** consequências psicológicas; CRAS; violências; crianças; adolescentes.

102

**PROJETO INTEGRADOR****Saúde do adolescente, higiene e autocuidado**

**Autores:** Michelly de Campos, Carla Yasmin da Silva dos Santos, Edilaine da Silva, Elisangela dos Santos Franca, Nayra Fernanda Matias.

**Orientador:** Elicéia Maibuk

O presente projeto, aplicado no dia 21 de outubro de 2024, teve como objetivo sensibilizar os jovens sobre a importância da higienização adequada e das práticas de autocuidado, com ênfase na adaptação dessas práticas à rotina e realidade de cada indivíduo. Foi realizada uma palestra destinada aos alunos do 6º e 7º período do Colégio Estadual Idália Rocha, no turno vespertino. Durante a palestra, foram utilizados slides elaborados por meio do aplicativo Canva, bem como um painel com imagens que serviam como lembretes sobre atos simples e essenciais de uma rotina de higiene. Os alunos também participaram de uma atividade prática, na qual aprenderam a lavar as mãos corretamente. Para essa dinâmica, foram usadas luvas descartáveis e tinta, e, ao final, foi aplicado um questionário avaliativo para tabulação das respostas e obtenção de resultados.

**Palavras-chave:** Adolescentes; saúde; higiene; autocuidado.

103

**PROJETO INTEGRADOR****Testes imunocromatográficos: uma ferramenta essencial na detecção sorológica**

**Autores:** Isabela Sofia Praczun Bonfim, Naiane Priscila Sacchi da Luz, Vanessa Dias de Oliveira Moraes, Tainara de Oliveira Alves

**Orientador:** Eliceia Maibuk

**Introdução:** As infecções sexualmente transmissíveis são doenças transmitidas através dos atos sexuais, por muitas vezes silenciosas, e se não diagnosticadas e tratadas a tempo podem trazer imensos prejuízos para a pessoa infectada. O teste imunocromatográfico é uma ferramenta essencial para esse diagnóstico, pois permite uma resposta rápida, de fácil acesso e de baixo custo. Desta forma, a conscientização sobre a realização dos testes rápidos para a detecção precoce e a prevenção das IST's é de extrema importância. **Objetivo:** Conscientizar os jovens sobre a importância dos testes rápidos. **Materiais e métodos:** Para atingir o objetivo, realizou-se uma revisão bibliográfica obtendo informações sobre o assunto para o desenvolvimento de formulários, visando a coleta de dados de acordo com o conhecimento de discentes de Biomedicina e Enfermagem da FATEC sobre os testes rápidos e validação da palestra. Outra fonte de dados utilizadas foi o perfil no Instagram "importancia\_testesrapidos", para divulgação do assunto, disseminando as principais informações ao público alvo. **Resultados:** Com as respostas obtidas através do formulário 100% dos participantes apresentaram conhecimento prévio sobre o assunto. Dos 36 discentes atingidos, 83,3% conhecem as infecções detectadas pelos TR e 16,7% desconhecem; 97,2% reconhecem a importância e 2,8% não; 8,3% desconhecem os possíveis locais para realização, e 91,7% tem conhecimento; 91,7% tem interesse em adquirir mais conhecimento e 8,3% não; 97,2% consideram os TR uma boa ferramenta para prevenção de IST's, e 2,8% não. Mediante à palestra com o público alvo observou-se que a maioria compreendeu a importância do conhecimento do assunto. **Conclusão:** Analisando os dados obtidos através dos formulários, foi notório que a conscientização foi válida. Podemos observar que a divulgação do processo dos TR e de sua importância pode prevenir o agravamento das IST's em pessoas infectadas sem diagnóstico e contribuir para a redução da transmissão.

**Palavras-chave:** IST's; testes rápidos; diagnóstico.

104

**TECNOLOGIAS, GESTÃO E SUSTENTABILIDADE****Flutuação Populacional de Insetos- Praga do milho em uma propriedade do Vale do Ivaí, PR.****Autores:** Marcus Vinícius Batista da Silva, Somente o autor**Orientador:** Mariana Nunes dos Santos Sismeiro

Os sistemas de produção agrícolas têm passado por alterações acentuadas, onde vários episódios têm caracterizado essa nova realidade. Tais acontecimentos podem acarretar no aumento populacional de certas espécies de insetos na cultura do milho, pois ocorre a interação de um sistema de cultivo diferente do convencional. A partir disso, o objetivo deste projeto é realizar a flutuação populacional de insetos- praga da cultura do milho nas safras 2023 e 2024, sendo avaliados insetos sugadores em uma propriedade localizada no Vale do Ivaí, PR. As avaliações compreenderam monitoramentos semanais durante o período vegetativo da cultura do milho na propriedade. Ocorreram em 12 pontos aleatórios pela área, sendo que cada ponto observou-se em varredura 20 plantas de milho. Na safra 2023, o monitoramento ocorreu em 50 dias entre os meses de março a maio. Já para a safra 2024, totalizaram 43 dias de amostragem nos meses entre fevereiro e abril. Na safra 2023, foram observadas 1600 plantas de milho, das quais 4,3% apresentaram cigarrinha, 1,9% apresentaram percevejo e 14% apresentaram pulgão. Já na safra 2024, foram observadas 1200 plantas, 4% apresentaram cigarrinha, 1,8% apresentaram percevejo e 16,9% pulgão. Sendo assim, nota-se que o inseto-praga predominante na cultura do milho é o pulgão. Na safra 2023 obteve-se uma maior incidência de cigarrinha em relação à safra de 2024, mostrando uma diferença não muito alarmante porém com dano econômico. Entende-se que o clima pode influenciar na flutuação populacional dos insetos-praga avaliados. Na safra 2023 houve veranico fazendo com que o período vegetativo do milho se prolongasse e assim que as populações de insetos permanecessem no local. Dessa forma, é necessário compreender como o clima afeta o comportamento dos insetos-praga, ajudando na melhor tomada de decisão no manejo da cultura para conseguir uma boa produtividade.

**Palavras-chave:** manejo; pragas; monitoramento; defensivos agrícolas.

105

**TECNOLOGIAS, GESTÃO E SUSTENTABILIDADE****Muçarela de Mandioca: Uma Alternativa Nutritiva e Zero Lactose**

**Autores:** Maiara Dias Magri, Jenifer Stipp Roecker, Leticia Mariana Morgante, Kamily Vitoria De Oliveira, João Izidoro Da Silva.

**Orientador:** Silmara Rodrigues Pietrobelli

A mandioca, originária da América do Sul, é considerada a segunda fonte de calorias mais consumida no mundo, o Brasil contribui com aproximadamente 5% da produção global. Com uma rica história cultural, a mandioca é valorizada não apenas por seu sabor, mas também por suas propriedades nutricionais, incluindo antioxidantes que promovem a saúde ocular e cardiovascular. Assim, o objetivo do trabalho é introduzir no mercado um produto zero lactose, por meio da muçarela de mandioca, aproveitando a versatilidade da mandioca para atender às necessidades de veganos e pessoas com intolerância ao glúten ou lactose, enquanto se apoia o desenvolvimento de pequenos produtores. O produto é feito tendo como base um purê de mandioca, polvilho doce e azedo, óleo de coco e temperos. Após cozinhar a mandioca e amassá-la, os ingredientes são misturados e cozidos até obter uma consistência firme. O produto é refrigerado, garantindo textura e sabor, podendo ser armazenado por até 5 dias. Os testes para a produção da muçarela de mandioca estão em andamento, com expectativas de um produto que atenda às necessidades de consumidores intolerantes e que também seja viável para pequenos produtores. A pesquisa sobre a produção de muçarela de mandioca destaca a importância da mandioca como uma alternativa nutricional viável para atender às crescentes demandas de consumidores intolerantes à lactose e veganos. Ao explorar o potencial dessa raiz versátil, esperamos não apenas oferecer um produto inovador e saudável, mas também contribuir para o fortalecimento da economia local, apoiando pequenos produtores. Os resultados preliminares são promissores, indicando que a muçarela de mandioca pode se tornar uma opção popular no mercado, promovendo a inclusão alimentar e ampliando as possibilidades culinárias. À medida que o projeto avança, continuaremos a avaliar a aceitação do produto e suas implicações para a saúde e a sustentabilidade na alimentação.

**Palavras-chave:** Manihot Esculenta Crantz; alimentação saudável; veganismo; desenvolvimento rural.

106

**TECNOLOGIAS, GESTÃO E SUSTENTABILIDADE****Levantamento de artrópodes em maracujá numa propriedade no município de Ivaiporã- PR.**

**Autores:** Luís Alvaro da Hora, Estefânia Ferreira de Andrade, Katyane dos Santos Rodrigues, Laine Fernanda Demczuk Uliwiak, Luis Gustavo Brito Galvão, Rafael Sucheki, Vanessa Carvalho, Wesley Sant'ana Pereira.

**Orientador:** Mariana Nunes Dos Santos Sismeiro

A cultura do maracujazeiro é afetada por problemas fitossanitários que chegam a causar sérios prejuízos e, até mesmo, inviabilizá-la economicamente em algumas áreas. Até o momento, não foram encontrados na região de Ivaiporã/PR estudos publicados sobre o manejo de maracujazeiro, tanto no que diz respeito ao controle de pragas como ao combate a doenças. Dessa forma, este trabalho teve por objetivo identificar os principais artrópodes ocorrentes no cultivo de maracujá na região de Ivaiporã, PR. Na área com aproximadamente 100 plantas de maracujá da variedade Catarina CS437, foram distribuídos 10 pontos amostrais aleatoriamente. Em cada ponto, no dia 16/10/2024 foi realizada a observação direta da existência de artrópodes ao redor das plantas por meio de um quadrante de 50cmx50cm. Além disso, coletas de varredura com auxílio de rede entomológica foram feitas nestes locais e os artrópodes coletados foram mantidos provisoriamente em potes de plástico umedecidos com acetato de etila. Observou-se a presença de Coleoptera (50%), sendo duas joaninhas, as quais possíveis predadoras de pragas das plantas de maracujá, Orthoptera (20%), Diplopoda (20%) e Hymenoptera (10%). Os artrópodes encontrados apresentam uma boa perspectiva pois revelam um ecossistema diversificado, com organismos que podem ser tanto benéficos quanto prejudiciais para a cultura do maracujá. A presença de predadores naturais, como joaninhas, sugere um potencial controle biológico de pragas, enquanto os Orthoptera podem representar uma ameaça à cultura. Os Diplopoda e Hymenoptera podem estar contribuindo para a ciclagem de nutrientes e polinização, respectivamente. Destaca-se que esta pesquisa continuará para uma melhor compreensão da composição e da dinâmica populacional das pragas e inimigos naturais da cultura do maracujá, sendo essencial para o desenvolvimento de estratégias de manejo mais sustentáveis e eficientes na região do Vale do Ivaí, PR.

**Palavras-chave:** monitoramento; pragas; inimigos naturais; passiflora edulis.

107

**PROJETO INTEGRADOR****Cuidados da enfermagem na prevenção da violência obstétrica e promoção da autonomia.**

**Autores:** Marcela da Silva Barbosa, Caroline Santos Mello, Elen Laine Kozak Oening, Maria Eduarda Araújo Pereira

**Orientador:** Eliceia Maibuk

O presente projeto integrador busca orientar gestantes sobre a violência obstétrica, definida como uma violação dos direitos humanos fundamentais. O estudo destaca que as mulheres estão especialmente vulneráveis durante a gestação, parto e pós-parto, enfrentando desrespeito de várias formas, como intervenções médicas desnecessárias e a falta de autonomia nas decisões sobre seus próprios cuidados. O trabalho abordou a evolução da assistência ao parto, enfatizando que, a medicalização excessiva e intervenções não consentidas se tornaram comuns, levando à violência obstétrica. O projeto enfatizou a necessidade de conscientização para reduzir o medo e a ansiedade das gestantes, buscando um atendimento humanizado e seguro. A metodologia é qualitativa, baseada em referências bibliográficas e com a aplicação de intervenções planejadas por meio de rodas de conversa na Unidade Básica de Saúde Monte Castelo, em Ivaiporã, PR, focadas em ajudar as gestantes a reconhecer e denunciar casos de violência obstétrica. Os resultados mostram que as gestantes estavam atentas às violências que enfrentaram, compartilhando experiências negativas, como o uso de intervenções sem consentimento. O projeto concluiu que é fundamental ampliar o debate sobre a violência obstétrica, implementar treinamentos para profissionais de saúde e promover campanhas de conscientização para ajudar gestantes a se sentirem seguras e informadas.

**Palavras-chave:** obstetrícia; violência; desrespeito; parto; intervenções.

108

**TECNOLOGIAS, GESTÃO E SUSTENTABILIDADE****produção de iogurte natural à base de coco verde: uma alternativa saudável e sem lactose.**

**Autores:** Ketelin Vitória Decaris Fontana., Aline Aparecida Viana Ferraz, Ana Janaína Ribeiro de Lima da Silva, Caíque do Nascimento Arcanjo, Vanessa de Freitas.

**Orientador:** Silmara Rodrigues Pietrobelli

A crescente preocupação com a saúde e a alimentação tem impulsionado a busca por produtos naturais, especialmente entre pessoas intolerantes à lactose. O iogurte de coco surge como uma alternativa saudável e nutritiva, sendo uma opção viável para aqueles que desejam evitar o leite de vaca. Este produto é isento de lactose e rico em nutrientes, oferecendo benefícios significativos, como a prevenção de desconfortos intestinais e promoção de uma digestão leve. O objetivo geral deste projeto é produzir um iogurte natural à base de coco verde, sem lactose e 100% natural, voltado ao público vegano e intolerantes à lactose. Os objetivos específicos incluem a fabricação caseira do iogurte, a demonstração dos seus benefícios e a apresentação de uma tabela nutricional que destaca suas propriedades. A produção do iogurte envolve a extração da polpa do coco verde, sua trituração com água de coco e suco de limão, e a fermentação do produto em um recipiente higienizado. O processo leva cerca de 8 horas em um ambiente escuro, resultando em um iogurte com características semelhantes aos convencionais. O projeto resultou na elaboração de um iogurte caseiro, saboroso e nutritivo, que contribui para a diversificação de produtos destinados a pessoas intolerantes à lactose e veganas. A tabela nutricional apresentada demonstrou que o iogurte contém 61 kcal por 100g, com uma boa quantidade de fibras e sem glúten ou lactose. A produção do iogurte de coco verde representa uma solução eficaz para atender à demanda crescente por alternativas saudáveis e saborosas, promovendo a inclusão de alimentos benéficos na dieta de pessoas com restrições alimentares. A iniciativa não apenas enriquece o mercado de produtos sem lactose, mas também contribui para uma alimentação mais saudável e consciente.

**Palavras-chave:** iogurte caseiro; zero lactose; coco;; intolerância; alimentação saudável.

109

**PROJETO INTEGRADOR****Evasão Escolar no CEEBJA Ivaiporã**

**Autores:** Alessa da Silva de Oliveira, Emily Ferreira da Silva, Kenia Paula Gonçalves de Lucena, Matheus Vinícius Kowalski Rolim, Victoria Emanuely Lemes Ferreira.

**Orientador:** Rodrigo Ramos Anunciação

Este projeto visa investigar os principais fatores que levam à evasão escolar entre os alunos do CEEBJA Ivaiporã, uma instituição que é voltada para a educação de jovens e adultos. Como estudo a partir da revisão literária sobre o tema, a evasão escolar é influenciada por questões emocionais, financeiras e sociais, dificultando a permanência dos estudantes. Utilizando um questionário como método de pesquisa e diagnóstico, o projeto procura identificar os maiores motivos da evasão e propor estratégias como programas de orientação, suporte psicológico e ações sociais e educativas voltadas à retenção dos alunos. Dentre os fatores analisados, destacam-se as dificuldades em conciliar trabalho, estudo, cuidados com a casa e filhos, desmotivação e a falta de apoio familiar. Além disso, o estudo avalia a eficácia das políticas públicas e das práticas pedagógicas do CEEBJA Ivaiporã, sugerindo intervenções que auxiliem na reintegração dos alunos evadidos e ofereçam suporte contínuo para a conclusão de sua educação básica.

**Palavras-chave:** evasão; CEEBJA; educação; dificuldades; intervenções.

110

**PROJETO INTEGRADOR****Doença renal crônica: um compromisso entre profissionais pacientes**

**Autores:** Eber Pereira Barbosa, Júlia Crozatto Cobianchi, Júlia Grigoli Cazarim Moreira, Jaqueline Teixeira Cruz Pereira

**Orientador:** Tatiane Borzuk

A Doença Renal Crônica é uma doença silenciosa, lenta e progressiva que afeta milhões de pessoas no mundo, especialmente aquelas que possuem algum tipo de comorbidade como por exemplo: diabetes e hipertensão, principalmente se não estiverem sendo tratadas adequadamente. A detecção da DRC quando descoberta precocemente evitaria sua progressão para os estágios mais avançados da doença como a IRC que requer tratamentos invasivos como os tipos de diálise, transplante, bem como procedimentos invasivos como implante de cateter e confecção de fístulas. O atendimento primário seria nossa primeira defesa contra a evolução da doença em que o acompanhamento contínuo seria um plano eficaz. O nosso trabalho tem como o objetivo servir como um alerta para assim orientar todos os profissionais de saúde envolvidos no atendimento primário sobre a importância do diagnóstico precoce, e do manejo adequado da DRC. A ideia é fazer um monitoramento de grupos de risco através de um exame de rotina simples e acessível como a CREATININA SÉRICA junto com o cálculo da filtração glomerular e na orientação educativa para assegurar o acompanhamento desses paciente na atenção primaria. Na APS o controle dos fatores de risco como diabetes e hipertensão, associados a Atenção Integrada e o cuidado integral permitiriam um atendimento mais abrangente facilitando o encaminhamento para os especialistas do Hospital do Rim quando necessário. Para reforçar essa abordagem, serão utilizados em noosso trabalho folders explicativos sobre os cuidados na prevenção da insuficiência renal crônica, que fornecerão informações valiosas sobre as práticas de prevenção e manejo. Além disso, serão distribuídas garrafinhas de água a cada paciente, simbolizando a importância da hidratação adequada como uma medida essencial na preservação da saúde renal. Nosso trabalho reforça a importância de um atendimento primário preventivo com o objetivo no rastreamento precoce e longitudinal dos paciente dos grupos de risco.

**Palavras-chave:** doença renal crônica; conscientização; prevenção; diabético; hipertenso.

111

**PROJETO INTEGRADOR****Diversificação no agronegócio através da inovação tecnológica na pecuária de corte.**

**Autores:** Jayne Arantes, Adrienne Eva Barbosa Paisca, Ana Carolina Gonçalves de Oliveira, Maria Cecília Grondziak Santos, Tayná Philippi Scremin.

**Orientador:** Silmara Rodrigues Pietrobelli

A gestão e a inovação dentro das propriedades rurais são, muitas vezes, vistas com desconfiança pelos produtores mais tradicionais, que acreditam que métodos antigos ainda são suficientes. No entanto, a modernização é essencial, considerando que essas propriedades funcionam como empresas que geram renda, empregos e produzem alimentos. Este trabalho tem como objetivo mostrar a importância das tecnologias de gestão e inovação na pecuária de corte para aumentar a produtividade e aprimorar o controle administrativo das propriedades rurais. A empresa AgroVision, responsável pela consultoria, implementou essas inovações em uma propriedade piloto, localizada em Ariranha do Ivaí – PR. Na propriedade, onde inicialmente não havia controle tecnológico, foram aplicadas planilhas de gestão e brincos QR Code para cinco novilhas selecionadas. A partir dos brincos, o produtor pode acessar informações detalhadas sobre cada animal, como peso, idade, vacinas e genealogia. A coleta de dados ocorre mensalmente, mantendo atualizadas as planilhas com informações de receitas, despesas, nascimentos e perdas. Com essas informações centralizadas, o produtor pode acessar rapidamente o histórico de cada animal por meio de um simples escaneamento do código QR, facilitando o acompanhamento de sua evolução. Isso elimina a necessidade de registros manuais, que muitas vezes estão sujeitos a erros e perda de dados. Além disso, esse sistema possibilita uma tomada de decisão mais ágil e precisa, permitindo que o produtor antecipe problemas de saúde, ajuste a dieta de acordo com o peso ideal e otimize o manejo de forma eficiente. Em conclusão, a implementação de tecnologias de gestão e inovação na pecuária de corte mostrou-se fundamental para otimizar a produtividade, reduzir erros e facilitar o controle do rebanho, permitindo uma tomada de decisão mais eficiente e sustentável para os produtores rurais.

**Palavras-chave:** gestão; inovação; tecnologia; gado; propriedade rural.

112

**PROJETO INTEGRADOR****Produção de Iogurte Natural à Base de Coco verde: Uma Alternativa Saudável e Sem Lactose**

**Autores:** Ketelin Vitoria Decaris Fontana, Aline Aparecida Viana Ferraz, Ana Janaína Ribeiro de Lima da Silva, Caíque do Nascimento Arcanjo, Vanessa de Freitas

**Orientador:** Silmara Rodrigues Pietrobelli

A crescente preocupação com a saúde e a alimentação tem impulsionado a busca por produtos naturais, especialmente entre pessoas intolerantes à lactose. O iogurte de coco surge como uma alternativa saudável e nutritiva, sendo uma opção viável para aqueles que desejam evitar o leite de vaca. Este produto é isento de lactose e rico em nutrientes, oferecendo benefícios significativos, como a prevenção de desconfortos intestinais e promoção de uma digestão leve. O objetivo geral deste projeto é produzir um iogurte natural à base de coco verde, sem lactose e 100% natural, voltado ao público vegano e intolerantes à lactose. Os objetivos específicos incluem a fabricação caseira do iogurte, a demonstração dos seus benefícios e a apresentação de uma tabela nutricional que destaca suas propriedades. A produção do iogurte envolve a extração da polpa do coco verde, sua trituração com água de coco e suco de limão, e a fermentação do produto em um recipiente higienizado. O processo leva cerca de 8 horas em um ambiente escuro, resultando em um iogurte com características semelhantes aos convencionais. O projeto resultou na elaboração de um iogurte caseiro, saboroso e nutritivo, que contribui para a diversificação de produtos destinados a pessoas intolerantes à lactose e veganas. A tabela nutricional apresentada demonstrou que o iogurte contém 61 kcal por 100g, com uma boa quantidade de fibras e sem glúten ou lactose. A produção do iogurte de coco verde representa uma solução eficaz para atender à demanda crescente por alternativas saudáveis e saborosas, promovendo a inclusão de alimentos benéficos na dieta de pessoas com restrições alimentares. A iniciativa não apenas enriquece o mercado de produtos sem lactose, mas também contribui para uma alimentação mais saudável e consciente.

**Palavras-chave:** iogurte caseiro; zero lactose; coco; intolerância; alimentação saudável.

113

**PROJETO INTEGRADOR****Muçarela de Mandioca: Uma Alternativa Nutritiva e Zero Lactose**

**Autores:** Maiara Magri Dias, Jenifer Stipp, João Izidoro da Silva, Kamily Vitória de Oliveira, Letícia Morgante

**Orientador:** Silmara Rodrigues Pietrobelli

A mandioca, originária da América do Sul, é considerada a segunda fonte de calorias mais consumida no mundo, o Brasil contribui com aproximadamente 5% da produção global. Com uma rica história cultural, a mandioca é valorizada não apenas por seu sabor, mas também por suas propriedades nutricionais, incluindo antioxidantes que promovem a saúde ocular e cardiovascular. Assim, o objetivo do trabalho é introduzir no mercado um produto zero lactose, por meio da muçarela de mandioca, aproveitando a versatilidade da mandioca para atender às necessidades de veganos e pessoas com intolerância ao glúten ou lactose, enquanto se apoia o desenvolvimento de pequenos produtores. O produto é feito tendo como base um purê de mandioca, polvilho doce e azedo, óleo de coco e temperos. Após cozinhar a mandioca e amassá-la, os ingredientes são misturados e cozidos até obter uma consistência firme. O produto é refrigerado, garantindo textura e sabor, podendo ser armazenado por até 5 dias. Os testes para a produção da muçarela de mandioca estão em andamento, com expectativas de um produto que atenda às necessidades de consumidores intolerantes e que também seja viável para pequenos produtores. A pesquisa sobre a produção de muçarela de mandioca destaca a importância da mandioca como uma alternativa nutricional viável para atender às crescentes demandas de consumidores intolerantes à lactose e veganos. Ao explorar o potencial dessa raiz versátil, esperamos não apenas oferecer um produto inovador e saudável, mas também contribuir para o fortalecimento da economia local, apoiando pequenos produtores. Os resultados preliminares são promissores, indicando que a muçarela de mandioca pode se tornar uma opção popular no mercado, promovendo a inclusão alimentar e ampliando as possibilidades culinárias. À medida que o projeto avança, continuaremos a avaliar a aceitação do produto e suas implicações para a saúde e a sustentabilidade na alimentação.

**Palavras-chave:** Manihot Esculenta Crantz; alimentação saudável; veganismo; desenvolvimento rural.

114

**PROJETO INTEGRADOR****Tabagismo: consequências na saúde e recursos para cessação**

**Autores:** Sabrina de Paula Paixão, Lucas Eduardo Batista dos Santos, Mabylla Vitoria Grabas Tavares, Roberta Freiburger Sobreira.

**Orientador:** Elicéia Maibuk

O tabagismo é considerado como uma doença crônica causada pela dependência à nicotina presente nos produtos à base de tabaco e atualmente com o aumento da disseminação de cigarros eletrônicos juntamente às informações enganosas da indústria do tabaco, tem induzido a uma iniciação cada vez mais precoce ao tabagismo tornando crianças e adolescentes vítimas do uso de nicotina. Com o objetivo de contribuir na conscientização e redução do tabagismo na sociedade realizou-se o presente projeto, o qual adotou uma abordagem mista, combinando métodos: Revisão bibliográfica e palestra explicativa com posterior aplicação de questionário, que possibilitou o desenvolvimento de conteúdos educacionais publicados em redes sociais, abordando os malefícios do tabagismo e oferecendo incentivos para usuários que desejam abandonar o vício. Foi realizado também uma palestra explicativa contando com a colaboração de duas profissionais da saúde. Após a palestra foi realizado a aplicação de um questionário. O questionário foi estruturado com 9 perguntas, 5 destas sobre o impacto causado pela palestra nos participantes, 2 quanto a possibilidade de cessação do hábito, e 2 em respeito a procura por tratamento ou auxílio, o questionário contou com a colaboração de 25 participantes, obtendo-se respostas satisfatórias. O projeto proporcionou uma experiência de aprendizado e reflexão sobre os impactos do tabagismo na saúde individual e coletiva, sendo possível por meio deste envolver a comunidade e despertar a conscientização sobre os riscos do tabagismo e a importância de buscar apoio para a cessação.

**Palavras-chave:** saúde; cigarro eletrônico; conscientização; nicotina.

115

**PROJETO INTEGRADOR****Impulsione Seus Resultados: Capacitação Financeira para Empresários**

**Autores:** Laura Zilio Portelinha, Jordana Clarimundo Dionisio, Mirian Freiburger Liar, Felipe Parreira de Aquino

**Orientador:** Thiago Zanoni Branco

Em meio aos desafios econômicos atuais, a competitividade do mercado se faz muito presente na vida dos empresários. Em resultado disso, a contabilidade é um dos fatores mais importantes para a saúde de qualquer negócio, entretanto, diversos empreendedores enfrentam dificuldades, pois não possuem experiências ou conhecimentos suficientes para gerirem suas finanças. O objetivo principal do projeto foi capacitar empresários da região para melhorar a gestão dos seus negócios, otimizando a contratação de colaboradores, o controle de estoque, e a gestão das finanças em geral, fortalecendo assim suas estratégias e promovendo o crescimento das empresas envolvidas, temas estes que serão abordados em capacitações futuras em parceria com a ACISI. Foi aplicado um questionário após o evento para os 17 participantes, além dos materiais para pesquisar sobre o tema e elaborar todo o projeto por meio da internet e das referências bibliográficas. A metodologia abordada foi Gestão de Projetos com base em uma abordagem interativa, onde incorpora várias etapas típicas da gestão de projetos, como planejamento sequencial, já que segue etapas claras e estruturadas, mas também tem elementos de melhoria contínua, como o uso de feedbacks para aperfeiçoar edições futuras. O projeto também contou com práticas de avaliação contínua para aprimorar a qualidade e o impacto dos eventos. Com base no questionário aplicado após o evento, constatou-se que os participantes adquiriram uma visão mais clara sobre a importância de uma boa gestão financeira. Houve um grande impacto na rotina dos empresários dentro da empresa, com resultados relevantes, como redução de erros e aplicação correta do princípio da entidade gerando processos mais assertivos. Com o questionários após conversa, os 17 relataram maior clareza sobre os temas abordados e indicaram que as orientações recebidas os ajudaram a implementar melhorias em seus negócios. Os empresários sentiram-se mais preparados para gerenciar as finanças.

**Palavras-chave:** gestão financeira; contabilidade; capacitação empresarial.

116

**PROJETO INTEGRADOR****Sistema Inteligente para Organização e Separação de Medicamentos.**

**Autores:** Alexandre Martins Daubermann, Aline Cristiane de Lima Werner, Heitor Kuibiak Ramos, Joceyr de Carvalho Guilherme, Maria Eduarda Mascarenhas de Oliveira Bortolasci, Murilo Ferreira Boscardin, Paola Costa, Tânia Alves Pereira, Thaysla Rossinski Costa Luiz.

**Orientador:** Abel Felipe Freitag

**Introdução:** Muitos pacientes enfrentam dificuldades na organização e administração correta de suas medicações contínuas. **Objetivos:** Identificar pacientes com dificuldades na administração da rotina medicamentosa e criar métodos que facilitem a ingestão medicamentosa racional e correta, além de promover a adesão adequada ao tratamento proposto. **Metodologia:** consiste em uma pesquisa quantitativa, utilizando o auxílio de agentes comunitárias de saúde (ACS), que receberão uma orientação para identificar pacientes com dificuldades na organização, separação e uso dos medicamentos contínuos. Após a identificação, visitas domiciliares serão realizadas, onde os pacientes receberão uma caixa customizada para organizar seus medicamentos de forma clara e prática, facilitando a administração nos horários adequados. O projeto consiste em uma caixa de sapato com 05 (cinco) compartimentos separados internamente, cada um correspondente a um horário do dia, que são: Jejum ao acordar, pós café da manhã, pós almoço, pós café da tarde e antes de dormir. Cada compartimento será identificado com um adesivo colado na parte frontal da caixa indicando esses horários através de desenhos didáticos e escrita. Três visitas ao paciente serão realizadas para acompanhamento, adaptação e avaliação da eficácia do projeto. A coleta de dados será feita por meio de questionários aplicados em três momentos: no início, durante a implementação da caixa organizadora, e no final do período de acompanhamento, afim de verificar a adaptação e os resultados em relação ao uso racional de medicamentos. **Resultados esperados:** Espera-se que os participantes tenham uma boa adesão ao projeto proposto, promovendo o uso racional dos medicamentos e com isso uma melhora na qualidade de vida.

**Palavras-chave:** armazenamento de medicamentos; separação manual; uso de medicamentos; indicadores de qualidade de vida.

117

**PROJETO INTEGRADOR****O impacto do estresse na saúde corporal dos professores**

**Autores:** Letícia Schirmer de Freitas, Ana Beatriz de Souza, Ana Clara Maia Barbosa Norato, Vanessa Lemkuhl Wagner

**Orientador:** Elicéia Maibuk

O trabalho "O Impacto do Estresse na Saúde Corporal dos Professores" aborda como o estresse afeta a saúde física e mental dos docentes, evidenciando fatores estressores como carga de trabalho excessiva, gestão de sala de aula e interações com alunos e pais. A pesquisa destaca que o estresse crônico pode desencadear problemas de saúde significativos, como hipertensão, distúrbios do sono e fadiga. A metodologia adotou uma abordagem mista, incluindo palestras e questionários, visando informar e conscientizar professores e gestores sobre as consequências do estresse. As palestras foram divididas em três partes: introdução ao estresse e sua relação com a saúde; descrição da metodologia e apresentação de resultados; e, por fim, discussão sobre estratégias de enfrentamento e intervenção. Os resultados das apresentações realizadas em escolas mostraram um aumento no conhecimento dos participantes sobre a gravidade do estresse. A interação durante os eventos, juntamente com os materiais de apoio, facilitou a compreensão e a retenção das informações. As considerações finais ressaltam a eficácia da iniciativa em promover a conscientização sobre o estresse e suas implicações na saúde dos professores. A pesquisa sugere que a implementação de políticas de suporte e estratégias de autocuidado é fundamental para mitigar os efeitos do estresse, melhorar as condições de trabalho e, conseqüentemente, a qualidade da educação. Assim, o estudo se propõe a servir como base para futuras iniciativas educativas e intervenções nas escolas.

**Palavras-chave:** estresse; saúde dos professores; conscientização; qualidade da educação.

118

**PROJETO INTEGRADOR****Medica certo**

**Autores:** Maria Clara de Paula Lopes, Angela de Cassia Galves de Souza; Arthur Garcia Paschoal; Bianca Lyra Do Nascimento Pires; Estella Mikaely Kronitzky Viana; Sueli Adriana Ferreira Teixeira Artmann

**Orientador:** Abel Felipe Freitag

Muitos idosos fazem uso de diferentes medicações, o que pode levar à desorganização no uso e no armazenamento. A falta de orientação adequada e o descarte incorreto são problemas comuns, dificultando a adesão ao tratamento e contribuindo para erros na administração. Promover uma organização eficiente dos medicamentos, além de incentivar práticas seguras para o seu descarte. Ademais, busca-se melhorar a saúde dos usuários, evitar a ingestão incorreta e facilitar o atendimento pelos profissionais de saúde. Será aplicado um questionário a 20 idosos, por meio do Google Forms. As entrevistas ocorrerão nas casas dos participantes, junto com os agentes comunitários de saúde, e o questionário será preenchido pelo próprio pesquisador. Em caso de problemas com a internet ou falta de energia, será utilizado um questionário impresso como alternativa. Após a pesquisa, serão implementadas ações como orientações sobre o uso correto, armazenamento e descarte de medicamentos, além da distribuição de caixas organizadoras e panfletos explicativos impressos. Feito isso, após duas semanas de experiência com o público-alvo, será aplicado um novo questionário a fim de analisar os resultados e a possibilidade de expansão do projeto. Os dados coletados serão analisados quantitativamente, utilizando gráficos e tabelas. Melhorar a saúde e a qualidade de vida dos idosos por meio de uma organização eficiente dos medicamentos e do descarte adequado. Mediante as intervenções, espera-se que os idosos sigam corretamente os tratamentos, evitando erros na administração dos medicamentos e reduzindo os riscos da automedicação. A conscientização sobre o descarte seguro também contribuirá para reduzir os impactos ambientais e sanitários relacionados ao descarte inadequado de medicamentos. Além disso, espera-se facilitar o atendimento dos profissionais de saúde, tornando o processo de cuidado mais eficiente.

**Palavras-chave:** assistência a idosos; conscientização; armazenamento de medicamentos.

119

**PROJETO INTEGRADOR****Cansaço mental no ambiente organizacional e suas implicações**

**Autores:** Letícia Gambarotto, Gabrielly Miranda de Almeida, Larissa Monteiro Reis, Luma Garcia Mendes, Tauana das Neves Lemes Gomes.

**Orientador:** Rodrigo Ramos Anunciação

O Projeto Integrador IV foi realizado na Escola Municipal Professor Dilson Teixeira Coelho, localizada no município de Jardim Alegre, Paraná, com o intuito de trabalhar com os profissionais do ambiente pedagógico. A crescente carga de trabalho e o cansaço mental observados entre os colaboradores da escola motivaram a intervenção. Durante as observações e entrevistas, notou-se que as colaboradoras apresentavam sintomas relacionados à Síndrome de Burnout. Dessa forma, o objetivo foi trazer informações sobre a síndrome, apresentando técnicas de intervenção para reduzir o cansaço mental do dia a dia, visando evitar um possível agravamento dos sintomas. Alguns materiais foram utilizados para criar um ambiente acolhedor e motivacional durante a intervenção, como cartões com mensagens motivacionais, bombons e apresentações de slides sobre o assunto. Foi adotado um método de pesquisa quantitativa, aplicando uma Escala de Índice de Burnout desenvolvida pelo Instituto de Desenvolvimento Humano (IDHL). Os resultados da escala mostraram que, ao somar os pontos de cada participante, os valores variaram de 19 a 32 pontos, indicando um pequeno índice de Burnout. Diante disso, o projeto pautou-se não em resolver o problema, mas em trazer a informação necessária para a busca de ajuda de profissionais da saúde que possam contribuir. Considerando o ambiente escolar, houve determinadas implicações para a realização plena da intervenção do projeto, devido à demanda excessiva das colaboradoras. Dessa forma, o resultado esperado não foi totalmente contemplado, porém o projeto trouxe reflexões a respeito da própria temática que estava sendo trabalhada. Ainda assim, a intervenção seguiu de forma favorável, apesar das contingências anteriores, obtendo resultados positivos a partir das falas das participantes na coleta de evidências.

**Palavras-chave:** cansaço mental; síndrome de burnout; demanda excessiva.

120

**PROJETO INTEGRADOR****Fortalecendo o bem-estar no centro da juventude de Ivaiporã/PR: uma análise através da escala DASS-21**

**Autores:** Mateus Evangelista Mucio, Jeferson Cleiton Cordeiro dos Santos, João Marcos da Silva Andrade.

**Orientador:** Rodrigo Ramos Anuniação

A ansiedade entre colaboradores de centros da juventude é uma questão crucial, influenciada por diversas responsabilidades relacionadas ao trabalho com jovens. No Centro da Juventude de Ivaiporã-PR, foi utilizada a escala DASS-21 (Depression, Anxiety, and Stress Scale), um instrumento eficaz para medir os níveis de ansiedade. Composta por vinte e um itens, essa escala avalia sintomas de depressão, ansiedade e estresse, proporcionando um panorama da saúde mental dos colaboradores do CEJU. A aplicação da DASS-21 permite identificar colaboradores que necessitam de intervenções específicas, possibilitando a implementação de medidas adequadas para reduzir a ansiedade. Os dados coletados podem ser utilizados para desenvolver programas de apoio psicológico e monitorar a eficácia das intervenções ao longo do tempo. Para ajudar no controle da ansiedade, técnicas de respiração têm se mostrado eficazes. A respiração guiada envolve seguir instruções verbais e visuais para regularizar a respiração, incluindo padrões de inalação, pausa e exalação, o que acalma o sistema nervoso. O projeto buscou conscientizar sobre a ansiedade e avaliar seu nível entre os colaboradores do Centro da Juventude. Em um primeiro momento, houve a aplicação da escala DASS-21 com os colaboradores e, após a interpretação dos resultados, foram introduzidas técnicas de respiração e manejo da ansiedade. A metodologia também incluiu rodas de conversa para discutir o tema e fornecer orientações sobre como reduzir a ansiedade. Combinando a aplicação da DASS-21 e técnicas de respiração guiada, o Centro da Juventude tem a oportunidade de fomentar um ambiente saudável e produtivo para seus colaboradores.

**Palavras-chave:** dass-21; ansiedade; centro da juventude; respiração guiada; estresse.

**121****PROJETO INTEGRADOR****Trabalhando os sentimentos numa turma multisseriada**

**Autores:** Eloisa Mariano Ferreira, Francielen Sueli dos Santos, Keli Fernanda Busignani Zandrini, Leandro Pereira da Costa.

**Orientador:** Rodrigo Ramos Anunciação

O presente Projeto Integrador teve como objetivo aproximar a teoria da prática, respondendo às demandas sociais reais, e foi desenvolvido na Escola Municipal do Campo Maria Antonieta Di Santi. Identificou-se a necessidade de trabalhar as emoções e sentimentos das crianças, com foco em emoções como raiva, inveja, ansiedade, tédio, vergonha e alegria. O projeto fundamentou-se nas teorias de Carl Gustav Jung e B.F. Skinner, explorando suas diferentes visões sobre o desenvolvimento emocional infantil: Jung destacou o papel das emoções como parte do processo de individuação, enquanto Skinner focou em como o ambiente molda comportamentos e sentimentos. O objetivo principal foi promover o equilíbrio emocional nas crianças, auxiliando-as a lidar com suas emoções de forma consciente e saudável. Por meio de dinâmicas interativas, como a exibição do filme *Divertida Mente 2*, as crianças puderam refletir sobre suas emoções, promovendo maior entendimento entre os alunos e melhorando o ambiente escolar. O projeto também contribuiu para o desenvolvimento de ferramentas pedagógicas voltadas ao professor, visando lidar com a questão emocional em turmas multisseriadas e construindo um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor.

**Palavras-chave:** emoções infantis; equilíbrio emocional; ambiente escolar inclusivo.

122

**PROJETO INTEGRADOR****Conscientização sobre a síndrome de esgotamento profissional- burnout- no ambiente laboral da empresa cresol - união dos vales, na cidade de ivaiporã - PR**

**Autores:** Annelise Paz Possolli, Ana Caroline dos Santos Nascimento, Annelise Paz Possolli, Camilly Kawany Moreira Santos Moraes, Hemely Augusta Santos da Luz, Stephany Fernandes da Silva.

**Orientador:** Rodrigo Ramos Anuniação

O projeto teve como objetivo trabalhar a conscientização sobre a Síndrome de Burnout com os colaboradores do Centro Administrativo da Cooperativa “Cresol - União dos Vales”, localizada na cidade de Ivaiporã, Paraná. Buscou-se promover a sensibilização dos participantes quanto à importância de identificar e lidar com os sintomas do Burnout, esperando-se que o público-alvo passe a reconhecer os primeiros sinais do problema, tornando esse conhecimento útil tanto para si mesmos quanto para seus colegas de trabalho e demais pessoas do convívio profissional. Além disso, o projeto visou capacitar os participantes para que adotem atitudes preventivas em suas rotinas, reconhecendo sua importância individual e coletiva. A intervenção contou com um dia de atividades, durante o qual foi realizada uma palestra informativa sobre a síndrome, abordando de forma clara e acessível seu conceito, sinais iniciais, sintomas, causas e estratégias de prevenção. Também foi entregue aos colaboradores um Manual Prático de Autocuidado e Gestão do Estresse, incentivando ações preventivas práticas, que complementaram as informações apresentadas na palestra. A ação, além de informar, forneceu ferramentas práticas para a gestão do estresse, como técnicas de relaxamento, organização do tempo, melhoria das condições de trabalho e práticas de autocuidado. O projeto foi idealizado com a finalidade de aumentar a conscientização dos participantes sobre a temática e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição dos fatores que levam ao esgotamento profissional no ambiente laboral. Espera-se que, por meio da abordagem adotada, os colaboradores sejam conscientizados de forma positiva e eficaz, adquirindo meios de intervenção individual e coletiva que favoreçam a prevenção do esgotamento profissional no contexto da cooperativa.

**Palavras-chave:** síndrome de burnout; prevenção; conscientização.

123

**PROJETO INTEGRADOR****Aleitamento materno e os riscos da alimentação artificial com fórmulas.**

**Autores:** Leila Costa de Jesus Oliveira, Ana Beatriz Parteka, Lissa Marina de Lima, Victoria Domingos Durval.

**Orientador:** Eliceia Maibuk

Este projeto foi desenvolvido para gestantes e puérperas internadas no Instituto de Saúde Bom Jesus, em Ivaiporã, e também por meio do Instagram, de forma informativa e dinâmica, mostrando às participantes a importância do aleitamento materno e os riscos da alimentação artificial com fórmulas sem prescrição médica. O objetivo principal foi orientar e informar gestantes e puérperas sobre a importância do aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade do bebê e os riscos da utilização de fórmulas. Trata-se de um estudo qualitativo e de natureza exploratória, cuja proposta foi reunir gestantes e puérperas hospitalizadas para uma conversa na qual o tema foi abordado. A visita ao Instituto de Saúde Bom Jesus ocorreu no dia 17 de outubro de 2024, com a participação de quatro gestantes e duas puérperas. Além dessa ação, foram realizados posts e stories sobre o tema em um perfil criado no Instagram. Através da revisão bibliográfica, foi possível comprovar que o aleitamento materno traz inúmeros benefícios tanto para a mãe quanto para o bebê, além de evidenciar o importante papel do enfermeiro no incentivo e na orientação sobre o aleitamento materno, desde o pré-natal até o pós-parto. Por meio do estudo realizado e da aplicação do projeto no Instituto de Saúde Bom Jesus, confirmou-se que os profissionais de saúde desempenham papel essencial na assistência à gestante e à puérpera, devendo, portanto, estar instrumentalizados com conhecimentos técnico-científicos atualizados, colaborando com a garantia do direito de toda criança de ser amamentada, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Palavras-chave:** aleitamento materno; fórmulas infantis; recém-nascido; desenvolvimento infantil.

124

**PROJETO INTEGRADOR****Determinação do perfil e classificação do solo em um sistema de plantio direto**

**Autores:** Luan Augusto Bovo, Adrieli Tambarucci, Guilherme Tambarucci; Kauan Corona; Douglas Aparecido Luzeti, Alex Sandro Pugin de Abreu e Diego Antônio Correia Stipp.

**Orientador:** Silmara Pietrobelli

A classificação de solos é essencial para o desenvolvimento de práticas de manejo que respeitem as particularidades de cada tipo de solo, favorecendo a sustentabilidade e a preservação ambiental. Os solos são formados por processos naturais que envolvem a decomposição de rochas e a interação com fatores climáticos, organismos vivos e a topografia, resultando em características únicas. O objetivo deste estudo foi analisar o perfil do solo e como ele pode influenciar na retenção de água, no ciclo de nutrientes e no sequestro de carbono, fatores essenciais para a mitigação do aquecimento global. A pesquisa foi realizada por meio da descrição do perfil do solo da propriedade Sítio Ouro Verde, em Lunardelli – PR, com coleta de amostras nas profundidades de 0–20 cm, 20–40 cm e 40–60 cm, que foram posteriormente submetidas a diagnóstico. A camada orgânica apresentou 5 cm de espessura, presença de palhada de trigo em decomposição e plantio direto da cultura de soja. Na camada de 0–20 cm, identificou-se uma fina camada de mosqueado amarelado, característica de rochas com presença de goethita, além de solo granular semelhante a pó de café, típico de solo moderadamente profundo, com leve pedregosidade. Na camada de 20–40 cm, observou-se ausência de pedregosidade, coloração média e aspecto compactado. A camada de 40–60 cm apresentou baixo teor de matéria orgânica e alta compactação entre as partículas, característica de solos com estrutura de blocos angulares. O solo foi diagnosticado como do tipo basáltico, com profundidade efetiva de 37 cm e presença de raízes da cultura de *Brachiaria ruziziensis*, cultivada na área por três anos consecutivos como alternativa de cultura de inverno e parte do sistema de integração lavoura-pecuária. A análise visual indicou solos bem drenados e coloração avermelhada. Nesse contexto, o conhecimento do solo facilita a identificação de falhas e permite explorar seu potencial produtivo, visto que o solo funciona como reservatório de carbono, e um manejo de conservação adequado pode contribuir para a neutralização de carbono.

**Palavras-chave:** aquecimento global; identificação; desempenho; terra; anexação.

125

**RELATOS DE EXPERIÊNCIAS****Primeiros socorros para colaboradores de uma ILPI no município de Ivaiporã****Autores:** Sirlei Riepe, Joice Aparecida de Almeida Galvão**Orientador:** Helton Martins Ramos

O presente estudo é um relato de experiência descritivo e qualitativo realizado por estudantes do curso de Enfermagem da FATEC, em Ivaiporã, com o objetivo de compartilhar as vivências durante o projeto de extensão "Atitudes que Salvam". Este projeto teve como foco a capacitação em primeiros socorros de 34 colaboradores do Lar Santo Antônio, onde as acadêmicas, sob a supervisão de uma docente, promoveram treinamentos práticos e teóricos sobre intervenções essenciais em situações de emergência, como ressuscitação cardiopulmonar (RCP), desobstrução das vias aéreas e manejo de crises convulsivas. A capacitação foi dividida em dois momentos, atendendo aos turnos diurno e noturno, com a utilização de recursos como simulações com manequins e talas para imobilização. Além de abordar a importância da oxigenação e o uso do ambu, o projeto enfatizou o reconhecimento de desmaios, a identificação de sinais de fraturas e os cuidados necessários em casos de obstruções. Os acadêmicos destacaram a relevância da educação em saúde para preparar os colaboradores a responderem adequadamente em situações críticas, contribuindo para a segurança dos idosos assistidos. O trabalho respeitou as diretrizes éticas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Saúde, preservando o sigilo dos participantes. Os resultados obtidos favoreceram não apenas o aprendizado dos envolvidos, mas também potencializaram a capacidade de atuação em emergências, reforçando a necessidade de formação contínua e de aplicação de conhecimentos práticos na área da saúde. A experiência possibilitou uma reflexão sobre o papel da enfermagem na promoção da saúde e na prevenção de situações de risco, além de evidenciar a importância de capacitações que visem melhorar a qualidade do atendimento em instituições que cuidam de populações vulneráveis, como os idosos.

**Palavras-chave:** primeiros socorro; enfermagem; idosos; colaboradores; instituição de longa permanência

126

**CIÊNCIAS DA SAÚDE****Primeiros socorros para colaboradores de uma ilpi no município de Ivaiporã****Autores:** Sirlei Riepe, Joice Aparecida de Almeida Galvão**Orientador:** Helton Martins Ramos

O presente estudo é um relato de experiência descritivo e qualitativo realizado por estudantes do curso de Enfermagem da FATEC, em Ivaiporã, com o objetivo de compartilhar as vivências durante o projeto de extensão "Atitudes que Salvam". Esse projeto teve como foco a capacitação em primeiros socorros de 34 colaboradores do Lar Santo Antônio, onde as acadêmicas, sob a supervisão de uma docente, promoveram treinamentos práticos e teóricos sobre intervenções essenciais em situações de emergência, como ressuscitação cardiopulmonar (RCP), desobstrução das vias aéreas e manejo de crises convulsivas. A capacitação foi dividida em dois momentos para atender os turnos diurno e noturno, utilizando recursos como simulações com manequins e talas para imobilização. Além de abordar a importância da oxigenação e do uso doambu, o projeto enfatizou o reconhecimento de desmaios, a identificação de sinais de fraturas e os cuidados necessários em casos de obstruções. Os acadêmicos destacaram a relevância da educação em saúde para preparar os colaboradores a responderem adequadamente em situações críticas, contribuindo para a segurança dos idosos assistidos. O trabalho respeitou as diretrizes éticas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Saúde, preservando o sigilo dos participantes. Os resultados obtidos favoreceram não apenas o aprendizado dos envolvidos, mas também potencializaram a capacidade de atuação em emergências, reforçando a necessidade de formação contínua e de aplicação de conhecimentos práticos na área da saúde. A experiência possibilitou uma reflexão sobre o papel da enfermagem na promoção da saúde e na prevenção de situações de risco, além de evidenciar a importância de capacitações que visem melhorar a qualidade do atendimento.

**Palavras-chave:** primeiros socorros; enfermagem; idosos; instituição de longa permanência.

127

**PROJETO INTEGRADOR****Transparência tributária no paraná: conhecimento e destino dos impostos estaduais**

**Autores:** Lana Cristina Braz dos Santos, Amanda Tainara dos Santos Rodrigues, João Vitor Szafranski Baptistella, Lana Cristina Braz dos Santos, Vitor Eduardo de Souza, Vitoria Maciel da Silva

**Orientador:** Thiago Zanoni Branco

Tendo em vista que a carga tributária brasileira   uma das maiores do mundo e que muitos brasileiros não possuem o devido conhecimento sobre o tema, este projeto buscou levar informa es aos cidad es de Ivaiporã-PR sobre como os impostos são cobrados e onde os valores arrecadados são utilizados, com foco em tributos estaduais como IPVA, ICMS e ITCMD. O IPVA   um imposto estadual cobrado anualmente dos proprietários de veículos, calculado com base no valor venal do automóvel; o ICMS incide sobre a circula o de mercadorias e serviços de transporte e comunica o; e o ITCMD   aplicado sobre a transmissão de bens e direitos, tanto em casos de falecimento quanto em doa es, sendo pago pelos beneficiários. O objetivo do projeto foi compartilhar informa es sobre os impostos do Estado do Paraná, visando transformar o conhecimento da comunidade sobre o destino desses tributos e suas contribui es para o desenvolvimento do Estado. Foram utilizados, no trabalho, um projetor, telão, panfletos e um questionário online. Realizou-se uma pesquisa descritiva e exploratória, utilizando dados provenientes de portais de transparência governamental. Esse tipo de pesquisa busca detalhar e caracterizar aspectos específicos, oferecendo informa es sobre "o quê", "como" e "quem", sem interferir nos resultados, além de investigar problemas pouco conhecidos ou mal definidos, auxiliando na gera o de novas ideias e hipóteses para estudos futuros. Uma a o foi realizada no Lago Jardim Botânico, onde foram abordadas pessoas com um questionário online e entregues panfletos com informa es sobre os impostos. Ao fundo, utilizou-se um telão que exibiu, em tempo real, a arrecada o de tributos por meio do impost metro. Foram entrevistadas 100 pessoas, das quais 67 declararam não ter conhecimento sobre o tema, mas demonstraram interesse ao receberem o panfleto, e, após um bate-papo, participaram do questionário, o qual despertou a curiosidade para a busca de informa es sobre outros impostos.

**Palavras-chave:** conhecimento; impostos; arrecada o

128

**PROJETO INTEGRADOR****Dificuldades de aprendizagem e seus desafios com foco no transtorno de déficit de atenção e hiperatividade**

**Autores:** Maria Eduarda Alberton Costa, Amanda dos Santos Oliveira, Luciana de Fátima de Souza Fernandes

**Orientador:** Raila Sabrina dos Santos

O presente trabalho aborda o tema das dificuldades de aprendizagem e seus desafios diante do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), considerando que, no município de Ivaiporã-PR, muitos jovens não diagnosticados convivem com o transtorno sem saber como lidar com ele ou como se encaixar no ambiente escolar. Assim, o projeto teve como objetivo auxiliar essas crianças e os professores a compreenderem melhor o TDAH, apresentando seus sintomas e as consequências da ausência de um diagnóstico precoce. O trabalho foi realizado no Colégio Estadual Idália Rocha, onde fomos recepcionados por professores e alunos do 6º ano, ocasião em que a temática foi abordada pela psicóloga e psicopedagoga Denise Guergoleti. A profissional conduziu a palestra com precisão, auxiliando os alunos a identificarem possíveis sintomas e a entenderem a importância de buscar um diagnóstico, se necessário. Em conjunto com a especialista, foi desenvolvido um momento lúdico, no qual os alunos puderam refletir sobre seu foco e atenção concentrada. A temática apresentada proporcionou grande aprendizado, despertando o interesse dos alunos por meio de atividades interativas, como jogos que auxiliam no desenvolvimento da atenção e da concentração em pessoas com TDAH. Dessa forma, foi possível identificar dificuldades e direcioná-las para o tratamento adequado, orientando tanto os profissionais quanto os estudantes. Reforça-se, portanto, a necessidade de incentivo a novas pesquisas que ampliem o conhecimento sobre o TDAH, a fim de tornar a região mais consciente acerca dessas limitações e da melhor forma de lidar com elas.

**Palavras-chave:** tdah; educação; dificuldades de aprendizagem.

129

**PROJETO INTEGRADOR****Dificuldades na leitura e escrita**

**Autores:** Rafaela Buten Laczkowski, Estefany Carolini Campos Paulino, Gabrielly Thaiza Pereira, Tais Aparecida Roecker Luz, Vanessa Heldberg de Lima.

**Orientador:** Raila Sabrina dos Santos

O Projeto Integrador, desenvolvido com o propósito de investigar e compreender as dificuldades de aprendizagem, tem como foco principal a dislexia. Essa condição, caracterizada por uma dificuldade persistente na leitura e na escrita, afeta uma parcela significativa de crianças, muitas das quais não recebem a devida compreensão em relação aos desafios que enfrentam. É essencial que educadores e pais estejam conscientes de que algumas crianças necessitam de suporte adicional para não apenas se adaptarem, mas também prosperarem em ambientes educacionais. A falta de reconhecimento e de interpretação das necessidades específicas dessas crianças pode acarretar consequências negativas, tanto no desempenho acadêmico quanto na autoestima e no bem-estar emocional. Frequentemente, essas crianças são mal compreendidas e rotuladas como preguiçosas ou desinteressadas, quando, na realidade, necessitam de abordagens pedagógicas mais atentas e adaptadas às suas necessidades. Diante desse cenário, o projeto visa sensibilizar e capacitar professores e pais, ressaltando a importância de adotar uma abordagem inclusiva e diferenciada, que envolva a implementação de estratégias pedagógicas alinhadas às particularidades do aprendizado de cada aluno. O objetivo é promover um ambiente educacional que reconheça e valorize as diferenças individuais, oferecendo as condições necessárias para que todos os estudantes possam superar suas dificuldades. Em suma, este Projeto Integrador não apenas trata da dislexia em si, mas propõe um caminho para a construção de uma educação mais inclusiva e empática, onde as dificuldades de aprendizagem sejam compreendidas e tratadas com o devido cuidado, contribuindo para o fortalecimento do potencial de cada aluno em sua jornada educacional.

**Palavras-chave:** dislexia; escrita; leitura.

130

**PROJETO INTEGRADOR****Cuidado! Pode ser golpe.**

**Autores:** Silvia Leila Oliveira Santos, Cláudio Augusto Medeiros Nogueira, Emanuelli de Freitas Blasczak, Gabrielle de Oliveira Coppi, Samuel de Barros Arruda

**Orientador:** Thiago Zanoni Branco

Golpes por telefone e internet, conhecidos como fraudes cibernéticas, são tentativas de enganar pessoas para roubar informações pessoais, financeiras ou dinheiro, por meio de links, falsas centrais telefônicas de instituições financeiras e anúncios promocionais, geralmente envolvendo a participação da vítima ao revelar seus dados pessoais. Este projeto teve como objetivo conscientizar e alertar a população sobre golpes e fraudes. Para a realização da ação, houve planejamento e organização, com reuniões com os parceiros; elaboração de folder; definição do local, data e horário; orçamento de gastos; divulgação em TV e rádio local; além de uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório e descritivo. A ação foi realizada em praça pública, na cidade de Ivaiporã-PR, em parceria com cooperativas de crédito e associações da cidade, com a distribuição de 1000 folders contendo alertas e dicas sobre o tema. Além disso, foram colhidos depoimentos e relatos da população, prestando esclarecimentos de dúvidas e realizando a entrega de pipoca e algodão-doce como forma de atrair o público. A interação e participação da população no evento foi significativa, evidenciando o interesse e a curiosidade das pessoas em relação ao tema. A ação superou as expectativas: das 800 pessoas abordadas, 410 (51,25%) relataram já ter perdido dinheiro ou sido vítimas de algum tipo de golpe. O evento evidenciou a necessidade de maior acesso à informação e orientação sobre o tema, considerando que ocorrem mais de 4,6 mil tentativas de golpe financeiro por hora no Brasil, segundo pesquisa do Datafolha encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pela Folha de S. Paulo, publicada em 13 de agosto de 2024. Como continuação do projeto, foram divulgadas entrevistas e relatos nas redes sociais, com o intuito de alcançar toda a região do Vale do Ivaí e disseminar informações relevantes diretamente à sociedade.

**Palavras-chave:** golpes; vítima; ação.

131

**PROJETO INTEGRADOR****Os Impactos do bullying no processo de aprendizagem da matemática**

**Autores:** Andreza Kimberly Santos de Jesus, Evilyn Marsaro dos Santos, Larissa Costa de Jesus Oliveira, Kamilly Kawany de Oliveira Topan, Melissa Mariana de Souza

**Orientador:** Raila Sabrina dos Santos

O trabalho aborda os impactos do bullying na aprendizagem, com foco específico no transtorno de aprendizagem conhecido como discalculia. Um dos objetivos específicos é orientar os alunos do 4º ano sobre esse transtorno e como práticas como o bullying podem potencializar essa dificuldade, comprometendo ainda mais o desenvolvimento escolar. Busca-se minimizar lacunas educacionais ao potencializar habilidades naturais e aprimorar competências aritméticas. O texto discute as repercussões do bullying em indivíduos com discalculia e em outros contextos, promovendo a inclusão e ressaltando o papel fundamental da instituição educativa no enfrentamento do problema, com a necessidade de oferecer suporte adequado. É enfatizada a relevância da atuação do docente, que deve receber orientações atualizadas sobre o tema. O trabalho propõe atividades práticas que permitam aos alunos perceberem suas limitações matemáticas, além de promover a conscientização por meio de rodas de conversa sobre a importância de combater o bullying no ambiente escolar, considerando seu impacto negativo no processo de ensino-aprendizagem. A justificativa destaca a realidade social em relação às dificuldades de aprendizagem e a interferência que causam nos anos iniciais da educação, ressaltando a necessidade de desenvolver métodos e abordagens que conscientizem alunos, comunidade escolar e sociedade civil, com foco específico na discalculia. Esta é definida como um transtorno que compromete a realização de cálculos matemáticos e a compreensão de conceitos numéricos, mesmo em indivíduos com inteligência geral dentro da média. O texto ainda diferencia os mecanismos cognitivos envolvidos na leitura de palavras e números, evidenciando a dissociação entre o aprendizado das regras de leitura e da representação numérica.

**Palavras-chave:** discalculia; transtornos; preconceito; bullying.

132

**PROJETO INTEGRADOR****Ação solidária e planejamento financeiro ao lar santo antônio.**

**Autores:** Deivid Maikon Marçal, Catharina Temóteo Albuquerque, João Viktor Rezende da Silva, Rubiele dos Santos Silvério, Nicolay Gabriele de Souza Silva Fiuza

**Orientador:** Thiago Zanoni Branco

Planejamento financeiro é o processo de organizar e gerenciar as finanças para atingir objetivos específicos de forma eficiente, envolvendo a análise da situação financeira atual, a definição de metas e a criação de um plano estratégico. Observando a necessidade de desenvolver esse tipo de planejamento, foi realizada uma pesquisa em entidades da região, sendo o Lar Santo Antônio, situado no município de Ivaiporã-PR, a instituição escolhida para a execução do projeto. Foram realizadas visitas presenciais para coletar informações referentes às necessidades administrativas e financeiras da associação. O projeto também proporcionou o desenvolvimento de habilidades práticas por parte dos participantes, como planejamento e gestão financeira, com o objetivo de controlar, verificar o cumprimento dos planos e planejar ações futuras. No dia 22 de agosto de 2024, foi realizada a primeira visita à associação, com o intuito de conhecer os representantes, os funcionários, os residentes, bem como sua história e cultura administrativa e financeira. Em conversa com a diretoria, identificou-se que a prioridade da instituição era a aquisição de uma cama hospitalar, que passou a ser o propósito principal do projeto. Em 6 de setembro, uma nova visita foi realizada para a gravação de um vídeo de divulgação do projeto, com o objetivo de impulsionar a venda de rifas para arrecadação de fundos destinados à compra da cama. Verificou-se a necessidade de camas apropriadas para idosos com dificuldades de mobilidade, o que facilita a higienização diária, favorece a circulação sanguínea, melhora a recuperação e proporciona maior conforto e segurança. Assim, foi organizada uma rifa e produzido um vídeo para divulgação nas redes sociais e meios de comunicação, com a proposta de arrecadar R\$ 2.400,00, valor necessário para a aquisição da cama hospitalar. O projeto proporcionou, ao longo de sua execução, aprendizado teórico e prático aos participantes, além de contribuir significativamente para o bem-estar dos residentes e para o fortalecimento da instituição.

**Palavras-chave:** planejamento financeiro; ação solidária; instituição.

133

**PROJETO INTEGRADOR****O olhar pedagógico do professor frente à dislexia**

**Autores:** Andréia Zanetin da Costa, Karina de Souza Cordeiro, Rebeca Hévorá dos Reis Xavier, Thamires Luiza Pinheiro de Oliveira Perez.

**Orientador:** Raila Sabrina dos Santos

O presente trabalho destaca a importância de um olhar pedagógico por parte do educador frente aos alunos com o distúrbio de aprendizagem conhecido como dislexia, caracterizado por dificuldades na decodificação de letras, formação de palavras e leitura defasada. Ao problematizar as necessidades do aluno disléxico e a falta de compreensão e preparo do docente, enfatiza-se que o educador deve adotar uma postura ativa e diagnóstica, buscando auxiliar esses alunos de maneira efetiva. Assim, este estudo compromete-se a levar conhecimento e informação sobre a dislexia aos docentes, ressaltando a importância da atenção, empatia e comprometimento com essas crianças. A ação foi aplicada com alunos do curso de formação de docentes do Colégio Estadual Barbosa Ferraz, em Ivaiporã, com a participação de uma profissional fonoaudióloga que abordou o tema em uma palestra. O método de pesquisa utilizado foi qualitativo, com a aplicação de dois formulários: o primeiro antes da intervenção, para avaliar o conhecimento prévio dos alunos, e o segundo após a palestra, com o intuito de analisar o conhecimento adquirido. A participação dos alunos foi expressiva e ativa. No primeiro formulário, os estudantes demonstraram pouco conhecimento e relataram dúvidas, afirmando não se sentirem preparados para lidar com crianças disléxicas. Contudo, após a palestra, no segundo questionário, os alunos foram capazes de conceituar a dislexia, identificar seus sintomas e características, e descrever estratégias para auxiliar alunos com o transtorno em busca de uma aprendizagem efetiva. Observou-se, portanto, a relevância do tema e o quanto o conhecimento sobre a dislexia e suas particularidades é essencial no contexto escolar e, principalmente, na formação docente, sendo considerado pelos próprios participantes como necessário e imprescindível para sua atuação profissional e envolvimento com a sociedade.

**Palavras-chave:** distúrbio de aprendizagem; dislexia; professor; ensino-aprendizagem; conhecimento.

134

**PROJETO INTEGRADOR****Onde as questões atravessam as dificuldades de aprendizagem?**

**Autores:** Eloisa Primo Gostinski, Ana Clara Gonçalves do Lago, Brenda Coletto Ferreira, Leticia Maria de Souza, Taynara Alves da Mata.

**Orientador:** Raila Sabrina dos Santos

O presente artigo tem como objetivo diminuir as dificuldades de aprendizagem, permitindo que o aluno conheça e compreenda suas emoções, identificando os fatores que mais o afetam durante o processo de aquisição do conhecimento. Dessa forma, busca-se trabalhar esses desafios por meio da arteterapia, promovendo maior concentração e controle emocional, aspectos que interferem diretamente no desempenho escolar e no aprimoramento do saber. A partir de uma pesquisa qualitativa, identificaram-se possíveis dificuldades de aprendizagem e, com base nos resultados, foi realizada uma palestra abordando a temática de como as emoções dos adolescentes impactam suas dificuldades educacionais, com o intuito de orientar e contribuir para o desenvolvimento dos estudantes. A arteterapia é um método de relaxamento e reflexão por meio da arte, que pode auxiliar o aluno a lidar melhor com suas emoções e, conseqüentemente, obter benefícios diante de suas limitações de aprendizagem. Essa técnica tem se mostrado robusta e flexível, atuando em contextos onde se identifica a necessidade de intervenção em prol da saúde integral do ser humano. Assim, foi possível observar o engajamento dos participantes e o aperfeiçoamento de habilidades que anteriormente se manifestavam como obstáculos no processo de aprendizagem dos alunos envolvidos.

**Palavras-chave:** dificuldades de aprendizagem; emoções e aprendizagem; arteterapia; educação emocional; desempenho escolar.

135

**PROJETO INTEGRADOR****Mentes em foco: Dificuldades de transtornos de aprendizagem**

**Autores:** William da Silva Leite, Luana de Cássia de Jesus Santos, Miguel da Silva Marinelli, Rayane Gabrieli da Silva Irmer, Viviane Aparecida da Silva

**Orientador:** Raila Sabrina dos Santos

Hodiernamente, observa-se grande desinformação por parte dos indivíduos do corpo social no que concerne à temática das dificuldades e transtornos de aprendizagem, bem como às diferenças, diagnósticos e aspectos relevantes que, notoriamente, poderiam contribuir com os sistemas educacional e social contemporâneos. Diante disso, faz-se necessária uma reflexão sobre a disseminação de informações falaciosas e antiprofissionais, com tendência à indução de autodiagnósticos propagados, principalmente, por meio das mídias digitais. Nesse contexto, o presente trabalho desenvolve-se por meio de uma ampla revisão bibliográfica, com o objetivo de explicitar questões como a diferença entre transtornos e dificuldades de aprendizagem, com ênfase no Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e no Transtorno do Desenvolvimento Intelectual (DI), além de abordar os estudos da neurociência relacionados à plasticidade cerebral e ao processo de aprendizagem. O artigo inclui, ainda, a análise sistemática de um evento acadêmico que contou com a participação de profissionais das áreas de neurologia e psicologia, abordando de forma significativa e intencional os tópicos mencionados, bem como relatos sobre as perspectivas da qualidade de vida de sujeitos com TDAH e DI, os processos diagnósticos e as possíveis intervenções realizadas por profissionais. Ressalta-se, portanto, a necessidade de pesquisas que considerem a importância do apoio de uma equipe multidisciplinar na análise diagnóstica dos transtornos de aprendizagem, de modo que sejam implementadas intervenções precoces e contínuas, pautadas nos avanços da neurociência, especialmente no que diz respeito à plasticidade cerebral.

**Palavras-chave:** dificuldades de aprendizagem; transtornos de aprendizagem; plasticidade cerebral, tdah; di.

136

**PROJETO INTEGRADOR****Práticas pedagógicas inclusivas na educação infantil: promovendo a participação de crianças com dificuldades de aprendizagem**

**Autores:** Julia Francisca Catarina Albino Pandolfo, Gabrielle Wiggers da Silva, Kauani de Souza Marsaro, Mariane Santos Alves.

**Orientador:** Raila Sabrina dos Santos

O projeto aplicado teve como objetivo principal sanar as defasagens de aprendizagem entre os alunos, especialmente aqueles com maiores dificuldades, para que pudessem se nivelar com seus colegas. A iniciativa foi estruturada em dois dias, cada um dedicado a temas específicos: o primeiro focado em cores e letras, e o segundo em números e quantidades. As atividades foram planejadas de forma dinâmica e interativa, utilizando jogos que estimulasse tanto o aprendizado quanto a inclusão, permitindo a participação ativa de todas as crianças, independentemente de suas habilidades. Os resultados do projeto foram notáveis, com um avanço significativo nas habilidades cognitivas dos alunos, que demonstraram maior compreensão e identificação das cores, letras e conceitos numéricos. Além disso, o projeto promoveu um ambiente de socialização no qual os alunos com dificuldades sentiram-se mais à vontade para interagir e colaborar, favorecendo o aumento da autoestima e da confiança. Essa experiência reforçou a importância de métodos lúdicos e inclusivos na educação infantil. Ao final do projeto, foi possível alcançar a meta de promover um espaço em que todos os alunos, independentemente de suas dificuldades, pudessem aprender e se desenvolver de forma equitativa, contribuindo não apenas para o aprendizado, mas também para a construção de um ambiente escolar mais acolhedor e colaborativo.

**Palavras-chave:** inclusão; conhecimento; ludicidade

137

**PROJETO INTEGRADOR****Dificuldades de aprendizagem comportamental**

**Autores:** Samara Victória da Silva Caetano, Franciele Soares de Oliveira Vicente, Regiane Paviani dos Santos, Raissa Tozatte Cândido, Lana Vitória Souza Dos Reis

**Orientador:** Raila Sabrina dos Santos

Este projeto investigou as dificuldades de aprendizagem no contexto da inclusão, com foco em alunos de 8 a 10 anos participantes do projeto Casa de Vivência, na cidade de Ivaiporã-PR. Durante a observação e a pesquisa qualitativa, foram identificados impactos significativos causados por dificuldades de comportamento no processo de aprendizagem. O grupo incluía dois alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e um com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), que apresentavam dificuldades de interação com os demais colegas, o que motivou a escolha do tema do projeto. A metodologia adotada incluiu brincadeiras que promovem a convivência e a valorização das diferenças, utilizando materiais como fita adesiva, painel em TNT, EVA, garrafas PET, barbante, bambolês e cones. As atividades lúdicas realizadas envolveram aquecimento com abraço coletivo, amarelinha matemática, percurso com os pés amarrados, a brincadeira de colocar a caneta dentro da garrafa e, por fim, a amarelinha africana, todas voltadas ao fortalecimento do ambiente de aceitação, afetividade e trabalho em grupo. O projeto teve como objetivo compreender as dificuldades de aprendizagem e promover um ambiente inclusivo, onde todos os alunos possam desenvolver suas capacidades e interagir de maneira construtiva e afetiva dentro dos seus grupos.

**Palavras-chave:** afetividade; aceitação; autismo; tdh; dificuldades de aprendizagem e inclusão.

138

**PROJETO INTEGRADOR****Lutos em colaboradores em lar de longa permanência: Suas vivências e formas de intervenções.**

**Autores:** Kenia Paula Gonçalves de Lucena, Adriana Bispo Ferreira, Bruno Santini, Elloisy Pedroso dos Santos, Gabriele da Silva Pires, Joice Darzoto Leuch e Raiane da Silva da Luz.

**Orientador:** Leonardo dos Santos Silva.

O presente projeto teve como tema gerador os ciclos da vida, sendo trabalhada a temática do luto no Lar de Longa Permanência São Lourenço, localizado na cidade de São João do Ivaí/PR. O objetivo foi proporcionar aos colaboradores um espaço para discutir suas experiências de luto com o acompanhamento de um psicólogo, facilitando a expressão emocional e o enfrentamento saudável das perdas, promovendo a elaboração do luto por meio de atividades reflexivas. A abordagem foi direcionada aos colaboradores que lidam diretamente com os idosos internos. Para a aplicação do projeto, foram utilizados retroprojetor, papéis, canetas, caixa de som e cadeiras. Os colaboradores foram convidados a se sentarem em círculo, onde todo o grupo se apresentou. A atividade foi iniciada com um questionário respondido de forma anônima, com o intuito de levantar demandas relacionadas ao trabalho e ao luto. Em seguida, foi realizada uma palestra com a abordagem das questões propostas, tratando das fases do luto e de sua resignificação, encerrando-se com a música "Epitáfio", que propõe uma reflexão sobre a temática. A atividade ocorreu na sala de reuniões com a participação de 20 funcionários, sendo 80% mulheres, com idades entre 22 e 40 anos, e escolaridade de nível médio e técnico. Dentre os participantes, 70% eram casados e mães, sendo que duas relataram estar vivenciando o processo de luto pela perda de seus filhos. Como considerações finais, concluiu-se que as intervenções permitiram abordar a importância do reconhecimento dos processos de luto e de sua resignificação, conscientizando os participantes de que é necessário cuidar de si para que seja possível cuidar dos outros.

**Palavras-chave:** luto; resignificar; idosos.

139

**PROJETO INTEGRADOR****Guia turístico "prático"**

**Autores:** Fernanda Miranda Neves, Brayan Aquino, Fernanda Miranda Neves, Julio Cesar, Luiza Pires Parra, Pedro Romeiro.

**Orientador:** Eduardo Paiva Haguio

O trabalho aborda a importância das praças como espaços fundamentais de organização urbana e interação social, com foco específico na cidade de Ivaiporã, no Paraná. As praças são apresentadas não apenas como componentes arquitetônicos, mas como elementos centrais para a identidade e coesão social das comunidades. Autores como Marx e Gehl destacam que as praças funcionam historicamente como pontos de encontro religiosos e políticos, e que sua revitalização contribui significativamente para a qualidade de vida urbana, promovendo o lazer e a interação social. Em Ivaiporã, praças como Japão, França, Espanha, Manoel Teodoro da Rocha e Panorama destacam-se por refletir a diversidade cultural e o vínculo da cidade com o mundo. A revitalização desses espaços, como exemplificado pela Praça Espanha, demonstra o êxito de projetos de planejamento urbano voltados para o uso social e sustentável. Diante disso, o projeto propõe a criação de um guia turístico que valorize esses locais como centros de cultura e convivência, incentivando moradores e visitantes a redescobrirem as praças de Ivaiporã. Além de promover o turismo, o guia pretende evidenciar o impacto positivo desses espaços na vida comunitária e na atratividade da cidade, apresentando informações sobre eventos culturais e atividades recreativas.

**Palavras-chave:** guia turístico; praça; paisagismo

140

**PROJETO INTEGRADOR****Orientações e instruções para gestantes proporciona um melhor estilo de vida para gestantes****Autores:** Cleber Robloski Iori, Brenda caroline costas, Letícia Rinaldi Faian**Orientador:** Abel Felipe Freitag

A gravidez é uma fase marcante na vida de qualquer mulher, trazendo uma série de mudanças físicas e emocionais. Este projeto tem como objetivo proporcionar, por meio de orientações e instruções, um melhor estilo de vida para as gestantes. Adotando uma abordagem quantitativa, a ação foi realizada no segundo semestre de 2024, com a participação de aproximadamente 35 gestantes atendidas na Unidade Básica de Saúde (UBS) Central de Ivaiporã-PR. Utilizou-se um questionário contendo 20 perguntas, encaminhado via Google Forms, com o link enviado por WhatsApp para facilitar o acesso e permitir que as participantes respondessem em até dois dias. No caso de não resposta, foi organizada uma roda de conversa com temas relevantes sobre gravidez e parto. A coleta de dados incluiu questões relacionadas ao conhecimento e dúvidas acerca da gestação, saúde e bem-estar. A partir dos resultados, foi estruturado um ciclo de palestras conduzidas por profissionais de saúde, abordando temas essenciais como nutrição, amamentação, diabetes gestacional e hipertensão, baseando-se nas respostas do questionário inicial. Também foram distribuídos folders educativos impressos, com materiais do Ministério da Saúde, da Fundação Abrinq e da Santa Casa de BH. Ao final, o mesmo questionário foi reaplicado para avaliar o impacto do projeto, sendo complementado por entrevistas com algumas participantes a fim de verificar se suas dúvidas foram esclarecidas e como o projeto as beneficiou. Espera-se, com isso, promover a adesão das gestantes à conscientização sobre uma gestação segura, tanto para elas quanto para o feto, abordando os principais problemas relacionados às alterações que ocorrem nesse período.

**Palavras-chave:** conservação da gravidez; gestação; estilo de vida.

141

**PROJETO INTEGRADOR****Viver bem: nutrição e exercício em relação ao sistema imunológico**

**Autores:** Jéssica Wigers, Ana Karoline Sehnen Da Luz, Bruna Rafaella Brito de Moura Milanezi, Fabiana da Silva Gonçalves, Maria Eduarda da Rosa da Luz

**Orientador:** Elicéia Maibuk

O sistema imunológico é responsável por nos defender de vírus e bactérias que buscam nos infectar, sendo a principal linha de defesa do corpo contra patógenos. Sua eficiência está diretamente relacionada ao estilo de vida, especialmente à nutrição e à prática de atividades físicas. Uma dieta balanceada e nutritiva favorece a manutenção da saúde e o correto funcionamento do organismo, sendo que nutrientes como vitaminas e minerais são fundamentais para o desempenho das células imunológicas. A vitamina C, por exemplo, presente em frutas cítricas, auxilia na produção de glóbulos brancos, enquanto a vitamina D modula a resposta imunológica e desempenha papel essencial na defesa contra infecções. Diversos fatores impactam o funcionamento do sistema imunológico, incluindo idade, genética, metabolismo, ambiente, anatomia, fisiologia, microbiologia e, especialmente, a nutrição. Além disso, a prática regular de atividades físicas também contribui significativamente para o fortalecimento do sistema imune, pois melhora a circulação sanguínea e facilita o transporte de células e moléculas de defesa por todo o corpo. A combinação entre uma boa alimentação e a prática constante de exercícios físicos não apenas fortalece as defesas do organismo, mas também promove um estilo de vida saudável que pode prevenir doenças crônicas, como a obesidade e doenças cardiovasculares, que comprometem negativamente o sistema imunológico.

**Palavras-chave:** patógenos; nutrição; atividades físicas.

142

**PROJETO INTEGRADOR****Ivaiporã sempre ativa e saudável**

**Autores:** Matheus Henrique Estevam Alves, Bianca Melo Ferreira, Leandro José de Moura Vivoda, Kassia Fernanda Coutinho Oliveira, Eduard Angelo Bendrath, Abel Felipe Freitag.

**Orientador:** Abel Felipe Freitag

A inatividade física pode aumentar o risco de mortalidade devido ao surgimento e agravamento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs). Este projeto tem como objetivo promover um estilo de vida ativo e saudável para a população de Ivaiporã-PR, por meio de ações integradas com a Secretaria Municipal de Saúde, unindo serviços clínicos personalizados a programas de exercícios físicos adaptados, com foco na melhoria da qualidade de vida e na prevenção de DCNTs. Além de contribuir para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 – Saúde e Bem-Estar –, a iniciativa promove a conscientização sobre a importância de um estilo de vida ativo entre a população com doenças crônicas. Em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, a Universidade Estadual de Maringá (UEM) está cedendo um imóvel com 101 m<sup>2</sup> para sediar o Centro Multiprofissional Especializado em Exercícios Físicos, popularmente denominado “Academia da Saúde”. A universidade também disponibilizará dois professores doutores para o acompanhamento e supervisão dos protocolos e programas de prescrição de atividades físicas, além de oito bolsistas (acadêmicos de Educação Física) capacitados para implementar e acompanhar os usuários nas atividades, os quais serão encaminhados pelas equipes médicas das Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município. Como contrapartida, a Prefeitura Municipal adquiriu equipamentos e acessórios para as modalidades de musculação, ginástica e pilates, que serão utilizados na periodização e prescrição do treinamento individualizado. Inicialmente, o projeto beneficiará pacientes hipertensos e diabéticos, com possibilidade de expansão. Os resultados esperados incluem um fluxo de atendimento anual estimado em 11.520 pacientes, com média de 240 pessoas atendidas por semana, e um parâmetro de qualidade estabelecido em seis usuários por hora. Ademais, busca-se proporcionar um estilo de vida ativo e saudável à população de Ivaiporã.

**Palavras-chave:** exercício físico; educação física e treinamento; centros de saúde.

143

**CIÊNCIAS DA SAÚDE****As interfaces do puerpério: impactos socioemocionais na vida da mulher**

**Autores:** Camila Martins de Oliveira Alves, Eduarda Maria Lara do Nascimento, Indyanara de Oliveira Carvalho

**Orientador:** Rodrigo Ramos Anunciação

O período puerperal pode ser vivenciado por diferentes mulheres de maneiras diversas, influenciado por variações hormonais, emocionais, culturais, sociais e psicológicas. Compreender os aspectos relevantes dessa fase pode contribuir para amenizar o sofrimento feminino. Diante disso, o presente trabalho teve como objetivo identificar, em um grupo reduzido de mães, como foi essa vivência, além de propor uma explicação para as respostas obtidas, com o auxílio de uma profissional especializada na área e de referencial teórico que embasou os resultados. A individualidade de cada caso permitiu identificar experiências pessoais, funções maternas, formas de enfrentamento e o desenvolvimento de auto suporte nos casos em que não havia rede de apoio. Nesse sentido, constatou-se a importância de ampliar os estudos sobre o tema, visando à promoção da saúde da mulher, não apenas em seu aspecto físico, mas, sobretudo, em sua dimensão psicológica.

**Palavras-chave:** aspectos; mães; vivência.

144

**PROJETO INTEGRADOR****O uso indiscriminado de antibióticos – resistência bacteriana**

**Autores:** Dalylla Francisca Ribeiro Barossi, Gabriel Emanuel da Silva Lopes, Natália Belizario de Souza

**Orientador:** Elicéia Maibuk

O uso excessivo e inadequado de antibióticos é atualmente um dos problemas mais graves enfrentados globalmente na área da saúde, pois contribui diretamente para o crescimento alarmante da resistência bacteriana, situação em que microrganismos adquirem mecanismos de defesa que os tornam imunes aos tratamentos convencionais, comprometendo a eficácia dos antibióticos em infecções comuns e colocando em risco a saúde pública de forma significativa. Diante dessa problemática, o presente estudo teve como objetivo principal conscientizar a população sobre a importância do uso racional de antibióticos, a fim de prevenir o surgimento e a disseminação de cepas bacterianas resistentes. Para isso, foram aplicados questionários a dois grupos de estudantes universitários de áreas distintas: o primeiro, composto por alunos de Enfermagem, área diretamente relacionada à saúde; e o segundo, por estudantes de Arquitetura e Urbanismo, uma área sem vínculo direto com a saúde. O objetivo foi avaliar o nível de conhecimento prévio desses estudantes sobre o uso de antibióticos e o conceito de resistência bacteriana. Os resultados iniciais mostraram que muitos estudantes de Arquitetura e Urbanismo apresentavam conhecimento limitado sobre os riscos e consequências do uso indiscriminado de antibióticos, em contraste com os estudantes de Enfermagem, que demonstraram maior familiaridade e entendimento acerca do tema. Após essa etapa, foi realizada uma campanha educativa voltada para ambos os grupos, consistindo em uma roda de conversa com o intuito de promover maior conscientização sobre o uso responsável de antibióticos. O estudo conclui, portanto, destacando a importância de políticas públicas e programas educacionais voltados para o uso consciente de antibióticos, visando minimizar os riscos da resistência antimicrobiana e garantir a eficácia dos tratamentos médicos para as futuras gerações.

**Palavras-chave:** resistência bacteriana; uso de antibióticos; saúde pública;

145

**PROJETO INTEGRADOR****Hora certa / Dose certa. “Facilitando o uso de medicamentos com identificação”**

**Autores:** Paula Camila Lindolfo Vidal, Evelyn Ávila Paschoal, Patricia Cristina De Souza Gomes Tenorio

**Orientador:** Tatiane Borzuk da Fonseca

Ao observar a realidade do uso de medicamentos por portadores de doenças crônicas, identificou-se um problema generalizado relacionado ao gerenciamento, à organização e à administração desses medicamentos. Percebeu-se, ainda, a relação entre o agravamento das patologias ou a ineficácia dos tratamentos e os erros cometidos na administração medicamentosa. Com o objetivo de enfrentar essa problemática, este projeto propõe a capacitação de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) para realizar a etiquetagem assertiva dos medicamentos, utilizando etiquetas ilustrativas, didáticas e de fácil leitura. A proposta visa garantir a eficácia do tratamento prescrito pelo médico, melhorar a qualidade de vida dos pacientes e recuperar sua autonomia na organização e administração de seus próprios medicamentos. Para potencializar o conhecimento sobre medicamentos de uso contínuo, será realizado um encontro semestral em formato de roda de conversa, com o objetivo de promover a socialização, esclarecer dúvidas e facilitar a etiquetagem coletiva dos medicamentos. Os ACS serão os principais executores do projeto, realizando a etiquetagem durante as visitas domiciliares. Para apoiar essa tarefa, será disponibilizada uma caderneta contendo uma lista de medicamentos da farmácia popular, servindo como material de apoio e consulta. Os resultados esperados serão avaliados por meio de um questionário aplicado aos ACS após 30 dias do início do projeto, contendo perguntas objetivas sobre suas percepções e os relatos dos pacientes em relação à otimização, facilidade, assertividade e eficácia no tratamento.

**Palavras-chave:** etiquetagem assertiva; farmácia popular; doenças crônicas; educação em saúde.

146

**PROJETO INTEGRADOR****Melhor idade e finanças.**

**Autores:** Maria Eduarda Souza Dias, Amanda de Andrade Basso, Fernanda Santos Rodrigues, Geovana dos Santos Saviniec, Kawany da Silva Marins.

**Orientador:** Thiago Zanoni Branco

A orientação financeira para idosos é um tema crucial em uma sociedade cuja expectativa de vida tem aumentado, tornando a preparação para a aposentadoria cada vez mais essencial e impactando diretamente na qualidade de vida. Trata-se de uma prática importante para que os idosos possam administrar seus recursos financeiros de forma eficaz, garantindo estabilidade e autonomia. Por meio da educação financeira, é possível auxiliar na compreensão de diferentes produtos, conceitos e riscos financeiros, além de capacitá-los a tomar decisões mais conscientes e seguras. Com o objetivo de auxiliar os idosos no controle de seus bens e na autonomia na administração da própria receita, este projeto aplicou uma metodologia baseada em um jogo didático de perguntas e respostas voltadas à orientação financeira. A atividade foi realizada no período vespertino, com a participação de 45 idosos, com idades entre 50 e 80 anos, sob acompanhamento da responsável pelo setor. Durante a tarde, foram apresentados slides com o tema “Mitos e Verdades sobre a Vida Financeira”, seguidos de uma dinâmica em que os participantes se posicionaram em círculo para uma brincadeira semelhante à “batata quente”, utilizando bexigas coloridas com perguntas sobre o tema. Enquanto uma música era tocada, a bexiga passava de mão em mão; ao parar a música, o idoso que estivesse com a bexiga deveria estourá-la e responder à pergunta contida nela, recebendo brindes simbólicos como cofrinhos, canetas e bombons. Ao final da atividade, foi realizada uma entrevista em vídeo com os participantes. Como resultado, constatou-se que 28 idosos possuem algum conhecimento financeiro, enquanto 17 demonstraram não ter total controle sobre suas finanças ou domínio sobre a própria aposentadoria. A prática obteve excelente retorno, com a participação entusiasmada dos idosos, e foi produzido um material digital com registros da atividade, que alcançou 3.940 visualizações nas plataformas digitais Instagram e Facebook.

**Palavras-chave:** idosos; jogos; orientação financeira;

147

**PROJETO INTEGRADOR****Nutrição e dieta**

**Autores:** Emili Érika Goes Ribeiro, Vitor Hugo Aparecido Denis Leopoldino, Cassia Jamille Magri Silva, Gabriella Fogaça Domingos, Felipe Colonelli Felix de Oliveira.

**Orientador:** Eliceia Maibuk

Este projeto de conscientização nutricional tem como objetivo promover, entre adolescentes do Colégio do Campo Dom Pedro I, em Lidianópolis, a importância de uma alimentação equilibrada para a saúde e a prevenção de doenças crônicas. Com base em dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), do Ministério da Saúde e da literatura científica, o projeto destaca como hábitos alimentares adequados podem prevenir condições como obesidade, diabetes e doenças cardiovasculares. A iniciativa inclui uma palestra educativa com recursos visuais e a aplicação de um questionário dinâmico para avaliar o entendimento dos alunos sobre o tema. Entre os objetivos específicos, estão a educação sobre os grupos alimentares, a importância dos nutrientes essenciais e a desconstrução de mitos alimentares. Além disso, o projeto enfatiza o papel do enfermeiro na promoção de uma dieta saudável e na orientação de pacientes quanto às escolhas alimentares equilibradas.

**Palavras-chave:** nutrição; alimentação saudável; qualidade de vida; educação alimentar.

148

**PROJETO INTEGRADOR****Essência rústica****Autores:** Anderson Vagner de Souza, Luiz Fernando Valotto, Vinícius de Almeida Pereira**Orientador:** Joao Carlos Gonçalves

Com o aumento da consciência ambiental, a utilização de matérias-primas sustentáveis torna-se cada vez mais viável, tanto do ponto de vista ecológico quanto econômico. Visando a viabilidade do projeto e a retomada de processos artesanais para agregar valor a essas matérias-primas, propõe-se o aproveitamento de madeiras que seriam descartadas, moídas para virar pó de serra ou trituradas para virar maravalha, produtos geralmente de baixo valor agregado. O reaproveitamento desses materiais seria destinado à produção de tábuas rústicas para carnes, com o objetivo de atrair o interesse do consumidor para um produto secundário: o sal grosso temperado ou gourmetizado. Com o crescimento do mercado de apreciadores de carnes, a produção de sal grosso gourmetizado se apresenta como uma opção complementar altamente viável, especialmente porque muitas das especiarias utilizadas podem ser cultivadas em pequenas hortas familiares. A combinação da produção e comercialização desses dois produtos apresenta grande viabilidade, podendo gerar uma renda extra para produtores familiares. Outro fator relevante é o impacto ambiental positivo, pois o uso de materiais que seriam descartados contribui para a redução de resíduos provenientes de madeireiras, marcenarias e afins. Entre os pontos positivos, destacam-se o fácil acesso à matéria-prima, o baixo custo de produção e a simplicidade do processo produtivo das tábuas rústicas. No caso do sal gourmetizado, os destaques são a produção simples, a necessidade de pouco espaço e o custo extremamente baixo. Assim, conclui-se que o projeto é viável, desde que bem estruturado e com o público-alvo corretamente definido.

**Palavras-chave:** sal, tábua, gourmet, ervas-finas

149

**PROJETO INTEGRADOR****Aplicando de planejamento de educação financeira em crianças**

**Autores:** Layane Da Silva Sales e Ryan Carlos Borges do Couto, Mary Gabrielli Batista Rodrigues, Rayana Victória Moreira, Lucas Daniel Silveira

**Orientador:** Thiago Zanoni Branco

O projeto integrador sobre a aplicação do planejamento de educação financeira em crianças foi desenvolvido com o objetivo de ensinar conceitos básicos de gestão financeira a alunos do ensino fundamental, visando à formação de hábitos saudáveis com o dinheiro desde a infância. Por meio de atividades lúdicas, buscou-se facilitar a compreensão do valor do dinheiro e da importância de economizar. O principal objetivo foi ensinar os alunos a diferenciar necessidades de desejos, calcular trocos e compreender a importância da poupança, com a intenção de torná-los mais conscientes em suas decisões financeiras e capazes de aplicar esses conceitos em sua rotina. As atividades incluíram pintura de notas fictícias e simulações de compras em um “mercado” improvisado na sala de aula, além da utilização de cofrinhos para que as crianças pudessem guardar pequenas quantias e praticar a economia. O projeto foi estruturado em três fases: memorização das notas, simulação de transações e reflexões sobre o uso do dinheiro. Ao final, observou-se uma significativa mudança no comportamento dos alunos, que demonstraram maior interesse por assuntos financeiros e passaram a discutir sobre economia e poupança com suas famílias, evidenciando um entendimento mais profundo do valor do dinheiro. Além de habilidades matemáticas, as crianças desenvolveram maior autonomia na tomada de decisões financeiras. A colaboração entre escola, comunidade e famílias foi essencial para o sucesso do projeto, que contribuiu para preparar uma geração mais consciente e responsável financeiramente, apta a enfrentar desafios futuros com mais segurança.

**Palavras-chave:** educação financeira; consumo consciente; poupança infantil.

150

**PROJETO INTEGRADOR****Clima organizacional: importância e efeitos em uma empresa do ramo de armarinhos, no município de Ivaiporã, Paraná**

**Autores:** Cleverson dos Santos da Luz, Pedro Henrique Tachinski de Abreu, Jorge Luiz Pereira, Lucca Emanuel Fonte Palma, Marcus Vinicius Lopes Milan, Maria Luiza Venturin

**Orientador:** Thiago Zanoni Branco

Um dos temas mais relevantes atualmente no meio organizacional é o clima organizacional, o que motivou a escolha deste tema a partir de uma abordagem prática em uma empresa do ramo de armarinhos, localizada no município de Ivaiporã-PR. Clima organizacional refere-se à relação entre todos os indivíduos que compõem a equipe de uma organização, impactando diretamente a produtividade e os resultados financeiros da instituição. Um ambiente favorável traz benefícios como o aumento da produtividade, a diminuição da rotatividade de colaboradores e a redução das ausências propositais. O objetivo do projeto foi analisar o ambiente de trabalho em busca de estratégias e possíveis mudanças que potencializassem a atmosfera corporativa. Para isso, foram aplicados formulários aos dez integrantes da equipe, com o intuito de coletar a opinião de todos. A partir das informações obtidas, observou-se a existência de insatisfações relacionadas ao salário, à falta de reconhecimento e ao comprometimento geral. Com base nesses dados, recomendou-se a implementação de estratégias como um sistema de metas com bonificação, recompensas mensais com base no desempenho coletivo e reuniões corporativas com a participação de todos para sugerir melhorias. A pesquisa permitiu analisar a importância e a eficácia do estudo sobre clima organizacional, desde a identificação dos problemas até a proposição de soluções, com o objetivo de aprimorar o ambiente interno e, conseqüentemente, impactar positivamente a produtividade e os resultados da empresa. Portanto, o estudo reforça a relevância de se atentar ao ambiente interno, pois o bem-estar da equipe gera benefícios diretos à organização como um todo.

**Palavras-chave:** clima organizacional; relacionamento; satisfação

151

**PROJETO INTEGRADOR****Avaliação física e nível de atividade física de usuários das unidades básicas de saúde de Ivaiporã, pr.**

**Autores:** Fernanda Beatriz Brunke Iene, Lucas Vinicius Domingues de Godoy, Lorena Couto de Souza, Abel Felipe Freitag, Eduard Angelo Bendrath

**Orientador:** Eduard Angelo Bendrath

A compreensão sobre o perfil dos usuários dos sistemas vinculados às Unidades Básicas de Saúde (UBS), a partir do nível de atividade física e do padrão corporal, pode contribuir significativamente para a tomada de decisões em políticas de saúde preventiva. Este projeto tem como objetivo avaliar o nível de atividade física e o padrão corporal de usuários das UBS da cidade de Ivaiporã-PR diagnosticados com hipertensão arterial e diabetes mellitus (DM). O número amostral foi definido em 256 usuários identificados com essas condições, provenientes de 10 UBSs do município. Está prevista a aplicação de uma anamnese prévia com o intuito de traçar um perfil padrão dos usuários em relação aos seus hábitos de vida. Será utilizado o questionário padronizado International Physical Activity Questionnaire (IPAQ), que tem como objetivo estabelecer o padrão de atividade física semanal do usuário, identificando se possui um estilo de vida sedentário ou ativo. Para a verificação da composição corporal, será utilizada uma balança eletrônica de bioimpedância, cujos parâmetros analisados incluirão peso, massa gorda, massa óssea, massa muscular, gordura subcutânea, relação cintura-quadril (RCQ), índice de massa corporal (IMC) e idade corporal estimada. Também serão empregados testes de força com o uso de dinamômetros lombar e manual, para mensuração da tração lombar e preensão manual, respectivamente. O nível de flexibilidade será avaliado por meio do Banco de Wells. A equipe de avaliação é composta por dois professores doutores e oito alunos de graduação do curso de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá (UEM), campus de Ivaiporã. Espera-se que os resultados obtidos possam subsidiar os agentes públicos na formulação de políticas públicas de saúde voltadas ao incentivo à prática de atividade física, promovendo a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e, conseqüentemente, a redução da demanda por atendimentos no Sistema Único de Saúde (SUS) devido a agravos provocados pelo sedentarismo.

**Palavras-chave:** avaliação física; exercício físico; atividade física.

152

**PROJETO INTEGRADOR****Contacerta**

**Autores:** Vitor Lucas Braes dos Santos, Nelson Barreto, Bruno Eduardo Prestes Moreira, José Tramontina Neto, Bruno Vital da Silva, Ana Laura Dobrovolski Ferreira

**Orientador:** Thiago Zanoni Branco

O ContaCerta é um projeto criado para ensinar finanças e contabilidade de forma prática e interativa, utilizando a gamificação como ferramenta para atrair alunos do ensino médio. A proposta visa desmistificar conceitos financeiros por meio de um jogo de perguntas e respostas, inspirado no formato Passa ou Repassa. O método torna o aprendizado mais dinâmico e promove o pensamento crítico, a resolução de problemas e o trabalho em equipe. O principal objetivo é despertar o interesse dos alunos em temas como finanças e contabilidade, abordando desde conceitos básicos, como orçamento e poupança, até noções de gestão financeira e balanço patrimonial. Com o ContaCerta, os estudantes aplicam os conhecimentos adquiridos em situações simuladas, preparando-se para desafios reais tanto na vida pessoal quanto no mercado de trabalho. A atividade foi realizada em equipes, incentivando a colaboração e a inclusão, e teve o plano de aula previamente revisado para garantir sua execução adequada. As perguntas, organizadas em rodadas, abordaram temas de finanças pessoais e empresariais, e cada equipe teve tempo para discutir e responder, promovendo o aprendizado colaborativo. O projeto foi aplicado em uma aula com duração de 1h30, incluindo a explicação das regras, divisão das equipes, perguntas interativas e um fechamento reflexivo, com o intuito de incentivar os alunos a aplicar os conceitos aprendidos no cotidiano. O ContaCerta demonstrou ser eficaz ao integrar aprendizado com diversão, tornando o conteúdo acessível e relevante, além de contribuir para o desenvolvimento de habilidades fundamentais para a vida financeira e para o ambiente profissional. A atividade foi realizada com alunos do Colégio Estadual Arthur de Azevedo, com idades entre 16 e 17 anos, divididos em dois grupos de 20 participantes, resultando em alto engajamento e compreensão dos conceitos abordados.

**Palavras-chave:** educação financeira; gamificação; ensino interativo;

153

**PROJETO INTEGRADOR****As reações psicológicas dos pais frente à hospitalização do bebê prematuro na UTI neonatal.**

**Autores:** Ana Maria Tomaz Barbosa., Gabrielly Santos de Almeida, Helen Janine Godoy, Luis Fernando Oliveira Costa, Paulo Henrique Franco Neckel.

**Orientador:** Elicéia Maibuk

Na clínica de neonatologia, observa-se um número significativo de bebês prematuros internados na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN). As razões que tornam necessária a hospitalização são variadas e, em muitos casos, estão diretamente relacionadas a complicações ocorridas no período pré e pós-parto. De modo geral, o principal objetivo da presente investigação é analisar e compreender a dimensão do impacto emocional que a hospitalização de um bebê prematuro na UTIN causa nos pais. O nascimento prematuro é um problema de saúde pública que ameaça não apenas a sobrevivência do recém-nascido, mas também o equilíbrio emocional e psicológico dos pais. A separação física entre mãe e bebê, as limitações sensoriais e ambientais do ambiente hospitalar, bem como a fragilidade parental inicial, que dificulta a interação com o recém-nascido prematuro, podem levar à desestruturação familiar. Nesse contexto, investigar a natureza das reações psicológicas dos pais diante da hospitalização em UTI é fundamental, considerando a profundidade dessa experiência e seu impacto sobre a saúde mental e a estabilidade familiar. A internação de um recém-nascido em uma unidade intensiva representa uma situação altamente estressante, traumática e, muitas vezes, desencadeadora de sofrimento emocional nos pais. Analisar essas reações permite o desenvolvimento de programas de apoio psicológico e educacional que visem fortalecer os recursos emocionais dos pais e promover o acolhimento necessário durante essa fase crítica.

**Palavras-chave:** bebê prematuro; reações psicológicas; uti neonatal.

154

**PROJETO INTEGRADOR****Acessibilidade no aspecto urbano**

**Autores:** Mayara Teixeira Esser, João Pedro Costa Fitz, Lintsen Iasmin Souza dos Santos, Rita de Cássia Ramos de Jesus

**Orientador:** Eduardo Paiva Haguio

O projeto trata da acessibilidade em edificações, com foco nos espaços urbanos de circulação, especialmente calçadas e passeios. Seu objetivo é levar informações à comunidade em geral, com a finalidade de conscientizar sobre a importância do tema. Por meio de um questionário aplicado à população, buscou-se identificar pontos de dúvida e desconhecimento relacionados à acessibilidade motora e visual. A partir dessas informações, o projeto elaborou material informativo, baseado nas normas técnicas de acessibilidade em edificações vigentes, para ser distribuído à população. Pretende-se, com isso, despertar na comunidade a consciência sobre a importância da eliminação de barreiras físicas nos espaços públicos de circulação. O conceito de acessibilidade está fundamentado em ideais como universalidade, democracia e inclusão, e tem respaldo no movimento que, no Brasil, se concretiza na Constituição Federal de 1988. Como manifestação da cultura de seu tempo, a Arquitetura e o Urbanismo interpretam as demandas sociais emergentes e buscam contribuir por meio da técnica e da arte.

**Palavras-chave:** acessibilidade; sociedade; inclusão

155

**RELATOS DE EXPERIÊNCIAS****Mistérios mágicos revelados****Autores:** Maria Eduarda Borzuk da Fonseca Urbanski, Guilherme Arruda Cabral do Santos**Orientador:** Daniele Rosa de Arruda da Silva

Muitas crianças apresentam, de modo geral, alguma dificuldade de concentração e aprendizagem. Pensando nisso, o presente estudo foi desenvolvido com o objetivo de compreender a importância do cubo mágico como ferramenta auxiliar no enfrentamento dessas dificuldades. Foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre o uso do cubo mágico como recurso pedagógico, revelando seu potencial para o desenvolvimento da concentração, raciocínio lógico, coordenação motora e outras habilidades escolares essenciais para crianças nos anos iniciais do ensino fundamental. A hipótese de que a introdução do cubo mágico em sala de aula pode ser benéfica surgiu a partir das dificuldades observadas e relatadas por professores em conversas sobre o tema. Assim, por meio de uma abordagem inicialmente teórica e, posteriormente, prática, o projeto buscou, com a esquematização do ensino, organização do material didático e realização de oficinas, compreender e analisar o progresso dos alunos. A base teórica e os estudos sobre o desenvolvimento infantil foram fundamentais para mensurar a eficácia do cubo mágico como ferramenta educacional, integrando seu aspecto lúdico ao currículo escolar e promovendo a melhoria do aprendizado e desenvolvimento das crianças. Foram organizadas atividades preparatórias antes do início do manuseio do cubo mágico, cuja aquisição se deu por meio de uma promoção realizada no colégio; com os recursos arrecadados, foram adquiridos 40 cubos mágicos e o material necessário para a confecção das atividades. O projeto foi aplicado a crianças entre 8 e 12 anos e observou-se grande interesse por parte dos alunos na resolução do cubo mágico. Embora algumas crianças tenham apresentado dificuldades, outras conseguiram compreender o método de camadas, e todas participaram de forma ativa durante a intervenção.

**Palavras-chave:** cubo mágico; educação; aprendizagem; criança.

156

**CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS****Ametropias da visão: como a literatura infantil pode abordar essa temática****Autores:** Lavínia Piffer Freire.**Orientador:** Daniele Rosa de Arruda da Silva

Suspeitando-se que a demora no diagnóstico possa ser um fator agravante para problemas visuais, o presente estudo concentra-se em orientar crianças, seus familiares e professores a identificarem os primeiros sinais de dificuldades visuais. O principal objetivo é a elaboração de um livro de literatura infantil que aborde, de forma lúdica e acessível, as ametropias da visão e suas correções. Para a fundamentação teórica, foi realizada uma entrevista com um oftalmologista, a fim de obter informações sobre os procedimentos no atendimento a crianças com suspeita de ametropias, além de pesquisa bibliográfica. A obra será ilustrada e utilizará fonte tipográfica adequada para facilitar a leitura por crianças com dificuldades visuais. O enredo, ainda em construção, é voltado especialmente ao público infantil e tem como personagem principal o Dr. Óculos, que explicará de maneira clara e divertida as questões relacionadas à visão e ao uso de óculos, ressaltando os benefícios desse recurso. O livro enfatiza a importância da conscientização como ferramenta essencial para a promoção da saúde ocular e para a inclusão de crianças com dificuldades visuais na comunidade escolar, além de auxiliar na prevenção ao bullying, que por vezes ocorre em função do uso de óculos. Espera-se que a obra leve informações relevantes sobre problemas visuais para as crianças, seus responsáveis e a comunidade em que estão inseridas, contribuindo para diagnósticos mais rápidos, o que, por sua vez, proporcionará maior conforto e melhor desempenho no aprendizado infantil.

**Palavras-chave:** ametropias da visão; literatura infantil; orientação; criança.

157

**PROJETO INTEGRADOR****Prevenção a Intoxicações Alimentares**

**Autores:** Emeli Garcia Ferreira, Emilly da Silva Rodrigues da Fonseca, Isabeli da Lima Dias, Lilian Geovana Prestes dos Santos, Nayara da Silva Barbosa.

**Orientador:** Paulo Roberto Nunes De Goes

A intoxicação alimentar é uma condição causada pela ingestão de alimentos ou bebidas contaminados por microrganismos nocivos ou pelas toxinas por eles produzidas. Sua prevenção envolve a higienização adequada das mãos e dos alimentos, o correto armazenamento de alimentos perecíveis, a prevenção da contaminação cruzada entre alimentos crus e cozidos e o uso de água potável. A prevenção de intoxicações alimentares é de extrema importância, uma vez que as contaminações são as principais responsáveis por esse tipo de agravo à saúde. O objetivo deste trabalho foi orientar sobre a importância da higienização e as possíveis contaminações que podem ocorrer durante a manipulação de alimentos. Para isso, foi realizado um treinamento voltado aos funcionários e ao proprietário de um açougue, com a apresentação de uma palestra conduzida pelos integrantes do grupo, abordando o tema de forma clara e didática. Ao final, foram realizadas demonstrações práticas sobre o uso correto dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Após a aplicação do projeto no açougue selecionado, observou-se uma melhora significativa nos cuidados com a manipulação e o armazenamento dos alimentos. Os funcionários demonstraram compreensão quanto à importância do uso dos EPIs e aceitaram bem as orientações sobre o armazenamento em câmaras frias. É importante ressaltar que açougues apresentam diversos riscos à saúde dos trabalhadores, seja pelo uso de facas e ferramentas cortantes, pelo contato com fluidos de origem animal ou pelas baixas temperaturas das câmaras frias. Diante disso, os resultados do projeto foram considerados excelentes, sendo possível transmitir informações e promover um treinamento eficaz de prevenção, contribuindo para maior conscientização dos trabalhadores quanto à importância da higiene no ambiente de trabalho e à prevenção de possíveis contaminações alimentares.

**Palavras-chave:** microrganismos; manipulação de alimentos; armazenamento de alimentos; contaminações.

158

**PROJETO INTEGRADOR****Importância da prevenção e os cuidados com o vírus H1N1****Autores:** Antonella Pereira Gabelone, Hellen Gabrieli Carvalho Da Silva, Raissa Giovana Duarte.**Orientador:** Paulo Roberto Nunes de Goes.

A H1N1 é um subtipo de vírus influenza, sendo uma das causas mais comuns de gripe em seres humanos. A pandemia de H1N1 provocou diversas mudanças nos hábitos da população no dia a dia, especialmente pela alta possibilidade de contaminação por meio do contato frequente, como ocorre entre educadoras e crianças em creches. O primeiro surto da pandemia de influenza ocorreu em 2009, afetando principalmente gestantes, pessoas com menos de 20 anos e indivíduos com comorbidades, resultando em muitas hospitalizações e óbitos. Diante disso, o objetivo deste trabalho foi informar e conscientizar as crianças sobre o vírus H1N1, suas formas de transmissão, sintomas, métodos de prevenção e a importância da vacinação. Foram realizadas rodas de conversa e atividades lúdicas utilizando tinta guache, água, álcool e sabonete, com o intuito de ensinar, de maneira prática e visual, a higienização correta das mãos, explicando por que devemos lavá-las com frequência. A campanha de conscientização foi desenvolvida por meio de palestras e rodas de conversa com alunos do ensino fundamental, destacando de forma educativa como deve ser feita a lavagem correta das mãos. Como resultado, observou-se que os alunos compreenderam a importância do uso adequado do sabonete e do álcool. Conclui-se que, ao abordar o tema de forma lúdica e interativa, as crianças conseguiram entender como o vírus H1N1 se propaga rapidamente e reconheceram a importância dos cuidados preventivos. A experiência foi avaliada como positiva, uma vez que esse tipo de explicação ainda é pouco explorado em ambientes escolares.

**Palavras-chave:** vírus h1n1; higienização; conscientização; vacinação; prevenção.

159

**PROJETO INTEGRADOR****Biomedicina: Saúde atrás das grades**

**Autores:** Maria Luiza Caiero, Adriane Cristina Santiago, Aline Faustino Lopes, Grazieli Aparecida Ferreira da Silva

**Orientador:** Paulo Roberto Nunes de Goes

As infecções sexualmente transmissíveis (IST) são causadas por microrganismos e são transmitidas principalmente por meio do contato sexual sem o uso de preservativos, pelo compartilhamento de materiais perfurocortantes, ou ainda pelo contato com secreções ou ferimentos aparentes de pessoas contaminadas. Este trabalho discorre sobre as IST em pessoas privadas de liberdade, com foco na transmissão do HIV, hepatite B e sífilis. O estudo teve como objetivo verificar o conhecimento dos detentos sobre as IST e sua acessibilidade aos serviços de saúde, considerando que, apesar da legislação garantir seus direitos, muitas dessas pessoas vivem em condições precárias, o que as torna mais vulneráveis a tais infecções. O projeto teve como finalidade fornecer informações sobre a situação de saúde da população carcerária. Foram realizadas pesquisas bibliográficas para embasar as palestras ministradas nas instituições DEPEN (Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná) e APAC (Associação de Proteção e Assistência ao Condenado). Os dados foram coletados nas mesmas instituições, por meio de questionários aplicados após as palestras. A apresentação foi realizada para 91 detentos, que participaram ativamente, demonstrando grande interesse e levantando diversos questionamentos durante a exposição. A maioria dos participantes afirmou não ter conhecimento prévio sobre as IST, o que reforça a importância da ação. A boa receptividade e interação com o conteúdo apresentado indicam que o projeto cumpriu seu objetivo de informar e educar os condenados abordados, contribuindo para a promoção da saúde no ambiente prisional.

**Palavras-chave:** ist; condenados; recuperandos.

160

**PROJETO INTEGRADOR****A importância do biomédico no rastreamento do câncer em mulheres.**

**Autores:** Izadora Superbi da Silva Rodrigues, Ana Clara de Souza Felipe, Evillyn Zeferino, Nayara de Souza Medeiros, Thalia Vicente Magri.

**Orientador:** Paulo Roberto Nunes de Goes

O câncer é uma das principais causas de morte entre as mulheres, com destaque para o câncer de mama e do colo do útero. Nesse contexto, o biomédico exerce um papel fundamental, atuando em pesquisas, no desenvolvimento de métodos para diagnóstico precoce e no acompanhamento de tratamentos. Sua contribuição inclui a identificação de marcadores tumorais e a realização de exames laboratoriais. O diagnóstico rápido e preciso, facilitado pela atuação da biomedicina, é essencial para aumentar as chances de cura, o que reforça a importância desse profissional no processo. O objetivo deste trabalho foi promover a conscientização sobre a prevenção do câncer de mama e do colo do útero, destacando a relevância dos exames regulares. Para isso, foram realizadas mobilizações interativas nas ruas com mulheres de diferentes faixas etárias. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, permitindo a interatividade e incentivando o esclarecimento de dúvidas sobre o tema. Os dados foram coletados por meio de formulários aplicados com o objetivo de avaliar o nível de conhecimento das mulheres em relação à prevenção dessas doenças. A mobilização ocorreu no centro de Ivaiporã-PR, no dia 21 de outubro, no período da tarde. Com base nos dados obtidos, observou-se ótimo aproveitamento do público-alvo, com destaque para o interesse e a participação ativa das mulheres. Foram coletadas 44 respostas por meio de um questionário específico, o que possibilitou compreender o nível atual de conhecimento da população feminina. Conclui-se que a ação foi eficaz ao esclarecer dúvidas comuns sobre prevenção, além de incentivar a procura por exames como o Papanicolau e a mamografia. Por meio da distribuição de panfletos e formulários, buscou-se aumentar a conscientização sobre a importância da detecção precoce, promovendo a saúde da mulher na comunidade.

**Palavras-chave:** câncer de mama; câncer do colo do útero; biomédico; mobilização; conscientização.

161

**PROJETO INTEGRADOR****Saúde íntima da mulher**

**Autores:** Caroline Stipp Maia, Ellen Larissa Vieira, Fernanda Do Espírito Santo Sato, Rodrigues Kanadani, Haysha Emanuele Borges Schmoeller, Leticia Aparecida Ketes.

**Orientador:** Paulo Roberto Nunes de Goes

A saúde íntima da mulher é fundamental para o bem-estar geral e envolve cuidados físicos, emocionais e hormonais. Compreender as particularidades do ciclo menstrual, manter uma higiene adequada, prevenir infecções e realizar visitas regulares ao ginecologista são aspectos essenciais para o equilíbrio e a qualidade de vida feminina. No entanto, a higiene íntima ainda é um tema cercado por tabus e desinformação. Muitas mulheres, por falta de conhecimento ou por crenças equivocadas, adotam práticas inadequadas que podem comprometer a saúde vaginal. O objetivo deste trabalho foi conscientizar mulheres sobre o autocuidado com o corpo, doenças, tratamentos e métodos contraceptivos para evitar a gravidez indesejada e infecções sexualmente transmissíveis. Para a realização do projeto, o grupo promoveu uma palestra para adolescentes no Colégio Estadual de Manoel Ribas, abordando os cuidados adequados com a saúde íntima, as doenças que podem surgir com a higiene inadequada e a importância do uso de preservativos nas relações sexuais. Além da palestra, foram aplicados questionários aos adolescentes e distribuídos panfletos com informações complementares. O público-alvo incluiu mulheres de todas as idades, com foco especial em adolescentes e jovens adultas, que estão desenvolvendo ou aprimorando sua rotina de cuidados íntimos. Profissionais da saúde, educadores e pais também podem se beneficiar das informações, a fim de orientar adequadamente as mulheres sob sua responsabilidade. A apresentação contou com boa interação e aceitação do público, e os resultados obtidos por meio dos formulários indicaram que as participantes compreenderam a mensagem transmitida e aprenderam a importância do cuidado íntimo. Conclui-se que a ação foi eficaz na conscientização sobre a prevenção da gravidez indesejada e das infecções sexualmente transmissíveis.

**Palavras-chave:** mulheres; saúde íntima; conscientização; cuidados íntimos.

162

**PROJETO INTEGRADOR****Cuidados e prevenção da diabetes na melhor idade.**

**Autores:** Lucas Raphael Fukuda, Amanda Grasieli de Oliveira, Camila Luchtenberg Cirino, Leticia de França Silva, Suellen da Silva Bouruk.

**Orientador:** Paulo Roberto Nunes de Goes

A diabetes é uma doença crônica causada pela produção insuficiente ou pela má absorção de insulina, resultando em altos níveis de glicose no sangue. Quando não controlada, essa patologia pode causar complicações graves, especialmente em idosos. O manejo inadequado da diabetes na terceira idade compromete significativamente a qualidade de vida. O objetivo deste projeto foi conscientizar os idosos sobre a prevenção e o controle da diabetes, fornecendo informações sobre hábitos saudáveis, prevenção de complicações e monitoramento da glicemia. Para isso, foi realizada uma roda de conversa no SESC, em formato de palestra, com a participação de profissionais da área da saúde, incluindo uma biomédica e uma enfermeira, que abordaram temas relacionados à diabetes e suas complicações. Durante o evento, foram realizados testes de glicemia nos participantes, além da distribuição de folhetos informativos e aplicação de questionários para avaliar o impacto da ação na conscientização do público. Também foram desenvolvidas atividades práticas com foco na promoção do conhecimento sobre a doença e na melhoria da qualidade de vida dos idosos. Os participantes demonstraram boa adesão ao debate, permitindo a realização de orientações individuais para aqueles que apresentaram glicemia elevada. Conclui-se que a roda de conversa e os testes de glicemia foram eficazes na conscientização sobre o controle e a prevenção da diabetes. A participação ativa e o interesse demonstrado pelos idosos reforçam a importância de continuar promovendo campanhas educativas voltadas à saúde dessa população.

**Palavras-chave:** diabetes; saúde; prevenção; idoso; glicemia.

163

**PROJETO INTEGRADOR****Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH).**

**Autores:** Isabelle Cristine Gomes da Silva, Ana Beatriz Colussi, Gabrielle Zamunel Raiser Carvalho.

**Orientador:** Paulo Roberto Nunes de Goes

O transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) é um dos distúrbios neuropsiquiátricos mais comuns na atualidade, caracterizado por desatenção, impulsividade e, em alguns casos, hiperatividade, afetando o desenvolvimento acadêmico, social e emocional dos indivíduos. Embora os sintomas surjam na infância, muitos adultos continuam enfrentando desafios associados ao transtorno, o que pode comprometer sua vida profissional e pessoal. O objetivo deste trabalho foi orientar e capacitar os indivíduos para que saibam identificar os sinais do TDAH, promovendo, assim, um ambiente acadêmico, pessoal e profissional mais inclusivo. Por meio da conscientização, espera-se que os alunos consigam identificar possíveis sinais do transtorno e busquem diagnóstico e tratamento psicológico especializado. Foi realizada uma palestra educativa sobre o TDAH, elaborada com base em revisão bibliográfica, além da criação e distribuição de panfletos informativos desenvolvidos com o auxílio do aplicativo Canva. Para avaliar os resultados da ação, foi aplicado um questionário aos participantes. A apresentação do trabalho foi bem-sucedida e promoveu grande interação entre os alunos, especialmente pelo relato de uma participante diagnosticada com TDAH, que compartilhou sua experiência e ressaltou a importância da inclusão. A atividade possibilitou a compreensão das dificuldades enfrentadas por pessoas com o transtorno e reforçou a necessidade de um ambiente mais acolhedor e informado. Conclui-se que os participantes demonstraram capacidade de reconhecer os sinais do TDAH, buscar apoio especializado para si ou para colegas, combater a desinformação e contribuir para a promoção da inclusão social.

**Palavras-chave:** tdah; inclusão; dificuldades; adultos; desinformação.

164

**PROJETO INTEGRADOR****Importância sobre a vacinação da mãe e do seu bebê**

**Autores:** Eduardo Santos De Castro, Amanda Letícia Da Silva, Giovanna Mariah Koziel, Tauana Carolina Brenaski Lopes, Thalya Eduarda Da Silva Soares.

**Orientador:** Paulo Roberto Nunes de Goes

A vacinação desempenha papel fundamental na proteção da saúde pública, uma vez que as vacinas ajudam a prevenir uma série de doenças graves, como sarampo, poliomielite, entre outras, que podem evoluir para complicações severas e até levar à morte. Além de proteger as crianças, a vacinação contribui para a imunidade coletiva. O objetivo deste trabalho é promover a conscientização e a educação sobre a importância das vacinas para gestantes e recém-nascidos. Para isso, foi realizada uma roda de conversa interativa e participativa, com a criação de um ambiente acolhedor para as gestantes. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, permitindo uma interação direta e promovendo a conscientização sobre o tema. Os dados foram coletados por meio da aplicação de formulários ao final das conversas, com o objetivo de avaliar percepções e identificar dúvidas ou resistências à vacinação. As rodas de conversa foram agendadas em locais comunitários acessíveis nos municípios de Grandes Rios/PR e Ivaiporã/PR. O trabalho foi apresentado para gestantes, abordando a importância da vacinação durante o período gestacional e nos primeiros meses de vida do bebê. Inicialmente, as participantes tiveram um espaço aberto para relatar suas dúvidas e receios, abordando temas como a segurança das vacinas, a necessidade de vacinas específicas, o calendário vacinal do recém-nascido e possíveis reações adversas. Isso possibilitou avaliar o nível de conhecimento das mães, esclarecer dúvidas e desmentir fake news propagadas nas redes sociais. Conclui-se que a roda de conversa foi eficaz na promoção do conhecimento e no esclarecimento sobre a vacinação, reforçando que a educação em saúde é fundamental para aumentar a adesão às vacinas, essenciais para a proteção de mães e bebês. O fortalecimento de iniciativas como esta pode contribuir significativamente para a saúde pública.

**Palavras-chave:** vacinação; gestantes; recém-nascidos; saúde pública; conscientização.

165

**PROJETO INTEGRADOR****Como prevenir a Obesidade infantil através de uma alimentação saudável.**

**Autores:** Eloísa Helena Schukes Faria, Evelin Vitória Dos Santos, Millena Tainara Lopes Dos Santos.

**Orientador:** Paulo Roberto Nunes de Goes

A obesidade infantil é um dos grandes desafios de saúde pública, afetando milhões de crianças em todo o mundo. No Brasil, cerca de 14% das crianças de 5 a 9 anos são consideradas obesas, segundo dados do Ministério da Saúde. Com hábitos alimentares inadequados cada vez mais comuns, torna-se fundamental promover a educação nutricional desde cedo. Este projeto foi voltado para crianças de 9 a 11 anos e abordou práticas que favorecem a saúde e a alimentação equilibrada. O objetivo foi conscientizar as crianças sobre a importância de uma alimentação saudável, ensinando-as a identificar e escolher alimentos nutritivos, promovendo a montagem de pratos balanceados e estimulando discussões sobre as escolhas alimentares. A atividade foi realizada em uma escola com alunos do 4º e 5º ano, iniciando com uma explicação interativa sobre alimentação saudável, utilizando slides com ilustrações coloridas que representavam os grupos alimentares. Os materiais utilizados incluíam slides ilustrativos, um cartaz com um prato vazio e imagens impressas de alimentos variados. A interação foi incentivada por meio de perguntas e brincadeiras para engajar os estudantes. Em seguida, as crianças foram divididas em pequenos grupos, nos quais montaram pratos nutritivos combinando diferentes categorias, como proteínas, carboidratos e vegetais. As crianças demonstraram compreensão sobre a importância da alimentação saudável e conseguiram aplicar o conhecimento adquirido na construção de pratos equilibrados, desenvolvendo a habilidade de identificar alimentos pertencentes a diferentes grupos. Conclui-se que, após a apresentação, os alunos foram capazes de reconhecer a importância de uma dieta balanceada para a promoção da saúde.

**Palavras-chave:** obesidade infantil; educação nutricional; prevenção da obesidade.

166

**PROJETO INTEGRADOR****Excesso do uso de telas: quais os malefícios que pode causar em crianças.**

**Autores:** Maicon Douglas Caetano Branco, Gabriele Oliveira Alberton, Kaio Vinicius Ohashi Alves, Patricia Santos Camilo da Silva.

**Orientador:** Paulo Roberto Nunes de Goes

As telas podem oferecer recursos educativos e interativos que potencialmente estimulam o aprendizado; no entanto, o uso excessivo pode acarretar diversos problemas, como dificuldade de atenção, distúrbios do sono e até questões emocionais. É essencial que haja equilíbrio no uso das telas, permitindo encontrar um meio-termo entre o uso da tecnologia e a realização de atividades físicas e sociais. O vício ou uso excessivo de telas deve ser analisado com cuidado, especialmente em crianças que estão em fase de desenvolvimento. O objetivo deste trabalho foi compreender os impactos do uso excessivo de telas e analisar seus efeitos no desenvolvimento cognitivo infantil, por meio de uma ação de orientação voltada a crianças em idade escolar. A atividade lúdica de conscientização foi realizada com alunos da Escola Leila Diniz, em sala de aula, com a presença de professores. A proposta incluiu interações educativas e dinâmicas de fácil compreensão, com o intuito de explicar às crianças os efeitos do excesso de telas no cotidiano e mostrar como as brincadeiras podem ser mais divertidas e benéficas para a saúde. Observou-se que as crianças demonstraram boa compreensão sobre a importância de desenvolver uma relação mais consciente com os dispositivos digitais, tornando-se mais críticas e responsáveis quanto ao tempo de uso. A atividade também permitiu que elas entendessem como manter um equilíbrio saudável entre o tempo de tela e outras atividades. Conclui-se que, com a abordagem realizada, as crianças poderão usufruir da tecnologia de forma mais equilibrada, preservando sua saúde e bem-estar.

**Palavras-chave:** excesso de telas; vício em tecnologia; desenvolvimento cognitivo.

167

**PROJETO INTEGRADOR****Educação sexual: conscientização sobre as doenças sexualmente transmissíveis.**

**Autores:** Julia Taboni De Oliviera, Ana Karolina Souza Moreira, Maria Eduarda De Almeida Candido.

**Orientador:** Paulo Roberto Nunes de Goes

A educação sexual é um processo de aprendizado que fornece informações sobre a sexualidade humana, abrangendo aspectos físicos, emocionais, sociais e éticos. Ela aborda temas como anatomia, reprodução, saúde sexual, métodos contraceptivos, relações saudáveis, consentimento, diversidade sexual e prevenção da violência. O objetivo é capacitar os indivíduos a tomarem decisões informadas sobre sua sexualidade, promovendo o respeito, a igualdade e a saúde nas relações interpessoais. Além disso, a educação sexual busca desmistificar tabus e promover uma visão positiva e abrangente da sexualidade. Este projeto foi desenvolvido com base em artigos científicos, estudos de caso e relatos de pessoas sobre saúde sexual, tendo como finalidade capacitar e conscientizar os alunos por meio de uma apresentação detalhada e interativa. Durante sua realização, muitos alunos demonstraram interesse em participar de futuras atividades relacionadas ao tema, indicando que o projeto não apenas atingiu seus objetivos imediatos, mas também despertou um interesse contínuo pelo aprendizado nessa área. A iniciativa demonstrou ser eficaz na promoção do conhecimento e da conscientização sobre sexualidade e infecções sexualmente transmissíveis, contribuindo para a formação de uma geração mais informada, respeitosa e saudável em suas relações interpessoais. Recomenda-se a continuidade de ações semelhantes para fortalecer ainda mais essa educação essencial.

**Palavras-chave:** doenças sexualmente transmissíveis; educação sexual; métodos contraceptivos.

168

**PROJETO INTEGRADOR****Repercussões de sofrimentos psicológicos não tratados na dinâmica de liderança e na qualidade das relações na enfermagem.****Autores:** Vitor Gabriel Araujo Dos Santos, Alessandra Kovalik Los, Estéfany Cena Dos Santos.**Orientador:** Paulo Roberto Nunes de Goes

Os transtornos psicológicos não tratados e os sofrimentos mentais podem impactar negativamente a dinâmica de liderança, tanto na enfermagem quanto em outros contextos profissionais. Quando essas condições não são reconhecidas, como é o caso de traços de personalidade narcisista, podem comprometer a comunicação, a colaboração e o bem-estar das equipes, resultando em ambientes de trabalho disfuncionais. O objetivo deste trabalho é informar e analisar como os sofrimentos mentais não tratados podem afetar a liderança na enfermagem, com foco em compreender como essas questões psicológicas influenciam o desempenho dos líderes e de suas equipes, além de identificar estratégias que promovam uma liderança mais saudável e colaborativa. A metodologia adotada consistiu em uma roda de conversa realizada no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), no município de Jardim Alegre. A atividade contou com a participação de enfermeiros e outros profissionais da área da saúde. A troca de experiências durante a roda de conversa revelou que cada profissional do CAPS exerce liderança em sua respectiva área, orientando outros setores da saúde e contribuindo para o cuidado em saúde mental. O engajamento dos participantes evidenciou um ambiente propício à construção de uma liderança colaborativa, pautada na empatia e livre de imposições autoritárias. A pesquisa demonstrou que os transtornos psicológicos não tratados impactam significativamente a liderança, podendo refletir-se de forma negativa nos mais diversos ambientes profissionais. Assim, o estudo reforça a importância de ações preventivas e formativas voltadas ao fortalecimento da saúde mental e das relações interpessoais no ambiente de trabalho. As intervenções sugeridas visam desenvolver lideranças mais saudáveis, emocionalmente preparadas para lidar com os desafios e capazes de promover ambientes mais integrados, eficazes e humanizados.

**Palavras-chave:** transtornos psicológicos; sofrimentos mentais; liderança; ações preventivas.

169

**PROJETO INTEGRADOR****Transtornos alimentares em adolescentes**

**Autores:** Kelly Kailane De Oliveira Moreira, Maria Rita Moreira André, Michele Aparecida Ribeiro Luiz.

**Orientador:** Paulo Roberto Nunes de Goes

Os transtornos alimentares (TAs) são condições graves que afetam a saúde física e mental do indivíduo, sendo mais prevalentes entre jovens e adolescentes do sexo feminino. Os principais tipos de TAs incluem anorexia nervosa (AN), bulimia nervosa (BN) e transtorno da compulsão alimentar (TCA). Esses distúrbios podem ser desencadeados por diversos fatores, como aspectos sociais, biológicos, baixa autoestima, problemas familiares e influências culturais. Os sintomas variam, mas geralmente envolvem comportamentos alimentares extremos, preocupação excessiva com o peso e imagem corporal distorcida. O objetivo deste trabalho foi informar sobre as condições que levam ao desenvolvimento dos transtornos alimentares e como buscar tratamento adequado. Palestras sobre o tema foram realizadas no município de Ivaiporã, com adolescentes do Colégio Barbosa Ferraz. Após a palestra, foi aplicado um questionário como ferramenta de análise para verificar se os objetivos propostos foram alcançados. Para a participação na apresentação, foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, além da distribuição de folders educativos abordando o que são os TAs, seus sintomas e tratamentos. A atividade permitiu explicar aos adolescentes como ocorrem esses transtornos e de que forma podem buscar auxílio profissional. Houve boa aceitação e participação ativa dos alunos durante a palestra. Após a apresentação, foi realizada uma roda de conversa para esclarecimento de dúvidas e aplicação do questionário de feedback. Conclui-se que o objetivo do trabalho foi alcançado, uma vez que foi possível conscientizar os participantes sobre os riscos associados aos transtornos alimentares, suas consequências a longo prazo e a importância de buscar apoio profissional.

**Palavras-chave:** transtornos alimentares; anorexia; adolescentes; mulheres.

170

**PROJETO INTEGRADOR****Saúde e envelhecimento populacional.**

**Autores:** Patrícia Costa Da Cunha., Fernanda Correia, Kelly Regina Fontoura, Larissa Rodrigues, Teilor Fernando Bernardo.

**Orientador:** Paulo Roberto Nunes de Goes

O envelhecimento populacional é um fenômeno global que impõe desafios substanciais aos sistemas de saúde e às políticas públicas. No Brasil, a transição demográfica está ocorrendo de forma acelerada, e a conscientização precoce sobre hábitos saudáveis é essencial para garantir um envelhecimento com qualidade. Estudos indicam que decisões relacionadas ao estilo de vida tomadas antes dos 45 anos influenciam diretamente a qualidade de vida na velhice. Este projeto teve como objetivo conscientizar jovens adultos sobre a importância da prevenção e da adoção de hábitos saudáveis para promover um envelhecimento saudável. Foram realizadas visitas a escolas, onde foram ministradas palestras para alunos e funcionários, com orientações e distribuição de panfletos educativos sobre o tema. Além disso, as informações foram divulgadas em redes sociais com o apoio de um influenciador digital, ampliando o alcance da iniciativa. O engajamento dos participantes nas palestras foi satisfatório, evidenciado pela boa adesão e pelas interações durante as apresentações. De acordo com os gráficos de satisfação aplicados, tanto alunos quanto funcionários consideraram o tema altamente relevante. Conclui-se que o projeto foi eficaz em promover a conscientização sobre o envelhecimento saudável, contribuindo para o incentivo à adoção de práticas preventivas desde a juventude.

**Palavras-chave:** envelhecimento populacional; prevenção de doenças; saúde pública; qualidade de vida; políticas públicas.

171

**PROJETO INTEGRADOR****Impactos causados pela pandemia do covid 19 em idade escolar.**

**Autores:** Thaina Pereira Henkel, Ana Carolina Campos, Gabriela Hemkemeier Schuelter, Janaina Da Luz Ferreira.

**Orientador:** Paulo Roberto Nunes de Goes

A pandemia de COVID-19 levou a um aumento significativo dos problemas de saúde mental em crianças e adolescentes, devido ao isolamento social e à interrupção das rotinas escolares e sociais. Além disso, a pandemia trouxe muitos desafios para aqueles que já apresentavam transtornos mentais preexistentes, especialmente os mais vulneráveis e socialmente desprivilegiados, sendo a solidão e a falta de rotina fatores que agravaram seu bem-estar e quadro psicológico. Para enfrentar essa questão, é fundamental que pais, cuidadores, escolas e comunidades ofereçam suporte emocional e psicológico, bem como implementem programas e estratégias de apoio voltados à promoção do bem-estar psicológico infantil. Assim, este trabalho teve como objetivo conscientizar sobre a importância da saúde mental infantil no contexto pós-COVID, identificar os desafios enfrentados pelas crianças, desenvolver e implementar intervenções adequadas, realizar campanhas de sensibilização e monitorar os resultados para ajustes e melhorias contínuas. Para isso, foram realizadas pesquisas bibliográficas e consultas a artigos científicos que serviram de base para a produção do material utilizado em uma roda de conversa aplicada no Colégio Rural Cristo Rei. Durante a atividade, foi utilizada uma caixinha com perguntas como recurso dinâmico para estimular a participação das crianças. A roda de conversa possibilitou esclarecer dúvidas, incentivar o compartilhamento de relatos e experiências, promover a conscientização sobre a importância da higienização para a prevenção de doenças e ressaltar o papel do diálogo na preservação da saúde mental. As crianças participantes demonstraram compreensão sobre os temas abordados e foram capazes de expressar a importância da discussão. Conclui-se que é essencial reconhecer e abordar os impactos da pandemia na saúde mental infantil, sendo imprescindível o engajamento dos responsáveis para a criação de um ambiente acolhedor e favorável ao desenvolvimento integral, visando o enfrentamento dos desafios futuros e a promoção do bem-estar emocional.

**Palavras-chave:** apoio emocional; diálogo; higienização; impactos negativos; saúde mental infantil.

172

**PROJETO INTEGRADOR****Riscos biológicos: Acidentes com materiais biológicos entre os profissionais de saúde**

**Autores:** Giseli Fernanda Da Silva Ribeiro, Crislaine Maria Rodrigues; Cristiane Márcia De Carvalho; Débora Rozas Nunes; Polyana Da Silva Castelar.

**Orientador:** Paulo Roberto Nunes de Goes

A segurança no ambiente de trabalho na área da saúde é fundamental, considerando a constante exposição dos profissionais a riscos biológicos significativos, como vírus e bactérias. Este trabalho enfatiza a importância das medidas de precaução para a prevenção de acidentes relacionados à manipulação de materiais perfurocortantes e à falta de adesão a práticas seguras, muitas vezes decorrente de falhas na educação continuada e de condições de trabalho inadequadas. O objetivo do projeto foi compreender e disseminar informações sobre os riscos biológicos enfrentados por profissionais da saúde e desenvolver estratégias para minimizar esses riscos durante a prática assistencial. Para isso, foi realizado um workshop educativo voltado à capacitação de futuros profissionais da área da saúde, com foco nas práticas de biossegurança e no uso correto dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). O evento, direcionado a profissionais da saúde, estudantes de Técnico em Enfermagem e Estética, obteve boa aceitação, evidenciando o interesse e a relevância do tema para a formação desses profissionais. O workshop atingiu seus objetivos, proporcionando uma compreensão efetiva dos conteúdos abordados, além de estimular a interação e o engajamento dos participantes. A atividade demonstrou ser eficaz na promoção da conscientização sobre os riscos biológicos e na valorização da biossegurança como parte essencial da rotina profissional em saúde.

**Palavras-chave:** risco biológicos; seringas; agulhas; perfurocortantes; contaminação.

173

**PROJETO INTEGRADOR****Capacitação em suporte básico de vida para alunos do curso técnico de enfermagem.**

**Autores:** Rian Mateus Martins Duarte, Igor Maibuk Dos Santos, Leonardo Sois Brasil, Letícia Vitória Liduário, Millena Lima De Freitas.

**Orientador:** Paulo Roberto Nunes de Goes

Este trabalho tem como foco a capacitação prática de técnicos de enfermagem em emergências cardiológicas, fundamentada em protocolos atualizados de urgência e emergência. A parada cardiorrespiratória é uma das condições mais graves que um profissional de saúde pode enfrentar, exigindo uma resposta imediata e eficaz. Diante disso, há uma necessidade urgente de treinamento constante e capacitação adequada, garantindo que os profissionais estejam preparados para atuar com segurança e eficiência em situações críticas. O objetivo deste estudo foi proporcionar segurança aos técnicos de enfermagem durante a prestação de cuidados em emergências cardiológicas, além de capacitar tanto profissionais da saúde quanto leigos a prestarem atendimento imediato até a chegada do suporte avançado. Para isso, foi realizada uma palestra com treinamento sobre os cuidados emergenciais, abordando os elos do Suporte Básico de Vida (SBV) da American Heart Association (AHA), o reconhecimento precoce da parada cardiorrespiratória (PCR), a intervenção com solicitação de serviço médico de emergência, os parâmetros para execução da reanimação, avaliação de pulso, relação compressão/ventilação durante o procedimento e o suporte no período pós-ressuscitação. Após a capacitação, foi aplicado um questionário com perguntas objetivas, permitindo mensurar o efeito positivo da atividade teórico-prática sobre o conhecimento dos alunos em relação ao SBV. A metodologia utilizada demonstrou alta eficácia, sendo possível observar que o público-alvo absorveu bem as informações. Conclui-se que a intervenção foi bem-sucedida e reforça-se a importância de aliar teoria e prática, oferecendo aos alunos a oportunidade de executar as manobras de forma eficaz e realística, utilizando manequins e esclarecendo dúvidas em tempo real.

**Palavras-chave:** parada cardiorrespiratória; suporte básico de vida; reanimação cardiopulmonar.

174

**PROJETO INTEGRADOR****Avaliação das características físicas do solo de um sistema plantio direto.**

**Autores:** Emily Pontes Ferreira, Caio Fernando Nogueira da Silva, Gustavo Cardozo Andrade de Lima, João Victor de Oliveira Domingues, João Victor de Souza Kafka

**Orientador:** Silmara Pietrobelli

A avaliação das características do solo é essencial para compreender seu uso e manejo em contextos como agricultura, construção civil e preservação ambiental. Este estudo teve como objetivo analisar as propriedades físicas de um solo sob sistema de plantio direto no Sítio Montanha, em Jardim Alegre, Paraná. O processo de avaliação incluiu a identificação da estrutura do solo por meio de análise granulométrica, separando as frações de areia, silte e argila com o uso de peneiramento e o método de sedimentação para partículas finas. A textura foi determinada pela composição das partículas, sendo também avaliada sensorialmente por meio do tato. A drenagem foi analisada com base no tempo que a água leva para infiltrar no solo, utilizando um copo com água. A cor do solo, indicadora da presença de matéria orgânica, foi observada visualmente e comparada com a carta de cores de Munsell. A porosidade, que se refere ao espaço vazio entre as partículas do solo, foi determinada por meio da coleta de uma amostra com anel volumétrico para aferição dos pesos úmido e seco, permitindo o cálculo da porcentagem de porosidade. Os resultados esperados visam fornecer uma caracterização detalhada das propriedades físicas do solo, possibilitando a identificação de seu potencial de uso e manejo. A análise dessas propriedades permite compreender o comportamento do solo e seu potencial agrícola, fundamentando práticas de manejo sustentáveis e que aumentem a produtividade. Espera-se que os resultados contribuam para uma agricultura mais eficiente, com impacto positivo na conservação dos recursos naturais.

**Palavras-chave:** avaliação; cobertura do solo; manejo; sustentabilidade agrícola.

175

**PROJETO INTEGRADOR****Importância do aleitamento materno: benefícios para mãe e o bebê.**

**Autores:** Juliany Cid de Brito, Fernanda Aparecida Gonçalves Machado, Igor Gabriel Rodrigues Schuindt, Laura Danieli De Jesus, Vanessa Fernanda De Farias Ferreira Rezende.

**Orientador:** Paulo Roberto Nunes de Goes

O aleitamento materno (AM) e o ato de alimentar o bebê, no qual ocorre o vínculo único e exclusivo entre a mãe e seu filho gerando benefícios a ambos, o AM quando exclusivo oferece todos os nutrientes necessários ao recém-nascido (RN), ajudando na imunização. Para mãe os benéficos são a prevenção das contrações uterinas, entre outros. O objetivo relatar a importância amamentação exclusiva até o 6º mês de vida para a promoção de saúde da criança e da mãe, enfatizando o papel do enfermeiro quanto ao atendimento realizado de assistência a estes, as estratégias de promoção à amamentação variam acordo com a população, cultura, crenças, entre outras características. Foi aplicado questionário de dúvidas prévias para as gestantes que foram visitadas e com base nesse questionário foram selecionados os temas a serem abordados com as mães. Foi realizada intervenção domiciliar com mães no período de lactação com crianças até os 6 meses de vida, para informar sobre a importância do aleitamento materno. Durante a visita foi entregue folder para orientação de benefícios sobre o aleitamento materno e entrega de lembrancinhas (kit de naninha) para as mães. Ao realizar a visita domiciliar foi possível levar as informações levantadas como dúvidas pelas mães ao responder o questionário sobre o AM. As orientações foram bem recebidas e com boa aceitação pelas mães abordadas onde foi possível mostrar a importância do AM, do vínculo afetivo com o RN, explicando os benefícios, também explicando os malefícios de não aderir ao AM. Pode-se concluir que a orientação para as mães foi efetiva e ao apresentar as orientações as mesmas tiveram suas dúvidas esclarecidas com auxílio dos acadêmicos envolvidos neste trabalho.

**Palavras-chave:** amamentação; aleitamento materno exclusivo; desmame precoce.

176

**PROJETO INTEGRADOR****Higienização infantil: a influência da educação e seus impactos na conscientização durante a fase escolar.**

**Autores:** Andressa Yumi Ynamura Soares, Ana Julia Fernandes Oliveira, Nayara Plens da Paz, Nicole Caroline Tonin Cavalari e Wanessa Souza Martins.

**Orientador:** Paulo Roberto Nunes de Goes

A higiene no cuidado infantil diz respeito às práticas e procedimentos que visam garantir a limpeza e a saúde infantil em ambientes educacionais e residências. A higiene é muito importante na prevenção de doenças e promoção da saúde, principalmente em pessoas vulneráveis como as crianças. As crianças menores de cinco anos, são as que mais precisam de cuidados de higiene para prevenir doenças infecciosas. O objetivo deste trabalho é informar e ajudar a melhorar a qualidade da higienização infantil, propondo a adesão desta prática no dia a dia das crianças, como a higienização das mãos, escovação dos dentes e higiene corporal, na promoção da saúde, prevenção de doenças e autocuidado desde a infância. Foi executado um circuito lúdico e educativo, com informações verídicas sobre a higiene infantil. O circuito incluiu as 3 principais estações de higienização (Higiene das Mãos, Oral e Corporal), onde as crianças aprenderam e praticaram estes hábitos. Foram aplicadas 10 perguntas de forma oral para assegurar o nível de aprendizagem e aceitação por partes dos alunos. Ao apresentar o circuito lúdico e educativo foi possível observar a participação de todos os alunos, que demonstraram aceitação e entendimento sobre a importância que devem ter com os cuidados higiênicos em ambiente escolar e também dentro de suas residências. Por fim, o projeto realizado ressaltou a importância e a prática contínua das crianças no processo de autocuidado da higienização no seu dia a dia, conscientizando e prevenindo eles de doenças bacterianas e virais, melhorando a adesão destas práticas em todos ambientes, promovendo a qualidade de vida e saúde das crianças. Desta forma foi possível concluir que o objetivo de informar e ajudar a melhorar a qualidade da higienização infantil, propondo a adesão desta prática no dia a dia das crianças foi alcançado já que a adesão dos alunos a participação das atividades foi alcançada.

**Palavras-chave:** cuidados com a higiene; educação infantil; saúde.

177

**PROJETO INTEGRADOR****A importância da higienização bucal infantil.****Autores:** Giovana De Cassia Morais, Geovana De Oliveira Reis, Giovana Da Silva Chevronica.**Orientador:** Paulo Roberto Nunes de Goes

A saúde bucal das crianças é fundamental para o desenvolvimento saudável, influenciando diretamente sua capacidade de realizar funções básicas como comer, falar e interagir socialmente. O cuidado adequado dos dentes e gengivas, desde os primeiros anos de vida, pode prevenir problemas como cáries, gengivite e mau hálito, além de promover a saúde bucal no futuro. Bons hábitos de higiene bucal, como escovação regular e uso de fio dental, são essenciais para evitar complicações mais sérias. A orientação de pais, educadores e profissionais de saúde desempenha um papel crucial no desenvolvimento desses hábitos desde a infância. O objetivo principal deste trabalho é ensinar e promover o conhecimento sobre bons hábitos de higiene bucal em crianças em fase de crescimento, com foco na importância da escovação após as refeições e no uso do fio dental. Além de mostrar os benefícios para a saúde bucal, como prevenção de cáries e gengivite, o projeto também visa destacar os benefícios emocionais, como a melhoria da autoestima e do autocuidado. Foi realizada uma conversa com os alunos de uma creche para avaliar seu nível de conhecimento sobre o tema. Em seguida, será conduzida uma dinâmica para ensinar de forma clara e prática os passos corretos para a higienização bucal. Ao final, haverá um momento para responder a possíveis dúvidas dos alunos. Ao apresentar a palestra obtivemos uma boa participação das crianças. Ondes estas foram capazes de adquirir conhecimento sobre os temas abordados como uma série de aspectos como a educação sobre higiene bucal, nutrição, prevenção de doenças bucais, desenvolvimento da dentição, impacto da saúde bucal no bem-estar e envolvimento dos cuidadores. Este projeto concluiu com objetivo de levar conhecimento para alunos que estão começando a conhecer seu corpo e o cuidado com ele, o cuidado com a saúde bucal foi possível.

**Palavras-chave:** higiene bucal infantil; saúde na infância; higiene.

178

**PROJETO INTEGRADOR****Comunicação Assertiva no Ambiente Organizacional****Autores:** Cibely Florchask Carneiro, Diego Jordão, Leandro Soares.**Orientador:** Rodrigo Ramos Anuniação

O Programa Criança Feliz, criado pelos Decretos nº 8.869/2016 e nº 9.579/2018, busca promover o desenvolvimento integral de crianças na primeira infância em contextos vulneráveis. A iniciativa oferece apoio por meio de visitas domiciliares realizadas por equipes interdisciplinares, com o objetivo de fortalecer vínculos familiares e garantir o acesso a direitos essenciais, como saúde, educação e assistência social. Para aumentar a efetividade do programa, é fundamental que as equipes trabalhem de forma coesa, com comunicação clara e organização eficiente. Para isso, foi inovadora uma intervenção psicológica com uma equipe de cinco profissionais, evoluindo para o aprimoramento da comunicação interna, do entendimento de funções e da cooperação. A intervenção incluiu atividades de orientação, dinâmicas de grupo e treinamentos que reforçaram a importância de esclarecer nossos papéis, o trabalho colaborativo e o comprometimento. Foram utilizados materiais pedagógicos, como questionários de auto percepção e instruções visuais, para estimular a empatia e a cooperação. O objetivo principal foi garantir que os profissionais compreendam seu papel essencial e o impacto positivo de uma equipe bem alinhada e comunicativa para o sucesso do Criança Feliz. Os resultados mostraram uma melhoria na união da equipe, na organização das atividades e na qualidade do atendimento. Conclui-se que a intervenção foi crucial para a promoção do desenvolvimento infantil e o fortalecimento das famílias atendidas, evidenciando a importância da preparação e do alinhamento das equipes para a efetividade dos programas sociais.

**Palavras-chave:** programa Criança Feliz; desenvolvimento infantil; primeira infância; vulnerabilidade social; visitas domiciliares.

179

**PROJETO INTEGRADOR****Horta Comunitária - AgroMed: Alimentando Vidas.****Autores:** Giovana Marini Dos Passos, Rayssa Adriana Kusminski**Orientador:** Tatiane Borzuk

De acordo com o último relatório O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo (SOFI), publicado julho de 2024, a má nutrição aumentou significativamente, no mundo todo. Dessa forma, com intuito de melhorar a qualidade de vida das pessoas, iniciamos o projeto integrador com uma horta comunitária no distrito de Auto Porã-PR. Foi realizada uma pesquisa qualitativa e observacional, a partir da qual se concluiu que a população do distrito enfrenta uma carência significativa de alimentação saudável, além da falta de mobilidade e a incidência de depressão entre os idosos. O projeto, AgroMed: Alimentando Vidas, tem como principal objetivo uma horta terapêutica e nutritiva, com foco nas crianças e nos idosos, porém vai abranger toda comunidade. Foi necessário parcerias com a Prefeitura de Ivaiporã, Secretárias da Saúde, Agricultura, Educação, Meio Ambiente, e com os cursos da FATEC IVP de Agronomia, Engenharia, Enfermagem, Fisioterapia, Psicologia, Agronegócio e Arquitetura. O trabalho iniciou com a identificação do terreno, realização de visitas e reuniões voltadas ao planejamento e organização. A criação do desenho do projeto será responsabilidade dos alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo, que irão definir a disposição dos canteiros, enquanto os estudantes de Agronomia serão responsáveis pelo preparo da terra e plantio das mudas, pomar, horta vertical fixados no muro. O terreno destinado à horta localiza-se atrás da UBS, na Escola Municipal do Alto Porã: José Aparecido Peres. Os resultados esperados serão avaliados por meio da observação da procura pelos serviços da UBS, da movimentação na horta e da melhoria na nutrição das crianças, e, além disso, esses resultados serão alcançados a longo prazo, assim como a melhoria na qualidade da alimentação e no convívio social, demandarão tempo para se manifestar plenamente. De acordo com Cora Coralina: "...Se for para semear, então que seja para produzir milhões de sorrisos, de solidariedade e amizade".

**Palavras-chave:** horta comunitária; alimentação saudável; multidisciplinaridade; promoção da saúde; impacto social.

180

**CIÊNCIAS DA SAÚDE****Crianças do Futuro: Transformando a Saúde****Autores:** Giovanni Paganno, Camily Vitória Colussi, Maria Helena Sabino Semchechem.**Orientador:** Tatiane Borzuk da Fonseca

O projeto "Crianças do Futuro: Transformando a Saúde" é uma intervenção organizada para atingir os pacientes que sofrem com o aumento permanente de açúcar no sangue, além de ser motivada pela identificação de um número significativo de pacientes diabéticos da Vila Nova Porã. Dessa forma, pelos dados coletados observou-se que dentre os 16 pacientes atendidos, 10 apresentavam a doença, como também apontou dificuldades em gerenciar seus cuidados. Portanto, diante da problemática, evidenciou-se a necessidade de conscientização e prevenção dos casos de diabetes. O objetivo deste projeto é a melhora da saúde pública por meio da promoção da conscientização precoce sobre a diabetes e os hábitos de vida saudáveis entre as crianças que frequentam diariamente o Centro da Juventude. A meta é organizar palestras educativas em forma de rodas de conversa afim de promover a prevenção da doença, além da atividade física aliada ao bem-estar e a boa qualidade de vida. Busca-se também o fornecimento de conhecimento sobre a diabetes para que as informações adquiridas na palestra possam ser difundidas nos seus próprios lares, impactando toda a família e a sociedade, seja a longo ou curto prazo. Para sua execução, estabeleceu-se parcerias com profissionais e instituições educacionais visando a garantia da continuidade das ações de conscientização após o término do projeto. A metodologia utilizada envolve um levantamento de dados realizados nas residências visitadas durante o período de acompanhamento das ACS, assim como também o mapeamento da situação atual das crianças do Centro da Juventude. Os resultados do plano de intervenção serão medidos através de uma avaliação simples, com o propósito de medir o impacto ocasionado nos participantes, como também pela adesão das crianças pelo projeto. Sendo assim, espera-se que objetivo em questão seja alcançado e o índice de diabetes tipo 2 diminua significativamente no futuro, devido a mudança de hábitos estabelecida durante a adolescência.

**Palavras-chave:** diabetes; crianças; prevenção; saúde; família.

181

**PROJETO INTEGRADOR****Acolhimento ao Paciente de Risco Suicida**

**Autores:** Naiane Francielle Ferreira, Dienis Diocresio Souza de Jesus, Dinaura Gomes Brum, Letícia Gabrieli Cardoso Ruy, Myllene da Silva Fitz

**Orientador:** Eliceia Maibuk

O suicídio é uma das principais causas de morte no mundo, sendo um problema social e de saúde pública, atingindo pessoas de todas as idades e classes sociais. Diante desta situação, é importante desenvolver estratégias que promovam a prevenção do suicídio e motivem aqueles que sofrem. Receber, ouvir e acolher pacientes em risco de autodestruição requer não apenas conhecimento técnico, mas também compreensão e bom senso para resolver o problema em questão. O objetivo do projeto consiste em enfatizar o acolhimento após uma tentativa de suicídio, aliviar o sofrimento e proporcionar conforto ao paciente. Adicionalmente, o projeto buscou conscientizar os estudantes de técnico de enfermagem do Colégio Estadual Barbosa Ferraz sobre a relevância de oferecer assistência humanizada e empática aos pacientes. Para realizar o projeto, foi-se necessário buscar relatos de indivíduos que já tentaram suicídio e se foram atendidos em hospitais. Para isso, criou-se uma página no Instagram e instalaram-se caixinhas de papelão nos banheiros da Fatec, onde poderiam depositar suas experiências de forma anônima. Após isso, os relatos foram compartilhados na página prestando acolhimento para as pessoas. Realizou-se uma palestra com uma convidada, enfermeira do CAPS, onde foram apresentadas informações de acolhimento para os alunos de técnico de enfermagem. Durante a palestra, os estudantes responderam um formulário online onde mostraram que as informações foram pertinentes e de grande conhecimento, entendendo a importância do acolhimento e de ser empático com os pacientes. Com a realização do projeto, foi possível destacar a relevância de ações que promovam o acolhimento e o apoio emocional a pessoas em risco de suicídio, além de sensibilizar futuros profissionais de enfermagem, ao ser realizada com uma profissional experiente na área reforçou o papel dos técnicos de enfermagem como agentes de transformação e empatia no contexto hospitalar.

**Palavras-chave:** suicídio; acolhimento; enfermagem; pacientes; conscientização.

182

**PROJETO INTEGRADOR****Mobilidade para Todos**

**Autores:** Lorena Borrasca, Ana Gabriella Castilho Gamba, Eduarda Domingues Costa, Tânia Alberton Gevert

**Orientador:** Tatiane Borzuk da Fonseca

Movimentar o corpo é uma atividade essencial para a saúde física, mental, e para o desenvolvimento cognitivo e social. O projeto "Mobilidade para Todos" tem como objetivo oferecer atendimento fisioterapêutico a pacientes acamados e domiciliados, contando com a participação dos acadêmicos de fisioterapia da Faculdade de Tecnologia do Vale do Ivaí. A iniciativa visa promover melhorias físicas e funcionais, prevenindo complicações como contraturas, úlceras de pressão e problemas respiratórios. A fisioterapia domiciliar busca preservar a autonomia do paciente, adaptando-se às suas necessidades e proporcionando uma recuperação mais rápida e eficaz. A metodologia inclui a aplicação de um formulário para mapeamento e triagem dos casos. Após a análise das respostas, será realizada a capacitação de familiares e cuidadores para auxiliarem na reabilitação, de acordo com as necessidades específicas de cada paciente. Esse atendimento será dinâmico e flexível, permitindo que os estudantes de fisioterapia orientem movimentos de baixa complexidade que possam ser realizados pelos familiares e pelo próprio paciente para alcançar uma melhora significativa. O projeto, ao promover a mobilidade a longo prazo, visa melhorar a qualidade de vida dos pacientes e reduzir complicações associadas à mobilidade e flexibilidade. Além disso, pretende-se que ele se torne um estudo piloto, com o potencial de integrar a matriz curricular do curso de fisioterapia como uma disciplina prática.

**Palavras-chave:** mobilidade; qualidade de vida; fisioterapia domiciliar; prevenção de complicação.

183

**PROJETO INTEGRADOR****Saúde indígena: o papel da enfermagem no acompanhamento pré-natal dos povos originários.**

**Autores:** Fabrício De Almeida Da Silva Antunes, Diego Manoel Vilela, Maria Eduardo Dos Santos Da Silva, Tais Fernanda Moreira Paulino, Vivian Do Carmo Lima

**Orientador:** Paulo Roberto Nunes de Goes

O projeto aborda a importância do cuidado pré-natal direcionado as mulheres indígenas, propondo um estudo sobre a saúde das gestantes, buscando compreender suas particularidades culturais. Enfatizando o papel fundamental da enfermagem na promoção e acompanhamento pré-natal das gestantes de povos originários, respeitando suas práticas culturais. Este trabalho tem como objetivo investigar as particularidades culturais que influenciam o pré-natal, avaliar o acesso dessas gestantes aos serviços de saúde e identificar as barreiras que enfrentam. Buscando compreender como as práticas, crenças e valores culturais impactam a experiência do pré-natal, promovendo cuidados de saúde que sejam culturalmente sensíveis. O projeto almeja contribuir para diretrizes que melhorem o acesso e a qualidade do pré-natal, promovendo a equidade no atendimento à saúde das gestantes indígenas. Foram realizadas rodas de conversa com gestantes indígenas, criando um espaço de diálogo aberto que valorize suas experiências e saberes. O projeto almeja contribuir para diretrizes que melhorem o acesso e a qualidade do pré-natal, promovendo a equidade no atendimento à saúde das gestantes indígenas. Devido à cultura, o medo por não serem compreendidas, o receio de sofrerem preconceito e a falta de procura por informações claras e objetivas, as gestantes indígenas demonstraram dificuldade em irem no acompanhamento do pré-natal, evidenciando assim, que o enfermeiro(a) precisa ter conhecimento aprofundado sobre cultura indígena e ter acompanhamento regular com as gestantes, para orienta-las de forma abrangente. Desta forma possibilitando o aumento na adesão aos cuidados pré-natal. Com aplicação da roda de conversa e questionário, podemos concluir que foi possível alcançar boa aceitação ao acompanhamento do pré-natal, aumentando o índice de adesão, e observar o papel do enfermeiro(a) no acompanhamento de gestantes indígenas.

**Palavras-chave:** saúde; indígena; pré- natal.

184

**PROJETO INTEGRADOR****Manejo Sustentável e Conservação do Solo: Estratégias para Redução da Erosão na Fazenda Três Irmãos, Jardim Alegre-PR.**

**Autores:** Eudair França Soares, Adilson Semcheschen, Antonio Henrique Alves de Souza, Cleiton Cabau, Eudair França Soares, Diego Aparecido de Camargo, João Fernando Santilio Moreira, Tiago Bevilaqua Merico.

**Orientador:** Silmara Rodrigues Pietrobelli

A erosão do solo é uma ameaça significativa à sustentabilidade agrícola, especialmente em áreas com topografia ondulada e baixa cobertura vegetal. Este projeto foi desenvolvido com o objetivo de orientar produtores rurais sobre os riscos associados à erosão e implementar práticas de manejo sustentável para preservar o solo e garantir a produtividade. A Fazenda Três Irmãos, em Jardim Alegre-PR, foi selecionada como área de estudo devido à sua declividade média de 8-14% e condições propícias à erosão. O diagnóstico inicial da área identificou regiões vulneráveis e estabeleceu um plano de ação com práticas conservacionistas, como plantio em contorno, curvas de nível e cobertura vegetal. A metodologia incluiu o Diagnóstico Rápido da Estrutura do Solo (DRES) em quatro pontos estratégicos da propriedade, escolhidos conforme a inclinação e características representativas do terreno. As análises de solo, que abrangeram levantamento topográfico e mapeamento detalhado, possibilitaram a implementação de intervenções de manejo sustentável. Além disso, foi planejado um monitoramento contínuo para avaliar os efeitos das práticas aplicadas e realizar ajustes quando necessário. Os resultados mostram que as técnicas propostas reduziram a erosão, ajudaram a reter a umidade e conservaram a fertilidade do solo, estabelecendo uma base mais estável para as culturas agrícolas e melhorando a produtividade. A longo prazo, essas práticas visam não apenas preservar o solo e a biodiversidade local, mas também promover uma agricultura mais rentável e resiliente para o produtor. Conclui-se que a capacitação dos produtores e o acompanhamento técnico são essenciais para o sucesso das práticas de manejo sustentável. O projeto demonstra a importância do equilíbrio entre conservação ambiental e sucesso econômico, resultando em colheitas mais abundantes e uma gestão eficaz dos recursos naturais.

**Palavras-chave:** erosão; práticas conservacionistas; sustentabilidade; produtividade.

185

**PROJETO INTEGRADOR****Capacitação dos Profissionais de Saúde no Uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras):  
Acessibilidade e Inclusão de Pacientes Surdos**

**Autores:** Jaison Fernando da Silva, Allan Felipe Fernandes Costa, Angeline Martins Hilário, Edson Lucas Pinheiro, Julia Vitória de Paula Bertasso, Marcela Teixeira Cruz, Stéfanie Botelho Camacho

**Orientador:** Abel Felipe Freitag

A surdez, que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) afeta mais de 10 milhões de cidadãos no Brasil, exige comunicação adequada para um atendimento humanizado. A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), meio legal de comunicação oficializada em 2002 pela lei 10.436, é essencial para esse processo. No entanto, a falta de conhecimento dos profissionais de saúde cria barreiras que comprometem o atendimento a pacientes surdos. Este projeto visa capacitar os profissionais de saúde da UBS Jacutinga no uso da LIBRAS, promovendo a acessibilidade e a inclusão de pacientes surdos. Para isso serão ofertadas oficinas práticas e interativas realizadas semanalmente com duração de 30-60 minutos, voltadas para o ensino de sinais básicos relacionados a saúde e ao atendimento. Essas oficinas também incluirão discussões sobre acessibilidade, buscando sensibilizar os profissionais para as necessidades dos pacientes surdos. As oficinas abordarão sinais direcionados a recepção, sintomas, medicamentos, procedimentos médicos e orientações pós-consulta. Cada sessão será adaptada às demandas dos diferentes setores da UBS (recepção, enfermagem, médicos) garantindo que os conhecimentos adquiridos sejam relevantes para a atuação de cada equipe. Ao final do projeto, será desenvolvido um material didático em formato PDF, contendo glossários visuais e vídeos que apoiarão o aprendizado contínuo, fortalecendo a formação dos profissionais da UBS Jacutinga em LIBRAS e capacitando-os para uma comunicação mais eficaz com os pacientes surdos. O material didático produzido também será distribuído para outras unidades básicas de saúde, ampliando o impacto do projeto para além do município de Ivaiporã e promovendo um atendimento mais inclusivo e humanizado.

**Palavras-chave:** acessibilidade; inclusão; saúde pública; libras; surdez.

186

**PROJETO INTEGRADOR****Uso indiscriminado de analgésicos**

**Autores:** Beatriz Mazuco, Emanuely Stein da Silva, Grazyela Fernanda de Lima e Jennifer Kauane Ribeiro Saibert.

**Orientador:** Eliceia Maibuk

O uso indiscriminado de analgésicos é a prática de tomar medicamentos sem supervisão médica, ou seja, sem orientação sobre a dosagem e o tempo de uso. O uso indiscriminado de medicamentos pode trazer consequências graves para a saúde, como: Intoxicação, Reações alérgicas, Dependência, Efeitos indesejados, Resistência do organismo. O presente trabalho definiu o público alvo, sendo os ACS (Agente comunitário de saúde) e os pacientes da UBS Víctor Augusto Dardani Moreira, através de uma roda de conversa, foi promovido a troca de conhecimento com a equipe e os pacientes, abordando o uso incorreto e prolongado de analgésicos. Para avaliar a situação atual, e aplicado um questionário que procura ver, tanto a frequência de uso de analgésicos entre os participantes quanto o nível de conhecimento que possuem sobre os potenciais riscos e implicações desse uso. Ao final da atividade, foi distribuído um panfleto informativo que destacará a importância de buscar orientação médica antes de se automedicar, assim como os cuidados necessários e os riscos associados à utilização inadequada de analgésicos. Diante dos questionários aplicados os resultados indicam que tanto os agentes de saúde quanto os pacientes conhecem os riscos associados ao uso de analgésicos, os participantes destacam o uso frequente de medicamentos para dor como dipirona e paracetamol. Visamos valorização da orientação médica destacando a necessidade de um uso mais seguro e responsável desses medicamentos.

**Palavras-chave:** analgésicos; efeitos colaterais; saúde pública.

187

**CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS****Bullying não caia nessa****Autores:** Lais Victória Simões de Oliveira, Julia Tavares Simões Laus, Nicolay Anselmo de Souza**Orientador:** Daniele Rosa de Arruda da Silva

Frequentemente são noticiados tanto nas redes sociais, como em jornais situações de bullying que acontecem principalmente nas escolas entre crianças e jovens. Pensando em estratégias para o combate a esse fenômeno social, o presente trabalho tem como objetivo discutir essa temática com a comunidade escolar a fim de conscientizar e refletir sobre o enfrentamento ao bullying. Para isso, de início realizou-se pesquisa bibliográfica para uma melhor compreensão da temática e uma roda de conversa com uma psicóloga da Faculdade Tecnológica do Vale do Ivaí (FATEC). Buscando conhecer a percepção da comunidade escolar foi aplicado um questionário qualiquantitativo, elaborado por meio do google forms, em que até o presente momento contou com a participação de 45 estudantes na pesquisa sobre situações de bullying. O questionário foi elaborado para que os estudantes pudessem responder de forma anônima. A partir da análise dos dados coletados durante todo o projeto, foi realizada uma intervenção com estudantes do sexto ano, de forma que possam refletir sobre as questões de bullying buscando amenizar a quantidade de casos para que possamos ir com mais tranquilidade para as escolas.

**Palavras-chave:** bullying; educação; estudantes; combate.

188

**PROJETO INTEGRADOR****Análise Estrutural e Propostas de Manejo do Solo para Mitigação da Erosão na Subestação de Ivaiporã Eletrobras (Furnas)**

**Autores:** Vanessa Carvalho, Katyane dos Santos Rodrigues, Laine Fernanda Denczuk Uliwiak, Luís Álvaro da Hora, Rafael Sucheki Camargo, Wesley Sant'Ana Pereira

**Orientador:** Silmara Pietrobelli

A Subestação de Ivaiporã Eletrobras (Furnas) está localizada em uma região com solos predominantemente latossolo e nitossolo, que possuem boa drenagem e estrutura favorável à infiltração de água. No entanto, essas características, associadas à exposição sem cobertura vegetal, tornam o solo suscetível à erosão, especialmente em áreas inclinadas e em períodos de chuvas intensas. O objetivo do estudo é entender a estrutura do solo na área da subestação e propor medidas de manejo para mitigação de erosão, com o anseio de conservar tanto a integridade do solo quanto a infraestrutura local. Para tanto, foram selecionados quatro pontos para coleta de amostras na área de estudo. Em cada ponto, observou-se a compactação do solo, coloração, presença de matéria orgânica e características de drenagem. As amostras coletadas foram analisadas quanto à composição e à presença de organismos, além de se avaliar o grau de erosão. As amostras coletadas revelaram variações significativas entre os pontos: ponto 1: solo compactado com presença de formigas e partículas de rocha a 60 cm de profundidade, cor marrom, ponto 2: solo arenoso, coloração amarelada, com raízes e pequenas partículas de rochas, ponto 3: solo argilo-arenoso de cor marrom escura, com formigas e raízes, ponto 4: solo de cor clara, solto, com presença de raízes. Essas características indicam a necessidade de intervenções para estabilização do solo e redução da erosão, sobretudo nas áreas mais suscetíveis. A adoção de medidas como curvas de nível, cobertura vegetal e recuperação de áreas degradadas se mostram eficazes para reduzir a velocidade de escoamento da água e melhorar a estabilidade do solo. Essas práticas não apenas auxiliam na proteção da infraestrutura da subestação como também promovem a conservação ambiental ao redor, garantindo maior sustentabilidade e preservação dos recursos naturais locais.

**Palavras-chave:** classificação de solos; erosão; densidade, textura.

189

**PROJETO INTEGRADOR****Baile da Terceira Idade como promotor da saúde do idoso.**

**Autores:** Fernanda de Oliveira Ferreira Rosa, Cléia Aparecida de Oliveira; Meire Daiane de Souza da Silva; Rafaela da Silva de Almeida dos Santos.

**Orientador:** Elicéia Maibuk.

**Introdução:** O aumento da população idosa no Brasil no século XXI traz demandas sociais e econômicas significativas, impactando a saúde e as políticas públicas. É essencial rever as ações de enfermagem direcionadas a esse grupo. **Objetivo:** Conscientizar os idosos sobre a importância de hábitos saudáveis e atividade física para manter a qualidade de vida e prevenir doenças crônicas. **Material e Métodos:** A pesquisa utilizou uma abordagem mista, combinando revisão bibliográfica e aplicação de questionário. Os dados foram coletados por meio da escala de EVA (Escala Visual Analógica), permitindo uma avaliação precisa da percepção de dor. Foi realizado no Centro de Atendimento Social de Manoel Ribas, com 59 idosos, com idades entre 53 e 87 anos, que participaram do baile da terceira idade. **Resultados:** A percepção de dores e desconfortos físicos apresentou uma média de 6,22 na escala EVA, diminuindo sintomas moderados, possivelmente relacionados ao envelhecimento e comorbidades, como hipertensão e diabetes. A melhora percebida na saúde física foi de 8,27, mostrando que os idosos regularmente tem um aumento no bem-estar após dançar. A satisfação emocional média foi de 9,20, destacando o papel da dança na promoção do bem-estar psicológico. O sentimento de conexão social, com média de 9,41, evidencia que a participação nos bailes fortalece relações interpessoais e atua como suporte social. **Considerações Finais:** Os resultados indicam que as atividades em grupo têm um impacto positivo na saúde dos idosos, especialmente no bem-estar emocional, social e físico. A satisfação emocional elevada e a conexão social reforçam os benefícios da atividade física em contextos coletivos, essenciais para reduzir o isolamento social e favorecer a saúde mental.

**Palavras-chave:** saúde do idoso; promoção da saúde; envelhecimento saudável; atividade física; vida saudável.

190

**CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS****Caminho inclusivo: aprendendo Libras brincando na Educação Infantil**

**Autores:** Eloisa dos Reis Ghizoni, Gabrieli Tomé Vila, Hudson Henrique de Souza Nascimento, Luana Souza de Almeida

**Orientador:** Jaison Fernando da Silva

A Lei 10436/2002 reconhece a Libras como língua e o Decreto 5626/2005 estabelece como deve acontecer a Educação de surdos. Desde o estabelecimento de políticas públicas voltadas para a inclusão de pessoas surdas à Educação, muito tem se refletido sobre o acesso, permanência e êxito no aprendizado. No entanto, além do aprendizado, precisamos refletir sobre como tem acontecido as interações entre crianças surdas e ouvintes, pois desde a Educação Infantil, os estudantes fazem novas amizades, estabelecendo vínculos. Como os surdos têm realizado novos vínculos de amizade? É de suma importância buscarmos estratégias para que crianças surdas e ouvintes consigam interagir, pois em geral, há apenas uma criança surda na sala. Portanto, o objetivo da pesquisa foi desenvolver um jogo pedagógico de tabuleiro para que as crianças possam aprender Libras ainda na Educação Infantil. O jogo é composto por um tabuleiro, 10 peões e uma roleta com atividades pedagógicas. Contém também uma cartilha explicativa que envolve a literatura surda e cartas com perguntas sobre sinais que podem utilizar no dia a dia para conversarem com o colega surdo. Foi criado um canal com videoaulas sobre os temas abordados no jogo bem como um vocabulário, caso o mediador não tenha conhecimento de Libras ou queira apresentá-lo para as crianças. As videoaulas podem ser acessadas antes do jogo para que as crianças aprendam os sinais e depois pratiquem e desenvolvam por meio das atividades propostas no tabuleiro. Já foram realizadas intervenções em duas escolas com três turmas da Educação Infantil. Percebeu-se um grande interesse das crianças em aprenderem Libras e foram muito participativas em todas as atividades. Em uma das salas há uma criança surda incluída e ela pode participar de forma ativa do jogo aproximando as demais crianças. Portanto, fica evidente o quanto é necessário oportunizar momentos de aprendizado da Libras para juntos construirmos uma sociedade mais inclusiva.

**Palavras-chave:** libras; inclusão; criança, jogo pedagógico.

191

**PROJETO INTEGRADOR****Conservando Sabor: Os Benefícios dos Temperos Desidratados**

**Autores:** Alisson Ryan Bernardo Arruda, Kauan José Cano de Queiroz, Luiz Antônio Messias de Oliveira, Gustavo framartino da Silva Pereira, Gabriel Alves Martins

**Orientador:** Silmara Pietrobelli

O uso de temperos naturais tem ganhado popularidade devido aos seus benefícios para a saúde e praticidade. Produtos como alho, salsinha, colorau e açafreão são valorizados por suas propriedades antioxidantes, anti-inflamatórias e digestivas, além de agregar sabor e cor aos alimentos. A desidratação de temperos é uma prática que garante maior durabilidade e conserva as características essenciais dos ingredientes, facilitando o armazenamento e uso. O objetivo do estudo foi desenvolver e promover a produção de temperos desidratados de forma natural e sustentável, oferecendo uma alternativa saudável aos produtos industrializados. Foram escolhidos temperos como alho, salsinha, açafreão e colorau, cultivados localmente. Para a desidratação, foram utilizados métodos como secagem ao ar livre, em forno e em desidratador. O alho, foi fatiado e desidratado em forno a 60-80°C por até 3 horas. A salsinha foi secada naturalmente e em forno, enquanto o açafreão foi triturado e seco no forno em ciclos de 30 minutos. O colorau foi produzido com a trituração de sementes de urucum, posteriormente misturadas com farinha de milho. A secagem controlada garantiu uma preservação adequada, evitando a perda de nutrientes e intensificando o sabor. O alho destacou-se por sua durabilidade e sabor acentuado após a desidratação. A salsinha, embora tenha perdido um pouco de cor, manteve seu aroma e leveza, enquanto o açafreão apresentou excelente coloração e sabor. O colorau adicionou cor vibrante aos pratos, mantendo seu perfil suave de sabor. O processo de desidratação de temperos naturais mostrou-se eficaz na preservação de suas propriedades e sabor. A produção caseira e sustentável oferece uma alternativa saudável e econômica aos temperos industrializados, sem aditivos químicos. A longo prazo, essa prática pode ser aplicada em maior escala, promovendo uma alimentação mais saudável e consciente.

**Palavras-chave:** especiarias; métodos de desidratação;; conservação de nutrientes; sabor.

192

**CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS****Livro Digital Acessível: Perspectiva para Prevenção da Violência Sexual da Criança Surda****Autores:** Daniele Rosa de Arruda da Silva.**Orientador:** Eromi Izabel Hummel.

De acordo com pesquisas, tem-se observado um aumento na quantidade de crianças vítimas de violência sexual. Nota-se que as crianças com algum tipo de deficiência encontram-se em situação de vulnerabilidade ainda maior em relação a esse tipo de violência, sendo, portanto, de extrema importância protegê-las. Ao investigar sobre materiais pedagógicos existentes percebeu-se uma lacuna quanto à acessibilidade de materiais direcionados para crianças surdas referente ao tema. Neste sentido, questiona-se: Como tem sido trabalhada a prevenção à violência sexual com crianças surdas nas escolas? Portanto, o objetivo geral do estudo é analisar como tem sido abordado a temática da prevenção à violência sexual com crianças surdas na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental. Para responder ao objetivo da pesquisa adotou-se a pesquisa bibliográfica, exploratória, bem como entrevista qualitativa. Para realização do estudo buscou-se aporte teórico em autores como Fernandes(2003), Quadros (1997), Strobel (2009), Bortolozzi (2022), Karnopp (2010), Figueiró (2013), Furlani (2011) entre outros pertinentes à temática. Realizou-se a aplicação de uma entrevista aos professores surdos e ouvintes que atuam ou atuaram no processo de inclusão com crianças surdas nas escolas municipais e em sala de recursos surdez dos colégios estaduais na cidade de Ivaiporã, Paraná, para que relatassem suas experiências e conhecimento sobre prevenção a violência sexual contra crianças surdas. Com base nos resultados do estudo, será elaborado, como recurso educacional, um livro digital acessível às pessoas surdas, com o uso da tecnologia assistiva e princípios do DUA. O livro digital tratará sobre a prevenção à violência sexual, contemplando a literatura surda. Esse material irá contribuir para que a temática seja abordada nas escolas, a fim de que as crianças surdas possam ter acesso a esse conhecimento e saibam se proteger ou pedir ajuda diante de uma situação de violência.

**Palavras-chave:** educação sexual; violência; surdez; libras; livro digital.

193

**PROJETO INTEGRADOR****Características Físicas e Visuais do Solo na Modalidade Plantio Direto de Milho**

**Autores:** Allan Douglas Silva Nogueira, Jamily Ferreira, Cássio Henrique, Júlia Sebin, Marcus Vinícius, Estefânia de Andrade, Ana Beatriz Moraes.

**Orientador:** Silmara Pietrobelli

O Sistema de Plantio Direto (SPD) é amplamente utilizado no Brasil, abrangendo cerca de 45% das propriedades monocultoras. Porém, apenas 20% dos produtores seguem práticas de manejo adequadas, comprometendo a eficiência do SPD. Este estudo focou na cultura de milho sob SPD na Fazenda Xavantes, localizada em São João do Ivaí, Paraná, para avaliar os efeitos do manejo atual no desenvolvimento radicular e nas características do solo. A coleta de amostras foi feita em pontos determinados conforme a declividade do terreno, utilizando um Trado Holandês. As amostras foram dispostas em esteira para análise da plasticidade de cada horizonte. Em seguida, trincheiras foram abertas com o uso de enxadão para avaliar a profundidade efetiva do cultivo de milho anterior e a emergência da soja, que sucedeu o milho. Como resultados, as amostras dos pontos de coleta apresentaram características homogêneas, com solos muito profundos, ultrapassando 2 metros de profundidade, e sem pedregosidade significativa. Os horizontes superficiais exibiram textura granular e coloração variada, com um aspecto de "pó de café", o que indica variações orgânicas e de umidade. A alta plasticidade observada nas amostras classifica o solo como "muito argiloso" na escala de textura. No entanto, a profundidade efetiva do milho revelou-se baixa, variando de 8 a 11 cm, sugerindo limitações para o desenvolvimento radicular devido à compactação do solo e à má gestão do SPD. Foi identificado que práticas inadequadas de rotação de culturas e o baixo teor de palhada durante o plantio direto contribuem para a lixiviação dos nutrientes e reduz a retenção de umidade, prejudicando o desenvolvimento das raízes. Isso se traduz em menor absorção de água e nutrientes, afetando diretamente o potencial de crescimento do milho. Tais problemas reforçam a necessidade de ajuste no manejo, incluindo a aplicação de adubação corretiva e práticas que aumentem a cobertura do solo.

**Palavras-chave:** lixiviação; retenção; manejo.

194

**PROJETO INTEGRADOR****Saúde e segurança do trabalho**

**Autores:** Daniel Ribeiro Schmeiske, Anthony Vinicius Octavio, João Otávio Veiga, Lavínia Otávia da Silva

**Orientador:** Eliceia Maibuk

o presente trabalho apresenta a importância do uso de EPI no trabalho e conscientização, mostrando que muitos trabalhadores apresentam preconceito perante o uso do equipamento de segurança ou não sabem de sua existência, enfatiza-se a importância do uso de EPI através de dados coletados com acidentes de trabalho para gerar um impacto na consciência dos trabalhadores e mostrar a importância e necessidade do uso dos equipamentos de segurança, a segurança no trabalho é essencial para proteger a saúde dos trabalhadores e garantir a sustentabilidade das empresas. Segundo dados do G1, entre 2012 e 2022, foram registrados mais de 7 milhões de acidentes laborais no Brasil, sendo que mais de 28 mil resultaram em óbitos, e o custo dos afastamentos ultrapassou R\$ 150 milhões. Isso ressalta a urgência de medidas preventivas, como o uso de EPIs e a realização de exames periódicos para identificar doenças como hepatite e HIV, o estudo visa analisar as causas de acidentes e propor práticas preventivas que possam ser adotadas tanto por empresas quanto por trabalhadores, como a promoção de uma cultura de segurança, treinamentos adequados e o cumprimento de normas. A metodologia inclui parcerias com empresas locais, onde serão aplicados questionários a funcionários e feitas apresentações sobre segurança. Os resultados serão monitorados e analisados para mensurar o impacto da conscientização promovida, a pesquisa destaca os benefícios de um ambiente seguro, como a melhoria da produtividade e da satisfação dos funcionários, redução de custos e conformidade com a legislação.

**Palavras-chave:** conscientização; segurança; prevenção.

195

**PROJETO INTEGRADOR****Marketing e Impacto Associativo.**

**Autores:** Eduardo Silva Lima, (Diego Egler, João Vitor De Oliveira Ribeiro, José Vitor Carvalho, Jhonny Gusmão Krassouski, Ygor Vinicius D e Almeida Pereira)

**Orientador:** Layla Thamires De Oliveira

O trabalho “Marketing e Impacto Associativo” foi desenvolvido pelos alunos do curso de Gestão Comercial da Faculdade de Tecnologia do Vale do Ivaí-FATEC em Ivaiporã-Pr, para aumentar a visibilidade digital e o engajamento da Aprovale e Cafi, associações que apoiam pequenos produtores rurais da região. O projeto se concentra em aprimorar a presença dessas associações nas redes sociais, com o objetivo de aumentar a visibilidade, atrair novos clientes e fortalecer o relacionamento com o público-alvo, especialmente no Instagram e Facebook. As estratégias implementadas incluem a criação de conteúdos visuais e editoriais de alta qualidade, alinhados com a identidade da marca e que destacam os valores e produtos das associações. A equipe de alunos participou de eventos locais, capturando imagens e vídeos autênticos para serem usados nas redes sociais, além de desenvolver uma linha editorial consistente com publicações programadas que refletem a missão da Aprovale e Cafi. Anúncios segmentados e parcerias com influenciadores também foram utilizados para expandir o alcance e engajamento das publicações. Os resultados do projeto foram significativos, com um aumento notável de seguidores nas redes sociais das associações, uma maior estruturação e organização visual das páginas e uma identidade visual fortalecida. Além disso, o trabalho contribuiu para consolidar a Aprovale e a Cafi como referências em consumo consciente e sustentável na região, promovendo a valorização dos pequenos produtores e incentivando a economia local. Essa iniciativa não só amplia o alcance digital das associações, mas também as posiciona como catalisadoras de mudança e progresso, beneficiando seus associados e a comunidade ao redor.

**Palavras-chave:** associações; identidade visual; redes sociais.

196

**PROJETO INTEGRADOR****Obesidade pré-gestacional: desafios e abordagens clínicas.**

**Autores:** Giancarlo Costa Luiz., Gabriel Pereira Aranega, Laila Gabrieli Batista de Oliveira, Luciano Rosa Guimarães, Maiara Seithe da Silva, Thaís Rebussi Costa, Vinícius Romão Neto de Araújo, Yasmine Guerra Paracat.

**Orientador:** Tatiane Borzuk.

A prática de atividades físicas proporciona benefícios sociais, mentais e físicos, impactando positivamente na saúde, sendo fundamental em todas as fases da vida, incluindo durante a gravidez. A atividade física, realizada ao longo da gestação de maneira regular, moderada e acompanhada por um médico especialista pode ser vista como uma medida preventiva e terapêutica, que reduz complicações e melhora a saúde materno-fetal. Diante disso, através desse trabalho, objetiva-se inserir as gestantes da Unidade Básica de Saúde São Luiz, de Ivaiporã, na prática de duas atividades físicas: o pilates e a hidroginástica. A escolha por essas atividades se deu pelo reconhecimento dos seus benefícios, uma vez que, enquanto o pilates eleva a flexibilidade do corpo, fortalece o assoalho pélvico e auxilia na qualidade da respiração, a hidroginástica promove condicionamento físico, aumenta a circulação sanguínea e favorece maior qualidade do sono. Para que tenham acesso a essas atividades, cada gestante será convidada pessoalmente pelos integrantes do projeto, durante as consultas de pré-natal, onde receberão um folder com informações sobre alguns cuidados gestacionais e o projeto. As aulas de pilates ocorrerão no espaço de fisioterapia da unidade e as aulas de hidroginástica na piscina aquecida e coberta do Centro da Juventude, ambas terão duração de uma hora e serão realizadas apenas com a liberação da médica responsável e sob orientação de um educador físico. Espera-se que, inicialmente, as gestantes da UBS São Luiz aceitem fazer parte do projeto e que, através deste, adotem hábitos saudáveis, sejam conscientizadas sobre o cuidado gestacional e a importância de uma gestação planejada, e, posteriormente, com as atividades sendo realizadas corretamente a longo prazo, sintam os efeitos positivos que o pilates e a hidroginástica podem ofertar com sua prática. Além disso, com o funcionamento correto do projeto, idealiza-se que ele possa ser replicado nas demais unidades do município.

**Palavras-chave:** gestante; pilates; hidroginástica; atividade física.

197

**PROJETO INTEGRADOR****Conduta de sucesso Mundo Kids**

**Autores:** Brenda dos Santos Rodrigues, Brenda dos Santos Rodrigues, David da Luz Gregório, Joice Paiva Reis Dukta, Julio Cezar Bovo, Mateus Silveira de Arcanjo, Vanessa Hagata

**Orientador:** Layla Thamires Oliveira

O presente estudo documenta o desenvolvimento e os resultados do projeto de Conduta em uma loja infantil, empresa “Mundo Kids”, destacando como foco da iniciativa a aprimoração da experiência de compra. Treinamentos, workshops, palestras e oficinas para desenvolver habilidades de vendas, atendimento ao cliente e conhecimento dos produtos que foram ofertados a equipe de venda e revenda. A instituição criou um sistema de feedback contínuo e avaliativo, onde as vendedoras possam compartilhar experiências e desafios, permitindo ajustes nas estratégias de vendas, experiência do cliente, introdução de brindes temáticos e personalizados que encantem as crianças, como livros e lápis de cor. Essas ações aumentam a satisfação dos clientes, e promovem a lembrança da marca. O projeto Conduta de Sucesso Mundo Kids, se justifica pela crescente demanda por experiências personalizadas e pela necessidade de inovação no setor de produtos infantis. O projeto tem como objetivo de aprimorar a qualidade dos nossos produtos e oferecer entregas personalizadas, criando memórias afetivas para as crianças. A metodologia envolve ações de marketing, personalização de embalagens e eventos com os clientes. Os resultados esperados pelo nosso projeto são paltados de acordo com a experiencia do atendimento, ao crescimento das revendedoras, fidelizações dos clientes, consolidação da imagem da marca, engajamento das redes sociais. Uma das considerações desse projeto é a memoria afetiva que através de brindes personalizados, conseguimos desenvolver nas crianças e nos indivíduos envolvidos. Além disso, junto com a parceria com o SEBRAE, oferecemos as revendedoras e a equipe um curso de “Qualidade ao atendimento” gerando certificado e impactando o crescimento e aprimoramento profissional.

**Palavras-chave:** infantil; loja; clientes.

198

**PROJETO INTEGRADOR****Obesidade em crianças e adolescentes**

**Autores:** Silvia Cristina Parreira Machado, Andreza Priscila Domingues, Daphnie Lirantoci, Isadora Lacerda Batista, Samara Andrea Esquiçato

**Orientador:** Elicéia Maibuk

A obesidade infantil é uma preocupação crescente, sendo considerada uma grave crise de saúde pública global. Em 2020, aproximadamente 39 milhões de crianças menores de 5 anos estavam com sobrepeso ou obesidade. Essa condição resulta de uma complexa interação entre fatores genéticos, comportamentais e ambientais. O trabalho busca investigar as causas, consequências e estratégias de prevenção da obesidade infantil. Além disso, conscientizar pais e responsáveis sobre a importância de uma alimentação saudável, mostrar os riscos da alimentação rica em açúcares e os malefícios da obesidade à saúde, tanto física quanto mental. A atividade foi aplicada em uma turma do EJA, com 26 participantes e proporcionou um entendimento básico sobre a obesidade e hábitos saudáveis. Os participantes tiveram a oportunidade de esclarecer dúvidas e receberam maçãs como incentivo para uma alimentação saudável. O projeto mostrou que informar e incentivar hábitos alimentares saudáveis pode promover mudanças positivas significativas na saúde pública. A colaboração entre famílias, escolas e comunidades é essencial para combater a obesidade infantil, e políticas públicas devem ser implementadas para garantir o acesso a recursos que promovam o bem-estar das crianças. O projeto aumentou a consciência sobre a importância de uma alimentação saudável e a possibilidade de uma vida mais saudável através de pequenas mudanças diárias.

**Palavras-chave:** sobrepeso; infantojuvenil; cuidado; enxúndia.

199

**PROJETO INTEGRADOR****Saúde cardíaca riscos e prevenção de infarto**

**Autores:** Amanda Mariana Correia de Lara, Amanda Mariana Correia de Lara e Hevellyn Beatriz Faria Paulino

**Orientador:** Elicéia Maibuk

As doenças cardiovasculares (DCV) são a principal causa de morte no Brasil e no mundo, representando 32% dos óbitos globais, segundo a OMS (2021). O infarto agudo do miocárdio (IAM), ou ataque cardíaco, é uma das mais graves, com 300 a 400 mil casos anuais no Brasil (Ministério da Saúde, 2023). Este projeto integrador visa promover a conscientização sobre saúde cardíaca, abordando fatores de risco e sintomas que variam entre gêneros, utilizando o Instagram para disseminar conteúdo acessível e visualmente atrativo. O projeto seguirá cinco etapas principais: pesquisa bibliográfica sobre fatores de risco e sintomas do infarto; planejamento de conteúdo para organizar as informações em posts; criação dos posts no Canva; publicação de acordo com um cronograma; e avaliação do engajamento por meio de métricas como curtidas e comentários. O foco é informar a população sobre saúde cardíaca, incluindo diferenças nos sintomas entre gêneros e cuidados em emergências. O perfil foi criado em 27/10/2024, contando atualmente com 37 seguidores e 5 publicações. Recebemos um feedback positivo de uma seguidora que mencionou que nossas publicações seriam valiosas para sua família com problemas cardíacos e está ansiosa pela continuidade do projeto.

**Palavras-chave:** prevenção; fatores de riscos; educação.

200

**PROJETO INTEGRADOR****Vivências compartilhadas: promovendo a socialização e o bem-estar do idoso**

**Autores:** Eduarda Rofas Duarte da Costa, Bruno M. S. Mathias, Gabriela S. Bordinhão, Julia P. Moscatto, Marina C. Francisco, Matheus A. C. Fukuda, Priscila M. F. Gil

**Orientador:** Abel Felipe Freitag

O objetivo deste trabalho foi promover a interação social, o estímulo cognitivo e a melhoria do bem-estar físico e psicológico de idosos em situação de vulnerabilidade social na região da Unidade de Saúde Básica (UBS) João XXIII, em Ivaiporã-PR. O projeto foi estruturado em três etapas, realizadas nos dias 22/10, 29/10 e 05/11 de 2024. As atividades planejadas em cada dia atuam em diferentes áreas de desenvolvimento social e cognitivo. Dia 1 (Jogo do Bingo): estimula a concentração, raciocínio rápido e lógico, fortalecendo e estimulando o cognitivo. Dia 2 (Atividades de Recreação): atividades de pinturas e desenhos que estimulam a criatividade e coordenação motora; Danças, as quais trabalham o corpo, a mente, o equilíbrio e a interação social; Além dos jogos de cartas e tabuleiros, que ajudam no estímulo cognitivo e memorização. Dia 3 (Convivência e Lanches), dedicada a uma “roda de conversa” em ambiente casual para interações como prevenção ao isolamento social e lanches para discutir uma alimentação saudável. A coleta de dados é de forma quanti e qualitativa e será aplicado em três (03) momentos com o intuito de avaliar a efetividade das atividades e satisfação dos atendentes, esse processo será por aplicação de formulários online que ocorrerá antes e depois de cada encontro e, depois das atividades do último dia de encontro. Resultados: Espera-se que o projeto contribua para uma melhoria na qualidade de vida dos idosos, promovendo a socialização e o aumento do bem-estar geral do idoso. A avaliação dos dados futuros via formulários nos permitirá validação do projeto e insights para ajustes futuros.

**Palavras-chave:** idoso; vulnerabilidade social; satisfação pessoal.

**201****PROJETO INTEGRADOR****O papel do exercício físico na prevenção de complicações do diabetes: estudo de caso****Autores:** Adriele Asquel Wagner, Ana Claudia Corona, Juliana Alves da Silva, Kássia Celina Graef Kuss**Orientador:** Pamela Licoviski

O Diabetes Mellitus (DM) é um espectro de distúrbios metabólicos comuns, que se originam de uma variedade de mecanismos patogênicos, resultando, todos eles, em hiperglicemia. O número de indivíduos com diabetes aumenta rapidamente no mundo inteiro e a prática regular de atividade física é indicada a todos os pacientes com diabetes, pois, melhora o controle metabólico, reduz a necessidade de hipoglicemiantes, ajuda a promover o emagrecimento nos pacientes obesos, diminui os riscos de doença cardiovascular e melhora a qualidade de vida. O objetivo deste trabalho foi aumentar a massa muscular para controlar o diabetes e o peso, prevenir a sarcopenia, reduzir o uso de insulina e incentivar a atividade física. O estudo de caso consistiu em avaliar um paciente de 70 anos de idade portador de diabetes que realizou diversos exercícios para que se efetivasse a melhora da flexibilidade e o aumento da massa muscular. Os exercícios realizados foram: flexão de cotovelo, abdução do ombro, dorsiplantiflexão. Foram utilizados os seguintes instrumentos para a realização dos exercícios: Halteres; Fita métrica; Pesos; Caneleira; Faixa elástica e o questionário (Sarc-f). No estudo apresentado, o paciente, sexo masculino, com 70 anos, que na primeira medição de panturrilha obteve 30cm, e após 6 sessões de exercícios obteve 31cm mostrou um resultado positivo, tendo menor risco de desenvolver sarcopenia, mostrando a eficácia do exercício físico em pacientes com diabetes. Os riscos de desenvolver sarcopenia em idosos diminuí significativamente após a realização de exercícios físicos e tem-se um controle significativo do diabetes.

**Palavras-chave:** exercício físico; fisioterapia; diabetes; sarc-f; sarcopenia.

202

**PROJETO INTEGRADOR****A importância da fisioterapia na reabilitação de paciente com Acidente Vascular Cerebral:  
Estudo de caso**

**Autores:** Bruno dos Santos Pereira Costa, Eduardo dos Santos Ferreira, Felipe da Silva Bielski, Guilherme Maragoni Moreira da Silva, Roger Silva de Oliveira

**Orientador:** Pamela Licoviski

O Acidente Vascular Cerebral (AVC) está entre as causas mais frequentes de óbito e incapacidade do mundo. A hemiparesia, uma das consequências mais frequentes do AVC, que afeta aproximadamente 80% dos indivíduos, prejudicando a mobilidade e a independência funcional. A fisioterapia tem um papel fundamental na recuperação desses pacientes, fornecendo instruções específicas para aprimorar a função motora e contribuir para a reintegração social. O objetivo deste trabalho foi analisar a eficácia da fisioterapia na reabilitação de pacientes que sofreram AVC, focando na recuperação de funções motoras e na melhoria da qualidade de vida. Estudo de caso, que foi conduzido com um paciente diagnosticado com AVC, com presença de hemiparesia lado esquerdo. O paciente foi avaliado através dos movimentos e suas limitações, Os exercícios de fortalecimento e mobilidade como: Exercícios com a bola, pinça fina, agachamento, miniband para fortalecimento e caminhada, foram executados em sessões de 60 minutos, durante três vezes por semana, por um período de um mês, totalizando 12 encontros. Encontramos outros pacientes mas não se encaixava ao critério de inclusão que era hemiparesia. Os resultados evidenciaram um progresso específico na capacidade funcional do paciente. Foi notada uma grande melhora na mobilidade, na marcha, no equilíbrio, grande melhora na força muscular, bem como progressos na habilidade manual e na flexibilidade reduzindo assim a hemiparesia. A ação levou a uma maior independência nas atividades de vida diária e a um aprimoramento geral na qualidade de vida. A fisioterapia é crucial na recuperação de pacientes que sofreram um AVC, principalmente em indivíduos com hemiparesia, auxiliando na recuperação funcional e na promoção da saúde. A individualização das ações e o apoio emocional são essenciais para o sucesso do tratamento, evidenciando a importância do processo de reabilitação.

**Palavras-chave:** fisioterapia; acidente vascular cerebral; hemiparesia; reabilitação.

203

**PROJETO INTEGRADOR****Impactos da osteoartrite na qualidade de vida: uma análise crítica**

**Autores:** Laura Nunes Pereira, Anna Laura De Souza Almeida, Bruna Daniele Ferreira, Laysa Larissa Candido Da Silva, Maria Eduarda Ferreira Da Silva

**Orientador:** Pamela Tainá Licoviski

A osteoartrite (OA) é uma condição degenerativa bastante frequente e figura entre as principais causas de incapacidade em todo o mundo, sendo caracterizada pela degradação da cartilagem articular. Os sintomas mais comuns incluem dor, rigidez e restrições nas atividades diárias. O tratamento pode ser realizado de maneira conservadora ou cirúrgica, com a fisioterapia assumindo um papel fundamental na administração da doença, contribuindo para a melhora da qualidade de vida dos pacientes e adiando a necessidade de procedimentos mais invasivos. O objetivo deste trabalho foi avaliar a intervenção fisioterapêutica em pacientes com osteoartrite. Estudo observacional clínico, realizado com indivíduos com idade entre 47 e 70 anos, em ambiente domiciliar na região de Ivaiporã. O método de avaliação usado foi o Índice WOMAC, um questionário de qualidade de vida tridimensional (dor, rigidez articular e atividade física), específico para a avaliação de pacientes com osteoartrite. A intervenção realizada foi: Elevação de Perna Reta, Elevação Lateral de Perna, Chute Lateral, Nado Simples de Membros Superiores e Inferiores. A análise dos resultados mostra uma melhora em todos os participantes, evidenciada pela redução nos valores após a intervenção. A.N.P. e M.B. reduziram 11 pontos cada, M.B.M.O. diminuiu 13 pontos, R.F.S.S. teve uma queda de 9 pontos, e J.G.M. apresentou uma melhora, com redução de 22 pontos. Concluiu-se que os exercícios e a intervenção fisioterapêutica tiveram um papel e um impacto fundamental na melhora dos pacientes com osteoartrite, promovendo avanços significativos em suas condições. A redução dos índices mostrados na tabela indicam um progresso na condição física e na qualidade de vida, reforçando a eficácia da fisioterapia como parte essencial no manejo da OA e a importância de uma abordagem personalizada e contínua no tratamento.

**Palavras-chave:** osteoartrite; fisioterapia; dor; rigidez; cartilagem.

204

**PROJETO INTEGRADOR****Explorando a Doença Renal Crônica**

**Autores:** João Vitor Alves De Almeida, Ana Luíza Vieira , Júlia Ferreira De Souza, Laura Albernaz Croceta , Maria Antônia Herdt De Vicente

**Orientador:** Pamela Licoviski

A Doença Renal Crônica (DRC) é uma condição caracterizada pela perda progressiva da função renal, afetando a qualidade de vida dos pacientes. A Fisioterapia desempenha um papel essencial na reabilitação da DRC, ajudando a melhorar parâmetros funcionais. As intervenções fisioterapêuticas, como exercícios físicos e fisioterapia respiratória, podem retardar a progressão da doença, melhorar a capacidade funcional e aumentar a qualidade de vida dos pacientes, especialmente quando implementadas precocemente. O projeto sobre Doença Renal Crônica (DRC) busca ampliar a compreensão da enfermidade. Estudo observacional, realizado no Hospital do Rim de Ivaiporã. Foram abordados temas como causas, fatores de risco, sintomas, prevenção, tratamento e desafios enfrentados pelos pacientes. O objetivo é conscientizar sobre a importância do diagnóstico precoce e contribuir para políticas públicas e campanhas de saúde focadas na doença. Durante nossa visita fizemos algumas perguntas para o funcionário do hospital no qual podemos ter as seguintes informações, Cerca de 36,4% dos pacientes são homens e 18,2% são mulheres. As faixas etárias mais afetadas são acima de 60 anos e entre 30 e 59 anos , ambas com 18,2%, enquanto 9,1% têm entre 18 e 29 anos. Isso indica maior prevalência em homens e em pessoas com mais de 30 anos, especialmente idosos. A DRC exige uma abordagem multidisciplinar para minimizar seus impactos na qualidade de vida dos pacientes. A Fisioterapia desempenha um papel essencial ao melhorar a capacidade funcional. Os dados destacam a maior prevalência da DRC em homens e idosos, reforçando a importância do diagnóstico precoce e do tratamento adequado. Assim, este projeto contribui para a conscientização e o desenvolvimento de estratégias eficazes no manejo e prevenção da DRC.

**Palavras-chave:** doença renal; fisioterapia; reabilitação; qualidade de vida; diagnóstico.

205

**PROJETO INTEGRADOR****A atuação da fisioterapia nas Doenças Crônicas Não Transmissíveis**

**Autores:** Raissa Soares Moreira, Giovana Dal Col Pereira Rosa, Laura Marcondes, Thais Fernanda dos Santos Gonçalves.

**Orientador:** Pamela Licoviski

As doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) são definidas como afecções de saúde que acompanham os indivíduos por longo período de tempo, e são as principais causas de óbito no mundo, além de gerar perda de qualidade de vida e importante limitação nas atividades de trabalho e de lazer. As principais DCNT no Brasil incluem hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares, câncer e doenças respiratórias. Analisar a atuação da fisioterapia em indivíduos portadores de DCNT. Estudo observacional clínico comparativo, realizado com idosos, ou seja, indivíduos de 60 anos, atendidos no CRAS do município de Lidianópolis, localizado no estado do Paraná. A avaliação foi realizada através de um questionário criado pelo Google Forms. A intervenção foi realizada com base em uma palestra onde foi explicado como seria realizado o projeto e a entrega de panfletos para uma maior compreensão. Os exercícios utilizados foram: respiração, abdominal lateral, abdominal com fortalecimento de assoalho pélvico, agachamento com elevação de perna e abdominal em pé com utilização de cadeiras e almofadas para a aplicação dos exercícios. Tendo uma duração de duas séries de dez repetições cada, durante duas semanas. Em relação à importância da conscientização sobre exercícios, a maioria considerou essa prática essencial para a saúde, reconhecendo os benefícios que ela pode proporcionar. Conseqüentemente, a maior parte dos participantes realizaram os exercícios físicos propostos durante o projeto, e a maioria relatou perceber melhorias em sua condição de saúde. Além disso, a palestra oferecida foi considerada útil por boa parte dos participantes, proporcionando esclarecimento sobre a prática correta dos exercícios. Considerações Finais: A fisioterapia traz melhoras significativas em pacientes com DCNT, podendo auxiliar na redução dos sintomas que essas doenças trazem além de prevenção das mesmas.

**Palavras-chave:** doenças crônicas não transmissíveis; exercícios físicos; fisioterapia; conscientização.

206

**PROJETO INTEGRADOR****Alzheimer e suas consequências**

**Autores:** Maria Vitoria Carvalho Lima, Viviane Viana Schuintd , Rafaela da Rocha Pavato , Amanda Bento Góes , Carlos Eduardo Castro de Cabral

**Orientador:** Pamela Taina Licoviski

O Alzheimer é uma doença neurodegenerativa que prejudica a cognição e memória, além das habilidades motoras dos portadores. Como forma de tratamento, encontramos a fisioterapia, que geralmente é composto por exercícios físicos que visam à manutenção da independência física e redução do risco de quedas, promovendo a estimulação motora e cognitiva. O objetivo deste trabalho foi levantar as produções científicas em relação ao Alzheimer, sintomas e intervenções para conscientização de alunos do projeto Educação Jovens e Adultos (EJA) de São João do Ivaí. Trata-se de um estudo observacional, que foi realizado na cidade de São João do Ivaí, na escola Municipal Tancredo Neves com os alunos do projeto EJA. Os alunos tinham entre 14 à 65 anos de idade. Para avaliação realizamos uma palestra, para proporcionar o entendimento sobre o tema abordado, logo em seguida aplicamos algumas atividades dinâmicas para testar a memória e o equilíbrio de cada indivíduo, em sequência distribuímos questionários, com perguntas de simples entendimento e de maneira em que podemos avaliar o resultado de cada pessoa envolvida no projeto. Como intervenção utilizamos alguns jogos e circuitos dinâmicos como jogos de memória, caça palavras, cruzadinhas, dominós e amarelinha. Após a aplicação reavaliou-se os pacientes obtivemos resultados positivos, através dos relatórios que eles preencheram cerca de 90% dos alunos relataram melhora na memória e em sua coordenação motora e de 0 a 10 eles avaliaram a melhora para 9. Após a aplicação do projeto notou-se uma participação mais ativa dos alunos e melhor entendimento sobre o tema abordado, assim como o incentivo a mudanças de hábitos. Como alunos ganhou-se uma rica e vasta experiência, que inclui o contato com a comunidade, adquirindo uma abrangente bagagem, que nos prepara para o mercado de trabalho e melhor desempenho no ambiente universitário.

**Palavras-chave:** conscientização; alzheimer; fisioterapia; alunos.

207

**PROJETO INTEGRADOR****Comparação dos exercícios físicos na hipertrofia muscular, com e sem uso de anabolizantes.****Autores:** Adamião borges, Gabriel Rubio, Gabriel Marini, matheus Dos Santos, Rafael Cordeiro**Orientador:** Pamela Licoviski

O uso de esteroides anabólicos é comum entre praticantes de musculação que buscam resultados rápidos. Esses compostos aumentam a síntese proteica, promovendo o crescimento muscular, porém, causam efeitos adversos significativos à saúde, como problemas cardiovasculares, hepáticos e hormonais. O exercício físico pode mitigar alguns desses efeitos, ajudando na recuperação da saúde após a interrupção dos esteroides. O Objetivo deste trabalho foi comparar a realização dos exercícios de musculação através da resistência e força muscular entre atleta que faz o uso de anabolizantes e atleta que não faz uso. Estudo de casos, realizado na academia UP Fit, no município de Ivaiporã, que avaliou dois indivíduos do sexo masculino, com mais de 2 anos de experiência em exercícios de musculação. Um utilizava anabolizantes (Paciente 1) e o outro não (Paciente 2). Ambos seguiram o mesmo treinamento para comparação. Variáveis como resistência e força foram avaliadas pela carga e testes de repetições máximas no supino, puxada, remada curvada, remada baixa, desenvolvimento, barra fixa, crucifixo, seguindo o protocolo de Hartgens e Kuipers. O participante que usou anabolizantes teve melhores considerações em relação a resistência durante os exercícios, apresentando maior número de repetições, mas o participante que não utiliza conseguiu manter a carga com menos repetições, contudo a força dos participantes se manteve semelhante. Apesar dos ganhos rápidos proporcionados pelos anabolizantes, atletas que mantem uma rotina de treinos intensos, podem alcançar um nível de força proporcionalmente semelhante. Inclusive, o uso de anabolizantes podem acarretar vários riscos à saúde, como problemas cardiovasculares e hormonais. A prática de exercícios com orientação profissional e uma abordagem saudável é fundamental para minimizar esses riscos e promover um desenvolvimento muscular seguro.

**Palavras-chave:** palavras-chave: anabolizantes; hipertrofia; exercícios físicos; recuperação; efeitos colaterais.

208

**PROJETO INTEGRADOR****Uma abordagem fisioterapêutica na hérnia de disco****Autores:** Rayssa Barbosa Mattos, Emanuely Lang da Costa, Maria Vitória Moraes Amorim.**Orientador:** Pamela Licoviski

A hérnia de disco é uma condição comum que afeta a coluna, causando dor e desconforto ao pressionar os nervos. Seus sintomas variam e afetam a qualidade de vida, sendo uma das principais causas de dor nas costas e ausência do trabalho. A fisioterapia é essencial para aliviar a dor, melhorar a mobilidade e prevenir cirurgias, usando técnicas como exercícios e alongamento. O objetivo deste trabalho foi avaliar e conscientizar pacientes diagnosticados com hérnia de disco, fornecendo informações mais claras sobre a hérnia de disco, seus sintomas, tratamentos e prevenção de complicações associadas. Estudo de caso, realizado na Faculdade Tecnológica do Vale do Ivaí (FATEC) em Ivaiporã - PR, com pacientes de 52 e 62 anos que receberam o acompanhamento para o estudo do projeto, que foi composto por avaliação, intervenção e reavaliação. A avaliação foi realizada através da Escala Visual Analógica (EVA). A intervenção foi composta pelos seguintes exercícios, bicicleta para aquecimento, extensão e flexão de quadril, treino de marcha na cama elástica, flexão de quadril com bola, treino de equilíbrio no step, elevação pélvica, elevação de membros superiores. E a reavaliação, pela reaplicação da EVA. Cada atendimento fisioterapêutico teve a duração média de 70 minutos, totalizando 4 encontros realizados. A análise da dor pré e pós-intervenção foi realizada por meio de gráficos no Excel, utilizando a escala EVA. Os resultados mostraram uma redução significativa dos níveis de dor nas pacientes após a intervenção, paciente 1 (EVA inicial = 6 e EVA final = 2) e a paciente 2 teve o (EVA inicial = 4 e EVA final = 2). Assim pode-se concluir que a fisioterapia reduziu o quadro de dor dessas pacientes, ajudando-as a terem uma qualidade de vida melhor, mais conscientização entre os esforços e as incentivando a sempre estar praticando exercícios físicos para prevenção de complicações associadas.

**Palavras-chave:** hérnia de disco; fisioterapia; dor lombar; pacientes; exercícios.

209

**PROJETO INTEGRADOR****SEGURANÇA DO TRABALHO E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL**

**Autores:** Diene Fernanda Lopes Almeida, Crislaine Martins Reghine Tenorio, Igor Martins Reghine, Antonio Carlos de Oliveira, Bianca Souza da Silva, Rosiane Gomes da Silva.

**Orientador:** Layla Thamires de Oliveira.

A Segurança do trabalho e os Equipamentos Proteção Individual são fundamentais para o funcionamento adequado das organizações, visando à busca da prevenção das doenças ocupacionais. Em caso de acidente de trabalho a empresa é obrigada a realizar a elaboração do preenchimento da CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho, onde assegura o empregado sobre seus direitos perante a Previdência Social, sendo o atestado inferior a 16 dias, a empresa é responsável pelo pagamento do salário, após esse período, o INSS deve realizar o pagamento. A fundamentação deste tema consiste no enfrentamento das dificuldades existentes durante o trabalho dos colaboradores, pois através de itens que assegurem suas funções a execução das suas atividades será realizada de forma segura. Os equipamentos de segurança existentes na organização devem ser utilizados de maneira adequada a cada normatização específica nas leis. Mediante a necessidade apresentada pelo gestor com a realização de uma pesquisa bibliográfica e de campo, foram abordadas algumas questões que podem ser melhoradas dentro da empresa Usinagem Vale do Ivaí – Jardim Alegre – PR. Diante da situação exposta, diagnosticamos no momento a implantação de um guia informativo constando o passo a passo das orientações designadas para as determinadas funções onde possam aplicar de forma correta, com o auxílio de um técnico de segurança do trabalho, junto com os colaboradores. O guia de treinamento orienta sobre os riscos expostos tais como o calor excessivo, ruídos em excesso, vulnerabilidade a acidentes por falta de sinalização refletiva, animais peçonhentos entre outros, assim essas documentações são de suma importância para a conscientização dos colaboradores visando o bem estar de cada um, de seus próprios extintos, dependendo somente de sua integridade para a manutenção e cuidar de seus EPIs. Com base, conclui-se que os riscos minimizados de aspecto satisfatório onde obteve um êxito assertivo.

**Palavras-chave:** colaboradores; atividades; organização; dificuldades; execução.

210

**PROJETO INTEGRADOR****Prevenção da doença EVALI em universitários que utilizam cigarro eletrônico**

**Autores:** Thiago Riberio Rosa, Leticia Mudrak dos Santos, Luan Parreira Machado, Maria Eloisa Rodrigues dos Santos, Remilly Souza Camargo.

**Orientador:** Pamela Licoviski.

O aumento do uso de cigarros eletrônicos entre jovens adultos, especialmente em acadêmicos universitários, levanta preocupações relacionadas à EVALI (Lesão Pulmonar Associada ao Uso de Produtos de Vaporização). A fisioterapia desempenha um papel crucial na reabilitação desses pacientes, com foco em restaurar a função respiratória e capacidade física. O objetivo deste trabalho foi investigar os efeitos do uso de cigarros eletrônicos na saúde pulmonar de acadêmicos através da avaliação fisioterapêutica. Estudo observacional e transversal, realizado na Faculdade de Tecnologia do Vale do Ivaí (FATEC). A amostra foi composta por 10 acadêmicos, com idade entre 18 e 35 anos, divididos em dois grupos, fumantes e não fumantes de cigarros eletrônicos. A coleta de dados foi feita por meio do Teste de Caminhada de 6 Minutos (TC6M), Teste de Oximetria, Escala de Borg Adaptada, e ficha de anamnese. Não fumantes apresentaram uma média de idade de 18,4 anos, e fumantes uma média de 23,8 anos. Os resultados dos testes com a TC6M mostraram que o grupo não fumante percorreu uma média de 592,4 metros, apresentando redução média de -4,03% na SpO2 em 60% dos casos. O grupo de fumantes, percorreu uma média foi de 331,4 metros, com queda média de SpO2 de -12,09%, a variação inicial na SpO2 entre 91% e 99% e após a realização do TC6M, alguns participantes tiveram redução na SpO2 atingindo valores de até 87% no pós-teste, a percepção de esforço no grupo fumante, avaliada pela Escala de Borg Adaptada, aumentou 77%, no pré-teste a média foi de 2-3 para 10 no pós-teste. Os dados obtidos indicam que o uso de cigarros eletrônicos afeta negativamente a capacidade funcional dos acadêmicos, especialmente entre os fumantes. A fisioterapia respiratória emerge como uma abordagem essencial na reabilitação, contribuindo para a recuperação funcional e a promoção de hábitos de vida saudáveis.

**Palavras-chave:** cigarros eletrônicos; EVALI; saúde pulmonar; acadêmicos universitários; fisioterapia respiratória.

211

**PROJETO INTEGRADOR****Exercícios fisioterapêuticos aplicados a fibromialgia para redução medicamentosa**

**Autores:** Rafaela Pêgo, Beatriz Marquezin Blau, Jessica Aragão Gutierrez e Ivanete Paola Ribeiro Rocha.

**Orientador:** Pamela Licoviski

A síndrome de fibromialgia (FM) que também pode ser definida como síndrome dolorosa crônica não inflamatória, é uma doença crônica que se caracteriza por dor muscular generalizada, é considerada uma das doenças reumatológicas mais comuns. Em alguns casos a medicação pode ter efeitos colaterais e não melhorar o tratamento da dor e outros sintomas. O objetivo foi avaliar a eficácia do tratamento fisioterapêutico em pacientes com fibromialgia, verificando se os exercícios podem reduzir o uso excessivo de medicamentos. Estudos de casos, realizados nos domicílios das pacientes, no município de Manoel Ribas. A avaliação foi realizada através da aplicação da escala visual analógica (EVA). Para a intervenção, foram utilizados exercícios, como alongamentos de membros superiores (MMSS), membros inferiores (MMII), da lombar (3 séries de 30 seg.), fortalecimento das pernas (3 séries de 10 rep.), o agachamento (3 séries de 10 rep.), entre outros. Duas pacientes do sexo feminino em relação a avaliação do nível de dor, encontramos: dia 1 – paciente 1 (5 para 2 pontos), paciente 2 (9 para 4 pontos); dia 2 – paciente 1 (8 para 3 pontos), paciente 2 (9 para 4 pontos); dia 3 – paciente 1 (6 para 2 pontos), paciente 2 (7 para 2 pontos); dia 4 – paciente 1 (5 para 2 pontos), paciente 2 (8 para 3 pontos). Analisando o exposto, a fisioterapia é uma forma de tratamento eficaz para redução de dor em pacientes com fibromialgia, que pode ser capaz de reduzir o excesso de medicamentos, quando realizado longo prazo, pois a fibromialgia é uma condição complexa e desafiadora, que exige uma abordagem individualizada. Embora não exista uma cura definitiva, o tratamento adequado e o apoio multiprofissional podem melhorar significativamente a qualidade de vida dos pacientes.

**Palavras-chave:** fisioterapia; dor; fibromialgia; exercício físico; medicamentos.

212

**PROJETO INTEGRADOR****Fisioterapia no combate ao tabagismo entre os adolescentes**

**Autores:** Maria Eduarda Reis da Rocha, Daniele de Pontes Balaban, Gustavo Silva de Godoi, João Paulo de Brito Gravron, Thaline Castilho Choma

**Orientador:** Pamela Licoviski

O tabagismo é uma das principais causas de problemas respiratórios e mortalidade no mundo moderno, estando relacionado a diversas doenças graves como câncer de pulmão e de mama, doenças cardiovasculares, doenças respiratórias crônicas, entre outras. Há ainda a preocupação do aumento do uso de cigarro eletrônico, considerado como porta de entrada para o consumo de cigarros convencionais, especialmente entre adolescentes e jovens adultos. Uma doença particularmente preocupante associada ao uso de cigarros eletrônicos é a EVALI (Lesão Pulmonar Associada ao Uso de Cigarros Eletrônicos ou Produtos de Vaporização). O objetivo deste trabalho foi conscientizar os jovens sobre as possíveis consequências do uso excessivo dos cigarros tanto eletrônicos quanto os comuns. Estudo observacional realizado com os alunos do ensino médio do Colégio Estadual Professora Reni Correia Gamper no município de Manoel Ribas. Para avaliação usamos uma dinâmica com perguntas onde avaliamos o conhecimento dos jovens sobre o tabagismo e seus riscos para a saúde, assim como a capacidade física dos mesmos. Como intervenção realizamos uma palestra com slides visando à conscientização dos adolescentes e aplicação de exercícios respiratórios. No total 29 alunos participaram, com idade entre 15 a 20 anos, sendo 60% de meninos e 40% meninas, onde 79,3% já experimentaram o cigarro e 23,3% usam diariamente. Assim pode-se concluir que o projeto aplicado foi de suma importância para a conscientização dos adolescentes sobre o uso do cigarro, mostrando aos jovens os malefícios do cigarro e a importância dos exercícios na melhoria respiratória.

**Palavras-chave:** tabagismo; doenças respiratórias; cigarro eletrônico; fisioterapia; prevenção.

**213****PROJETO INTEGRADOR****Fibromialgia: A doença invisível que interfere na qualidade da vida**

**Autores:** Natália Hansen Ribeiro, Dhionathan Eidan Da Silva, Ingrid Dos Reis Dutra, Maisa Munhoz

**Orientador:** Pamela Tainá Licoviski

Fibromialgia (FM) é uma síndrome reumática de etiologia desconhecida, que acomete predominantemente mulheres, caracterizada por dor musculoesquelética difusa e crônica, além de sítios anatômicos específicos dolorosos à palpação, chamados de tender points. Frequentemente, estão associados outros sintomas, como a fadiga, distúrbios do sono, rigidez matinal e distúrbios psicológicos, como a ansiedade e depressão. Por vezes, o nível da dor é tão intenso, que interfere no trabalho, nas atividades de vida diária e na qualidade de vida dos pacientes. O objetivo deste trabalho foi avaliar a intervenção da fisioterapia em pacientes diagnosticados ou com possíveis diagnósticos de fibromialgia. Estudo clínico comparativo, realizado no centro do idoso em São João do Ivaí/PR, com casos e possíveis casos de fibromialgia, sexo feminino, entre 50 a 70 anos de idade. Para avaliação do projeto foi utilizado a escala da dor da fibromialgia. Para intervenção foram realizados exercícios com ênfase em fortalecimentos e alongamentos, assim como também foi utilizado o aplicativo sobre fibromialgia (alívio mulher) visando a continuidade do tratamento e criação de um grupo no WhatsApp para acompanhamento destes pacientes. A amostra totalizou 15 mulheres, entre 50 e 70 anos. Em relação a escala de dor, foi encontrado na avaliação que 50% das participantes apresentavam dores intensas, 30% apresentavam dores moderadas e 20% dores leves. Na reavaliação, os casos de dores intensas diminuíram para 30%, moderados aumentaram para 40% e os leves aumentaram para 30%, indicando uma melhora na capacidade de realizar exercícios. A fisioterapia auxilia na redução do quadro de dor de pacientes diagnosticados com fibromialgia ou com suspeita da doença.

**Palavras-chave:** fibromialgia; fisioterapia; dor; exercícios.

214

**PROJETO INTEGRADOR****Medicamentos em doenças mentais e a intervenção da fisioterapia**

**Autores:** Laura Kamyla Silva, Aline Elizabeth Belcamino, Larissa Rita França, Rosana Cristina dos Santos, Nicole Alexa de França Leandro.

**Orientador:** Pamela Licoviski

Os transtornos mentais se tornaram uma preocupação comum na sociedade, sendo eles depressão, ansiedade, transtorno bipolar, transtornos de personalidade e esquizofrenia. A prática de exercícios físicos é recomendada para indivíduos com transtornos mentais, combatendo o sedentarismo e os efeitos colaterais dos medicamentos. O objetivo foi investigar a eficácia do método Pilates na promoção do bem-estar mental, especialmente para indivíduos que enfrentam desafios relacionados a transtornos mentais, como ansiedade e depressão. O estudo foi realizado no Centro de Apoio Psicossocial (CAPS) e envolveu participantes de ambos os sexos, com idades entre 12 e 59 anos. A avaliação do projeto foi através da aplicação da Escala Hospitalar de Ansiedade e Depressão. A intervenção foi realizada através do atendimento baseado no método Pilates. A avaliação foi realizada em 30 de setembro e a reavaliação ocorreu em 17 de outubro, durante esse período, os participantes tiveram oito encontros, entre eles avaliação, intervenção e reavaliação. A amostra foi composta por nove pacientes, com idade média de  $40 \pm 3,5$  anos, com predominância do sexo feminino (77,8%). Em relação a avaliação mental, a subescala de ansiedade: paciente 1 (6 pontos para 3 pontos), paciente 2 (11 pontos para 8 pontos), paciente 3 (manteve 12 pontos), paciente 4 (20 pontos para 16 pontos), paciente 5 (11 pontos para 4 pontos), paciente 6 (9 pontos para 8 pontos), paciente 7 (19 pontos para 15 pontos), paciente 8 (21 pontos para 20 pontos), paciente 9 (11 pontos para 9 pontos). Já a subescala de depressão não encontramos diferença significativa, os valores se mantiveram. O estudo evidenciou o alto potencial do método Pilates trazendo a redução da ansiedade, sendo considerado uma ferramenta terapêutica valiosa para melhorar a qualidade de vida e promover o bem-estar mental desses indivíduos.

**Palavras-chave:** ansiedade; depressão; pilates; medicamentos; exercício físico.

215

**PROJETO INTEGRADOR****Comparação dos exercícios físicos na hipertrofia muscular com e sem uso de anabolizantes****Autores:** Rafael Cordeiro, Adamião Junior, Gabriel Marini, Gabriel Rubio, Matheus dos Santos.**Orientador:** Pamela Licoviski

O uso de esteroides anabólicos é comum entre praticantes de musculação que buscam resultados rápidos. Esses compostos aumentam a síntese proteica, promovendo o crescimento muscular, porém, causam efeitos adversos significativos à saúde, como problemas cardiovasculares, hepáticos e hormonais. O exercício físico pode mitigar alguns desses efeitos, ajudando na recuperação da saúde após a interrupção dos esteroides. O objetivo deste trabalho foi comparar a realização dos exercícios de musculação através da resistência e força muscular entre atleta que faz o uso de anabolizantes e atleta que não faz uso. Estudo de casos, realizado na academia UP Fit, no município de Ivaiporã, que avaliou dois indivíduos do sexo masculino, com mais de 2 anos de experiência em exercícios de musculação. Um utilizava anabolizantes (Paciente 1) e o outro não (Paciente 2). Ambos seguiram o mesmo treinamento para comparação. Variáveis como resistência e força foram avaliadas pela carga e testes de repetições máximas no supino, puxada, remada curvada, remada baixa, desenvolvimento, barra fixa, crucifixo, seguindo o protocolo de Hartgens e Kuipers. O participante que usou anabolizantes teve melhores considerações em relação a resistência durante os exercícios, apresentando maior número de repetições, mas o participante que não utiliza conseguiu manter a carga com menos repetições, contudo a força dos participantes se manteve semelhante. Apesar dos ganhos rápidos proporcionados pelos anabolizantes, atletas que mantem uma rotina de treinos intensos, podem alcançar um nível de força proporcionalmente semelhante. Inclusive, o uso de anabolizantes podem acarretar vários riscos à saúde, como problemas cardiovasculares e hormonais. A prática de exercícios com orientação profissional e uma abordagem saudável é fundamental para minimizar esses riscos e promover um desenvolvimento muscular seguro.

**Palavras-chave:** anabolizantes; hipertrofia; exercícios físicos; recuperação; efeitos colaterais.

216

**PROJETO INTEGRADOR****A importância do exercício físico para redução medicamentosa em atletas com doenças ortopédicas**

**Autores:** Felipe de Araújo Trova, Elisandra de Oliveira Queiroz, Jaqueline de Almeida Galvão, Luana Nicoli Ricken, Rafaela Cristina da Silva

**Orientador:** Pamela Licoviski

Devido à grande procura, principalmente de jovens e crianças para a prática de atividade física, e tendo em vista que o futebol e o futsal são atividades amplamente difundidas e populares na sociedade, houve um aumento da procura desses esportes, aumentando assim o número de lesões causadas por eles. Com excesso de treinos, jogos com sobrecarga intensa, pouco tempo para a recuperação dos atletas, e a falta de medidas eficientes na preparação física, pode estar intimamente ligada com as prevalências de lesões no futsal e no futebol. Atualmente, as áreas esportivas dentro da medicina estão em expansão, baseadas na premissa de assistir desportistas e atletas a alcançarem a performance desejada; prevenindo e gerenciando eventuais lesões. O objetivo deste trabalho foi analisar a importância do exercício físico através da fisioterapia desportiva na recuperação de atletas de futsal pós lesão ortopédica. Foi realizado um Estudo observacional transversal analítico em Manoel Ribas-PR, com um grupo de atletas praticantes de futsal, no Centro de Promoção e Reabilitação a Saúde. Para avaliação foi usado a escala EVA (Escala Visual Analógica). Foram aplicados exercícios de pilates que são indicados para alongamento e fortalecimento dos músculos e articulações. Foram avaliados os níveis de algia dos pacientes através da Escala EVA antes e depois dos exercícios, verificando uma melhora nos níveis de algia durante e depois da aplicação. Porém assim que voltavam a jogar a algia aumentava novamente, observando a necessidade de acompanhamento contínuo dos atletas lesionados. Após a aplicação desse estudo e a observação dos resultados, pode-se concluir que os exercícios de pilates a fisioterapia associada a recuperação de atletas lesionados auxilia na diminuição da algia e conseqüentemente na diminuição de ingestão de medicamentos. Melhorando assim o desempenho do atleta e evitando lesões futuras.

**Palavras-chave:** fisioterapia; futsal; lesões; atletas; algia.

217

**PROJETO INTEGRADOR****Uso do cigarro eletrônico e o perigo para a saúde dos jovens**

**Autores:** Maiara Carolini Caroba Nunes, Fernanda Salete Schulter Buss, Marcel de Oliveira Roth, Michele Meira de Oliveira, Nicolly Gabriela Silva Szolomicki.

**Orientador:** Pamela Licoviski

O uso de cigarros eletrônicos tem se tornado cada vez mais comum, principalmente entre os jovens, por ser visto como uma alternativa menos prejudicial ao cigarro tradicional. Esses dispositivos não são seguros e podem causar danos graves à saúde, especialmente ao sistema respiratório, como a Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC), uma das complicações associadas ao uso prolongado. O objetivo deste trabalho foi avaliar o impacto do uso de cigarros eletrônicos na força muscular respiratória. Foi selecionado seis pacientes jovens entre (18 a 20 anos), todos são mulheres da Faculdade Tecnológica do Vale do Ivaí (FATEC), a avaliação foi através do manovacuômetro, um aparelho que mede a força dos músculos respiratórios, através das pressões inspiratórias e expiratórias máximas (PiMAX e PeMAX). A intervenção ocorreu por orientação de cessar o uso do cigarro eletrônico por 10 dias. Após esse período, os indivíduos foram reavaliados. Após 10 dias, algumas pacientes melhoraram, enquanto outros, como paciente 1, 2 e 3, tiveram piora nas pressões respiratórias, o que indica uma possível fraqueza muscular. A paciente 4 teve uma melhora significativa, já a paciente 5, teve uma melhora não tão expressiva. Os valores normais para PIMAX variam entre -90 e -120 cmH<sub>2</sub>O e para PEMAX entre +100 e +120 cmH<sub>2</sub>O. No entanto paciente 1, por exemplo, apresentou PIMAX de -50 cmH<sub>2</sub>O, um valor abaixo da média, enquanto paciente 4 atingiu -150 cmH<sub>2</sub>O, indicando uma força inspiratória maior do que o esperado. Esses dados indicam que o uso do cigarro eletrônico está diretamente relacionado à fraqueza muscular respiratória, tanto para PIMAX e PEMAX, pacientes que fizeram o uso do cigarro eletrônico com mais frequência tiveram os piores resultados no nosso projeto, já os pacientes que seguiram nossas orientações tiveram uma melhora significativa, mesmo sendo em um curto espaço de tempo.

**Palavras-chave:** cigarro eletrônico; DPOC; PEMAX; PIMAX; força muscular respiratória.

218

**PROJETO INTEGRADOR****Reabilitação fisioterapêutica na artrose e estratégias associadas**

**Autores:** Degmar Cezar Aprigio Junior, Anny Heloisa Tomaschewiski Pais, Hemily Giovanna Labrozzi, Julia Ghizoni Sanches, Helena Schmidt Gerber.

**Orientador:** Pamela Licoviski

A artrose é uma condição degenerativa que afeta as articulações, causando dor, desconforto e perda de função devido ao desgaste da cartilagem, o que leva ao atrito direto entre os ossos, dificultando a mobilidade. A fisioterapia desempenha um papel essencial no alívio dos sintomas da artrose, ajudando a melhorar a dor, mobilidade articular, a força muscular, a flexibilidade e a postura, além de promover o bem-estar. O objetivo deste trabalho foi avaliar a intervenção da fisioterapia em pacientes com osteoartrose. Material e métodos: Estudo observacional clínico comparativo, realizado no laboratório de fisioterapia na Faculdade Tecnológica do Vale do Ivaí (FATEC), em Ivaiporã. A amostra foi composta por indivíduos diagnosticados com artrose. A avaliação dos indivíduos se deu pela Escala Visual Analógica de Dor (EVA) acompanhada por mais 6 perguntas sobre rigidez articular, amplitude de movimento e qualidade de vida. A intervenção ocorreu através de aplicação de exercícios, com uso de bola suíça e maca, como a elevação do quadril, adução de joelhos com bola, elevação lateral da perna, elevação da perna com flexão de joelho e quadril, sendo esses realizados por 2 séries de 10 repetições, com frequência de três vezes na semana, durante o período de 4 semanas. O projeto abrangeu cinco indivíduos do sexo feminino e um masculino, com idade média de 78 anos. Em relação aos resultados da Escala EVA: Paciente 1 (6 pontos para 4 pontos); Paciente 2 (10 pontos para 8 pontos); Paciente 3 (10 pontos para 5 pontos); Paciente 4 (10 pontos para 8 pontos); Paciente 5 (7 pontos para 4 pontos); Paciente 6 (7 pontos para 3 pontos). A intervenção da fisioterapia melhora significativamente mobilidade, reduz dor e promove independência funcional em pacientes com artrose, conseqüentemente trazendo uma melhor qualidade de vida.

**Palavras-chave:** artrose; fisioterapia; exercícios; dor; mobilidade.

219

**PROJETO INTEGRADOR****Delícias Agro: Um novo conceito na produção de doce de leite.**

**Autores:** Gabrieli Santiago Garcia, Dyonatan Rafael Sehnen, Angela dos Santos Gregorio, João Pedro Esser, Cleiton Oliveira Moreira.

**Orientador:** João Carlos Gonçalves

A diversificação na cadeia produtiva do leite é uma necessidade para manutenção desta atividade em pequenas propriedades rurais de forma sustentável. Transformar o leite em subprodutos que agreguem valor é sem dúvidas uma das opções de tornar a pecuária leiteira mais rentável, e a produção de doce de leite é uma das viáveis opções. Este trabalho objetiva explorar a diversificação de sabores no doce de leite, como hortelã, menta, café e canela, sem perder sua essência de ser o doce de leite que proporcionam uma nova experiência de sabor e ao mesmo tempo, valorizando sua autenticidade. Foram realizadas amostras do doce de leite comum, apenas com os ingredientes leite e açúcar, e após, foram acrescentados aromas de hortelã, menta, café e canela. As quantidades de cada aroma foram ajustas até se chegar a um sabor desejável, que não transpasse o sabor do leite, mas que agregue um aroma diferente e inovador. Para produzir ele, basta despejar 2 litros de leite em uma panela grande com 300g de açúcar e 5 colheres de café solúvel ou, uma colher rasa de canela, 5 folhas de menta ou 8 de hortelã, esperar ferver, logo após ficar mexendo o tempo todo até criar uma cor amarronzada, quando já estiver no ponto, tem que despeja-lo em um recipiente e levar pra geladeira por 1h, nesse tempo, o doce vai endurecer já podendo cortar em cubos, quando a preparação estiver finalizada, basta embalar em um pacote plástico com 10 unidades cada, adesivar com a logo da empresa, e vender a 6 reais o pacotinho. A empresa chegou em resultados incríveis, obteve doces deliciosos, e conseguiu ajudar uma propriedade pequena e que precisava comercializar o leite que excedente. Organizou, pesquisas, em que pessoas aleatórias provavam o doce de sua escolha e avaliavam de 0/10, todas deram entre 8/10 para a iguaria. Conclui-se que a produção de doce de leite com diversificação de sabores é uma opção viável para a diversificação e geração de renda em pequenas propriedades rurais.

**Palavras-chave:** pecuária leiteira; diversificação; rentabilidade; inovação.

220

**PROJETO INTEGRADOR****Cafeína e ansiedade: uma investigação na performance esportiva**

**Autores:** Mayra Fernanda Nack Lima, Maria Antonia Blazius Alves, Maria Eduarda Rodrigues Ribas, Sarah de Campos

**Orientador:** Pamela Licoviski

A cafeína é uma substância amplamente consumida por seus efeitos estimulantes sobre o sistema nervoso central, sendo popularmente utilizada para melhorar a concentração e reduzir a fadiga. No entanto, seus efeitos podem variar entre indivíduos, especialmente em jovens atletas com ansiedade, um grupo vulnerável a oscilações emocionais e fisiológicas. O objetivo deste trabalho foi investigar os efeitos da cafeína no desempenho físico e cognitivo de atletas. Trata-se de um estudo observacional clínico comparativo, realizado no município de Manoel Ribas, com atletas de futsal de 13 a 17 anos de idade. A avaliação ocorreu no ginásio de esportes Ary Kfourri, por aplicação de testes físicos e avaliações psicológicas, através de questionários, como, a Escala de Ansiedade e Depressão (HAD) e Escala de Percepção Subjetiva de Esforço (BORG), antes e depois da ingestão de doses controladas de cafeína, para correlacionar os efeitos da substância. Os testes foram aplicados duas vezes, primeiro sem o uso da cafeína e segundo, com o uso da cafeína. O estudo avaliou a eficácia da cafeína como pré-treino e encontrou resultados positivos no desempenho físico e cognitivo de atletas habituadas ao seu consumo, com uma redução significativa na percepção de esforço, ou seja, com maior tolerância ao exercício. Por outro lado, algumas atletas que não consumiam cafeína regularmente, e já sentiam os sintomas da ansiedade em níveis altos, apresentaram um aumento ainda maior da ansiedade. Sendo assim, as atletas que consomem cafeína em seu dia a dia, demonstraram maior índice de desenvolver ansiedade, do que as que não consomem. A cafeína pode ser benéfica para quem a utiliza rotineiramente, mas pode apresentar efeitos adversos. Recomenda-se a continuidade dos estudos para explorar os benefícios a longo prazo desse estimulante. Além disso, a integração da cafeína com diferentes modalidades de treinamento pode potencializar ainda mais os resultados.

**Palavras-chave:** cafeína; ansiedade; atletas; esforço; futsal.

221

**PROJETO INTEGRADOR****ESL Preservation – Sua propriedade rural em boas mãos**

**Autores:** Luiz Henrique Costamagna, Sérgio Augusto Barbosa Machado, Lucas Chagas pontes, Lucas Benetão, Emily Regina Messina

**Orientador:** João Carlos Gonçalves

O Agronegócio é responsável por aproximadamente um terço do PIB brasileiro, e no interior, essa importância do Agro se acentua ainda mais, movimentando quase todas as atividades desenvolvidas nas cidades, principalmente no Estado do Paraná. Um dos grandes desafios do Agronegócio atualmente, é produzir de forma sustentável, sem perder a competitividade produtiva. Atualmente o nível de desmatamento está cada vez mais crítico, muitas pessoas que se dizem agricultores, realizam atividades criminosas de queimas e desmatamento de áreas preservadas, esgotando nascentes, derrubando árvores e prejudicando o meio ambiente em geral. O objetivo deste trabalho é criar uma startup que auxilie o produtor rural através de consultorias para resolver seus passivos ambientais, e além disso, contribua para uma produção mais sustentável. A empresa é denominada ESL preservation e propõe-se a auxiliar os produtores rurais por meio de uma consultoria. A empresa chega nessas propriedades, faz as medidas, procura o melhor local e quantidade que se precisa para se regularizar a propriedade. Buscando um preço razoável tanto para o produtor quanto para a empresa onde a empresa não sai perdendo e o produtor fica satisfeito com seu investimento, poupando tempo, dinheiro e dor de cabeça do produtor. A empresa ESL Preservation faz a consultoria desde a parte da medições, com GPS, trenas para ter a certeza de que o produtor não perca mais espaço de plantio, até a parte de plantar e vistoriar as mudas até ficarem em um tamanho que não tenha mais perigo. Desta forma, a empresa ESL preservation cuida diretamente o produtor e indiretamente a todos com a ajuda da preservação das florestas aumentando a fauna e flora da região, contribuindo para um melhor oxigênio gerado pelas plantas e também pelas águas que ficaram mais limpas e preservadas. Assim a empresa, obterá lucros com a prestação de serviços e o produtor terá sua área regularizada.

**Palavras-chave:** preservação ambiental; sustentabilidade; consultoria; empresa.

222

**PROJETO INTEGRADOR****A Influência da Liderança no Clima Organizacional**

**Autores:** Vitor Gonçalves Guerino Moraes, Giovana Rodrigues Martins, Vani Aparecida dos Santos Rabelo, Paloma de Cassia Queiroz, Andreina Carvalho da Silva, Maria Paula Colombo Gindro

**Orientador:** Layla Thamires de Oliveira

O ambiente de trabalho é considerado nosso segundo lar, nele, esperamos encontrar um lugar organizado e agradável, onde sejamos motivados e compartilhamos de um bom relacionamento. Para isso, precisamos de uma liderança eficaz. Um ambiente mal liderado afeta negativamente a empresa, os funcionários e os clientes, resultando em um alto índice de rotatividade, baixo engajamento, desmotivação, erros nas tomadas de decisões, gerando uma imagem negativa da empresa. O objetivo desse estudo é identificar os pontos negativos, e ressaltar os pontos de como uma liderança deve ser. A expressão da visão que os funcionários têm da organização, está relacionada ao clima, que está ligada ao grau de satisfação. O trabalho iniciou-se a partir de um estudo sobre a importância da influência da liderança em um clima organizacional, o local escolhido foi um supermercado com 130 colaboradores liderados por uma gerente. Usamos uma pesquisa de campo para o desenvolvimento desse projeto, através de observações, análise e entrevista com a gerente, elaboramos um questionário pelo Google Forms, onde ela enviou aos seus colaboradores pelo grupo de informações do supermercado. Com os resultados, seguimos no desenvolver e compreender como esses aspectos de liderança impactam o clima organizacional, as observações e as pesquisas, permitiram identificar os padrões de comportamentos, práticas de gestão e suas consequências, fornecendo insights valiosos para promover um trabalho mais harmonioso e produtivo. Os resultados obtidos foram variados, os pontos positivos foram: Todos se sentem apoiados pela liderança. Os colaboradores relataram que a líder escuta sua opinião, e tem livre acesso a comunicação com ela. Já os resultados negativos foram: 22,2% não notam a influência e motivação no ambiente de trabalho, 11,1% não se sentem valorizados. Concluímos que, embora o nosso ambiente de trabalho, pareça estar adequado, sempre haverá opiniões, métodos e maneiras para que ele possa se tornar ainda melhor.

**Palavras-chave:** engajamento; estratégia; resultados.

223

**PROJETO INTEGRADOR****Doenças musculoesqueléticas decorrentes da ocupação docente: uma análise fisioterapêutica****Autores:** Jéssica da Silva Santos, Tainara Eduarda da Silva Soares, Thais Fernanda Hort Brighenti**Orientador:** Pamela Licoviski

A fisioterapia é uma ciência da saúde que estuda, previne e trata distúrbios funcionais do corpo causados por alterações genéticas, traumas e doenças. As doenças musculoesqueléticas são patologias apresentadas ao longo da vida devido a hábitos adquiridos. Diversos estudos abordam os riscos ocupacionais na docência e suas consequências, apontando como o maior fator de risco a falta de atividade física. O objetivo deste trabalho foi avaliar as doenças musculoesqueléticas provenientes da profissão de docentes das diversas áreas da educação. Foi realizado em escolas públicas dos municípios de Ivaiporã, Faxinal e Jardim Alegre, no Paraná, compreendendo escolas de nível básico ao técnico. A amostra incluiu homens e mulheres de 20 a 65 anos. Para avaliação foi feito um questionário via Google Forms contendo a escala visual analógica (EVA) que avalia a dor e outros questionamentos em relação aos dados pessoais. Como processo de mitigação ao desconforto causado pelas patologias, foi realizada a gravação de vídeos demonstrando exercícios para que os participantes realizem visando a melhora da dor e qualidade de vida. Dos participantes, 35% tinham entre 50 e 59 anos, 76% eram mulheres e 48% possuíam mais de 20 anos de experiência na docência. Entre eles, 76% relataram diagnóstico de doenças musculoesqueléticas, destacando-se a tendinite (38%), dor na coluna (48%) e dor no pescoço (41%). A maioria (21,7%) indicou um nível de dor 8 na escala de avaliação. Predominância do sexo feminino, idade elevada, disfunções musculoesqueléticas sendo elas: tendinite, algias em coluna e pescoço, devido ao tempo de serviço, assim como a maioria dos indivíduos apresentaram dor caracterizada como intensa. Dessa forma, nota-se a importância da fisioterapia na redução das disfunções, como demais estudos sobre as patologias desenvolvidas na área da docência elencando com relevância suas formas de prevenção, com adaptações ergonômicas.

**Palavras-chave:** doenças musculoesqueléticas; professores; fisioterapia; algia.

224

**PROJETO INTEGRADOR****Fisioterapia no combate ao tabagismo entre os adolescentes**

**Autores:** Maria Eduarda Reis da Rocha, Daniele Pontes Balaban, Gustavo Silva Godoi, João Paulo de Brito Gavron, Thaline Castilho Choma

**Orientador:** Pamela Licoviski

O tabagismo é uma das principais causas de problemas respiratórios e mortalidade no mundo moderno, estando relacionado a diversas doenças graves como câncer de pulmão e de mama, doenças cardiovasculares, doenças respiratórias crônicas, entre outras. Há ainda a preocupação do aumento do uso de cigarro eletrônico, considerado como porta de entrada para o consumo de cigarros convencionais, especialmente entre adolescentes e jovens adultos. Uma doença particularmente preocupante associada ao uso de cigarros eletrônicos é a EVALI (Lesão Pulmonar Associada ao Uso de Cigarros Eletrônicos ou Produtos de Vaporização). O objetivo deste trabalho foi conscientizar os jovens sobre as possíveis consequências do uso excessivo dos cigarros tanto eletrônicos quanto os comuns. Estudo observacional realizado com os alunos do ensino médio do Colégio Estadual Professora Reni Correia Gamper no município de Manoel Ribas. Para avaliação usamos uma dinâmica com perguntas onde avaliamos o conhecimento dos jovens sobre o tabagismo e seus riscos para a saúde, assim como a capacidade física dos mesmos. Como intervenção realizamos uma palestra com slides visando à conscientização dos adolescentes e aplicação de exercícios respiratórios. No total 29 alunos participaram, com idade entre 15 a 20 anos, sendo 60% de meninos e 40% meninas, onde 79,3% já experimentaram o cigarro e 23,3% usam diariamente. Assim pode-se concluir que o projeto aplicado foi de suma importância para a conscientização dos adolescentes sobre o uso do cigarro, mostrando aos jovens os malefícios do cigarro e a importância dos exercícios na melhoria respiratória.

**Palavras-chave:** tabagismo; doenças respiratórias; cigarro eletrônico; fisioterapia; prevenção.

225

**PROJETO INTEGRADOR****Adubo Foliar**

**Autores:** Ivan Magarefo Guimarães, Angélica de Oliveira Machado, Brenda Miguel, Erick Vanderson Miskewick, Gabriel Bogut, Kauã de Sousa Dias

**Orientador:** João Carlos Gonçalves

O presente trabalho analisa a eficácia do adubo foliar no crescimento e produtividade de hortaliças, com foco nas vantagens em relação a outros tipos de fertilização. Adubos foliares têm ganhado destaque por sua rápida absorção e pelo potencial de oferecer nutrientes diretamente às folhas, promovendo uma resposta rápida das plantas. Este estudo inclui uma revisão bibliográfica para comparar composições químicas e aplicações de adubos foliares versus adubos de solo, considerando suas vantagens e limitações. Objetivos: Analisar a eficiência do adubo foliar na promoção do desenvolvimento vegetal, examinando o impacto na resistência a pragas, qualidade do crescimento e absorção de nutrientes, em comparação com métodos convencionais de adubação. A pesquisa foi dividida em duas fases principais: revisão bibliográfica e experimento prático. Na fase experimental, foram selecionadas mudas de alface cultivadas em canteiros, onde foram aplicadas formulações variadas de adubo foliar em grupos de teste. As variáveis monitoradas incluíram altura das plantas, número de folhas, resistência a pragas e estado de saúde das folhas. Os resultados demonstraram que as plantas tratadas com adubo foliar apresentaram um crescimento vegetativo superior ao do grupo controle, além de maior resistência a pragas. Ademais, as folhas das plantas adubadas exibiram uma cor mais vibrante e uma estrutura mais robusta, sugerindo uma melhoria na absorção de nutrientes e na saúde geral da planta. O uso de adubo foliar pode ser uma estratégia viável para promover o desenvolvimento saudável de culturas agrícolas, com benefícios tanto na produtividade quanto na qualidade final dos produtos. Além de favorecer um crescimento mais vigoroso, o adubo foliar mostrou-se eficaz em aumentar a resistência das plantas a fatores adversos, como pragas, demonstrando-se uma alternativa promissora à fertilização tradicional.

**Palavras-chave:** adubo foliar; pragas; fertilização.

226

**PROJETO INTEGRADOR****Importância do exercício físico em pacientes com hipertensão arterial**

**Autores:** Victor Eduardo da Silva, Kawane Pedro, Luiza Salamaia, Maria Eduarda Gloor, Mariana Lopes da Silva

**Orientador:** Pamela Licoviski

Hipertensão arterial é uma das condições mais tratadas na saúde brasileira, desta forma temos exercício físico, terapia não farmacológica que ajuda melhorar a força muscular, o equilíbrio, a circulação e a coordenação motora, que contribuem para redução do colesterol, controla os níveis glicêmicos e manutenção da pressão arterial dentro da normalidade. O objetivo deste trabalho foi conscientizar os pacientes hipertensos sobre a importância do exercício físico e o consumo adequado de medicamentos. Estudo clínico comparativo, com indivíduos com idade entre 40 e 65 anos, com capacidade de realizar atividades de vida diária de forma independente. Para avaliação foi usado o esfigmomanômetro, com unidade de medida – mmHg. Como forma de avaliação do projeto, aferimos a pressão arterial (PA) antes da realização da caminhada, para monitorização e liberação para realizar o exercício físico, pois PA > 160 mmHg não é indicado o início de exercícios. Como intervenção foi realizado o exercício físico, através da caminhada, com duração de 30 minutos com os pacientes, nos municípios de Arapuã, São João do Ivaí e Ivaiporã durante 3 dias, sempre com monitorização. Para reavaliação foi aferido a PA novamente. Todas as pacientes são do sexo feminino, com idade média de 53 anos, os valores da PA antes e após a caminhada foi: Paciente 1 (primeiro dia: 160/110 mmHg para 150/90 mmHg; segundo dia: 160/90 mmHg para 140/100 mmHg; terceiro dia: 160/90 mmHg para 150/80 mmHg); Paciente 2 (primeiro dia: 120/70 mmHg para 110/60 mmHg; segundo dia: 100/70 mmHg para 100/70 mmHg; terceiro dia: 120/80 mmHg para 120/80 mmHg); Paciente 3 (primeiro dia: 140/60 mmHg para 150/80 mmHg – sem uso de medicamento; segundo dia: 130/70 mmHg para 120/80 mmHg; terceiro dia: 130/80 mmHg para 120/70mmHg). O exercício físico, ou seja, a caminhada, ajuda a reduzir ou estabilizar a pressão arterial, para que o paciente tenha uma melhora na qualidade de vida.

**Palavras-chave:** hipertensão; exercícios; caminhada; pressão arterial; medicamentos.

227

**PROJETO INTEGRADOR****O impacto do estresse na saúde corporal dos professores**

**Autores:** Vanessa Lemkuhl Wagner, Ana Beatriz de Souza, Ana Clara Maia Barbosa Norato e Letícia Schirmer de Freitas.

**Orientador:** Eliceia Maibuk.

O trabalho "O Impacto do Estresse na Saúde Corporal dos Professores" aborda como o estresse afeta a saúde física e mental dos docentes, evidenciando fatores estressores como carga de trabalho excessiva, gestão de sala de aula e interações com alunos e pais. A pesquisa destaca que o estresse crônico pode desencadear problemas de saúde significativos, como hipertensão, distúrbios do sono e fadiga. A metodologia adotou uma abordagem mista, incluindo palestras e questionários, visando informar e conscientizar professores e gestores sobre as consequências do estresse. As palestras foram divididas em três partes: introdução ao estresse e sua relação com a saúde, descrição da metodologia e apresentação de resultados, e, por fim, discussão sobre estratégias de enfrentamento e intervenção. Os resultados das apresentações realizadas em escolas mostraram um aumento no conhecimento dos participantes sobre a gravidade do estresse. A interação durante os eventos, juntamente com materiais de apoio, facilitou a compreensão e a retenção das informações. As considerações finais ressaltam a eficácia da iniciativa em promover a conscientização sobre o estresse e suas implicações na saúde dos professores. A pesquisa sugere que a implementação de políticas de suporte e estratégias de auto cuidado é fundamental para mitigar os efeitos do estresse, melhorar as condições de trabalho e, conseqüentemente, a qualidade da educação. Assim, o estudo se propõe a servir como base para futuras iniciativas educativas e intervenções nas escolas.

**Palavras-chave:** estresse; saúde dos professores; conscientização; qualidade da educação.

228

**PROJETO INTEGRADOR****Menos medicamentos e mais qualidade de vida**

**Autores:** Tauane Cardoso Ricardo, Leticia Aparecida dos Santos Trizotti, Maria Eduarda Frois Nespolo da Costa, Suelen Ruth Cereja, Talita de Cássia Pires Beltrame

**Orientador:** Pamela Licoviski

A prevalência crescente de doenças crônicas não transmissíveis, como o diabetes mellitus e a hipertensão arterial, representa um desafio significativo para a saúde pública global. Nesse contexto, a prática regular de atividade física surge como uma ferramenta poderosa na prevenção e controle dessas condições, destacando-se por seus múltiplos benefícios fisiológicos. O objetivo deste trabalho foi promover a saúde e reduzir as consequências dessas condições com a prática de exercícios físicos. Foi realizado através de pessoas que foram diagnosticadas com Diabetes Mellitus (DM) e Hipertensão Arterial (HAS). Trabalhamos em média com 5 pacientes, realizando atividades aeróbicas (caminhada, corrida leve, ciclismo) e exercícios de resistência (musculação), realizamos a aferição da pressão arterial antes de realizar os exercícios e depois de realizar os mesmos e também aplicamos um questionário para obtermos informações sobre idade, nome e peso. Os exercícios foram aplicados durante duas semanas. Paciente 1 com 53 anos, feminino, 83 kg, com hipertensão (PA (pré)-140x90 mmHg, PA (pós)-110x80 mmHg); Paciente 2 com 60 anos, masculino, 105 kg, com hipertensão (PA (pré)-150x80 mmHg, PA (pós)-130x90 mmHg); Paciente 3 com 59 anos, masculino, 96 kg, com hipertensão e diabetes, (PA (pré)-150x80 mmHg, PA (pós)-120x80 mmHg e DM (pré)-126 mg/dl, DM (pós)-90,0 mg/dl); Paciente 4 com 63 anos, feminino, 82 kg, com diabetes (DM (pré)-130 mg/dl, DM (pós)-100 mg/dl); Paciente 5 com 51 anos, masculino, 94 kg com hipertensão (PA (pré)-160x60 mmHg, PA (pós)-130x50 mmHg). Foi possível concluir que o exercício físico pode sim reduzir as doenças avaliadas, que foram a DM e a HAS, dessa forma também reduzem as consequências das mesmas. Nota-se assim a importância da promoção da saúde pública, fortalecendo o senso de responsabilidade social e empatia com indivíduos que enfrentam essas condições, podendo colaborar com a comunidade.

**Palavras-chave:** hipertensão arterial; exercícios físicos; diabetes mellitus; consequências.

229

**PROJETO INTEGRADOR****Importância do exercício físico em pacientes com hipertensão arterial**

**Autores:** Victor Eduardo da Silva, Kawane Pedro, Luiza Salamaia, Maria Eduarda Gloor, Mariana Lopes da Silva

**Orientador:** Pamela Licoviski

Hipertensão arterial é uma das condições mais tratadas na saúde brasileira, desta forma temos exercício físico, terapia não farmacológica que ajuda melhorar a força muscular, o equilíbrio, a circulação e a coordenação motora, que contribuem para redução do colesterol, controla os níveis glicêmicos e manutenção da pressão arterial dentro da normalidade. O objetivo deste trabalho foi conscientizar os pacientes hipertensos sobre a importância do exercício físico e o consumo adequado de medicamentos. Estudo clínico comparativo, com indivíduos com idade entre 40 e 65 anos, com capacidade de realizar atividades de vida diária de forma independente. Para avaliação foi usado o esfigmomanômetro, com unidade de medida – mmHg. Como forma de avaliação do projeto, aferimos a pressão arterial (PA) antes da realização da caminhada, para monitorização e liberação para realizar o exercício físico, pois PA > 160 mmHg não é indicado o início de exercícios. Como intervenção foi realizado o exercício físico, através da caminhada, com duração de 30 minutos com os pacientes, nos municípios de Arapuã, São João do Ivaí e Ivaiporã durante 3 dias, sempre com monitorização. Para reavaliação foi aferido a PA novamente. Todas as pacientes são do sexo feminino, com idade média de 53 anos, os valores da PA antes e após a caminhada foi: Paciente 1 (primeiro dia: 160/110 mmHg para 150/90 mmHg; segundo dia: 160/90 mmHg para 140/100 mmHg; terceiro dia: 160/90 mmHg para 150/80 mmHg); Paciente 2 (primeiro dia: 120/70 mmHg para 110/60 mmHg; segundo dia: 100/70 mmHg para 100/70 mmHg; terceiro dia: 120/80 mmHg para 120/80 mmHg); Paciente 3 (primeiro dia: 140/60 mmHg para 150/80 mmHg – sem uso de medicamento; segundo dia: 130/70 mmHg para 120/80 mmHg; terceiro dia: 130/80 mmHg para 120/70mmHg). O exercício físico, ou seja, a caminhada, ajuda a reduzir ou estabilizar a pressão arterial, para que o paciente tenha uma melhora na qualidade de vida.

**Palavras-chave:** hipertensão; exercícios; caminhada; pressão arterial; medicamentos.

230

**PROJETO INTEGRADOR****A sinergia entre atividade física e medicação no tratamento da ansiedade: um caminho para o bem-estar psicológico**

**Autores:** Itauana Eduarda Santos, Thalyta Aiello, Liara dos Santos Almeida, Carolina Ferraz, Gilvana Miscalo Charallo

**Orientador:** Pamela Licoviski

A ansiedade é uma resposta normal a situações desafiadoras, mas quando se torna excessiva, pode resultar em transtornos que comprometem a qualidade de vida, manifestando-se por pensamentos obsessivos e sintomas físicos, como falta de ar e palpitações. A saúde é um estado de completo bem-estar, que requer a prática regular de atividades físicas, fundamentais para prevenir o sedentarismo, um conhecido fator de risco para diversas doenças, incluindo a ansiedade e a depressão. O objetivo deste trabalho foi investigar os efeitos sinérgicos da atividade física e do uso de medicamentos no tratamento da ansiedade, examinando como essa abordagem integrada pode melhorar a redução dos sintomas e o bem-estar psicológico. Estudo transversal, realizado com funcionários da Faculdade Tecnológica do Vale do Ivaí (FATEC) que praticam exercícios físicos ou fazem uso de medicação para controlar a ansiedade. A avaliação foi realizada através de análises, por meio de um formulário com questões relacionadas ao tema, aplicadas através do google forms. Os dados mostraram que a prática regular de atividades físicas proporciona benefícios mais significativos na redução dos sintomas de ansiedade em comparação ao uso exclusivo de medicamentos. Aqueles que se dedicam a exercícios físicos relataram melhorias notáveis em seu bem-estar geral, ressaltando a importância de integrar a atividade física no tratamento da ansiedade. A combinação de atividade física e tratamentos farmacológicos apresenta-se como uma estratégia promissora no manejo da ansiedade, sublinhando a importância da implementação das atividades físicas na rotina diária, trazendo o autocuidado e um estilo de vida saudável para o equilíbrio psicológico.

**Palavras-chave:** ansiedade; atividade física; medicamento; saúde mental; bem-estar.

231

**PROJETO INTEGRADOR****Engajamento e Satisfação dos Colaboradores**

**Autores:** Larissa de Lima Antunes, Jefferson Eduardo de Carvalho Souza, Anne Caroline Klutchkovski da Silva.

**Orientador:** Layla Thamires de Oliveira.

O engajamento e a satisfação dos colaboradores em uma academia são fundamentais para o sucesso do negócio, já que impactam diretamente a qualidade do atendimento ao cliente e a motivação da equipe. Quando os funcionários estão engajados, eles tendem a trabalhar com mais entusiasmo, prestar um atendimento mais personalizado e se preocupar com os resultados dos alunos, o que aumenta a retenção de clientes. Em uma academia, é importante criar um ambiente colaborativo e saudável, com líderes que inspirem e apoiem o desenvolvimento profissional. Além disso, oferecer treinamentos e incentivar o crescimento pessoal e profissional também aumenta a satisfação. Nosso objetivo é identificar os principais fatores que influenciam o engajamento e a satisfação dos colaboradores, implementar práticas, políticas que promovam esse engajamento e medir o impacto das ações implementadas no ambiente de trabalho e nos resultados da academia. Para melhorar um ambiente de trabalho é fundamental iniciar com um diagnóstico do clima organizacional para identificar áreas de melhoria. Em seguida, é preciso definir metas claras e fortalecer a comunicação interna e com um cronograma estruturado, implementam-se as estratégias de forma que todos estejam cientes das mudanças. As academias podem realizar pesquisas regulares de satisfação e criar canais de comunicação para que os colaboradores possam expressar suas opiniões e ideias. Feedbacks constantes e reconhecimento das conquistas individuais e da equipe são outras práticas importantes. Esperamos que com a ação a academia consiga fazer com que os colaboradores fiquem satisfeitos e motivados, com isso terá uma melhora nos atendimentos e no desempenho da equipe, refletindo diretamente da experiência dos clientes e no sucesso do negócio. Concluímos que, essas atividades precisam ser apresentadas constantemente no ambiente colaborativo, com isso, diminuiremos significativamente a rotatividade de colaboradores e melhoraremos a imagem institucional.

**Palavras-chave:** academia; ambiente; equipe.

232

**PROJETO INTEGRADOR****Cultura do trabalho flexível**

**Autores:** Fernanda Campos Graciano, Adriely pinheiro Bastos, Felipe Ribeiro de Oliveira, Alexandra Alberton Luciano de Oliveira.

**Orientador:** Layla Thamires de Oliveira.

A flexibilidade no trabalho é, de forma descomplicada, um acordo que o colaborador faz com a empresa na qual trabalha para que possa ter certa liberdade profissional, incluir horários ajustáveis, trabalhos remotos e híbridos ou até semanas de 4 dias. Isso, na prática, quer dizer que o funcionário é capaz de escolher o horário em que irá trabalhar e até mesmo o local em que fará isso atribuindo bons benefícios para o colaborador como saúde mental, disponibilidade, engajamento da equipe, comunicação clara, retenção de talentos, promove satisfação aos colaboradores e também uma das melhores formas de trabalho elevando seu rendimento e novas ideias a outro patamar. Nós visamos isso no nosso projeto e buscamos mais informações sobre, através de uma aplicação de podcast e perguntas para pessoas que já trabalham dessa forma e se está atendendo as expectativas do nosso trabalho, buscamos maior conhecimento nessa área que vem se desenvolvendo muito com o tempo e tendo ótimos resultados como melhor qualidade de vida, privacidade entre outros. Futuramente há uma grande probabilidade de 30% a 55% dos serviços serem flexíveis com a modernização e automatização dos trabalhos. O projeto pretende dar visibilidade e mostrar um pouco mais sobre essa realidade que tem muito a se desenvolver, uma nova proposta de trabalho e mostrar pessoas que tiveram que migrar por necessidade por conta de epidemia e também os indivíduos que não conseguiram suprir toda a demanda de uma semana atarefada.

**Palavras-chave:** benefícios; flexível; colaborador; empresa; expectativa.

# **ARTIGOS ORIGINAIS**

# A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO TRABALHO

## THE HISTORICAL EVOLUTION OF LABOR LAW

DANIEL RAMARI DA SILVA<sup>1</sup>

TAINARA CONTI PERES<sup>2</sup>

**RESUMO:** A história do trabalho é complexa e evolutiva, marcada por fatores econômicos, sociais e políticos, e pelas lutas dos trabalhadores. O trabalho surgiu quando os seres humanos começaram a fazer ferramentas de pedra para se alimentar, e desde então tem sido uma necessidade humana. Na pré-história, o trabalho era uma questão de sobrevivência, e os indivíduos caçavam animais e colhiam frutos para se sustentar. Ao longo da história, o trabalho passou por diferentes fases, como o trabalho escravo, o sistema de servidões, as corporações de ofício e a Revolução Industrial. No Brasil, a história do trabalho está associada ao passado colonial e ao sistema escravista, que vigorou até o final do século XIX. No final do século XIX e início do século XX, as relações trabalhistas começaram a evoluir, com o surgimento de leis de proteção ao trabalhador, regulamentações sobre horário de trabalho e segurança no trabalho. Movimentos como o sindicalismo e o socialismo também desempenharam um papel importante na defesa dos direitos dos trabalhadores.

**Palavras-chave:** Escravidão; Evolução; Trabalho; Proletário.

**ABSTRACT:** The history of work is complex and evolutionary, marked by economic, social and political factors, and by workers' struggles. The work emerged when humans began making stone tools to feed themselves, and it has been a human necessity ever since. In prehistory, work was a matter of survival, and individuals hunted animals and gathered fruits to sustain themselves. Throughout history, work has gone through different phases, such as slave labor, the servitude system, trade guilds and the Industrial Revolution. In Brazil, the history of work is associated with the colonial past and the slave system, which was in force until the end of the 19th century. At the end of the 19th century and beginning of the 20th century, labor relations began to evolve, with the emergence of worker protection laws, regulations on working hours and workplace safety. Movements such as trade unionism and socialism also played an important role in defending workers' rights.

**Keywords:** Slavery; Evolution; Work; Proletarian.

---

<sup>1</sup> - Licenciado em História pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade de Tecnologia do Vale do Ivaí – FATEC. [danielramari123@hotmail.com](mailto:danielramari123@hotmail.com)

<sup>2</sup> Professora e Coordenadora do Curso de Direito da Faculdade de Tecnologia do Vale do Ivaí – FATEC. Especialista em Direito e Processo do Trabalho e Direito Digital pelo Instituto CERS. Mestranda em Direito, Sociedade e Tecnologia pela Escola de Direito das Faculdades Londrina. [tainaracperes@gmail.com](mailto:tainaracperes@gmail.com)

## 1 - INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo geral apresentar como se deu a evolução do trabalho em três épocas distintas da história, com uma análise linear do tempo, primeiro levando em conta o trabalho nas sociedades pré-industriais, em seguida, explanar sobre a sociedade industrial e os modos de trabalho, apresentar o que vem a ser o constitucionalismo social, e qual sua relevância, e por fim, explicar como surgiu o Direito do Trabalho no Brasil, a partir da Revolução de 1930, na Era Getúlio Vargas.

É evidente que tal pesquisa é de interesse de um público peculiar, pois provoca, em sua maioria, os operadores e estudantes do direito, e dentre estes, mais especificamente os que tem apreço ou atuam com Direito do Trabalho.

Como objetivos específicos, o trabalho visa a; (i) apresentar de forma compacta como se deu a evolução do trabalho na sociedade pré-industrial; (ii) explicar qual foi o impacto da Revolução Industrial nos modelos de trabalho, até tornar-se de fato uma sociedade industrial; (iii) abordar o tema do constitucionalismo social, e qual sua relevância para o direito do trabalho; (iv) expor como surgiu o Direito do Trabalho no Brasil.

Este trabalho foi desenvolvido utilizando-se o método bibliográfico, com a utilização principalmente de livros temáticos, impressos e digitais, de autores que já escreveram sobre história e revoluções, seja de maneira favorável, ou crítica.

Neste artigo, ressalta-se o quão importante é saber a história da evolução do trabalho, para entender como o trabalho moldou a sociedade e influenciou a forma como as pessoas vivem e se relacionam, desde os tempos antigos até a modernidade.

O trabalho é uma parte essencial da experiência humana e acompanha a evolução do ser humano. Ao longo da história, o trabalho evoluiu de diversas formas, refletindo transformações econômicas, sociais e tecnológicas. O conceito de trabalho tem assumido significados distintos, refletindo os valores, a cultura e os pensamentos da sociedade de cada época.<sup>3</sup>

O problema da pesquisa se propõe a trazer um olhar histórico evolutivo, com data sobre data, avançando no tempo, avançando nos direitos trabalhistas, para que os leitores compreendam a importância da história e evolução do Direito do Trabalho.

A pesquisa tem como hipótese que a história do trabalho é importante porque permite compreender o significado e o que representa o trabalho para a humanidade, como o trabalho se

---

<sup>3</sup> - A Revolução de 1930 foi um movimento armado, liderado pelo político gaúcho Getúlio Vargas, que combateu a República Oligárquica e resultou no início da Era Vargas, donde surgiram os direitos trabalhistas no Brasil.

tornou parte integrante da identidade pessoal, uma forma de se expressar, a presente pesquisa permite entender como o trabalho se transformou ao longo do tempo, passando por diferentes modos, como o primitivo, escravo, feudal, capitalista e socialista, ademais, traz a compreensão de como o trabalho é essencial para o desenvolvimento econômico e o crescimento de todas as sociedades.

O presente trabalho é dividido em quatro partes, a primeira parte busca apresentar como se deu a evolução do trabalho na sociedade pré-industrial; a segunda parte demonstra qual foi o impacto da Revolução Industrial nos modelos de trabalho, até tornar-se de fato uma sociedade industrial; a terceira parte aborda o tema do constitucionalismo social, e qual sua relevância para o direito do trabalho; e por último, a quinta parte expõe como surgiu o Direito do Trabalho no Brasil.

## **2 – SOCIEDADE PRÉ-INDUSTRIAL, O TRABALHO SEM MÁQUINAS OU GRANDES ENGENHOS**

O trabalho é toda atividade desenvolvida pelo homem para prover o seu sustento e para produzir riquezas, ao longo do tempo diversas foram as suas formas, que variaram de acordo com as condições históricas que vigoraram em cada época. A história do trabalho inicia exatamente quando o homem percebe que é possível utilizar a mão de obra alheia não só para a produção de bens em proveito próprio, mas também como forma de produzir riquezas. Desta forma, o trabalho se desenvolve e torna-se dependente e ligado às relações sociais e econômicas vigentes em cada período histórico. Escravismo, feudalismo e capitalismo podem ser considerados como marcos históricos definidos na evolução das relações econômicas e sociais, portanto, na evolução do trabalho humano e de suas formas de proteção (VEYNE, Paul, p. 194-259,2009).

No tempo que pode ser caracterizado como de sociedade pré-industrial, que tem início nos primórdios da humanidade e vai até o final do século XVIII, quando então se inicia a chamada Revolução Industrial, muitas são as formas de trabalho encontradas, das quais podemos destacar, em momentos distintos, a escravidão, a servidão e as corporações de ofício. No entanto, até pelas características de cada uma desses modelos de trabalho, não há na sociedade pré-industrial, como falar em um sistema de normas jurídicas de proteção ao trabalhador e, muito menos em Direito do Trabalho. Todas as sociedades que nesse período histórico adotaram a escravidão como forma de produção, o trabalho era executado por quem, em razão de sua própria condição, era destituído de personalidade, sendo equiparado a coisa, incapaz de adquirir direitos e de contrair obrigações. Desta forma, resta evidente que a escravidão era absolutamente incompatível com a ideia de direito. A condição de escravo era da mais absoluta inferioridade jurídica em relação aos demais membros da sociedade, homens livres, para quem o trabalho era visto como impróprio e até

desonroso, como podemos observar nas palavras do historiador Paul Veyne, em seu livro, *História da Vida Privada, do Império Romano ao ano Mil*:

Sendo um bem que se possui, um escravo é um inferior. E como essa inferioridade de um homem faz de outro homem seu proprietário, um chefe, esse amo, seguro de tal grandeza, a consagrará considerando natural a inferioridade do escravo: um escravo é um sub-homem por destino, e não por acidente; a escravidão antiga tem por analogia psicológica menos remota o racismo. Enfim, como o poder do amo sobre esse instrumento humano não é regulamentar, e sim total e direto, o escravo não será um assalariado pontual, mas um homem dedicado que obedece do fundo da alma, e não em virtude de regulamentos e horários definidos. A relação entre escravo e senhor é ao mesmo tempo desigual e inter-humana; portanto, o senhor "amará" seu escravo, pois qual senhor não ama também seu cão, qual patrão não ama seus bons operários, qual colono não ama seus fiéis indígenas? O oficial que perdeu vinte homens os amava e se fazia amar. A escravidão antiga foi uma estranha relação jurídica, induzindo banais sentimentos de dependência e de autoridade pessoal, relações afetivas e pouco anônimas (VEYNE, P.50, 2009).

No período da Idade Média, a principal forma de prestação de trabalho era a realizada pelos camponeses, na modalidade de servidão, que, apesar de não apresentar grandes diferenças em relação à escravidão, pois os trabalhadores ainda não tinham uma condição livre, caracterizava-se por uma certa proteção política e militar prestada ao servo pelo senhor feudal, dono das terras. Os servos eram obrigados a entregar parte da produção como preço pela fixação na terra e pela defesa recebida, sendo que os senhores feudais detinham um poder absoluto no exercício do controle e organização do grupo social. Não havia, portanto, como se falar em direito dos trabalhadores (PERNOUD, Regine, 74 – 90, 1980).

Ocorrendo o declínio da sociedade feudal e o conseqüente desenvolvimento do comércio, atividades urbanas, como a produção artesanal de bens, foram estimuladas. Com isso, surgiram os artesãos profissionais, sendo que muitos deles eram os antigos servos, que tinham algum ofício e até então o praticavam exclusivamente para seus senhores. Visando assegurar determinadas prerrogativas de ordem comercial e social, os artesãos fundaram associações profissionais, dando início às chamadas corporações de ofício. Em todas as cidades, havia uma corporação para cada tipo de atividade especializada. Nelas agrupavam-se os artesãos ou comerciantes do mesmo ramo, em uma determinada localidade, compostas pelos mestres, pelos companheiros e pelos aprendizes (PERNOUD, Regine, 74-90, 1980).<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Regine Pernoud tratou do tema do trabalho das mulheres na Idade Média e dos direitos das mulheres, já naquela época. Regine Pernoud foi uma historiadora medievalista, arquivista e paleógrafa francesa do século XX.

No que diz respeito as relações de trabalho existentes nas corporações, era prevista em estatuto próprio de cada uma delas. Nas corporações de ofício, a produção era integrada, mas ainda não havia uma ordem jurídica semelhante ao Direito do Trabalho, embora existisse maior liberdade do trabalhador. Com o surgimento dessas corporações, a vida econômica e social sofreu uma profunda transformação, mas ainda assim não se podia falar em inteira liberdade de trabalho, pois a sua estrutura baseava-se no controle, não só profissional, mas também pessoal, que o mestre exercia sobre os trabalhadores a ele subordinados. Além disso, a corporação impunha diretrizes fundamentais que subordinavam os seus integrantes, que tinham seus ofícios por ela limitados e regulados. Portanto, durante este longo período histórico, inexistiu qualquer sistema de proteção jurídica dos trabalhadores e, conseqüentemente, não se pode falar em Direito do Trabalho (HUIZINGA, Johan, pg. 329, 1994).

### **3 - A SOCIEDADE INDUSTRIAL, O INÍCIO DA PRODUÇÃO EM GRANDE ESCALA, COMO NUNCA**

Com o declínio da sociedade feudal, o crescimento das cidades e o desenvolvimento e ampliação do comércio levaram a Europa Ocidental, a partir de meados do século XVIII, a um extenso processo de transformação que marcou o estabelecimento do sistema capitalista como modelo econômico dominante. O acúmulo de capitais pela burguesia permitiu investimentos na produção, que propiciaram o aperfeiçoamento das técnicas e a invenção e desenvolvimento de máquinas capazes de fabricar milhares de produtos em pouco tempo. As mudanças na forma de produção levaram a uma grande transformação socioeconômica, que, em seu conjunto, denominou-se Revolução Industrial. Sob o aspecto social, a sociedade tipicamente rural se transformou em uma sociedade urbana. No âmbito econômico, a produção, que até então era artesanal, passou, com o aperfeiçoamento dos métodos produtivos e o avanço tecnológico, a ser uma produção em larga escala. As pequenas oficinas dos artesãos foram sendo substituídas pelas fábricas. As ferramentas foram sendo substituídas pelas máquinas. No lugar das tradicionais fontes de energia, passaram a ser utilizados o carvão e a eletricidade (HOBSBAWM, Eric J. A era das revoluções, 1789-1848, 53- 88, 2015).

O que significa a frase “a revolução industrial explodiu”? Significa que a certa altura da década de 1780, e pela primeira vez na história da humanidade, foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante, e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços. Este fato é hoje tecnicamente conhecido pelos economistas como a “partida para o crescimento autossustentável” (HOBSBAWM, Eric J. P.54, 2015).

Com o advento da Revolução Industrial surgiu o trabalho humano livre, por conta alheia e subordinado, e significou uma cisão clara e definitiva entre os detentores dos meios de produção e os trabalhadores. Tendo o objetivo de ampliação dos mercados consumidores e de obtenção de uma lucratividade cada vez maior, os donos das fábricas queriam mais liberdade econômica e mão de obra barata para trabalhar nas fábricas, por isso, pagava-se o menor salário possível, enquanto se explorava ao máximo a capacidade de trabalho dos operários (HOBSBAWM, Eric J. 53-88, 2015).

O liberalismo econômico, aliado ao não intervencionismo do Estado nas relações econômicas e sociais, Estado Liberal, e ao individualismo que marcava o campo jurídico de então, todos frutos da Revolução Francesa de 1789, fez com que a desproporção de forças do trabalhador frente ao empregador se agravasse, o que gerou uma realidade de grave injustiça no modelo das relações de trabalho e levou ao surgimento da chamada Questão Social, ou seja, a luta entre capital e trabalho derivada do estado de extrema exploração em que se encontravam os trabalhadores. O sistema jurídico derivado da Revolução Francesa, fundado em conceitos abstratos de liberdade e igualdade, permitiu que, como decorrência da Revolução Industrial, surgisse um cenário de extrema injustiça social, no qual a natural desigualdade econômica entre as partes da relação de trabalho era acentuada (MARX E ENGELS, p.47, 1848).

A crise social se agravava e mesmo aqueles que defendiam o liberalismo começaram a perceber que o Estado não poderia permanecer por muito mais tempo sem atender aos anseios da sociedade e sem intervir nas relações individuais a fim de assegurar uma igualdade jurídica entre trabalhadores e empregadores, sob pena de comprometer a estabilidade e a paz social. O rico e caloroso debate ideológico que surgiu na época e que se fundamentou na valorização do trabalho e na necessidade de modificação da condição de exploração em que se encontravam os trabalhadores levou à publicação, em 1848, do Manifesto Comunista, escrito por Marx e Engels, no qual as ideias do socialismo científico são difundidas:

Os comunistas se recusam a esconder suas opiniões e objetivos. Eles declaram abertamente que seus fins só podem ser obtidos pela derrubada violenta de todas as relações sociais existentes. Que as classes dominantes tremam diante da ideia de uma revolução comunista. Os proletários não têm nada a perder exceto as correntes que os prendem. Eles têm um mundo a ganhar. PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNÍ-VOS! (MARX E ENGELS, Pg. 55, 1848).

E ainda, à publicação pelo Papa Leão XIII, no final do século XIX (1891), da Encíclica “Rerum Novarum”, caracterizando-se como marco no surgimento da doutrina social da Igreja Católica.<sup>5</sup>

Em todo o caso, estamos persuadidos, e todos concordam nisto, de que é necessário, com medidas prontas e eficazes, vir em auxílio dos homens das classes inferiores, atendendo a que eles estão, pela maior parte, numa situação de infortúnio e de miséria imerecida. O século passado destruiu, sem as substituir por coisa alguma, as corporações antigas, que eram para eles uma proteção; os princípios e o sentimento religioso desapareceram das leis e das instituições públicas, e assim, pouco a pouco, os trabalhadores, isolados e sem defesa, têm-se visto, com o decorrer do tempo, entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça dum concorrência desenfreada. A usura voraz veio agravar ainda mais o mal. Condenada muitas vezes pelo julgamento da Igreja, não tem deixado de ser praticada sob outra forma por homens ávidos de ganância, e de insaciável ambição. A tudo isto deve acrescentar-se o monopólio do trabalho e dos papéis de crédito, que se tornaram o quinhão dum pequeno número de ricos e de opulentos, que impõem assim um jugo quase servil à imensa multidão dos proletários (PAPA LEÃO XIII, Rerum Novarum, p.2, 1891).

Os pensamentos defendidos em tais documentos tiveram grande relevância no surgimento do Direito do Trabalho, à medida que contribuíram para que o Estado percebesse que não podia deixar a regulamentação das relações de trabalho à livre negociação das partes interessadas, passando, então, a intervir na ordem econômica e social e a fixar normas coativas, com condições mínimas de proteção que deveriam ser respeitadas pelos empregadores (PAPA LEÃO XIII, Rerum Novarum, p.2 1891).

Desta forma a evolução histórica do trabalho humano leva ao surgimento de uma legislação estabelecendo normas mínimas de proteção ao trabalhador, cuja importância foi aumentando com a evolução econômica e política dos países. O trabalho assalariado e subordinado que caracteriza a relação de emprego passou a ser regulado de forma ampla, estando sujeito a mecanismos de proteção contra eventuais arbítrios do empregador, ou seja, houve limitação da vontade das partes, à medida que não se poderia mais negociar livremente as condições de trabalho.

Surge, então, o Direito do Trabalho, substituindo “a igualdade pura pela igualdade jurídica, como regra de direito que impõe o interesse geral sobre o particular sem que, entretanto, se anule o indivíduo”. A partir de então o Direito do Trabalho se fixa como estrutura de proteção

---

<sup>5</sup> *Nesta calorosa disputa, estava de um lado, uma instituição poderosa e influente, a Igreja Católica, de outro, os intelectuais comunistas ávidos pela revolução proletária, o impasse entre estas duas partes continuam ainda nos dias atuais.*

do trabalhador e entra em um processo de evolução contínua e dinâmica, tendo em vista a própria dinamicidade das relações sociais e econômicas que dele são inseparáveis (SÜSSEKIND, Arnaldo. v. 1, p. 39, 2005).

Todos os sistemas de proteção do trabalhador resultantes da evolução ocorrida após a Revolução Industrial deparam-se atualmente com uma nova revolução, a tecnológica, da informática e das telecomunicações, que tem imposto significativas modificações nos modos de produção e, conseqüentemente, nos empregos, à medida que se verifica uma automatização da produção e dos serviços, levando, em muitos casos, à substituição do ser humano por máquinas e robôs (VALE, Silvia Teixeira, Direito Constitucional do Trabalho, pg. 243, 2023).

No contexto de sua evolução, o Direito do Trabalho convive nos dias atuais com os efeitos da globalização econômica e, paralelamente, com elevados índices de desemprego, caracterizando uma nova realidade socioeconômica que terá que ser enfrentada. A flexibilização das leis trabalhistas, que tem se ampliado nos diversos ordenamentos jurídicos, coloca no centro das discussões a função primordial do Direito do Trabalho, que é a proteção do trabalhador, revelando, em certa medida, uma piora das condições de trabalho, inclusive no que tange a salários, e algumas incertezas para o futuro (VALE, Silvia Teixeira, p. 244, 2023).

#### **4 - O CONSTITUCIONALISMO SOCIAL, UM CAMINHO SEM VOLTA PARA O AVANÇO DOS DIREITOS TRABALHISTAS**

Constitucionalismo social é o movimento que teve início em 1917, com a Constituição Mexicana, e que se caracteriza pela inserção de direitos trabalhistas e sociais fundamentais nos textos das Constituições dos países. Considerando-se que uma das principais funções do Estado é a promoção da justiça social, nada mais lógico do que a Constituição, como norma fundamental, prever os direitos e garantias básicas que levem à realização deste objetivo (ROCHA, Leonel Severo, pg.12, 2021).

As Constituições passaram a se preocupar também com o homem social, e não mais apenas com o homem político. A Constituição Mexicana de 1917 foi a primeira a construir uma estrutura significativa de direitos sociais do trabalhador e inspirou muitas Constituições de países da América Latina. Na mesma esteira de constitucionalização dos direitos sociais, a Alemanha, em 1919, adotou a Constituição de Weimar, que continha um capítulo sobre ordem econômica e social, previa a participação dos trabalhadores nas empresas e no próprio governo por meio de conselhos específicos, assegurava a liberdade sindical e colocava o trabalhador sob a proteção do Estado. A Constituição de Weimar, por motivos óbvios, foi rechaçada pelo nazismo, mas, apesar

de sua curta vigência, foi, em termos de direitos sociais, modelo para várias Constituições europeias (ROCHA, Leonel Severo, pg.258, 2021).

Fator de grande importância para o avanço do constitucionalismo social foi, também em 1919, como parte do Tratado de Versalhes que terminou com a Primeira Guerra Mundial, a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), refletindo a convicção de que a justiça social é essencial para alcançar uma paz universal e permanente. A criação da OIT fundou-se em razões de segurança, humanitárias, políticas e econômicas. Houve um verdadeiro reconhecimento da importância da justiça social, em contraste com um passado de exploração dos trabalhadores nos países industrializados da época. Houve também uma compreensão cada vez maior da interdependência econômica do mundo e da necessidade de cooperação internacional para obtenção de igualdade das condições de trabalho em todos os países. Nesse sentido, e sintetizando os ideais de justiça social, o Tratado de Versalhes prevê expressamente que o trabalho não é uma mercadoria. A partir de todos esses fatos e da mudança de paradigma do trabalho humano previsto no Tratado de Versalhes e incorporado nas Constituições Mexicana de 1917 e Alemã de 1919, aos poucos, as Constituições modernas dos Estados democráticos foram reproduzindo os princípios das Cartas do México e da Alemanha, principalmente após a Declaração de Filadélfia de 1944, instrumento jurídico aprovado na Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT) realizada naquele ano e que reforçou expressamente o princípio de que o trabalho não deve ser considerado como simples mercadoria, e a adoção pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, embora nem todas as Constituições hoje em vigor disponham especificamente sobre direitos sociais do trabalhador (ROCHA, Leonel Severo, p.259, 2021).

## **5 – O DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL; INÍCIO DOS DIREITOS TRABALHISTAS COM O POPULISTA GETÚLIO VARGAS, O “PAI DOS POBRES”**

A concepção de Direito do Trabalho, como um conjunto de normas jurídicas de proteção do trabalhador é bastante recente no Brasil. Do surgimento das primeiras leis trabalhistas até os dias de hoje, ainda não se passaram cem anos, o que, em termos da Ciência do Direito, é considerado muito pouco tempo. Pode-se afirmar que o Direito do Trabalho no Brasil inicia-se a partir da Revolução de 1930, quando o Governo Provisório chefiado por Getúlio Vargas criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e deu início à elaboração de uma legislação trabalhista ampla e geral. Antes disso, as poucas leis existentes com dispositivos e conteúdo de caráter trabalhista não podem ser consideradas para efeito do estabelecimento de uma normatização capaz de ser caracterizada como um sistema de proteção dos trabalhadores (ARAUJO, Maria Celina D., pg. 34, 2011).

Durante a década de trinta, foram tantas as leis trabalhistas expedidas e outras tantas revogadas, que em um determinado momento havia grande dificuldade para sua aplicação e seu estudo.

Conforme esclarece Arnaldo Süssekind, “a multiplicidade de normas legais no campo do trabalho, sancionadas ou decretadas em distintas fases de nossa evolução jurídico-política, confundindo os seus destinatários, intérpretes e aplicadores, estava a exigir o ordenamento das respectivas disposições num único texto”. Assim, em janeiro de 1942, o então Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Filho, autorizado por Getúlio Vargas, nomeou uma comissão constituída de dez membros que, sob sua presidência, ficou encarregada da elaboração do que foi designado de anteprojeto de Consolidação das Leis do Trabalho e Previdência Social (SÜSSEKIND, Arnaldo. p. 145-161).

Em 1º de maio de 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho foi aprovada pelo Decreto-lei n. 5.452, que, no entanto, somente foi publicado no Diário Oficial em 9 de agosto daquele ano, entrando em vigor três meses depois, em 10 de novembro de 1943. Desde sua entrada em vigor, a CLT sofreu inúmeras alterações, inclusive com a revogação de diversos dispositivos a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, mas a sua base original continuou a mesma (ARAUJO, Maria Celina D, pg,35, 2011).

A primeira destas fases é caracterizada pela ausência de proteção aos trabalhadores. As Constituições de 1824 e de 1891 não continham qualquer previsão nesse sentido. A Constituição do Império consagrava a filosofia liberal da Revolução Francesa e, portanto, não poderia impor qualquer intervenção estatal nas relações contratuais de trabalho que, além do mais, eram pouquíssimas, visto que ainda nesta época e até 1888 a mão de obra no Brasil era basicamente escrava. A primeira Carta Republicana foi influenciada pela Constituição norte americana, estabelecendo um Estado federal, republicano, presidencialista e liberal, o que a impedia de cuidar dos direitos sociais do trabalhador. A partir de 1930, refletindo o início da intervenção do Estado nas relações de trabalho, as Constituições que se seguiram (1934, 1937, 1946, 1967; e a Emenda Constitucional n. 1, de 1969) trataram dos direitos sociais, passando a proteção do trabalhador, portanto, ao plano de garantia constitucional. A Constituição Federal de 1988 tem um forte conteúdo social, englobando disposições referentes aos direitos e garantias individuais (art. 5º), aos direitos sociais (art. 5º a 11) e, ainda, às disposições que compõem o Título VIII (Da Ordem Social) Entre os diversos avanços democráticos trazidos, “o Texto Magno conferiu novo status ao Direito do Trabalho — inclusive o Direito Individual do Trabalho —, mediante princípios, regras e institutos jurídicos que acentuaram a força e a projeção desse campo normativo na sociedade e na economia brasileiras.” (ARAUJO, Maria Celina D’, p. 36 2011).

## **6 - CONCLUSÃO**

A trajetória do Direito do Trabalho no Brasil, desde a Idade Pré-Industrial até a Era Vargas, revela uma evolução essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada. Ao longo desse processo, as relações de trabalho passaram de um estágio de total subordinação e exploração para um modelo em que os direitos dos trabalhadores foram gradualmente reconhecidos e protegidos. A Revolução Industrial, o movimento operário e a adoção de princípios do Constitucionalismo Social foram fundamentais para a criação de um marco regulatório que reconheceu o trabalho como um direito humano e não mais uma mera relação de subordinação econômica.

A Era Vargas foi, sem dúvida, o momento decisivo desse processo no Brasil, pois foi durante esse período que o Estado brasileiro consolidou uma série de direitos trabalhistas que transformaram profundamente as condições de trabalho no país. A criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a criação de um sistema de justiça trabalhista eficaz garantiram ao trabalhador maior proteção, além de estabelecer um papel ativo do Estado na regulação das relações laborais. Esse marco não só fortaleceu a justiça social como também contribuiu para a construção de um Estado de bem-estar social, que visava promover o equilíbrio entre as classes sociais.

Portanto, a evolução do Direito do Trabalho no Brasil reflete o amadurecimento das relações laborais e a crescente compreensão da necessidade de um Estado que atue na defesa dos direitos dos trabalhadores. A Era Vargas, com suas reformas e a criação da CLT, permanece como um marco central no fortalecimento da justiça social, sendo um passo fundamental para o reconhecimento do trabalho como um direito essencial à dignidade humana e ao desenvolvimento da sociedade.

## **REFERÊNCIAS**

- ARAUJO, Maria Celina D'. Getúlio Vargas. Edições Câmara, Brasília – DF, 2011.
- CONDE, Francisco J. Fernandez, La Españã de los siglos XIII al XV, Transformaciones del feudalismo tardio, ed, Nerea, 1995.
- DUDY, Georges, História da Vida Privada 2, Da Europa feudal à Renascença, Ed. Schwarcz LTDA. São Paulo, 2009.
- FREYRE, Gilberto, Casagrande e senzala, formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal, 1º edição digital, São Paulo, 2019.
- FREYRE, Gilberto, Sobrados e Mucambos, 1º Edição Digital, Global, São Paulo, 2013.
- GIBBON, Eduard, Declínio e queda do império Romano, Circulo do Livro, São Paulo, 1989.
- HOBBSAWM, Eric J. A era das revoluções, 1789-1848, p.54, editora Paz e Terra, 2015.

HUIZINGA, Johan, El otoño de la Edad Media, Alianza Universidad Editorial, 1994.

JUNIOR, Caio Prado, Formação do Brasil contemporâneo, Companhia das Letras, Rio de Janeiro, 1942.

LEÃO XIII, PAPA, Carta Encíclica, Rerum Novarum, Santa Sé, Libreria Editrice Vaticana, 1891.

MARX, Karl. ENGELS, Frederich, Manifesto do Partido Comunista, editora Sundermann, São Paulo, 2017.

PERNOUD, Regine, A mulher no tempo das catedrais, editora Gradiva, 1980.

ROCHA, Leonel Severo, Constitucionalismo Social. O futuro da Constituição, Editora FI, Porto Alegre – RS, 2021.

SÜSSEKIND, Arnaldo et al. Instituições de direito do trabalho. 22. ed. atual. São Paulo: LTr, 2005.

VALE, Silvia Teixeira, Direito Constitucional do Trabalho, Escola Judicial, Curitiba – PR, , 2023.

VEYNE, Paul, História da Vida Privada 1, Do Império Romano ao ano mil, P.50. Ed. Schwarcz LTDA, 2009.

# **A JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA SOBRE A VISÃO MONOCULAR: O REMÉDIO JURÍDICO QUE ASSEGURA O DIREITO DOS DEFICIENTES**

## **THE BRAZILIAN JURISPRUDENCE ON MONOCULAR VISION: THE LEGAL REMEDY ENSURING THE RIGHTS OF PEOPLE WITH DISABILITIES**

**GUILHERME DIAS<sup>1</sup>**

**TAINARA CONTI PERES<sup>2</sup>**

### **RESUMO**

O advento da Lei 14.126/2021 trouxe o reconhecimento da visão monocular como deficiência. A chegada da legislação, a princípio, tinha o propósito de facilitar a concessão de benefícios previdenciários aos portadores da visão monocular, incluindo-os como pessoas com deficiência (PcD). No entanto, a falta de análises precisas por parte do INSS tem dificultado a concessão dos benefícios previdenciários a essas pessoas, e a jurisprudência tem se mostrado o remédio jurídico adequado para sanar a situação. Este trabalho tem como objetivo analisar como a jurisprudência brasileira tem contribuído para assegurar o direito aos benefícios previdenciários dos portadores da visão monocular. A pesquisa baseou-se na análise acadêmica de livros e manuais de Direito Previdenciário, alinhados com artigos científicos, além de julgados de Tribunais brasileiros que influenciaram a análise judicial a respeito da temática. A evolução da jurisprudência brasileira sobre essa temática é louvável, refletindo um amadurecimento jurídico que fortalece a consolidação de direitos fundamentais. Esse progresso tem influenciado os julgados mais recentes dos tribunais, evidenciando maior sensibilidade às demandas sociais e às necessidades de grupos vulneráveis, promovendo a efetividade na proteção de direitos e na justiça social. Conclui-se que a jurisprudência brasileira sobre a visão monocular demonstra um compromisso crescente com a proteção dos direitos fundamentais e a inclusão desse grupo vulnerável. Essa transformação evidencia não apenas o amadurecimento do sistema jurídico, mas também sua capacidade de se adaptar às demandas sociais, promovendo maior equidade e justiça. Assim, a jurisprudência desempenha um papel essencial na concretização dos valores constitucionais e no fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

**Palavras-chave:** Visão monocular; jurisprudência; benefícios; direitos; inclusão social.

### **ABSTRACT**

The advent of Law 14.126/2021 brought the recognition of monocular vision as a disability. Initially, the purpose of this legislation was to facilitate the granting of social security benefits to individuals with monocular vision by including them as persons with disabilities (PwD). However, the lack of precise assessments by the National Institute of Social Security (INSS) has hindered the granting of these benefits, and jurisprudence has proven to be the appropriate legal remedy to address the situation. This

---

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade de Tecnologia do Vale do Ivaí – FATEC. guilhermediaz186@gmail.com (43) 99825-9240

<sup>2</sup> Professora e Coordenadora do Curso de Direito da Faculdade de Tecnologia do Vale do Ivaí – FATEC. Especialista em Direito e Processo do Trabalho e Direito Digital pelo Instituto CERS. Mestranda em Direito, Sociedade e Tecnologia pela Escola de Direito das Faculdades Londrina. tainaracperes@gmail.com

study aims to analyze how Brazilian jurisprudence has contributed to ensuring the right to social security benefits for individuals with monocular vision. The research was based on an academic analysis of books and manuals on Social Security Law, aligned with scientific articles, as well as judgments from Brazilian courts that have influenced judicial analyses on the subject. The evolution of Brazilian jurisprudence in this area is commendable, reflecting a legal maturity that strengthens the consolidation of fundamental rights. This progress has influenced recent court rulings, demonstrating greater sensitivity to social demands and the needs of vulnerable groups, thereby promoting the effectiveness of rights protection and social justice. It is concluded that Brazilian jurisprudence on monocular vision demonstrates a growing commitment to protecting fundamental rights and including this vulnerable group. This transformation not only highlights the maturation of the legal system but also its capacity to adapt to social demands, promoting greater equity and justice. Thus, jurisprudence plays an essential role in the realization of constitutional values and the strengthening of the Democratic Rule of Law.

**Keywords:** Monocular vision; brazilian jurisprudence; social security benefits; fundamental rights; social inclusion.

## 1.INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende demonstrar os desafios enfrentados pelos portadores de deficiência monocular, muitos dos quais diretamente relacionados ao acesso a direitos e benefícios que poderiam lhes proporcionar melhores condições de vida.

Um dos principais obstáculos é a falta de concessão de benefícios previdenciários na esfera administrativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A autarquia frequentemente indefere solicitações de benefícios de pessoas com visão monocular, negando-lhes o reconhecimento da condição como uma deficiência que exige apoio específico. Esse indeferimento administrativo tem levado um grande número de portadores de deficiência monocular a recorrer ao Poder Judiciário, que, por sua vez, tem se mostrado um importante instrumento de justiça e equidade.

Como objetivos específicos, o trabalho visa a: i) Conceituar a visão monocular no Brasil e seus requisitos para concessão do benefício previdenciário; ii) analisar a evolução da jurisprudência e seus impactos nas concessões dos benefícios; iii) reflexos da jurisprudência no INSS e nos segurados.

O trabalho visa a responder as seguintes perguntas: i) Qual a influência da jurisprudência brasileira na concessão dos benefícios previdenciários aos portadores da visão monocular? ii) Como a jurisprudência pode modular a análise do INSS em seus laudos administrativos?

Por meio do desenvolvimento deste trabalho, chega-se às seguintes hipóteses: (i) A jurisprudência brasileira tem sido decisiva para interpretar e preencher lacunas da legislação, garantindo a inclusão da visão monocular como deficiência e assegurando direitos. A evolução jurisprudencial influencia diretamente a aplicação das normas previdenciárias, promovendo maior uniformidade nas decisões judiciais e administrativas. O papel da jurisprudência é essencial para corrigir interpretações

restritivas do INSS e ampliar o acesso dos beneficiários aos seus direitos. ii) A jurisprudência serve como parâmetro vinculante ou orientador, forçando o INSS a adequar seus critérios técnicos e administrativos às decisões judiciais. O alinhamento entre jurisprudência e prática administrativa pode reduzir o índice de indeferimentos injustos, promovendo decisões mais rápidas e assertivas. A pressão gerada por decisões reiteradas nos tribunais pode estimular o INSS a revisar seus protocolos de análise, tornando-os mais inclusivos e alinhados aos princípios constitucionais.

A metodologia utilizada neste trabalho foi o método teórico dedutivo. Por meio deste método, partiu-se de princípios gerais do Direito, como os direitos fundamentais e a proteção de grupos vulneráveis, para compreender como a jurisprudência brasileira tem desempenhado um papel relevante concessão de benefícios previdenciários aos portadores da visão monocular. Essa abordagem possibilitou a sistematização de argumentos e a extração de conclusões consistentes sobre a influência da jurisprudência nos processos administrativos do INSS e nas decisões judiciais correlatas.

Vale ressaltar que a deficiência monocular pode impactar significativamente a vida cotidiana e a capacidade de trabalho dessas pessoas. Ela afeta o campo de visão, a percepção de profundidade e a visão periférica, o que pode limitar o desempenho em diversas atividades laborais, além de representar um risco maior para a integridade física. Diante disso, a concessão de benefícios previdenciários não é apenas uma questão de amparo financeiro, mas também de justiça social e reconhecimento das dificuldades enfrentadas por esses cidadãos.

Compreende-se que o papel do Poder Judiciário torna-se essencial para garantir o direito de acesso aos benefícios e ao reconhecimento da deficiência monocular como uma condição que demanda apoio. Essa proteção judicial visa assegurar que pessoas com visão monocular tenham condições dignas de sobrevivência e inclusão social, ampliando as possibilidades de uma vida com qualidade e menos barreiras.

## **2. CONCEITO E RECONHECIMENTO DA VISÃO MONOCULAR COMO DEFICIÊNCIA**

A visão monocular é uma condição de perda visual em um dos olhos que reduz significativamente a percepção de profundidade e o campo de visão periférica, gerando limitações sensoriais importantes. Com a promulgação da Lei 14.126/2021, essa condição foi reconhecida no Brasil como deficiência para todos os fins legais. No entanto, o enquadramento da visão monocular como deficiência representa apenas o primeiro passo em direção à efetivação de direitos.

Diante disso, surge a necessidade de compreender como os critérios legais e socioeconômicos se aplicam à concessão de benefícios previdenciários.

O reconhecimento da visão monocular como deficiência reflete a evolução do conceito de deficiência na legislação brasileira. Anteriormente baseado exclusivamente em parâmetros médicos, o

conceito foi ampliado para incluir uma análise biopsicossocial, conforme disposto pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015). Nesse modelo, não basta a existência de uma limitação funcional; é necessário considerar a interação dessa limitação com barreiras que obstruam a participação plena e efetiva do indivíduo na sociedade.

No caso da visão monocular, as barreiras enfrentadas podem ser urbanísticas, como dificuldades de mobilidade em vias públicas, ou atitudinais, como discriminação em ambientes de trabalho. Essa abordagem busca reconhecer que a deficiência não está apenas na condição física ou sensorial, mas também nos obstáculos criados pela sociedade.

O reconhecimento da visão monocular como deficiência também reflete uma evolução na compreensão social e jurídica das condições que limitam a plena participação dos indivíduos na sociedade. Historicamente, o conceito de deficiência era restrito à abordagem médica, que focava exclusivamente em diagnósticos de patologias ou incapacidades físicas mensuráveis. Esse modelo, embora importante, negligenciava os impactos das barreiras sociais, atitudinais e culturais que amplificam as limitações impostas por determinadas condições sensoriais.

Sobre a visão monocular, essa mudança de paradigma foi crucial. As limitações visuais associadas a essa condição vão além das características biológicas, influenciando diretamente a interação do indivíduo com o ambiente ao seu redor. A perda de percepção de profundidade e a restrição do campo visual periférico, por exemplo, podem dificultar tarefas como atravessar ruas movimentadas, operar máquinas ou até mesmo reconhecer objetos ou pessoas fora do campo de visão direto. Essas dificuldades evidenciam como a monocularidade, em combinação com as barreiras estruturais e sociais, pode gerar exclusão e restrição de direitos.

A legislação brasileira consolidou essa perspectiva ao adotar um conceito biopsicossocial de deficiência, que considera não apenas as características da condição médica, mas também os contextos nos quais as pessoas vivem. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015) e a posterior Lei 14.126/2021 ampliaram esse entendimento, formalizando a visão monocular como deficiência. Esse reconhecimento normativo tem impactos profundos na vida dos monoculares, pois lhes garante acesso a direitos específicos e os inclui nas políticas públicas voltadas para pessoas com deficiência.

Outro aspecto relevante da inclusão da visão monocular como deficiência é o papel das barreiras sociais na amplificação das limitações sensoriais. Barreiras urbanísticas, como a falta de sinalização adequada, barreiras tecnológicas, como interfaces visuais mal projetadas, e barreiras atitudinais, como o preconceito em ambientes escolares ou de trabalho, são exemplos de obstáculos que intensificam as dificuldades enfrentadas pelos monoculares. O enfrentamento dessas barreiras é essencial para promover uma sociedade mais inclusiva, capaz de assegurar igualdade de condições para todos os indivíduos.

Neste sentido, é importante destacar que a monocularidade, enquanto deficiência sensorial, não deve ser analisada de forma isolada, mas como parte de um contexto mais amplo que envolve a interação entre as características individuais e as estruturas sociais. A partir dessa perspectiva, o reconhecimento jurídico da visão monocular é um marco, mas também um convite para que políticas públicas e práticas sociais sejam constantemente revisitadas e aprimoradas, garantindo que os direitos das pessoas monoculares sejam plenamente efetivados e respeitados.

Lazari e Castro (2023), sublinham que, após a promulgação da Lei nº 14.126/2021, que reconhece a visão monocular como deficiência, os indivíduos com essa limitação passaram a ser contemplados nas políticas assistenciais e previdenciárias. Os conceituados autores explicam que, para fins de concessão do BPC e de benefícios previdenciários, a legislação estabelece critérios específicos de elegibilidade, e pessoas com visão monocular podem ser incluídas, desde que atendam aos requisitos exigidos, como a comprovação de deficiência e baixa renda no caso do BPC.

A principal vantagem desse enquadramento é a possibilidade de obter a aposentadoria com critérios diferenciados, o que proporciona maior celeridade na concessão do benefício. De acordo com a Lei Complementar nº 142/2013, o tempo de contribuição exigido para a aposentadoria da pessoa com deficiência é reduzido em função do grau da deficiência (leve, moderada ou grave). A visão monocular, geralmente classificada como deficiência leve, permite que o segurado se aposente mais cedo do que os segurados sem deficiência, desde que atendidos os requisitos legais.

Por fim, entende-se que a classificação da visão monocular como deficiência trouxe grandes vantagens a essa classe que outrora estava desamparada. O reconhecimento da visão monocular como deficiência abriu novos horizontes dentro da esfera previdenciária.

### **3. A EVOLUÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA NO BRASIL NO TOCANTE AO RECONHECIMENTO DA VISÃO MONOCULAR COMO INCAPACIDADE**

Após a promulgação da Lei 14.126/2021, que reconhece a visão monocular como uma deficiência, os segurados com essa condição começaram a protocolar requerimentos administrativos no INSS, buscando garantir o acesso a benefícios previdenciários. Entretanto, a falta de análise criteriosa desses pedidos levou o INSS a indeferir diversas solicitações que deveriam receber amparo da autarquia.

Esses indeferimentos impulsionaram os segurados a recorrer ao Poder Judiciário, onde muitas dessas demandas foram reavaliadas sob uma perspectiva mais justa e inclusiva. Um exemplo notável para este trabalho científico envolve o caso analisado no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, de relatoria do Émerito Julgador Paulo Afonso Brum, da 9ª Turma, onde está presente uma costureira, cuja perícia judicial resultou em um laudo inconclusivo quanto à sua incapacidade para o trabalho. Apesar disso, o magistrado entendeu que a visão monocular impactaria significativamente o desempenho da autora em suas atividades, reconhecendo, assim, a necessidade de conceder o benefício, veja-se:

PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. VINCULAÇÃO AO LAUDO. INOCORRÊNCIA. PROVA INDICIÁRIA. [...] 3. **Ainda que o laudo pericial realizado tenha concluído pela aptidão laboral da parte autora, a confirmação da existência da moléstia incapacitante referida na exordial (cegueira de um olho/visão monocular), corroborada pela documentação clínica, associada às suas condições pessoais - habilitação profissional (costureira) e idade atual (49 anos de idade) - demonstra a efetiva incapacidade para o exercício da atividade profissional, o que enseja, indubitavelmente, a concessão de auxílio por incapacidade temporária, desde 22-2-19 (DER), até a efetiva reabilitação profissional...**(TRF-4 - AC: 50238661220194049999, Relator: PAULO AFONSO BRUM VAZ, Data de Julgamento: 18/4/23, NONA TURMA.

Isso demonstra que esse tipo de decisão reafirma o papel fundamental do Judiciário na promoção da justiça social, ao assegurar que segurados com deficiência monocular tenham seus direitos adequadamente observados, garantindo-lhes o devido amparo previdenciário.

E uma vez que tomada a decisão, essa serve como uma bússola para casos semelhantes, facilitando a concessão de mais benefícios previdenciários para estas pessoas. A evolução da jurisprudência brasileira, como conceitua TÁPIAS (2024) é bem avançada a ponto de avaliar que em determinadas profissões é necessário que a pessoa seja portadora de uma visão binocular, como nos casos da costureira, do relojoeiro, do motorista profissional, do piloto de aeronave e do vigilante armado, o que torna necessário a concessão de benefício previdenciário a pessoas que se encontram incapacitadas para o pleno exercício da profissão, como o caso dos portadores da visão monocular.

Uma vez que este entendimento tem se tornado pacífico nos tribunais, pessoas com essa profissão possuem um critério de avaliação mais amparado as suas necessidades, facilitando a concessão de benefício previdenciário.

Conclui-se que a Lei 14.126/2021, ao reconhecer a visão monocular como deficiência, trouxe avanços importantes na proteção de direitos previdenciários. No entanto, a análise inadequada de muitos pedidos pelo INSS tem levado os segurados a recorrerem ao Judiciário, que vem desempenhando um papel decisivo na correção dessas falhas.

Decisões como a do Tribunal Regional Federal da 4ª Região demonstram que o Judiciário tem sido sensível às condições pessoais e profissionais dos segurados, reconhecendo que a visão monocular pode gerar incapacidades relevantes em determinadas atividades. Esses entendimentos jurisprudenciais não apenas asseguram o acesso ao benefício para casos individuais, mas também servem como parâmetro para decisões futuras, promovendo maior segurança jurídica e justiça social.

Assim, a evolução da jurisprudência consolida o compromisso com os direitos fundamentais e reforça o papel do Judiciário na efetivação de valores constitucionais, especialmente para grupos vulneráveis.

#### **4. REFLEXOS DA JURISPRUDÊNCIA NO INSS E NOS SEGURADOS COM VISÃO MONOCULAR**

A crescente jurisprudência que reconhece a visão monocular como deficiência para fins de concessão de benefícios previdenciários tem produzido efeitos significativos tanto para o INSS quanto para os segurados. Essa evolução não apenas reafirma o entendimento jurídico sobre a condição, mas também força a autarquia a adaptar seus procedimentos administrativos, mesmo que de forma gradual e, muitas vezes, reativa.

Os tribunais têm consolidado o entendimento de que a visão monocular se enquadra nos critérios da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e da Lei 14.126/2021, ao reconhecer o impacto da condição sensorial nas atividades cotidianas e sua interação com barreiras sociais. Sentenças favoráveis frequentemente enfatizam que a deficiência deve ser analisada de forma biopsicossocial, considerando os desafios enfrentados pelos monoculares no trabalho, no transporte e em outros contextos que exigem visão periférica ou estereoscópica.

Esse cenário tem levado à judicialização de inúmeros pedidos de benefícios previdenciários negados administrativamente pelo INSS. Em muitos casos, os juízes têm determinado a revisão das negativas com base na jurisprudência, obrigando a autarquia a conceder benefícios anteriormente recusados. Essa pressão judicial destaca a resistência inicial do INSS em internalizar de maneira uniforme os novos parâmetros legais e jurisprudenciais.

Embora a atuação do INSS ainda seja marcada por resistência em certos casos, os precedentes judiciais têm gerado impacto nas diretrizes internas e procedimentos periciais da autarquia. Uma das principais mudanças percebidas é a inclusão mais sistemática da avaliação biopsicossocial nos processos de análise da deficiência, em conformidade com o Decreto 11.063/2022, que regulamenta o uso do Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IFBrM).

A jurisprudência também tem impulsionado a revisão de indeferimentos e a reabertura de casos previamente encerrados. Essa mudança, embora positiva, tem ocorrido de forma desigual, dependendo da região e da interpretação local das normas por parte dos peritos e assistentes sociais do INSS.

Para os segurados, a jurisprudência favorável tem representado uma ampliação significativa de acesso a benefícios previdenciários, como aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e Benefício de Prestação Continuada (BPC). No entanto, o caminho judicial, além de ser demorado, muitas vezes

sobrecarrega os beneficiários com custos e incertezas, prolongando a situação de vulnerabilidade econômica e social.

Além disso, a judicialização recorrente indica que muitos segurados ainda enfrentam dificuldades para ver seus direitos reconhecidos diretamente no âmbito administrativo. Essa realidade reflete uma lacuna entre o avanço normativo e a prática administrativa, o que demonstra a necessidade de maior uniformização na aplicação das leis e maior capacitação dos peritos que avaliam os casos.

O aumento da judicialização tem levado o INSS a revisar alguns de seus parâmetros de análise e a adotar medidas que busquem reduzir os litígios. Recentemente, a autarquia tem promovido revisões automáticas em casos de negativa anterior à Lei 14.126/2021, especialmente quando as decisões judiciais estabelecem precedentes obrigatórios.

Contudo, a resistência em adotar plenamente as interpretações da jurisprudência demonstra uma preocupação do INSS com a sustentabilidade financeira do sistema previdenciário. Essa resistência é observada na aplicação de critérios mais restritivos na análise das barreiras sociais e na exigência de documentação robusta para comprovação da monocularidade como deficiência de longo prazo.

A jurisprudência tem sido um instrumento fundamental para assegurar os direitos previdenciários de pessoas com visão monocular, mas os impactos no INSS revelam um processo de adaptação que ainda enfrenta desafios. Apesar dos avanços, a Autarquia demonstra uma abordagem cautelosa e muitas vezes limitada, o que evidencia a necessidade de maior alinhamento entre as decisões judiciais e os procedimentos administrativos.

Ainda que a deficiência seja reconhecida, como no caso da visão monocular, a concessão de benefícios por incapacidade dependerá da avaliação individual da situação do segurado, especialmente no que se refere à sua capacidade laboral. O INSS pode não reconhecer automaticamente a deficiência como incapacitante, exigindo do segurado a comprovação do impacto funcional para concessão de benefícios (CASTRO e LAZZARI, 2023).

Para que os direitos dos monoculares sejam efetivamente garantidos, é indispensável que o INSS internalize as interpretações jurisprudenciais de forma uniforme e célere para aperfeiçoar os seus laudos. Além disso, a ampliação de treinamentos para peritos e a revisão de diretrizes internas são passos essenciais para consolidar uma abordagem inclusiva e eficaz. Neste sentido, será possível reduzir os litígios e assegurar que os direitos das pessoas com visão monocular sejam reconhecidos com a dignidade que a legislação e a jurisprudência já garantem.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A evolução do reconhecimento jurídico da visão monocular como deficiência, impulsionada pela promulgação da Lei 14.126/2021 e pelo papel fundamental da jurisprudência brasileira, reafirma o compromisso do Estado com a proteção dos direitos fundamentais e a inclusão social de grupos vulneráveis. Essa trajetória evidencia não apenas a ampliação de direitos aos portadores de visão monocular, mas também o amadurecimento de um sistema jurídico que busca alinhar os princípios constitucionais de dignidade humana e igualdade às demandas práticas da sociedade contemporânea.

Por meio da atuação do Poder Judiciário, lacunas deixadas pela interpretação restritiva da legislação pelo INSS foram preenchidas, garantindo acesso a benefícios previdenciários para aqueles que enfrentam limitações decorrentes dessa condição sensorial. Decisões judiciais que enfatizam a análise biopsicossocial e a consideração de barreiras ambientais e sociais reforçam a necessidade de uma abordagem menos restritiva e mais sensível aos desafios enfrentados pelos segurados.

Apesar dos avanços, o INSS ainda enfrenta desafios para internalizar de forma uniforme os entendimentos jurisprudenciais, o que resulta em resistências administrativas e judicialização recorrente. Essa situação revela a urgência de medidas estruturais que harmonizem as práticas administrativas com os valores expressos nas decisões judiciais, promovendo maior eficiência e equidade no reconhecimento de direitos.

*In casu*, conclui-se que a jurisprudência não apenas assegura os direitos dos monoculares, mas também exerce uma função pedagógica, orientando a administração pública a adotar práticas mais inclusivas e respeitosas. O alinhamento efetivo entre legislação, decisões judiciais e procedimentos administrativos é essencial para consolidar o direito à igualdade material e fortalecer o Estado Democrático de Direito.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 20/11/2024.

BRASIL. Decreto nº 11.063, de 4 de maio de 2022. Regulamenta o uso do Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IFBrM) em processos de avaliação biopsicossocial. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2022/decreto/D11063.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.063%2C%20DE%204,IP%20na%20aquisi%C3%A7%C3%A3o%20de%20autom%C3%B3veis](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D11063.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.063%2C%20DE%204,IP%20na%20aquisi%C3%A7%C3%A3o%20de%20autom%C3%B3veis). Acesso em: 20/11/2024.

BRASIL. Lei Complementar nº 142, de 8 de maio de 2013. Regulamenta a concessão de aposentadoria para pessoas com deficiência no Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp142.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp142.htm) Acesso em: 21/11/2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 21/11/2024.

BRASIL. Lei nº 14.126, de 22 de março de 2021. Reconhece a visão monocular como deficiência sensorial do tipo visual para todos os efeitos legais. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14126.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14126.htm). Acesso em: 21/11/2024.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. Manual de Direito Previdenciário. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

TÁPIAS, Gabriel. Visão monocular e incapacidade laborativa. Migalhas, 2023. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/400975/visao-monocular-e-incapacidade-laborativa>. Acesso em: 08/11/2024.

# **ANÁLISE DAS MEDIDAS PROTETIVAS PREVISTAS NA LEI 11.340 DE 2006 E SUA IMPLEMENTAÇÃO E (IN)EFICÁCIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

## **ANALYSIS OF THE PROTECTIVE MEASURES PROVIDED FOR IN LAW 11.340 OF 2006 AND THEIR IMPLEMENTATION AND (IN)EFFICACY IN THE BRAZILIAN LEGAL SYSTEM**

**NICOLE YAIKO ANDREIA SOARES<sup>1</sup>**

**TAINARA CONTI PERES<sup>2</sup>**

**RESUMO:** A Lei Maria da Penha na luta contra a violência doméstica marca um avanço significativo, pois institui uma sequência de condutas e políticas voltadas para a eliminação das diversas formas de agressão dirigidas às mulheres no Brasil. Esse tipo de violência é um problema persistente no país, tornando essencial a criação de uma lei dedicada à proteção das mulheres. Consequentemente, em 2006, a Lei 11.340 foi promulgada após inúmeras violações de obrigações internacionais pelo Brasil. Embora essa lei descreva várias medidas de proteção, elas infelizmente não têm a eficácia necessária. Portanto, este estudo busca destacar essas deficiências examinando as principais causas subjacentes. Essa questão tem grande importância para a sociedade devido às suas severas repercussões não apenas para as vítimas, mas também para toda a unidade familiar. Uma metodologia descritiva foi empregada para esta pesquisa. O artigo aponta que diversos motivos auxiliam para a ineficácia das medidas de proteção estipuladas na legislação, impactando não apenas o judiciário, mas também as vítimas e as Autoridades Públicas como um todo.

**Palavras-chave:** Medidas protetivas; Lei Maria da Penha; Ineficácia.

**ABSTRACT:** The Maria da Penha Law in the fight against domestic violence marks a significant step forward, as it establishes a series of conducts and policies aimed at eliminating the various forms of aggression directed at women in Brazil. This type of violence is a persistent problem in the country, making it essential to create a law dedicated to the protection of women. Consequently, in 2006, Law 11.340 was enacted after numerous violations of international obligations by Brazil. Although this law outlines several protective measures, they unfortunately do not have the necessary effectiveness. Therefore, this study seeks to highlight these shortcomings by examining the main underlying causes. This issue is of great importance to society due to its severe repercussions not only for victims, but also for the entire family unit. A descriptive methodology was employed for this research. The article points out that several reasons contribute to the ineffectiveness of the protective measures stipulated in the legislation, impacting not only the judiciary, but also victims and Public Authorities as a whole.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade de Tecnologia do Vale do Ivaí – FATEC. [nicole1906yaiko@gmail.com](mailto:nicole1906yaiko@gmail.com)

<sup>2</sup> Professora e Coordenadora do Curso de Direito da Faculdade de Tecnologia do Vale do Ivaí – FATEC. Especialista em Direito e Processo do Trabalho e Direito Digital pelo Instituto CERS. Mestranda em Direito, Sociedade e Tecnologia pela Escola de Direito das Faculdades Londrina. [tainaracperes@gmail.com](mailto:tainaracperes@gmail.com)

**Key-words:** Protective measures; Maria da Penha Law; Ineffectiveness.

## 1. INTRODUÇÃO

A análise das medidas protetivas previstas na lei 11.340 de 2006 e sua implementação e (in)eficácia no ordenamento jurídico brasileiro, um tema que apresenta que a Lei Maria da Penha teve um avanço crucial na batalha contra a violência doméstica, pois descreve um conjunto abrangente de ações e políticas projetadas para eliminar as diferentes formas de agressão infligidas às mulheres no Brasil. Portanto, este tema vem ilustrar essas deficiências explorando as principais causas subjacentes, a importância da temática é profunda, pois acarreta sérias repercussões não apenas para as vítimas, mas também para toda a unidade familiar.

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender como as medidas protetivas antevisto na Lei Maria da Penha foram rupturas e os desafios encontrados em sua efetividade, inclusive explorar os aspectos específicos a essa situação, e por ver que a Lei 11.340 foi estabelecida depois uma série de descumprimentos de obrigações internacionais pelo Brasil.

Esta legislação descreve várias medidas de proteção que, lamentavelmente, não têm a eficácia necessária. Por ser um contexto que revela vários fatores aos quais contribuem para a ineficácia das medidas de proteção estipuladas na legislação relevante, impactando não apenas o judiciário, mas também as vítimas e as Autoridades Públicas em um contexto mais amplo.

E em razão de contextualizar mais conhecimentos de que, a violência doméstica representa uma realidade sombria para inúmeras mulheres no Brasil. Esta questão tem sido amplamente pesquisada e é uma preocupação crítica defendida por organizações internacionais dedicadas à promoção dos direitos humanos.

O problema envolve as seguintes questões:

a) As medidas protetivas previstas na Lei Maria da penha realmente funcionam para mulheres que sofrem violência e se enquadram sob o óbice de sua proteção? b) Os conceitos associados às medidas protetivas delineadas na Lei Maria da penha são de fato efetivos? c) As deficiências na implementação das medidas protetivas indicam que o Estado deve ser responsabilizado por sua ineficácia e falhas?

Por meio do desenvolvimento desta pesquisa, vislumbram-se as seguintes hipóteses: a) A Lei Maria da Penha oferece medidas protetivas que têm o potencial de salvaguardar mulheres em circunstâncias de violência; porém, ainda há espaço para melhorias em sua implementação dentro das práticas jurisdicionais brasileiras. Os críticos argumentam que a eficácia da Lei Maria da Penha em aplicações diárias ainda é insuficiente, especialmente no que diz respeito a medidas protetivas

emergenciais; b) A natureza dessas medidas é provisória, permitindo sua revogação a qualquer momento, e também podem ser substituído por alternativas mais adequadas que levem em conta a proporcionalidade no contexto específico, o que pode até levar à prisão preventiva do agressor, conforme indicado no texto do artigo 20 da Lei relevante; c) Um fator significativo que contribui para essa inadequação é a ausência de programas estaduais projetados para apoiar essas mulheres ou quaisquer outros recursos destinados a prevenir a recorrência de tais crimes. Além disso, tanto o Executivo quanto o Judiciário não supervisionam adequadamente a aplicação de medidas de proteção.

Esta pesquisa foi desenvolvida utilizando uma metodologia descritiva. Segundo Silva (2009), essa abordagem busca delinear as características de um fato ou particularidade e até mesmo identificar variáveis. O arcabouço teórico empregou extensivamente essa metodologia descritiva, durante a qual foram dissertadas as pesquisas e estudos mais relevantes sobre a Lei Maria da Penha e as medidas protetivas antevistos na regulamentação.

Ao categorizar as pesquisas de acordo com os métodos utilizados, este estudo se concentrará no domínio jurídico que aborda a violência doméstica contra a mulher, abrangendo, assim, princípios constitucionais que também pertencem ao direito civil e, em um contexto mais amplo, ao direito penal.

As informações utilizadas para compor este trabalho foram coletadas de um banco de dados da internet, empregando palavras-chave pertinentes ao tema selecionado. Essa abordagem levou à descoberta de vários artigos e monografias sobre o tópico, seguida de uma análise comparativa para identificar as fontes mais confiáveis.

O objetivo geral do trabalho é analisar os principais fatores associados às medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha, identificando as principais razões para a ineficácia dessas disposições.

Como objetivos específicos, essa pesquisa visa: i) explorar a lei 11.340 de 2006, apontada como Lei Maria da Penha, para identificar seus aspectos mais significativos e contextualizá-la efetivamente; ii) Buscar apresentar de forma concisa os conceitos associados às medidas protetivas traçadas na Lei Maria da Penha e destacar as deficiências na implementação dessas medidas protetivas, enfatizando a responsabilização do estado por sua falha e ineficácia.

A estrutura de todo o trabalho decorre na primeira parte sobre as medidas protetivas apoiado com a Lei 11.340/2006, seguindo da temática, conceito e objetivo das medidas protetivas, ainda sobre os tipos de medidas protetivas previstas na legislação, falando no tópico seguinte a implementação das medidas protetivas no ordenamento jurídico atual, e no título após será sobre o papel do poder judiciário e das instituições de segurança pública no conflito à violência doméstica, seguindo da efetividade das medidas protetivas no combate a violência doméstica, ainda envolvendo a análise da eficácia prática das medidas no contexto atual e fechando com os principais desafios na implementação das medidas protetivas e conclusão final de todo trabalho.

## **2. MEDIDAS PROTETIVAS DE ACORDO COM A LEI 11.340/2006**

Quanto às medidas protetivas que estão previstas na Lei 11.340 de 2006, faz com que a pesquisa foque na inadequação das medidas protetivas. Para isso, é crucial compreender o que essas medidas implicam e como são teoricamente inovadoras. Inicialmente, é importante considerar que a doutrina vê as medidas protetivas como disposições importantes da Lei Maria da Penha.

Quanto à significância surge de seu papel em situações em que as mulheres enfrentam ameaças iminentes de violência ao se envolverem com a polícia. Um aspecto fundamental das medidas protetivas é que, conforme descrito nos artigos 18 a 21 da referida Lei, o juiz é encarregado de sua implementação, exigindo atenção cuidadosa aos princípios de agilidade e compreensibilidade, visto que nenhum procedimento específico rege seu processamento.

Ademais, as medidas podem ser expedidas pelo juiz a exigência da vítima ou por meio de petição do Ministério Público, conforme indicado no **caput do artigo 19 da Lei Maria da Penha**. Dada sua natureza provisória, essas medidas podem ser revogadas a qualquer tempo e também podem ser substituídas por alternativas mais específicas, observadas ao equilíbrio **no caso perceptível, o que pode levar, inclusive, à prisão preventiva do agressor**, conforme detalhado no artigo 20 da lei relevante.

Desta maneira, é relevante evidenciar que a Lei Maria da Penha busca distinguir o ambiente prisional do sistema penal. Consequentemente, a implementação da prisão preventiva pela lei diferencia esse contexto, pois a prisão serve como uma das medidas protetivas, ampliando assim o abano de medidas prudentes que podem ser empregues.

Sobre esse assunto, as observações feitas por Thiago André Pierobom de Ávila (2007, p. 06) são sérias:

O sistema cautelar penal brasileiro, que particularmente identificava apenas dois remotos prisão preventiva ou liberdade provisória agora vê a introdução de medidas protetivas de urgência que forçam o agressor. Em essência, essas medidas representam novas alternativas a esse quadro binário. A lei estabelece medidas cautelares que permitem ao Estado responder de forma mais eficaz e menos violenta a situações que, a princípio, não especificariam a imposição da prisão preventiva (ÁVILA, 2007, p. 06).

Consequentemente, a prisão preventiva é uma exceção e deve se alinhar às estipulações descritas no Código de Processo Penal nos artigos 312 e 313. Também deve levar em respeito o

contexto de violência enfrentado pela mulher, garantindo que a prisão seja a única opção viável para proteger sua integridade.

Nesse sentido, Lavigne e Perlingeiro (2011, p.300), enfatizam o seguinte:

Consequentemente, um cenário complexo emerge quando o descumprimento de um indivíduo com os direitos fiscais restritivos por uma medida protetiva é confirmado e posteriormente violado. Esta situação apresenta uma dupla necessidade: de um lado, o Estado deve exercer uma diligência devida na salvaguarda dos direitos da mulher, incluindo a sua integridade pessoal e de vida; Por outro lado, há uma exigência de adesão aos padrões mínimos de intervenção criminal, que dizem respeito à liberdade. É essencial considerar a seriedade do envolvimento do Estado na restrição da liberdade preventiva de alguém, **simultaneamente que se reconhece a gravidade do ato em si e sua potencial ameaça aos direitos humanos de outro indivíduo (a mulher)**. Nesse contexto, a justificativa para privar o sujeito de sua liberdade preventiva surge da existência de uma ameaça ou risco de dano a um bem legalmente protegido, ao mesmo tempo em que se considere a natureza excepcional que permite tal medida (Lavigne e Perlingeiro, 2011, p. 300).

É relevante notar que, a natureza jurídica das medidas protetivas necessita de uma classificação doutrinária definitiva, pois podem se enquadrar em categorias civis ou criminais. No entanto, a interpretação dominante sugere que essas medidas devem ser compreendidas de uma forma que permita uma aplicação mais ampla e maior salvaguarda dos direitos fundamentais das mulheres que buscam tal proteção.

A Lei Maria da Penha foi criada em 2006 para categorizar a violência contra as mulheres — seja ela física, mental ou psicológica — como uma infração criminal. Essa legislação introduziu penalidades para os infratores e atribuiu a várias instituições públicas a responsabilidade de supervisionar e amparar os direitos das mulheres. A Lei 11.340/2006 estabeleceu medidas protetivas importantes que apoiam mulheres que sofrem violência doméstica e familiar. No Brasil, o ano de 2018 viu a aplicação de 339,2 mil medidas protetivas, marcando um aumento de 16% em relação a 2017.

### **3 CONCEITO E OBJETIVO DAS MEDIDAS PROTETIVAS**

Uma medida protetiva, como o termo indica, “refere-se a uma ação ou estratégia projetada para proteger mulheres que podem estar sofrendo violência doméstica, bem como abuso físico, mental ou psicológica, ou aquelas que estão em risco de violência potencial no futuro” (Capez, 2002, p.112).

Visto que nos mecanismos legais conhecidos como medidas protetivas são projetadas para salvaguardar indivíduos em risco, incluindo aqueles que vivenciaram violência doméstica e familiar. Seu objetivo é reduzir e prevenir tal violência, ao mesmo tempo em que garante que os direitos básicos

das vítimas sejam mantidos. Medidas protetivas podem assumir uma forma civil ou criminal e podem ser buscadas pela própria vítima, pelo Ministério Público ou por meio de um advogado ou pela Defensoria Pública. É o juiz que, em última instância, determina se aprova ou nega o pedido da medida.

Já as medidas protetivas fornecem salvaguardas legais para mulheres que sofrem violência doméstica ou familiar. Essa proteção é fornecida mediante uma solicitação de medida protetiva, da qual várias ações destinadas a garantir a segurança da mulher podem ser derivadas.

Um juiz revisará o procedimento, mas é essencial entender que a vítima pode solicitar as medidas principalmente na Delegacia de Polícia sem precisar de um advogado presente, embora seja aconselhável ter um. Além disso, para resguardar o bem-estar físico da mulher, a Lei Maria da Penha estipula que as medidas protetivas serão tratadas independentemente do processo primário, que envolve a denúncia do crime perpetrado pelo agressor (como ameaças, lesões corporais, etc.).

Nesse sentido, é importante ressaltar o ponto de vista de Nascimento et al:

Medidas protetivas podem ser entendidas como ações destinadas a garantir que as mulheres tenham a liberdade de buscar proteção estatal, particularmente proteção legal, contra seu suposto agressor. Para obter essas medidas, é essencial identificar comportamentos que signifiquem violência contra as mulheres, que muitas vezes ocorrem em contextos domésticos ou familiares envolvendo essas partes (Nascimento *et. al.*, 2015, p.10).

Ademais, em vários casos, as vítimas não denunciam seus agressores por vários motivos, principalmente devido ao medo, levando à falta de responsabilização e permitindo que o abuso persista. No entanto, muitas vezes ocorre que, mesmo após várias queixas serem apresentadas, as medidas necessárias não são concedidas ou não conseguem interromper adequadamente a agressão, levando a atos repetidos pelo agressor. Uma questão notável é o desafio de implementar e monitorar medidas protetivas para garantir a eficácia das ordens judiciais, pois frequentemente é inviável aplicar integralmente essas disposições. “Vários fatores contribuem para a ineficácia dessas providências” (Carneiro; Carvalho, 2016, p. 9).

A intervenção da vítima em relação às deficiências das medidas protetivas é amplamente influenciada pelas características únicas associadas à violência doméstica. A autora observa que um aspecto fundamental desse tipo de violência é sua rotinização, que executa um papel crucial no fomento transtorno emocional e da presença contínua da mulher no relacionamento.

O objetivo é que esse elemento seja essencial para garantir a eficácia da medida, a seguridade da mulher e a eficiência de restrições ao agressor, incluindo sua remoção do domicílio e a entrega de quaisquer armas de fogo que ele possa ter. É essencial destacar que a lei não especificou um prazo para

a medida protetiva, levando a um consenso geral de que ela deve permanecer em vigor enquanto houver ameaça à mulher.

Sendo assim, conforme descrito no artigo 22 e 24 da Lei Maria da Penha, as medidas protetivas de urgência, veio com propósito de proteger, não necessariamente só a vítima, mas patrimônio e dependentes.

#### **4 TIPOS DE MEDIDAS PROTETIVAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO**

Como declarado no início, a Lei Maria da Penha introduz uma inovação significativa em relação às medidas protetivas; Diferentemente de outros marcos legais, ela estabelece obrigações que se aplicam tanto ao ofensor quanto à vítima.

E no artigo 22 deste regulamento descreve as medidas que são obrigatórias para o agressor, que incluem: suspensão da posse de armas ou restrições ao porte de armas; despejo da residência ou espaço compartilhado; exceção de diálogo com a vítima ou sua família; limitações ou suspensão de direitos de visita a menores; e provisão de pensão alimentícia provisória ou temporária. Em relação a essas medidas, Juliana Belloque enfatiza os seguintes pontos:

O legislador compilou uma lista de medidas destinadas a conter o agressor, informada por uma compreensão das técnicas especialmente empregadas por perpetradores de violência doméstica e familiar que incapacitam a vítima ou dificultam severamente sua capacidade de resposta a tais situações. Dado que a violência doméstica e familiar contra as mulheres ocorre predominantemente em casa onde o agressor, a vítima e outros membros da família, particularmente crianças, residem é bastante comum que o perpetrador explore esse ambiente e os laços familiares para intimidar a mulher, desencorajando-a assim de denunciar o abuso às autoridades. Essa dinâmica contribui significativamente para o ciclo e a normalização da violência, fazendo com que a mulher sinta que não tem meios para escapar do relacionamento, muitas vezes renunciando-se ao papel de vítima para preservar sua casa e cuidar de seus filhos (Belloque, 2011, p. 308).

Sob outro enfoque, o artigo 23 descreve as medidas que são especificamente destinadas à mulher, que incluem: encaminhamento da vítima e sua família para um programa de proteção; permitir que a vítima retorne ao domicílio após a remoção do agressor; realocar a vítima de sua residência, resguardando seus direitos em relação à propriedade, à guarda dos filhos e à pensão alimentícia; e separação de corpos. Um aspecto notável dessas medidas protetivas é sua natureza não exaustiva, que permite ao juiz implementar medidas adicionais não explicitamente mencionadas no arcabouço legal se as diretrizes do caso em questão

explicam tais ações, orientando assim as decisões do juiz em favor da vítima, de sua família e de seus bens.

Portanto, é importante destacar que essas medidas protetivas podem ser aplicadas simultaneamente, desde que mantidas a um equilíbrio. Tanto elas cumulativa, mas que preze pela proporcionalidade.

## **5 IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO ATUAL**

Na implementação de medidas protetivas não produz os resultados esperados, faltando eficácia na salvaguarda dessas mulheres. Para apoiar essa visão, o autor destaca que as vítimas muitas vezes continuam a registrar boletins de ocorrência mesmo depois que tais medidas estão em vigor, indicando que os agressores não aderem às ordens estabelecidas.

Vários obstáculos dificultam o cumprimento efetivo da implementação de medidas protetivas. Esses desafios são evidentes durante a fase extrajudicial, onde as vítimas buscam ajuda de autoridades policiais. Muitas vezes, essa assistência é inadequada por vários motivos, incluindo o pessoal e os recursos limitados disponíveis nas delegacias de polícia.

Uma questão adicional se refere à jurisdição descrita na Lei 11.340 de 2006. O Artigo 33 especifica que quando o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher não estiver disponível, o que geralmente é o caso, as medidas protetivas devem ser atribuídas ao tribunal criminal, onde um juiz pode combinar a jurisdição civil e criminal. No entanto, juízes criminais frequentemente rejeitam medidas civis, alegando que não têm autoridade para julgar tais casos.

Bechara ressalta que não há um entendimento coerente sobre essa dupla jurisdição: embora aspectos civis e criminais sejam evidentes, a prática efetiva enraizada em princípios de igualdade, celeridade, segurança e bom senso exige que todas as medidas protetivas sejam vistas sob uma única natureza jurídica, como será elaborado mais adiante (Bechara, 2014, p. 26).

A legislação relativa à supervisão do cumprimento dessas medidas, especificamente aquelas aplicáveis aos agressores, é ambígua e cuidadosa de esclarecer sobre os mecanismos necessários para monitorar a adesão. Como resultado, garantir sua implementação é altamente complicado, e não há garantia de que o agressor manterá distância da vítima ou seguirá outras estipulações delineadas nas medidas.

Na atualidade como analisado na proposta da senadora Damare Alves (Republicanos-DF), a Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 2006) prevê medidas protetivas de urgência que devem ser implementadas em prazos menores. Essas medidas incluem a restrição da proximidade do agressor e o destino da vítima para um programa oficial de proteção. O Projeto de Lei 3.687/2024 foi subordinado à convicção da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Conforme consta no texto, a autoridade policial é obrigada a conduzir a petição de medida protetiva da vítima ao juiz presidente em até 24 horas, sob pena de responsabilização. Além disso, o prazo para transmissão de desacato de medida protetiva também foi ampliado para 24 horas. Nesses casos, o juiz terá o mesmo prazo para decretar a prisão preventiva do ofensor ou impor outras sanções pertinentes.

Para embasar seu projeto, Damaris revela um aumento de 9,8%, de acordo com os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em relação à violência contra a mulher, isso no ano de 2023, assim como no relatório da CNJ – Conselho Nacional de Justiça, que mostra uma taxa de 44% de infração de medidas protetivas de urgência em 2022<sup>10</sup>.

A autora argumenta que é essencial encurtar esses prazos para concordância de medidas protetivas, o que agilizará o processo para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Nota-se que a implementação efetiva ainda é desafiadora, mas isso também aprimoraria os procedimentos para lidar com o descumprimento de medidas protetivas de urgência, melhorando, assim, a eficiência e a capacidade de resposta do sistema jurídico na luta da violência contra a mulher.

## **5 O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO E DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

A concretização da Lei Maria da Penha em 2006 determinou que todos os tribunais do país criassem tribunais especializados para lidar e julgar casos envolvendo violência contra mulheres. Essa legislação atribuiu um papel crucial ao judiciário no tratamento e responsabilização de delitos ocorridos em ambientes domésticos, familiares e íntimos.

Desde a introdução da lei, a administração pública em todas as elevações de governo tem sido encarregada de promover ativamente a cautela e a contenção da violência contra as mulheres, desenvolvendo mecanismos e recursos para garantir a eficácia da lei além das respostas da justiça criminal. “Por exemplo, delegacias especializadas foram criadas dentro das forças de segurança para auxiliar as mulheres, e há batalhões militares dedicados ao monitoramento de situações de violência

---

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/relatorio-aponta-aumento-no-numero-de-processos-de-violencia-domestica-ou-feminicidio-em-2022/> .. Acesso em: 12 de nov. 2024

doméstica” (por exemplo, Policiamento de Prevenção à Violência Doméstica e Familiar PROVID, no Distrito Federal) (Pasinato, W, 2015, p. 408).

Além disso, os serviços de saúde são obrigados a relatar casos suspeitos de violência contra as mulheres, conforme a Lei nº 13.931 de 2019, entre várias outras instituições. Além disso, o Judiciário carecia anteriormente de um setor dedicado à coordenação e promoção de políticas públicas nessa área, bem como à representação institucional do órgão perante os demais membros da Rede de Proteção à Mulher do Distrito Federal.

A resolução do CNJ mencionada anteriormente orientava que todos os Tribunais de Justiça criassem Coordenadorias dedicadas à formulação de políticas que assegurassem os direitos humanos das mulheres nos contextos doméstico e familiar, enfatizando a coordenação da Rede de Proteção e Assistência à Mulher. Adicionalmente, essa regulamentação do CNJ indicava que essas Coordenadorias deveriam facilitar a colaboração entre o Judiciário e diversas organizações governamentais e não governamentais, levando em consideração questões relacionadas à violência de gênero.

É evidente que a criação de Coordenadorias estaduais para o combate da violência contra as mulheres provocou mudanças institucionais significativas dentre diversos Tribunais de Justiça estaduais como também dentre Tribunais de Justiça do Distrito Federal. Essa mudança transformou sua abordagem sobre políticas públicas orientadas ao combate à violência contra as mulheres e também definiu as interações do Judiciário com outras organizações parceiras (Gomes *et al.*, 2013).

O Distrito Federal implementou isso por meio da Portaria GPR TJDFT nº13<sup>11</sup>. A estrutura organizacional do Tribunal foi estabelecida pela 13 (2012), que se alinhou à recomendação do CNJ de criar o Centro Judiciário de Resolução de Conflitos e Cidadania de Mulheres em episódios de Violência Doméstica e Familiar (CJM). Este centro está associado ao Centro Permanente de Métodos Consensuais de Resolução de Conflitos sob a Segunda Vice-Presidência. Desde 2010, inúmeras regulamentações foram emitidas, aprimorando cada vez mais a estrutura e as condições necessárias para as operações do setor. Essas políticas estão situadas no contexto histórico da implementação do LMP e redefiniram a abordagem dos Tribunais a essa questão.

O Judiciário recebeu uma responsabilidade significativa pela Lei de abordar e garantir a responsabilização por delitos ocorridos em ambientes domésticos, familiares e íntimos. Em 2011, a Resolução CNJ n.º 128 orientou todos os Tribunais de Justiça a criarem Coordenadorias dedicadas à formulação de políticas que defendam os direitos humanos das mulheres no contexto de questões domésticas e familiares. Essa iniciativa enfatiza a coordenação da Rede de Proteção e Assistência à

---

<sup>11</sup>Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/publicacoes/publicacoes-oficiais/resolucoes-do-pleno/2012/00013.html>. Acesso em 07 de nov. 2024.

Mulher, que consiste em várias organizações governamentais e não governamentais focadas em questões relacionadas à violência de gênero.

Conforme demonstrado anteriormente, o fornecimento de medidas de proteção emergenciais não garante automaticamente a segurança de mulheres que sofrem violência doméstica. Um fator significativo que contribui para esse problema é a ausência de programas estaduais projetados para auxiliar essas mulheres ou prevenir incidentes futuros.

Além disso, tanto o Executivo quanto o Judiciário não supervisionam adequadamente a implementação dessas medidas de proteção. Essa supervisão é crucial para sua eficácia; sem monitoramento, o perpetrador pode não perceber nenhuma ameaça real. Em essência, as Autoridades Públicas não conseguem garantir a eficácia dessas medidas. Além disso, pessoal insuficiente, falta de recursos relacionados à Polícia Judiciária e outras ferramentas necessárias agravam essa situação.

## **6 A EFETIVIDADE DAS MEDIDAS PROTETIVAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

A Lei Maria da Penha introduziu medidas protetivas de emergência inovadoras com o objetivo de empoderar as mulheres para evitar a violência doméstica e familiar. Para serem eficazes, essas medidas protetivas de emergência seguem uma série específica de etapas.

O processo começa quando a vítima vai a uma delegacia de polícia, idealmente a Delegacia da Mulher, para registrar um boletim de ocorrência sobre a violência doméstica que sofreu e solicitar uma medida protetiva de emergência contra o agressor. Essa solicitação será então enviada a um juiz, que tem 48 horas para avaliá-la. Embora a vítima possa passar da apresentação da queixa para a solicitação da medida protetiva de emergência e aguardar a decisão do juiz sem um advogado, ter suporte jurídico durante essa fase é altamente benéfico e crucial para garantir que a medida protetiva seja concedida à vítima.

É importante mencionar que um método alternativo para solicitar essa medida é por meio de uma petição apresentada ao Juiz ou ao Ministério Público, que o magistrado avaliará em até 48 horas após o recolhimento. O tratamento dessa solicitação envolve um grau de complexidade, pois exige a revisão de vários componentes, incluindo documentos pessoais, relatórios médicos, avaliações forenses, depoimentos de testemunhas e o relatório da equipe multidisciplinar nomeada pelo Tribunal ou Juiz relevante.

Os requisitos probatórios devem ser mais flexíveis, indicando que evidências fortes podem não ser necessárias. Em vez disso, um boletim de ocorrência detalhando os eventos envolvendo a vítima

de violência doméstica, juntamente com um pedido de medidas protetivas e uma justificativa, bem como uma declaração de uma testemunha que tenha conhecimento do crime, seria suficiente.

“Embora anexar declarações de testemunhas neste estágio inicial não seja obrigatório, é aconselhável incluí-las com o pedido de medidas protetivas urgentes, pois isso permitirá que o juiz presidente tome uma decisão mais informada” (Cavalcanti, 2010, p. 28).

A Lei Maria da Penha conceitua de que a violência doméstica é crime, trazendo meios que evite, enfrente e punir qualquer agressor. Também deixando claro de que os órgãos públicos são responsáveis em auxiliar as mulheres em caso de abuso de violência, conforme previsto na Lei nº 11.340/06.

O artigo 29 (Lei nº 11.340/06) ressalta a importância de fornecer à vítima suporte multidisciplinar abrangente para garantir assistência adequada. Essa abordagem multidisciplinar envolve especialistas de serviços sociais, psicologia, saúde e direito, todos voltados para a prestação de cuidados completos à vítima e a quaisquer familiares que possam ser afetados durante esse período desafiador de violência doméstica. O objetivo dessa equipe é auxiliar o juiz na implementação de medidas e até mesmo na formulação da sentença por meio de documentação técnica (Cunha; Pinto, 2014, p. 177).

É fundamental destacar que, conforme disposto no Art. 21 (Lei nº 11.340/06), a vítima tem o direito de ser comunicada de todas as ações processuais relacionados ao agressor. Isso inclui comunicação específica sobre a admissão ou saída do agressor da prisão, e não há exigência de informar o advogado ou o defensor público em tais casos.

O artigo 21 estabelece que a vítima deve ser informada sobre as ações processuais relativas ao agressor, particularmente sobre sua admissão e saída da prisão. Essa notificação ocorre sem prejuízo da ameaça do advogado ou defensor público designado.

Não é essencial que o Juiz exija todos os componentes essenciais de uma queixa, investigação ou queixa inicial, uma vez que é sua responsabilidade garantir que a solicitação da vítima tenha sido encaminhada às autoridades policiais. O autor argumenta ainda que uma deficiência em evidências, documentos ou informações não deve levar à rejeição ou arquivamento do caso; no entanto, alguns juízes ainda optam por rejeitar os casos, o que afeta negativamente a vítima, que é então encarregada de coletar evidências em um prazo apertado de 48 horas, criando desafios.

“O Juiz vê essas rejeições como uma forma de evitar tomar decisões arbitrárias, especialmente dada à falta de evidências substanciais da vítima, o que poderia deixá-la exposta ao perpetrador” (Dias, 2013, p. 145).

No entanto, essas medidas de proteção são delineadas de forma mais precisa na Lei Maria da Penha, que demonstra eficácia e recebe elogios de especialistas.

## **7 ANÁLISE DA EFICÁCIA PRÁTICA DAS MEDIDAS NO CONTEXTO ATUAL**

Segundo a ONU, a Lei 11.340/06 é reconhecida como uma das três leis mais impactantes globalmente no combate à violência doméstica contra mulheres. Esta legislação surgiu da defesa dos direitos das mulheres e dos movimentos feministas que visam estabelecer uma estrutura que aborde a impunidade dentro do contexto nacional de violência doméstica. Conforme observado por Porto (2014, p. 101), "Um dos motivos que mais inspira a Lei 11.340/06 é dar a devida efetividade à função protetiva dos bens jurídicos".

As medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha, a esse respeito, Porto observa que:

O legislador, motivado por acordos internacionais que o Brasil assinou, reconheceu as tradições injustas e seus efeitos persistentes, particularmente a violência generalizada contra as mulheres perpetrada por homens. Em resposta, ele buscou enfrentar essa questão abordando uma de suas causas raízes: a falta de responsabilização e a proteção inadequada para as mulheres. Isso foi feito por meio da implementação de medidas protetivas para vítimas de violência doméstica, que são projetadas para serem preventivas e enraizadas na compreensão da vulnerabilidade das mulheres, bem como na necessidade de eficiência e ação rápida (Porto, 2014, p.103).

Sob a eficácia da Lei Maria da Penha, uma vítima de violência doméstica pode solicitar ao juiz apropriado medidas de emergência ao relatar um incidente. Essas medidas visam remover o agressor da presença da vítima, ajudando a interromper a violência em andamento ou impedindo que ela se agrave ainda mais.

De acordo com Dias (2007, p. 79), "é dever da polícia, do juiz e do promotor público prevenir o agressor e garantir a segurança da vítima e de seus dependentes, tanto pessoalmente quanto em relação à propriedade". Todas as partes envolvidas devem agir de forma rápida e eficaz.

Os regulamentos incluem disposições que se estendem além do texto legal encontrado nos artigos 22 a 24; essas medidas de proteção destinadas a salvaguardar as mulheres também são integradas em toda a estrutura, conforme serão observadas por Gerhard que cita:

Além disso, as iniciativas de proteção às vítimas visam diminuir a distância entre as medidas protetivas imediatas solicitadas pela vítima e a efetiva adesão do agressor por meio de monitoramento contínuo. Essa fiscalização das

medidas protetivas conta com a colaboração das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, que notificam todas as ocorrências registradas, acompanhadas das medidas protetivas de urgência pleiteadas pela vítima, antes mesmo de sua aprovação pelos Juizados Especiais. Utilizando informações da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, é estabelecido um cronograma de visitas da polícia militar. A justificativa para o monitoramento da vítima antes da aprovação judicial decorre da maior vulnerabilidade apresentada pela vítima após ter denunciado o agressor, buscado representação contra o agressor e requerido medidas protetivas de urgência (Gerhard, 2014, p. 87).

Nesse contexto, Gerhard (2014, p. 87) destaca “as vistorias periódicas realizadas nas residências de vítimas de violência doméstica sob medidas protetivas, enfatizando que a autoridade policial também funciona como meio de prevenção primária”. Essa abordagem visa avaliar as circunstâncias reais enfrentadas por ambas as partes e garantir que o agressor esteja aderindo às medidas estipuladas.

Assim, é importante destacar que a necessidade de estabelecer um padrão para abordar a violência contra as mulheres e a violência doméstica é abordada em tratados internacionais que o Brasil ratificou, bem como em sua constituição. Essas estruturas são projetadas para garantir proteção imediata. Se uma medida de proteção for violada, o infrator poderá enfrentar penalidades nos termos dos artigos 330 a 359 do Código Penal, com base exclusivamente na discricionariedade do juiz, que também pode optar por não classificar a violação como uma infração penal.

Antes da implementação da Lei 11.340/06, os casos de violência doméstica e agressão eram administrados pelos Juizados Especiais, onde as penalidades para o agressor normalmente envolviam serviços comunitários e o fornecimento de cestas básicas. Essa abordagem permitiu que o agressor voltasse para casa sentindo uma sensação de impunidade, levando à repetição de comportamento violento devido à crença de que não haveria repercussões.

Também é merecedor de nota que o agressor muitas vezes não foi afastado da vítima ou do ambiente familiar ao redor. Atualmente, a responsabilidade recai sobre a polícia e o sistema judicial para promulgar medidas que dissuadam o agressor; na verdade, as vítimas agora podem solicitar medidas protetivas diretamente ao juiz para garantir sua segurança. “Essas ações visam fazer o agressor perceber que tal comportamento não ficará mais impune”. (Souza, 2007, p. 152).

As vantagens trazidas pela Lei 11.340/06 são inegáveis, pois ela fez um progresso significativo no combate à impunidade e encorajou as vítimas de violência doméstica a fazer valer seus direitos e denunciar seus agressores. Esta lei também estabeleceu métodos compassivos para apoiar as mulheres, que incluem políticas públicas e iniciativas de conscientização da sociedade. Anos após sua implementação, a Lei Maria da Penha se destaca como uma história de sucesso. Apenas 2% dos brasileiros desconheciam esta

legislação, e houve um aumento impressionante de 86% nas denúncias após sua criação. Com a introdução desta lei, a violência contra as mulheres ganhou visibilidade e deixou de ser vista como uma preocupação privada trivial; em vez disso, passou a ser reconhecida como uma questão social e governamental que requer assistência, prevenção e punição para tais incidentes (Porto, 2014, p.114).

É fundamental ressaltar que as medidas protetivas foram estabelecidas para conferir à mulher autoridade jurisdicional sobre seus direitos, não apenas na lei, mas também na Constituição Federal. Portanto, é vital ressaltar que essas medidas visam capacitar a vítima a tomar a iniciativa ao decidir buscar proteção estatal, particularmente proteção jurisdicional, contra um potencial agressor. Para que essas medidas tenham efeito, é necessário demonstrar que um ato qualificado como violência contra a mulher ocorreu, especificamente no contexto das relações domésticas e familiares. “Para efetivamente amparar as mulheres vítimas de violência, é imperativo que um pedido de proteção seja feito juntamente com a acusação, pois este é o único método para coibir tal violência” (Campos, 2008, p.114).

Nesse sentido, vale ressaltar que o governo, conforme expresso pela Ministra da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, Eleonora Menicucci, visa aplicar com sucesso a Lei Maria da Penha em todo o país. O governo reconhece que o sucesso desse conjunto de regulamentações depende de uma rede de serviços estabelecida para garantir a segurança da vítima. Isso indica que a lei é válida e eficaz, com sua eficiência dependendo inteiramente da capacidade do governo de implementar a proteção das mulheres conforme descrito na Lei 11.340/2006 (Lima, 2009, p.96).

De acordo com Calazans e Corte (2011, p.87), “a Lei 11.340/06 se destaca como um dos exemplos mais convincentes de progresso democrático”. A Lei Maria da Penha transformou a forma como o Estado aborda os casos de violência doméstica por meio de três vias principais: aumentou as penas para os infratores, aumentou o empoderamento e as medidas de segurança para as vítimas denunciarem crimes e melhorou os processos judiciais, permitindo que o sistema de justiça criminal abordasse os casos de violência doméstica de forma mais eficaz.

De acordo com a nova legislação, se houver confirmação de uma ameaça atual ou potencial à vida ou à segurança física de uma mulher ou de seus subordinados, o agressor será prontamente removido da casa ou local onde a vítima reside. Essa ação pode ser ocupada pela autoridade judiciária, pelo delegado de polícia ou por um policial nos casos em que o município não tenha delegado de polícia no momento da denúncia.

Pela regra estabelecida, fica registrado que quando um policial decide implementar medidas protetivas de urgência, o juiz deve ser informado em até 24 horas, permitindo que o juiz avalie se mantém ou revoga a medida dentro desse prazo, e também notifique o Ministério Público.

Antes da implementação das mudanças em 13 de maio de 2019, o prazo era de 48 horas. Mônica Sapucaia Machado, professora do programa de pós-graduação da Escola Brasileira de Direito (EDB), vê essa medida como positiva em um país que está entre os mais violentos contra as mulheres. Como resultado, a alteração na lei criou uma necessidade urgente de adesão à medida, levando a uma maior efetividade na prestação de proteção.

## **8 PRINCIPAIS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS**

A Lei Maria da Penha, embora pareça uma lei implementada há muitos anos, é considerada relativamente recente considerando todas as situações que as mulheres vivenciaram ao longo de tantas décadas. Sabemos que as mulheres, na grande maioria dos casos, sempre foram vistas como seres inferiores, que estavam ali apenas para obedecer aos cônjuges e cuidar dos afazeres domésticos e dos filhos. O lugar da mulher na sociedade por muitos anos foi de inferioridade, e hoje ainda vemos resquícios desses comportamentos arcaicos.

A Lei foi criada com o objetivo de combater as recorrentes situações de violência contra a mulher no Brasil, dando proteção às vítimas de violência contra seus agressores, como, por exemplo, proibir que as mulheres tenham contato com seus agressores. Portanto, mesmo que a letra da lei seja eficiente, ainda há vários obstáculos que o judiciário enfrenta em sua aplicação, principalmente no que se refere às medidas protetivas.

Não há, de fato, uma supervisão direta do agressor para impedi-lo de se aproximar da vítima. A única proteção que a mulher tem é a medida, mas só o que está escrito no papel não é suficiente para impedir que o agressor tente contatar a vítima. Dada a dificuldade e a falta de fiscalização eficiente para garantir o cumprimento da medida, conseqüentemente, o agressor pode facilmente contatar a vítima, por qualquer meio, mas o pior deles: a proximidade física, que, na maioria das vezes, acaba resultando em mais agressões e chegando ao extremo, que é o assassinato daquela mulher.

Os obstáculos que impedem a lei de atingir seus objetivos e ser implementada conforme pretendido continuam existindo mesmo depois de vários anos, conforme observado pela Comissão Parlamentar Conjunta de Inquérito. A pesquisa conduzida revela que as dificuldades em aplicar medidas de proteção e seus efeitos sobre o feminicídio estão ligados a vários fatores: a relutância da vítima em denunciar o incidente, o treinamento inadequado de muitos profissionais que não estão suficientemente equipados para lidar com casos de violência contra as mulheres, levando a medos entre essas mulheres sobre

abordar as autoridades e uma cultura predominante de baixa responsabilização e impunidade para os perpetradores (Campos, 2015, p. 391-392).

De acordo com Bernardes et al. (2023, p. 1-9), “implementar efetivamente políticas direcionadas para lidar com a violência contra as mulheres é difícil, sendo o feminicídio uma das formas mais mortais dessa violência”.

A cultura de impunidade e a supervisão insuficiente das medidas de proteção levam a vários efeitos negativos na vida das mulheres que dependem dessas medidas para segurança. Apesar de sua existência, não há garantia de que o agressor ficará longe, pois as autoridades não monitoram ativamente a situação.

## **9 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Portanto, a Lei Maria da Penha representa um passo significativo na proteção das mulheres contra a violência doméstica, principalmente ao criar vários mecanismos destinados a oferecer proteção contra agressões familiares. No entanto, a eficácia dessas medidas de proteção fica aquém dos padrões essenciais exigidos.

Este estudo conduziu um exame preliminar da regulamentação, destacando os principais elementos associados à Lei 11.340 de 2006, ao mesmo tempo em que discutiu a situação desafiadora em torno da negligência do Brasil em tratados internacionais que visam eliminar a violência doméstica. As principais ideias sobre as medidas de proteção descritas na Lei Maria da Penha foram posteriormente discutidas, com foco em suas principais características e como elas podem ser aplicadas.

Em conclusão, buscamos identificar as principais questões associadas à adesão a essas medidas, ilustrando por meio de pesquisa significativa como esses desafios impactam a entrega efetiva da proteção estatal para essas vítimas.

As descobertas indicaram claramente que várias medidas de proteção foram implementadas, apesar do aumento significativo nos casos de violência doméstica. Foi demonstrado que as questões que tornam essas medidas de proteção ineficazes estão vinculadas aos procedimentos, às vítimas e às próprias deficiências do estado.

Este trabalho não cobre o assunto em sua totalidade, destacando a necessidade de estudos adicionais que busquem explorar e propor soluções para essas questões. A importância deste tema vai além do âmbito acadêmico, pois impacta significativamente a sociedade, principalmente as mulheres, que enfrentam diariamente diversas formas de violência, principalmente a doméstica e familiar relacionada ao gênero.

## REFERÊNCIAS

ÁVILA, Thiago André Pierobom de. Lei Maria da Pena: Uma análise dos novos instrumentos de proteção às mulheres. Projeto BuscaLegis 2007. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/13477-13478-1-PB.pdf>

. Acessado em 9 de nov. de 2024.

BECHARA, Julia Maria Seixas. Violência doméstica e natureza jurídica das medidas protetivas de urgência. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/17614/violenciadomestica-e-natureza-juridica-dasmedidas-protetivas-de-urgencia>. Acessado em 12 de nov. de 2024.

BELLOQUE, J.: Das medidas protetivas que obrigam o agressor artigos 22. In:

CAMPOS, C. H. (Org.). Lei Maria da Pena comentada em uma perspectiva jurídico feminista. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011, p. 307-314.

BERNARDES, Emilly Pereira. COSTA, Yohana Caroline. Serviço Social Em Delegacias Especializadas De Atendimento À Mulher E O Desafio Do Femicídio No Brasil: Uma Análise Crítica Da Ineficácia Das Medidas Protetivas. Revista Direito, vol. 28, n. 128, p. 1-19, nov, 2023. Disponível em: <https://revistaft.com.br/servico-social-em-delegacias-especializadas-de-atendimento-a-mulher-eo-desafio-do-femicidio-no-brasil-uma-analise-critica-da-ineficacia-das-medidas-protetivas/>. Acesso em: 8 nov. 2024.

CALAZAN, M.; CORTES, I. O processo de criação, aprovação e implementação da Lei Maria da Pena. In Campos, C. H. (Org.). Lei Maria da Pena comentada em uma perspectiva jurídico – feminista . Rio de Janeiro: Editora Lumem Juris, 2011.

CAMPOS, Antônia Alessandra Sousa. A Lei Maria da Pena e a sua efetividade. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual Vale do Aracajú. Fortaleza, 2008.

CAMPOS, Carmen Hein de. Desafios na Implementação da Lei Maria da Pena. Revista Direito Gv, São Paulo, vol. 11, n. 2, p. 391-406, jul/dez, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/gMFCnKzQdJzX3hLv7pPdKf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 nov. 2024.

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

CARNEIRO, Suzi Penha; CARVALHO, Maria Luciene Barbosa. A violência de gênero e as medidas protetivas. Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/download/14578/3278>. Acessado em 11 de nov. de 2024.

CAVALCANTI. Stela Valéria Soares de Farias. Violência doméstica: análise da Lei Maria da Pena, N. 11.340/2006. 3. ed. Salvador: Podivm, 2010.

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. Violência Doméstica: Lei Maria da Pena (Lei 11.340/2006), comentada artigo por artigo. 2. Ed. Rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. p. 67.

DIAS, M. B. A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

DIAS, Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da lei 11.340/2006 de combate a violência doméstica e familiar contra a mulher. 2. tir. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

GERHARD, Nadia. Patrulha Maria da Penha. 1. ed. Porto Alegre: Age Editora, 2014.

GOMES, A., De Oliveira, & Guimarães, T. (2013). Desempenho no Judiciário. Conceituação, estado da arte e agenda de pesquisa. *Revista de Administração Pública*, 2.

GOMES DA SILVA, Paulo Thadeu. Constituição: Resiliência e Relevância. In: SOUZA NETO, Cláudio Pereira; SARMENTO, Daniel; BINENBOJM, Gustavo (Coord.). Vinte Anos da Constituição Federal de 1988. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

LAVIGNE, R. R.; PERLINGEIRO, C.: Das medidas protetivas de urgência artigos 18 a 21. In: CAMPOS, C. H. (Org.). Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011. p. 289-306.

LIMA, Paulo Marco Ferreira. Violência contra a mulher. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

NASCIMENTO, Adriana Siqueira et al. A Lei Maria da Penha e as formas de violência doméstica contra a mulher. *Revista Científica, Paracatu*, v. 1, n. 5, p.60-76, out. 2015. Disponível em: <http://www.atenas.edu.br/Faculdade/arquivos/NucleoIniciacaoCiencia/REVISTAS/REVIST2015/n5/7.pdf>. Acessado em 11 de nov. de 2024.

PASINATO, W. (2015). Acesso à justiça e violência doméstica e familiar contra as mulheres: as percepções dos operadores jurídicos e os limites para a aplicação da Lei Maria da Penha. *Revista Direito GV*, 11(2), 407–428. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1808-2432201518>. Acesso em 11 de novembro de 2024.

## **APOSENTADORIA ESPECIAL: EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA, DEFINIÇÃO E REQUISITOS**

### **SPECIAL RETIREMENT BENEFIT: EVOLUTION OF SOCIAL SECURITY LEGISLATION, DEFINITION, AND REQUIREMENTS**

**ALINE PAMYLA DA SILVA SOARES FRAGASSI DE OLIVEIRA<sup>1</sup>  
TAINARA CONTI PERES<sup>2</sup>**

**RESUMO:** A aposentadoria especial é um benefício essencial para trabalhadores que atuam em condições insalubres ou perigosas, garantindo-lhes uma transição digna para a inatividade. Esse benefício existe para proteger a saúde e reconhecer o desgaste físico e mental enfrentado por esses profissionais ao longo de suas carreiras. Criada pela Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807/1960), foi detalhada pelo Decreto nº 53.831/1964, que definiu com precisão os agentes nocivos e atividades insalubres. Em 1988, a Constituição Federal reforçou sua importância ao incluí-la como um direito fundamental, ampliando as garantias para trabalhadores expostos a condições prejudiciais. Contudo, a Reforma da Previdência de 2019 trouxe mudanças profundas. A partir da Emenda Constitucional nº 103, o benefício passou a exigir critérios como idade mínima e tempo de contribuição, dificultando o acesso, especialmente para quem esteve exposto a riscos desde o início da carreira. Mesmo com essas mudanças, a aposentadoria especial permanece essencial. Ela não é um privilégio, mas uma compensação justa para proteger aqueles que, diariamente, enfrentam agentes nocivos e riscos à saúde. Sua existência garante mais do que segurança financeira; assegura dignidade e respeito aos direitos desses trabalhadores. Apesar dos desafios impostos pelas novas regras, é fundamental que a sociedade e o sistema previdenciário preservem esse benefício como prioridade, reconhecendo o esforço e os sacrifícios de quem atua em ambientes tão adversos. A aposentadoria especial simboliza um compromisso com a saúde, a segurança e a dignidade dos profissionais que enfrentam condições de trabalho extremas.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade de Tecnologia do Vale do Ivaí – FATEC. Alinep.soares1809@gmail.com

<sup>2</sup> Professora e Coordenadora do Curso de Direito da Faculdade de Tecnologia do Vale do Ivaí – FATEC. Especialista em Direito e Processo do Trabalho e Direito Digital pelo Instituto CERS. Mestranda em Direito, Sociedade e Tecnologia pela Escola de Direito das Faculdades Londrina. tainaracperes@gmail.com

**Palavras-chave:** Aposentadoria especial; Sistema previdenciário; Exposição a agentes nocivos; Reforma da previdência; Proteção ao trabalhador.

**ABSTRACT:** Special retirement is an essential benefit for workers operating in unhealthy or hazardous conditions, ensuring them a dignified transition to inactivity. This benefit exists to protect health and recognize the physical and mental strain these professionals endure throughout their careers. Created by the Organic Social Security Law (Law No. 3,807/1960), it was detailed by Decree No. 53,831/1964, which precisely defined harmful agents and unhealthy activities. In 1988, the Federal Constitution reinforced its importance by including it as a fundamental right, extending protections for workers exposed to harmful conditions. However, the 2019 Social Security Reform brought significant changes. With Constitutional Amendment No. 103, the benefit began requiring criteria such as a minimum age and contribution time, making access more challenging, especially for those exposed to risks from the start of their careers. Even with these changes, special retirement remains essential. It is not a privilege but a fair compensation to protect those who daily face harmful agents and health risks. Its existence ensures more than financial security; it upholds the dignity and respect for these workers' rights. Despite the challenges imposed by the new rules, it is crucial for society and the social security system to prioritize preserving this benefit, recognizing the effort and sacrifices of those working in such adverse environments. Special retirement symbolizes a commitment to the health, safety, and dignity of professionals facing extreme working conditions.

**Keywords:** Special retirement ; Social security system; Exposure to harmful agents; Pension reform; Worker protection.

## **INTRODUÇÃO**

A aposentadoria especial configura-se como um dos benefícios mais relevantes e complexos do sistema previdenciário brasileiro, sendo essencial para a proteção de trabalhadores expostos a condições insalubres ou perigosas. Criado com o objetivo de minimizar os impactos dessas atividades na saúde e assegurar uma transição digna para a inatividade, o benefício se apresenta como uma medida compensatória aos riscos enfrentados durante a vida laboral. Sua compreensão demanda a análise de aspectos como sua evolução legislativa, definição jurídica e os critérios exigidos para sua concessão.

Historicamente, a aposentadoria especial surge na Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807/1960), consolidando-se como um marco inicial na proteção de trabalhadores em ambientes adversos. O Decreto nº 53.831/1964 complementou esse avanço, ao detalhar agentes

nocivos e atividades insalubres, conferindo maior objetividade à aplicação do benefício. A Constituição Federal de 1988 consolidou o direito ao incluir critérios diferenciados no artigo 201, §1º, elevando a aposentadoria especial ao patamar de direito constitucional. Contudo, as mudanças introduzidas pela Reforma da Previdência de 2019 (EC nº 103) impactaram significativamente esse benefício, ao incluir regras de transição mais rígidas e novos critérios de cálculo, dificultando o acesso e reduzindo sua atratividade.

O benefício é caracterizado como uma medida de proteção aos trabalhadores submetidos a agentes nocivos de natureza física, química ou biológica, em caráter habitual e permanente. Não se trata de privilégio, mas de uma forma de compensação pelos desgastes irreversíveis decorrentes dessas condições. O cumprimento dos requisitos para concessão, como o tempo de contribuição proporcional ao grau de nocividade e a apresentação do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), é essencial para garantir a segurança jurídica e a efetividade do direito.

Diante disso, este trabalho busca explorar a aposentadoria especial em suas múltiplas dimensões, considerando sua evolução normativa, os princípios que a sustentam e os desafios impostos pelas recentes reformas legislativas. Ao aprofundar essa análise, pretende-se destacar sua relevância como instrumento de proteção social e de preservação da saúde e dignidade dos trabalhadores.

## **1. DEFINIÇÃO DE APOSENTADORIA ESPECIAL**

A aposentadoria especial constitui um benefício previdenciário direcionado aos trabalhadores que desempenham suas funções em condições insalubres ou perigosas, expostos de forma habitual e permanente a agentes nocivos de natureza física, química ou biológica. Trata-se de uma prerrogativa indispensável no âmbito do sistema previdenciário brasileiro, concebida com o objetivo de atenuar os impactos adversos que essas condições laborais acarretam à saúde e à integridade dos profissionais. Mais do que um direito previdenciário, representa o reconhecimento estatal ao desgaste físico e mental a que esses indivíduos são submetidos ao longo de suas trajetórias profissionais. Nesse sentido, Barroso e Faria (2019) observam que “a aposentadoria especial é um mecanismo jurídico que busca compensar o desgaste físico e mental sofrido pelo trabalhador durante sua vida laboral, proporcionando-lhe um período de descanso mais adequado” (p. 89).

Este benefício não pode ser compreendido como um privilégio, mas sim como uma medida equitativa que visa reparar os danos decorrentes da exposição prolongada a ambientes hostis. Sua concessão subordina-se ao cumprimento de requisitos rigorosamente delineados,

tais como o tempo mínimo de contribuição e a comprovação da exposição contínua a agentes prejudiciais, mediante instrumentos técnicos como o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) e os Laudos Técnicos das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT).

Mais do que assegurar um suporte financeiro, a aposentadoria especial simboliza o compromisso do ordenamento jurídico com a dignidade e a saúde do trabalhador. Ao antecipar o período de descanso desses profissionais, evidencia o respeito à sua contribuição à sociedade e reforça a imprescindibilidade de resguardar aqueles que enfrentam condições laborais adversas, promovendo, assim, a valorização humana e a primazia do bem-estar coletivo.

### **1.1 Evolução histórica da legislação previdenciária**

A aposentadoria especial é fruto de um processo legislativo contínuo, que buscou atender às demandas sociais e à necessidade de proteção aos trabalhadores submetidos a riscos à sua saúde e segurança. Foi introduzida pela Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807/1960), marco inicial da sistematização previdenciária brasileira. Carlos Alberto Pereira de Castro e João Batista Lazzari destacam que, naquele momento, o legislador já demonstrava preocupação em garantir um tratamento diferenciado a trabalhadores expostos a agentes nocivos:

A Lei nº 3.807/1960 deu os primeiros contornos ao benefício da aposentadoria especial, reconhecendo que a exposição prolongada a ambientes prejudiciais à saúde poderia gerar desgastes irreversíveis ao trabalhador, exigindo menor tempo de atividade para sua proteção. CASTRO; LAZZARI, 2020, p. 152.

O Decreto nº 53.831/1964 consolidou essa proteção ao apresentar uma lista detalhada de agentes nocivos e atividades consideradas insalubres, permitindo maior objetividade na aplicação do benefício (atualmente utiliza-se a MTb Nº 3.214 8 de julho de 1978). Wladimir Novaes Martinez enfatiza que o decreto foi inovador ao trazer critérios técnicos para a concessão:

O decreto funcionou como um guia técnico para a análise das condições de trabalho, tornando mais claros os direitos dos trabalhadores e os deveres dos empregadores. MARTINEZ; 2021, p. 248.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o benefício foi inserido no artigo 201, § 1º, que garantiu critérios diferenciados para atividades exercidas sob condições

prejudiciais à saúde ou integridade física. Essa inclusão reforçou a aposentadoria especial como um direito fundamental. O autor Marcos Vinicius Borges aponta que a Constituição de 1988 foi um divisor de águas, assegurando maior proteção aos trabalhadores:

A Carta Magna elevou a aposentadoria especial ao patamar de direito constitucional, ampliando sua relevância e obrigando o Estado a zelar pela saúde e segurança do trabalhador. BORGES; 2020, p. 89.

A evolução da legislação previdenciária atinente à aposentadoria especial evidencia o compromisso do ordenamento jurídico em assegurar a proteção à saúde e à dignidade dos trabalhadores expostos a condições adversas. Desde sua instituição pela Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807/1960) até sua consagração como direito fundamental pela Constituição Federal de 1988, o benefício tem sido progressivamente aprimorado, a fim de atender às demandas de uma sociedade em constante transformação. O percurso legislativo, conforme exposto, não só reconheceu os riscos inerentes às atividades insalubres e perigosas, mas também instituiu critérios técnicos e jurídicos que conferem maior segurança e clareza na concessão do benefício. Assim, a aposentadoria especial configura-se como uma conquista de natureza social e jurídica, transcendendo a mera perspectiva previdenciária, e representando um pilar de justiça e equidade para os trabalhadores que, dedicando-se a funções essenciais, muitas vezes exercem suas atividades sob condições que comprometem sua saúde e integridade física.

## **1.2 Reforma previdência, EC 103/2019**

A Emenda Constitucional nº 103/2019 trouxe mudanças estruturais ao sistema previdenciário, impactando diretamente a aposentadoria especial.

Como a exigência de idade mínima sendo de 55, 58, ou 60 anos dependendo do grau da exposição, o tempo de exposição de 15, 20 e 25 anos continuam sendo exigidos, mas a necessidade de combinar com a idade mínima tornou o acesso ao benefício mais restrito “A exigência de idade mínima desconstrói a lógica original da aposentadoria especial, que era garantir a proteção ao trabalhador em razão do desgaste precoce causado pelas condições adversas de trabalho” MORAES; 2020, p. 45.

Alterou-se também a forma do cálculo que antes da reforma era integral com base nos maiores salários de contribuição, após a reforma, passou a ser 60% (sessenta por cento) da média de todos os salários, e mais 2% (dois por cento) por ano que exceder o tempo mínimo de contribuição “A mudança no cálculo do benefício reduziu a proteção social, afetando de forma desproporcional os trabalhadores mais vulneráveis”. MORAES, 2020, p. 78.

Implantando também o sistema de pontos onde combina o tempo de contribuição do trabalhador com a sua idade, estabelecendo um total mínimo de pontos que irá variar de acordo com o grau de exposição a agentes nocivos no ambiente de trabalho sendo eles: 66 pontos para trabalhadores expostos a agentes nocivos de grau máximo, considerando o tempo mínimo de contribuição de 15 anos; 76 pontos para atividades classificadas como de grau médio, com tempo de contribuição de 20 anos; 86 pontos para exposição a agentes de grau mínimo exigindo o cumprimento de 25 anos de contribuição.

As modificações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 103/2019 alteraram substancialmente a concepção da aposentadoria especial, afetando diretamente os direitos dos trabalhadores expostos a condições insalubres ou perigosas. A exigência de idade mínima, aliada à necessidade de combinar essa idade com o tempo de contribuição, desconstrói a lógica original do benefício, que visava garantir a proteção ao trabalhador frente ao desgaste precoce imposto pelas condições adversas de trabalho. Consoante afirmado por Moraes (2020), a imposição da idade mínima e a alteração no cálculo do benefício, que passou a ser baseado na média de todos os salários de contribuição, impactam desproporcionalmente os trabalhadores mais vulneráveis. A introdução do sistema de pontos, que combina tempo de contribuição e idade, ao estabelecer um total mínimo de pontos a ser alcançado de acordo com o grau de exposição aos agentes nocivos, torna o acesso à aposentadoria ainda mais restrito. Com isso, a reforma impôs desafios adicionais aos trabalhadores, especialmente aos que atuam em ambientes de maior risco. Nesse contexto, é imprescindível que o sistema previdenciário encontre formas de equilibrar as novas exigências com a preservação dos direitos dos trabalhadores, a fim de assegurar que a proteção social, que é sua função precípua, não seja comprometida.

## **2. REQUISITOS PARA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO**

### **2.1. Tempo de contribuição**

O tempo de contribuição é um dos requisitos essenciais para a concessão da aposentadoria especial, pois a legislação previdenciária estabelece uma forma de compensar o desgaste físico e mental dos trabalhadores expostos a condições insalubres ou perigosas.

O tempo de contribuição é calculado a partir do tempo em que o trabalhador exerce atividades prejudiciais à saúde ou à integridade física, o que reduz a quantidade de anos exigidos para que ele tenha direito à aposentadoria, quando comparado aos trabalhadores em atividades regulares. O autor Delgado explica que o tempo de contribuição necessário para a concessão da aposentadoria especial varia de acordo com o grau de exposição aos agentes nocivos:

Os tempos de contribuição refletem o grau de exposição e a severidade dos impactos à saúde, garantindo uma proteção equitativa. 15 anos para exposição a agentes insalubres ou perigosos em grau máximo (ex.: mineração subterrânea); **20 anos** para atividades com exposição de risco intermediário (ex.: um operador de máquinas pesadas); **25 anos** para atividades com exposição de baixo risco, mas ainda assim contínua e regular (ex.: médico cirurgião, enfermeiros, biomédicos entre outras mais profissões). DELGADO; 2021, p. 417

O autor Delgado enfatiza que o tempo de contribuição é uma variável fundamental na concessão da aposentadoria especial, sendo ajustado conforme o grau de nocividade da atividade exercida, e que as novas regras impõem desafios adicionais, especialmente com a introdução da fórmula de pontos. Isso significa que, além de o trabalhador cumprir o tempo de serviço exigido, ele deve alcançar uma determinada quantidade de pontos, o que pode demandar mais tempo ou contribuir para um aumento da idade mínima de aposentadoria:

A introdução da regra de pontos, que combina o tempo de contribuição e a idade mínima, é uma das principais mudanças trazidas pela reforma, dificultando o acesso à aposentadoria especial, pois o trabalhador precisa não apenas atingir o tempo de serviço, mas também acumular a quantidade de pontos que variam conforme o tipo de atividade exercida. DELGADO; 2021, p. 418.

O tempo de contribuição é um dos requisitos fundamentais para a concessão da aposentadoria especial, tendo como principal objetivo compensar o desgaste físico e mental sofrido pelos trabalhadores expostos a condições insalubres ou perigosas. Para esses profissionais, a legislação previdenciária reduz o tempo necessário para a aposentadoria, levando em consideração o risco das atividades exercidas. O tempo de contribuição varia de acordo com o grau de exposição aos agentes nocivos: 15 anos para aqueles expostos a riscos máximos, como na mineração subterrânea; 20 anos para atividades com risco intermediário, como operadores de máquinas pesadas; e 25 anos para profissões com exposição de baixo risco, porém contínua, como médicos e enfermeiros.

No entanto, as mudanças trazidas pela reforma previdenciária impuseram novos desafios. Além de cumprirem o tempo de serviço, os trabalhadores agora precisam alcançar uma quantidade mínima de pontos, que é calculada com base na combinação entre o tempo de contribuição e a idade. Essa mudança tornou o acesso à aposentadoria especial mais restrito, já que a fórmula de pontos pode exigir mais tempo de contribuição ou resultar em um aumento na idade mínima para a aposentadoria, dificultando o acesso ao benefício, especialmente para os profissionais que já enfrentam condições de trabalho adversas.

## **2.2 Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP)**

O Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) é de extrema importância no processo de concessão da aposentadoria especial, pois é o documento que comprova, de maneira detalhada e objetiva, as condições de trabalho do empregado, especialmente no que diz respeito à exposição a agentes nocivos ou perigosos, e é essencial para garantir a veracidade e a consistência das informações relacionadas à atividade desempenhada pelo trabalhador, permitindo que a Previdência Social avalie corretamente se ele está apto a se beneficiar da aposentadoria especial.

A principal função do PPP é fornecer a documentação necessária para comprovar a exposição habitual e permanente do trabalhador a condições que possam prejudicar sua saúde ou integridade física. O autor Castellano traz que:

Sem o PPP, é impossível comprovar de forma objetiva a exposição do trabalhador a agentes nocivos, o que torna esse documento indispensável para a concessão da aposentadoria especial CASTELLANO; 2019, p. 73.

Portanto, o PPP é crucial, pois serve de prova tanto para o INSS quanto para o judiciário, sendo a única forma legalmente reconhecida para validar a exposição a agentes insalubres ou perigosos. Além disso, ele contém informações detalhadas, como o tipo de atividade exercida, a intensidade e a duração da exposição a agentes nocivos, o que confere segurança jurídica ao trabalhador no processo de concessão do benefício.

## **2.3 Regras de transição e pontos**

A EC 103/2019 introduziu uma fórmula de pontuação que soma idade, tempo de contribuição e exposição. Essa regra combina a idade do trabalhador com o tempo de contribuição para calcular a pontuação necessária para o benefício.

A transição de pontos é um mecanismo que visa ajustar o sistema previdenciário, levando em consideração o tempo de contribuição anterior à reforma e os requisitos mais rígidos exigidos pela nova legislação. A pontuação final, que combina tempo de contribuição e idade mínima, deve ser alcançada para que o trabalhador tenha direito à aposentadoria. Os autores Silva e Ramos explicam que a regra de transição de pontos funciona da seguinte forma:

A fórmula de pontos consiste na soma da idade e do tempo de contribuição do trabalhador, sendo que a pontuação mínima necessária varia de acordo com a categoria do trabalhador e o tipo de aposentadoria. SILVA; RAMOS, 2020, p. 138.

A principal característica dessa regra de transição é que ela aplica uma pontuação progressiva, ou seja, a pontuação exigida vai aumentando ao longo do tempo, e o trabalhador precisa atingir essa pontuação para ter direito ao benefício.

A nova fórmula altera o cenário de concessão de aposentadoria especial, pois exige que o trabalhador atinja uma pontuação específica antes de se aposentar, o que torna o acesso ao benefício mais restritivo. “As regras de transição aumentam a exigência, mas preservam o caráter protetivo do benefício”. SILVA; RAMOS; 2020, p. 138.

Embora essa fórmula de pontuação tenha elevado os requisitos, ela não deixa de manter o caráter protetivo da aposentadoria especial, garantindo que, mesmo com a imposição de condições mais rigorosas, o benefício ainda seja destinado aos trabalhadores expostos a agentes nocivos que merecem essa compensação.

Em síntese, a reforma busca uma adequação entre a proteção ao trabalhador e a sustentabilidade do sistema previdenciário, o que reflete uma tentativa de equilibrar as necessidades de todos os envolvidos no processo.

### **3. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS**

O autor Hugo de Moraes em sua obra “comentários da emenda constitucional nº103/2019” aborda os requisitos para que caracterizam este benefício, destaca-se, em primeiro lugar, a exposição habitual e permanente aos agentes nocivos. Essa exposição deve ocorrer de forma contínua e regular ao longo de toda a jornada de trabalho, ou seja, o trabalhador precisa estar submetido aos riscos de forma constante durante sua atividade profissional. A regularidade e a continuidade dessa exposição são essenciais para que o trabalhador tenha direito ao benefício, já que o desgaste causado pelos agentes prejudiciais à saúde não é algo esporádico, mas sim um fator constante na rotina laboral.

Além disso, outro aspecto crucial para a concessão da aposentadoria especial é a nocividade dos agentes aos quais o trabalhador está exposto. Esses agentes podem ser de diversas naturezas (física, química ou biológica) precisam ser identificados de forma objetiva e técnica. Para tanto, o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) se torna uma ferramenta indispensável, funcionando como um documento oficial que atesta a exposição do trabalhador a esses agentes nocivos. Através de análises técnicas detalhadas, o PPP documenta a intensidade e o tempo de exposição, garantindo que o trabalhador tenha seu direito resguardado de maneira transparente e segura.

Esses dois elementos (a exposição habitual e permanente e a nocividade dos agentes) não são apenas requisitos formais, mas sim a base da proteção proporcionada pela aposentadoria especial.

A comprovação desses fatores assegura que o trabalhador, que dedicou sua vida a atividades prejudiciais à saúde, tenha a possibilidade de uma transição para a aposentadoria com a compensação adequada pelos danos que sofreu ao longo de sua trajetória. A correta aplicação desses critérios é essencial para preservar a integridade do benefício, garantindo justiça e dignidade aos trabalhadores expostos a condições extremas e, muitas vezes, invisíveis. Ao encerrar esta análise, fica evidente que a aposentadoria especial não deve ser vista apenas como um direito, mas como uma medida de proteção social, que reconhece os riscos enfrentados por profissionais que desempenham funções em ambientes prejudiciais à saúde.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A aposentadoria especial configura-se como um benefício fundamental e de grande complexidade dentro do sistema previdenciário brasileiro, desempenhando um papel crucial na proteção de trabalhadores expostos a condições insalubres ou perigosas. Criada para minimizar os impactos à saúde causados por tais atividades, busca garantir uma transição digna para a inatividade, funcionando como uma medida compensatória aos riscos enfrentados ao longo da vida laboral. A análise de sua evolução legislativa, sua definição jurídica e os requisitos exigidos para sua concessão são indispensáveis para uma compreensão abrangente desse benefício. Tendo suas raízes na Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807/1960), representando o marco inicial na proteção aos trabalhadores em ambientes adversos. O Decreto nº 53.831/1964 detalhou de maneira mais precisa os agentes nocivos e as atividades insalubres, conferindo maior clareza e segurança à aplicação do benefício. A Constituição Federal de 1988 consolidou esse direito, elevando-o ao patamar de direito fundamental, ao incluir critérios diferenciados no artigo 201, §1º. Contudo, as modificações trazidas pela Reforma da Previdência de 2019 (EC nº 103) impactaram significativamente a concessão do benefício, impondo regras de transição mais rígidas e novos critérios de cálculo, o que dificultou o acesso e diminuiu sua atratividade.

O benefício se caracteriza como uma forma de compensação aos trabalhadores submetidos a agentes nocivos de natureza física, química ou biológica, em caráter habitual e permanente. Sua concessão não deve ser vista como um privilégio, mas como uma medida legítima de proteção aos trabalhadores, compensando os desgastes irreversíveis decorrentes dessas condições. A observância dos requisitos exigidos, como o tempo de contribuição

proporcional ao grau de nocividade e a apresentação do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), é essencial para garantir a efetividade do direito e a segurança jurídica.

Desse modo o presente trabalho apresentou a aposentadoria especial em suas diversas facetas, analisando sua evolução normativa, os princípios que a fundamentam e os desafios impostos pelas recentes reformas legislativas. Com isso, evidenciou-se a sua importância como instrumento de proteção social, preservando a saúde, a dignidade e o bem-estar dos trabalhadores que se veem expostos a condições prejudiciais ao longo de sua trajetória profissional.

## **REFERÊNCIAS**

BARROSO, José Augusto; FARIA, Luciana de Lima. Aposentadoria Especial: Teoria e Prática. São Paulo: Saraiva, 2019.

BORGES, Marcos Vinícius. Direito Previdenciário Esquematizado. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

CASTELLANO, André Luiz. Aspectos Técnicos e Jurídicos da Aposentadoria Especial. Curitiba: Juruá, 2019.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. Manual de Direito Previdenciário. 24. ed. São Paulo: Editora Forense, 2020.

DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de Direito do Trabalho e Previdência Social. 5. ed. São Paulo: LTr, 2021.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Aposentadoria no Brasil: Evolução e Reformas. São Paulo: Atlas, 2021.

MORAES, Bruno Barros de. Reforma da Previdência e os Impactos na Aposentadoria Especial. Porto Alegre: Fabris, 2020.

MORAES, Hugo de. Comentários à Emenda Constitucional nº 103/2019. São Paulo: Editora Jurídica, 2020.

SILVA, Adriano dos Santos; RAMOS, Patrícia. Aposentadoria Especial na Prática Jurídica. Belo Horizonte: Del Rey, 2020.

Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. Altera a Previdência Social e estabelece novas regras para aposentadoria e outros benefícios. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 nov. 2019. Seção 1, p. 1. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>.

Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960. Lei Orgânica da Previdência Social. Diário Oficial da União, Brasília, 1960. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>.

**RESOLUÇÃO DE PLENO DIREITO DO EMPENHO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS,  
COM A NOVA REDAÇÃO DA LEI 13.097/2015**

**FULL RIGHT RESOLUTION OF THE REAL ESTATE PURCHASE AND SALE  
AGREEMENT, WITH THE NEW WORDING OF LAW 13.097/2015**

**SABRINA RODRIGUES FERREIRA DA SILVA<sup>1</sup>**

**TAINARA CONTI PERES<sup>2</sup>**

**RESUMO:** Este artigo fornece um breve exame da rescisão automática de contratos de compra e venda de imóveis, particularmente à luz da redação revisada do artigo 1º do Decreto-Lei 745/1969, que surgiu da conversão da Medida Provisória 656/2014 na Lei 13.097/2015. Para tanto, o artigo explora a evolução dos contratos, o arcabouço legal que envolve cláusulas de rescisão no ordenamento jurídico brasileiro, métodos de rescisão e as distinções entre cláusulas de rescisão expressa e tácita. Ele também discute a justificativa para incluir uma cláusula de rescisão e as implicações de sua execução. Em seguida, o artigo descreve as principais características e recursos dos contratos de compra e venda. Em conclusão, ele destaca as recentes atualizações legislativas sobre a rescisão automática desses contratos, as interpretações judiciais atuais e as potenciais implicações da nova linguagem jurídica na prática jurídica cotidiana.

**Palavras-chave:** Empenho de compra e venda; Cláusula resolutiva; Entendimento dos tribunais; Eficácia.

**ABSTRACT:** This article provides a brief examination of the automatic termination of real estate purchase and sale contracts, particularly in light of the revised wording of Article 1 of Decree-Law 745/1969, which arose from the conversion of Provisional Measure 656/2014 into Law 13.097/2015. To this end, the article explores the evolution of contracts, the legal framework involving termination clauses in the Brazilian legal system, methods of termination, and the distinctions between express and implied termination clauses. It also discusses the rationale for including a termination clause and the implications of its enforcement. The article then describes the main characteristics and features of purchase and sale contracts. In conclusion, it highlights recent legislative updates on the automatic

---

<sup>1</sup> Tecnóloga em Gestão Financeira Pela Faculdade de Tecnologia do Vale do Ivaí - FATEC (2019)

Graduando em Direito pela Faculdade de Tecnologia do Vale do Ivaí - FATEC (2025) Telefone: (43) 99968-6207 E-mail: [sabrinaealan007@gmail.com](mailto:sabrinaealan007@gmail.com).

<sup>2</sup> Advogada e coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Tecnologia do Vale do Ivaí. Especialista em Direito Público, Novo Direito e Processo do Trabalho e Direito Digital. Mestranda em Direito, Sociedade e Tecnologia. E-mail: [tainaracperes@gmail.com](mailto:tainaracperes@gmail.com)

termination of these contracts, current judicial interpretations, and the potential implications of the new legal language in everyday legal practice.

**Key-words:** Purchase and sale agrément; Resolatory clause; Court understanding; Effectiveness.

## INTRODUÇÃO

Resolução de pleno direito do empenho de compra e venda de imóveis, com a nova redação da lei 13.097/2015, é uma temática que envolve a consequência da transformação da Medida Provisória nº 656/2014, que tratou de diversos assuntos, foram introduzidas mudanças significativas no mercado imobiliário. Entre essas mudanças está a previsão que permite a rescisão integral do contrato de compra e venda em caso de inadimplência do comprador.

Essa abordagem encorajou uma disponibilidade significativa de crédito, elevou os gastos do governo, reduziu as taxas de juros, medidas fiscais expansionistas, subsídios de bancos estatais para crédito, depreciou as taxas de câmbio e elevou as tarifas de importação. O mercado imobiliário foi um dos setores que se beneficiou desse aumento na demanda. A disponibilidade de crédito e uma economia teoricamente estável levaram a um aumento significativo na demanda por compra de imóveis ainda em construção (imóveis na planta), principalmente pela conveniência de organizar os pagamentos até que as chaves fossem finalmente recebidas.

No entanto, ao contrário das expectativas de especialistas do setor e empresas, o mercado imobiliário foi impactado pela recessão econômica que persiste no país desde 2013. Uma pesquisa da agência de classificação Fitch<sup>3</sup> revelou que entre janeiro e setembro de 2015, 41 em cada 100 imóveis vendidos foram devolvidos pelos compradores. Essa situação decorreu em grande parte do acesso inicialmente fácil ao crédito para compras na planta, que se tornou severamente restrito com condições mais rígidas no momento da entrega das chaves, forçando os compradores a garantir um empréstimo ou pagar o saldo restante.

A justificativa de entender e pesquisar mais sobre o potencial de resolução jurídica completa em contratos de compra e venda de imóveis, onde "resolução jurídica completa" se refere a situações que não envolvem envolvimento do tribunal e ao mesmo tempo oferecer uma perspectiva direta sobre a posição atual dos Tribunais, visando uma interpretação mais adequada das disposições legais.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,de-cada-100-imoveis-vendidos--41-foram-devolvidos-as-construtoras-em-2015,10000006708>. Acesso em: 09.11.2024.

O problema dessa pesquisa se fundamenta em duas perguntas: i) Como o Judiciário interpretará a nova legislação promulgada que rege o mercado imobiliário? ii) Este manterá a visão de que, independentemente da legislação específica, o Código Civil determina a intervenção judicial prévia para tratar de um negócio jurídico, ou irá permitir a rescisão automática do contrato extrajudicialmente em casos de violação?

Com o desenvolvimento deste trabalho, vislumbram-se as seguintes hipóteses: i) o Judiciário interpreta que não poderá intervir em casos de rescisão; em vez disso, ele deve restringir seu envolvimento. Especificamente, sua análise deve se concentrar exclusivamente em confirmar a base factual que levou à rescisão, avaliar se os procedimentos formais descritos nas leis relevantes foram considerados, garantir que o relacionamento do consumidor esteja intacto e verificar se nenhum princípio foi ignorado pelas partes envolvidas. Conseqüentemente, o objetivo é que o Judiciário se envolva apenas em casos em que seu envolvimento seja genuinamente necessário, focando mais nos resultados da rescisão do que no processo prolongado que leva à declaração dessa rescisão.

O método a ser utilizado será todo bibliográfico fazendo uso de autores que falam sobre o assunto e descrições de contextos com livros. Para tanto, o objetivo do mesmo é em prol de examinar as tendências predominantes na forma como o Tribunal Superior de Justiça e o Tribunal de Justiça do Paraná interpreta o tópico das novas legislações.

A pesquisa irá envolver leituras em torno do potencial da resolução jurídica completa em contratos de compra e venda de imóveis, assim como fundamentações de autores avaliando termo resolução jurídicas completas e todo entendimento como se referido a resoluções que não exigem intervenção judicial, e assunto que apresentam a perspectiva clara e acessível sobre a posição atual dos tribunais, e ao mesmo tempo interpretar o texto legal relevante.

As informações utilizadas para compor o trabalho serão análises dos fundamentos legais que sustentam essas decisões, juntamente com uma exploração de potenciais mudanças que podem surgir das recentes alterações na legislação. É importante ressaltar que este artigo não tem como objetivo fornecer um exame exaustivo do tema nem prever a aplicação da nova legislação, que ainda é incipiente e não foi amplamente debatida nos Tribunais. Portanto, a intenção é oferecer uma perspectiva crítica sobre a resolução de transações de compra e venda de pleno direito, informada pelas atuais interpretações dos Tribunais.

O objetivo geral é examinar as tendências predominantes na forma como o Tribunal Superior de Justiça e o Tribunal de Justiça do Paraná interpreta o tópico das novas legislações.

Trazendo como objetivos específicos, tem-se: i) examinar o potencial de resolução jurídica completa em contratos de compra e venda de imóveis; ii) avaliar em que o termo resolução jurídica completa é entendido como se referido a resoluções que não exigem intervenção judicial e apresentar

uma perspectiva clara e acessível sobre a posição atual dos tribunais, e ao mesmo tempo interpretar o texto legal relevante.

A estrutura de todo trabalho, envolve no Capítulo I, o instituto da resolução contratual e a anulação de contrato, também será discutido sobre fundamentos e aplicabilidade da resolução contratual no ordenamento jurídico brasileiro, falando da cláusula decisiva expressa e tática, cláusula resolutiva: formas, aplicações e desafios na prática contratual e sobre as razões e consequências da resolução contratual: aspectos retroativos e Ex Tunc. Já no Capítulo II, será sobre a cláusula resolutiva, o empenho de compra e venda e as mudanças da Lei 13.097/2015, com o assunto também da promessa de compra e venda e sua resolução e fechando com a resolução de contratos de imóveis não loteados fundamentada na aplicação do decreto-Lei 745/1969. Por fim, no Capítulo III, é focado no entendimento dos tribunais sobre a resolução de pleno direito nos compromissos de compra e venda e proposta de leitura sobre o tema.

## **2 O INSTITUTO DA RESOLUÇÃO CONTRATUAL E A ANULAÇÃO DE CONTRATO**

Nos contratos e resoluções, o termo negócio jurídico teve origem no século XVIII, sendo posteriormente sintetizado a contar de uma original palavra alemã, *Rechtsgeschäft*, no século XIX. Isso deu origem a um sistema de direito privado fundamentado na liberdade individual e fundamentalmente baseado na vontade pessoal, capaz de gerar consequências juridicamente protegidas.

Por meio dos contratos, os negócios jurídicos servem como fonte de obrigações e regulam as interações entre os membros da sociedade, atuando como meio primário de governar direitos e responsabilidades econômicas, particularmente no âmbito econômico.

O pós-guerra viu uma transformação radical na teoria dos negócios jurídicos, estimulada pelo crescimento do capitalismo, pela produção em massa de bens de consumo e pela despersonalização das relações jurídicas. “Esses fatores emergentes introduziram complexidade significativa nas interações, levando a várias questões que não foram teorizadas anteriormente” (Assis, 2007, p. 299).

Este documento legal é estabelecido com um ciclo de vida antecipado. Ele se origina do acordo das partes envolvidas, passa por várias mudanças ao longo de sua duração e, finalmente, chega ao fim. O ciclo conclui naturalmente com a execução do serviço, resultando na liberação do devedor e no cumprimento do credor. No entanto, durante a vida do contrato, eventos imprevistos podem levar a um desvio do curso pretendido, resultando na conclusão patológica da transação legal.

“Um contrato pode ser dissolvido devido a uma falha fundamental em sua criação, levando a uma declaração de invalidade, ou devido a um fator externo, como uma violação de contrato ou pacto mútuo para cancelar o contrato” (Assis, 2007, p. 302).

Apesar disso, os contratos continuam a existir, embora sejam consistentemente moldados pelas mudanças sociais e devam ser adaptados para atender às necessidades sociais contemporâneas. As dissoluções são categorizadas, em nome, como rescisão ou resolução. Como este trabalho se concentra nas aplicações da resolução, ele não explorará os temas e conceitos associados à rescisão e rescisão contratual.

## **2.1 FUNDAMENTOS E APLICABILIDADE DA RESOLUÇÃO CONTRATUAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

Na resolução contratual sob o artigo 1.092 do Código Civil comunica: A parte prejudicada pelo não cumprimento pode solicitar a anulação do contrato com danos e carências. Embora estivesse próximo do cenário legal disponível ao credor em casos de não cumprimento, o legislador de 1916 não teve precisão em sua redação. Isso deve ser feito à referência feita à rescisão do contrato, que está enraizada na lei italiana e está mais homologada com situações que envolvem a anulabilidade de contratos. É importante ressaltar que a rescisão tem impacto direto na relação obrigatória, eliminando seus efeitos e o potencial de imposição contratual.

O Código Civil de 2002, especificamente por meio do artigo 4756, teria abordado essa imprecisão técnica. No entanto, o termo "rescisão" continua sendo frequentemente encontrado em contratos e na linguagem comumente utilizada nos Tribunais, tendo ganhado popularidade como o conceito abrangente para rescisão de contrato. Mesmo uma legislação limitada emprega esse termo extensivamente, como evidenciado pela Lei nº 4.886/1965.

Os contratos são formados com uma intenção específica e geralmente são concluídos quando o devedor cumpre suas obrigações. Em outras palavras, eles se originam do acordo mútuo das partes envolvidas e terminam quando a obrigação é cumprida conforme os termos acordados quanto à forma, tempo e local estabelecidos pelas partes contratantes (Rizzardo, 2015, p. 256).

No entanto, o curso previsto para a transação legal nem sempre é isento de problemas e pode não concluir como pretendido. Esses incidentes imprevistos, vistos como uma patologia no cumprimento da obrigação do devedor pode resultar no não cumprimento das obrigações e na rescisão do contrato.

Após a verificação do não cumprimento da obrigação, o credor tem o direito, de insistir em sua execução ou optar por rescindir o relacionamento contratual. Em muitos casos, observa-se que as leis nacionais veem esse direito como uma escolha incondicional, dando ao credor o direito legal de fazer essa seleção. A resolução representaria um poder conferido pelo sistema legal à parte prejudicada, pois

teoricamente ela possuiria as opções de solicitar a execução forçada do serviço ou seu equivalente de sustentar o relacionamento contratual e buscar compensação por perdas e danos. “Cada um desses cenários pode ser avaliado no caso específico e aplicado com base na situação que melhor beneficia a parte lesada” (Glitz, 2009, p. 239).

Há circunstâncias, no entanto, em que a doutrina e a jurisprudência influenciaram essa prática, particularmente por meio de métodos que visam preservar o relacionamento contratual. Em tais casos, a resolução é normalmente vista como o mecanismo a ser empregado em situações de não cumprimento completo, especificamente aquelas em que o serviço, se torna impossível ou não mais benéfico.

Esta decisão não pode ser considerada um privilégio excepcional da parte lesada, no entanto, o uso do termo pode sugerir que o legislador nacional demonstrou falta de preocupação em manter o relacionamento legal. Seria responsabilidade de o credor pesar os benefícios de impor o cumprimento ou buscar a rescisão, pois buscar a preservação pode incorrer em custos significativamente mais altos do que simplesmente encerrar o relacionamento. “Consequentemente, parece não haver hierarquia ou precedência de direitos, mas sim uma escolha fornecida ao credor pelo legislador” (Glitz, 2009, p. 241).

É importante notar que, em alinhamento com o princípio da liberalidade contratual, as partes podem concordar mutuamente em renunciar ao direito de buscar a rescisão, priorizando a continuação da transação legal. Essa permissão se aplica a direitos que podem ser transacionados e em situações em que o desempenho não foi totalmente comprometido.

Geralmente, as consequências da rescisão são retroativas e libertadoras. Uma vez dissolvida uma relação jurídica, as partes envolvidas são liberadas de suas obrigações anteriores e retornam à sua condição anterior à execução do contrato. Esse resultado é descrito no artigo 182 do Código Civil de 2002, que se aplica de forma semelhante aos cenários de rescisão.

Como desenlace, é da forma que o acordo nunca tivesse acontecido, efetivamente removendo-o do reino legal junto com quaisquer consequências que surgiram até sua rescisão, restaurando assim as partes ao seu estado original. Com base nas ideias mencionadas anteriormente, os requisitos para a implementação do instituto são: primeiro de tudo um contrato bilateral válido deve estar em vigor; depois deve haver uma instância clara de não cumprimento da obrigação; também a parte lesada precisa ter cumprido sua obrigação; e a parte lesada deve expressar sua intenção de rescindir a relação contratual.

Em conclusão, é importante reconhecer que a rescisão tem um impacto direto na relação obrigatória, eliminando seus efeitos e a capacidade de executá-los por meio do contrato. Como resultado, embora o contrato em si permaneça intacto como um documento legal, ele ainda pode dar origem a responsabilidades acessórias, incluindo obrigações relativas à boa-fé, confidencialidade ou requisitos de não concorrência estabelecidos entre as partes.

## **2.2 CLÁUSULA DECISIVA EXPRESSA E TÁCITA, CLÁUSULA RESOLUTIVA: FORMAS, APLICAÇÕES E DESAFIOS NA PRÁTICA CONTRATUAL**

Conforme indicado na discussão anterior, o artigo 475 do Código Civil concede à parte lesada o direito de solicitar a rescisão da relação jurídica se houver falha no cumprimento da obrigação. Essa situação é chamada de resolução jurídica da relação, pois decorre de uma diretiva estabelecida dentro do arcabouço legal e está inerentemente presente embora implicitamente em todos os contratos bilaterais.

Consequentemente, o contrato é resolvido devido a um evento futuro e incerto, normalmente associado à falha de uma parte em cumprir uma condição estipulada. Esse cenário não deve ser visto como um substituto para a liberdade das partes, mas sim como a aplicação de princípios equitativos, justiça comutativa e intervenção essencial para estabelecer o equilíbrio nas relações jurídicas.

A ocorrência da cláusula de resolução tácita não é resultado da autonomia das partes, mas decorre de uma disposição legal, ou seja, sua execução dependerá de intervenção judicial para surtir efeito (conforme disposto no artigo 474 do Código Civil).

Um exemplo claro da cláusula de resolução tácita é encontrado na exceção de contrato não cumprido, conforme disposto no artigo 476 do Código Civil. Esta disposição permite que uma parte solicite o cumprimento de uma obrigação da outra somente após ter cumprido suas próprias obrigações primeiras. Nos casos em que ambas as partes não cumpram suas obrigações (não cumprimento bilateral), o contrato será considerado dissolvido (Aguilar, 2011, p.2).

É importante destacar o reconhecimento na jurisprudência sobre o cumprimento substancial de um contrato, que atua como uma barreira contra a rescisão unilateral do acordo sem justificativa. O precedente estabelecido pelo Superior Tribunal de Justiça afirma: o cumprimento principal do contrato pelo em débito não concede o credor a ajuizar ação de rescisão do contrato, salvo se for demonstrada a perda do interesse em continuar o cumprimento. Assim, antes de decidir pela rescisão do negócio, deve-se avaliar se a fração realizada pelo devedor constitui parte significativa da obrigação, aderindo ao princípio da boa-fé objetiva (art. 422 do Código Civil). No entanto, essa interpretação não é sem limites: Pessoalmente o Superior Tribunal de Justiça decidiu recentemente que o conceito de adimplemento substancial não se aplica aos acordos de alienação credora (Recurso Especial n.º 1.622.555).

De outro modo, a cláusula de rescisão expressa sucede pontualmente da permanência privada das frações e depende de seu acordo contratual, tornando a intervenção judicial desnecessária para sua eficácia prática. O Código Civil descreve explicitamente a aplicação da rescisão por operação de lei no artigo 474, enquanto o artigo 397 indica que uma mera falha em cumprir a obrigação dentro do prazo especificado (*mora ex re*) coloca o devedor em inadimplência.

Consequentemente, no caso de uma violação de contrato, a parte afetada tem o direito de ver o relacionamento como encerrado, independentemente de qualquer reconhecimento formal ou declaração de inadimplência pelo tribunal. Em última análise, uma inadimplência surgirá automaticamente da incapacidade de executar o serviço conforme especificado em termos de maneira, tempo ou formato, e a rescisão ocorre por operação de lei devido às consequências legais descritas no Código Civil.

A frase "por operação de lei" "indique que nenhuma ação judicial é necessária para encerrar o contrato, há uma discussão significativa sobre como as cláusulas de rescisão tradicionais são aplicadas" (Aguiar, 2011, p.5).

Em muitos relacionamentos, as partes envolvidas concordam que se duas ou mais parcelas atingirem o vencimento (evitando rigor indevido), isso levará à rescisão completa do acordo legal (vencimento antecipado), juntamente com a aplicação de penalidades descritas no contrato. Embora o atraso mencionado seja *ex re*, ou seja, intrínseco à falha em cumprir a obrigação no prazo, à maioria das leis específicas e contratos comuns exigem a especificação prévia do atraso.

Por exemplo, na venda de imóveis subdivididos, o artigo 32 da Lei nº 6.766/1979 determina que o credor deva informar o potencial comprador para quitar quaisquer pagamentos em atraso dentro de um período de trinta dias, caso contrário, a relação contratual pode ser rescindida. Da mesma forma, para imóveis não subdivididos, o devedor é obrigado a quitar sua dívida em quinze dias, conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 745/69. Este requisito também se aplica às vendas com reserva de titularidade (anteriormente descritas no artigo 1.071 do Código de Processo Civil de 1973) e ao arrendamento comercial, que foi estabelecido por meio de jurisprudência.

Para resumir, pode-se notar que as cláusulas de resolução expressa e tácita diferem principalmente em termos de sua origem e método de aplicação. No caso de resolução expressa, a disposição legal serve como fonte, enquanto a resolução tácita é determinada pelas intenções das partes envolvidas. Para resolução tácita, o credor é responsável por provar que o devedor está inadimplente, o que requer levar o assunto ao Judiciário. "Por outro lado, na resolução expressa, o atraso do devedor permite que a resolução ocorra por direito, normalmente de maneira instantânea e extrajudicial" (Aguiar, 2011, p.6).

Conforme declarado anteriormente, quando uma quebra de contrato é estabelecida, a lei permite que o credor solicite a rescisão do acordo. Esta opção é notada, pois a parte prejudicada retém o direito de manter o acordo legal buscando compensação por quaisquer perdas e danos em vez de escolher imediatamente dissolvê-lo.

Dado que se refere a uma ação voluntária, a parte inadimplente deve ser informada da decisão tomada pelo credor. Sem esta informação, a parte inadimplente não terá a capacidade de discernir se a transação foi concluída devido à inadimplência ou se continua com as implicações do atraso, incluindo

encargos de juros e ajustes no pagamento do devedor. Em última análise, a necessidade da notificação é apoiada pela afirmação de que: "a decisão deve ser comunicada ao devedor de alguma forma; caso contrário, ele não terá conhecimento do destino do contrato." (Aguiar, 2011, p.6).

Além disso, ter uma cláusula de rescisão explícita não elimina a necessidade de o credor comunicar sua decisão de exercer esse poder de rescisão; simplesmente indica que as partes não precisam passar pelos tribunais para encerrar um relacionamento legal específico.

Como a lei não determina um formato específico para articular tal testamento, as partes envolvidas normalmente descrevem no contrato como o evento de rescisão será transmitido, juntamente com quaisquer prazos para lidar com o inadimplemento. A abordagem mais frequentemente usada envolve uma parte notificando a outra, o que pode ser especificado no próprio contrato ou em um acordo posterior.

Neste contexto, as partes possuem latitude considerável para definir quais razões serão consideradas adequadas para a rescisão. Por exemplo, elas podem especificar a extensão das penalidades, determinar a seriedade das ações e estabelecer um cronograma para retificar tais questões. Na verdade, essa flexibilidade permite até que as partes aumentem o nível de comprometimento, tornando mais desafiador encerrar o relacionamento em vez de resultar em uma dissolução automática. A autonomia concedida às partes é extensa, permitindo que operem em quaisquer áreas que não contrariem princípios fundamentais (como boa-fé e função social) ou entrem em conflito com quaisquer requisitos legais específicos.

O ponto-chave a ser observado é que o método de comunicação para este testamento é tipicamente extrajudicial, o que significa que não requer o envolvimento do Judiciário para determinar o impacto da cláusula de resolução expressa. Em última análise, o acordo de resolução não necessita de solenidades formais e é focado em esclarecer a proteção legal fornecida às partes (Aguiar, 2011, p.8).

Em resumo, a autonomia privada tem ampla aplicabilidade em relação à cláusula de resolução expressa, permitindo que as partes definam os motivos da rescisão do acordo legal, delineiem as consequências e determinem como a dissolução será comunicada à parte inadimplente. É importante notar, no entanto, que essa autonomia não permite a criação de disposições contratuais desequilibradas ou a implementação de práticas comerciais desleais projetadas para contornar medidas de proteção ao consumidor.

A presença de uma cláusula de rescisão tácita em acordos legais bilaterais, quando aplicada por si só e sem qualquer disposição específica, pode levantar dúvidas quanto à necessidade de as partes incluírem uma cláusula de rescisão clara. Isso é particularmente relevante, pois, se sua aplicação automática e não judicial é incerta nos Tribunais, qual benefício significativo haveria em declará-la explicitamente dentro do contrato?

Conforme declarado por Araken de Assis, ter uma cláusula de rescisão clara remove qualquer dúvida ou incerteza sobre a importância da não conformidade e tira essa questão da avaliação do juiz.

Em outras palavras, a cláusula de rescisão expressa autoriza as partes a definir a importância e a natureza de seu relacionamento. Ela permite que elas especifiquem quais violações são consideradas sérias, delineiem as repercussões da não conformidade e determinem o nível de seu relacionamento. Essa flexibilidade é particularmente importante, dado que indivíduos que frequentemente se envolvem com o Judiciário frequentemente expressam preocupações sobre a imprevisibilidade de decisões, interpretações divergentes de questões semelhantes e o amplo escopo de discricão concedido aos juízes.

Além disso, ter uma cláusula de rescisão clara pode diminuir as preocupações das partes sobre como ela se aplica e quais podem ser os resultados. O segundo ponto levantado tem uma importância ainda maior, pois recorrer ao Judiciário não apenas introduz incerteza quanto ao resultado da disputa, mas também envolve uma longa espera para que o processo chegue a uma conclusão. Não é de se surpreender que os atrasos no Judiciário sejam responsáveis por mais da metade das queixas apresentadas ao Conselho Nacional de Justiça e sejam frequentemente discutidos em artigos que abordam as razões por trás da lentidão das decisões judiciais.

Apenas essas duas razões poderiam encurtar significativamente os anos de diálogo entre as partes envolvidas e minimizar a dependência inadequada, e muitas vezes evitável, do Judiciário. Em última análise, se as partes envolvidas no contrato têm o direito de encerrar seu relacionamento legal fora do tribunal, elas podem conseguir isso apenas informando a parte inadimplente sobre sua decisão. Essa ação levaria a economias diretas nos custos cada vez mais altos associados a processos judiciais, ao mesmo tempo em que diminuiria o tempo necessário para dissolver um relacionamento contratual que não tem mais valor para as partes.

Um aspecto importante adicional da disposição específica de rescisão diz respeito à responsabilidade pela resolução. Quando o credor comunica a rescisão por meio de uma mensagem bem fundamentada, o ônus recai sobre o inadimplente para provar que está atualizado com suas atividades e para buscar uma ação legal se achar que é justificado. “Nesse cenário, o devedor deve reconhecer a possibilidade de que o Judiciário possa restringir seu exame da cláusula de rescisão, focando apenas em sua legalidade e eficácia” (Aguiar, 2011, p.8).

Assim, além de transferir o ônus, a cláusula explícita também possui uma natureza ameaçadora e contundente, pois o devedor entende que não cumpri-la permite ao credor encerrar o relacionamento apenas declarando sua intenção.

Para Aguiar (2011, p. 8) “a condição expressa serve como uma estrutura útil para cenários imprevisíveis e futuros, permitindo que o contrato ofereça resoluções que podem não ser explicitamente delineadas por lei ou onde o término do relacionamento representaria desafios para o Judiciário”.

Consequentemente, atua como um mecanismo de liberação que permite às partes definir o significado de suas obrigações e as consequências de não cumpri-las, adaptadas para se adequar à finalidade pretendida do contrato.

É importante observar que nenhuma disposição extintiva pode anular princípios fundamentais como boa-fé objetiva, finalidade social dos contratos e integridade. Além disso, elas não eliminam as proteções padrão oferecidas às relações de consumo. “Além disso, essas disposições não podem impedir que a parte inadimplente recorra ao Poder Judiciário para demonstrar casos de abuso, ilegalidade, práticas comerciais desleais ou abusivas, ou mesmo ações contraditórias do credor” (Aguiar, 2011, p.9).

Portanto, a condição expressa serve como uma ferramenta que aumenta a segurança jurídica para ambas as partes. Se houver incerteza quanto ao cumprimento da outra parte, pelo menos a rescisão do acordo pode ser realizada de forma suave e eficiente, o que é particularmente importante no ambiente contratual acelerado de hoje que impacta significativamente as transações econômicas.

### **2.3 RAZÕES E CONSEQUÊNCIAS DA RESOLUÇÃO CONTRATUAL: ASPECTOS RETROATIVOS E EX TUNC**

A razão natural e primária para a rescisão de um contrato é o cumprimento de obrigações. Ao cumprir essas obrigações, o devedor é liberado de seu dever e tem o direito de solicitar comprovante de pagamento do credor. O artigo 320 do Código Civil de 2002 descreve os requisitos para o pagamento, que pode ser executado por meio de um instrumento privado que inclui o valor, o nome do pagador, o horário e o local do pagamento, juntamente com a assinatura do credor. Esta disposição também esclarece que, mesmo que nem todos os requisitos sejam atendidos, o pagamento ainda será considerado válido se puder ser inferido das circunstâncias ou termos em que ocorreu. “Além disso, o artigo 322 da mesma lei civil estabelece que o pagamento da última prestação crie a presunção, até prova em contrário, de que as prestações anteriores foram quitadas” (Assis, 2013, p.33).

Por outro lado, a rescisão causada por meios não naturais é denominada descumprimento, que é reconhecida como uma patologia dentro da existência da obrigação. O descumprimento pode ocorrer de forma voluntária ou involuntária. Nos casos de descumprimento voluntário, ele decorre da vontade ou culpa do devedor, levando à aplicação do artigo 475 do Código Civil de 2002, pelo qual o inadimplente é responsável por quaisquer perdas e danos resultantes.

Em contraste, o descumprimento involuntário decorre de circunstâncias alheias ao impulso do devedor, como eventos imprevistos, força maior, ônus excessivo ou situações que não estavam previstas no instante da solenidade do contrato. O não cumprimento também pode ser classificado como definitivo quando o serviço se torna totalmente inútil para o credor, ou como não definitivo quando alguma parte da obrigação foi cumprida, embora de forma inadequada ou imperfeita. Essas classificações se alinham

estritamente com os conceitos de não cumprimento total ou parcial da obrigação, onde o não cumprimento total significa uma falha absoluta e irreversível que prejudica a essência do serviço.

O segundo cenário envolve um não cumprimento parcial, mas ainda permite que o credor cumpra o serviço, desde que a rejeição potencial do devedor não seja antecipada e que o cumprimento permaneça benéfico para ele.

A resolução produzirá efeitos retroativos e terá implicações *ex tunc*, tratando efetivamente o relacionamento entre as partes como se nunca tivesse acontecido. Quaisquer ramificações legais estabelecidas pelo contrato que estava em vigor até aquele ponto não se aplicarão mais, e tudo voltará ao estado anterior, como se o contrato nunca tivesse existido dentro da estrutura legal. No entanto, para certos contratos que envolvem disposições em andamento, os efeitos ocorrerão a partir do ponto de não cumprimento em diante. Por exemplo, em um contrato de arrendamento, os serviços já prestados não precisam ser devolvidos, pois se alinham com a utilização do ativo arrendado (Assis, 2013, p.33).

As maneiras de encerrar um contrato são descritas neste trabalho, especificamente: primeira rescisão, que acontece quando o contrato é considerado nulo, inexecutável ou anulável; segunda resolução, que ocorre após o contrato ser formado e é devido ao não cumprimento das obrigações; e terceira rescisão, que ocorre quando ambas as partes concordam em encerrar o contrato ou quando uma das partes decide unilateralmente rescindir o contrato.

Depois de delinear os princípios básicos sobre a rescisão do contrato, é essencial examinar de perto como a cláusula de rescisão se aplica ao contrato de compra e venda de imóveis.

### **3. A CLÁUSULA RESOLUTIVA, O EMPENHO DE COMPRA E VENDA E AS MUDANÇAS DA LEI 13.097/2015**

O artigo 481 do Código Civil de 2002 descreve o contrato de compra e venda, descrevendo-o como um contrato em que uma parte se obriga a transferir a direito enquanto a outra concorda em pagar o preço. Embora este contrato tenha efeitos transferíveis, ele não possui, por si só, a autoridade para transferir a propriedade entre as partes. “No arcabouço legal brasileiro, a transferência da propriedade imobiliária normalmente requer uma escritura pública e deve ser registrada posteriormente no cartório de registro de imóveis” (Scavone Júnior, 2014. 198).

Consequentemente, a transferência de compra e venda é vista como um compromisso do vendedor com o comprador do imóvel, e esse compromisso é finalizado com a escritura pública posterior e seu registro no cartório apropriado.

Semelhante a outros contratos bilaterais, o contrato de compra e venda incluirá uma cláusula de rescisão tácita, permitindo que o Judiciário busque a rescisão do relacionamento em casos de

inadimplência. Além disso, a legislação específica relevante para este tipo de contrato pode ser aplicada, dependendo da natureza do empreendimento que está sendo vendido.

No caso de loteamentos, principalmente aqueles que envolvem a divisão de terras em lotes para venda e a criação de novas estradas (conforme disposto no artigo 2º da Lei 6.766/79), a legislação pertinente especifica que para rescindir o contrato de compra e venda de imóvel, o potencial comprador deve primeiro ser notificado do atraso. “Caso o comprador não resolva o atraso no prazo máximo de 30 dias após ser informado, o contrato será considerado rescindido” (Rabelo, 2005. p. 6).

O desenvolvimento de loteamento é registrado no cartório de registro de imóveis, este precisa emitir esta notificação e, caso o potencial comprador não atue, o contrato de compra e venda será anulada. Consequentemente, a resolução administrativa descreve três requisitos fundamentais para o cumprimento: (1) o contrato de compra e venda que precisa ser registrado; (2) o devedor deve ser notificado por um servente do cartório de registro de imóveis, fornecendo um prazo para que este consiga regularizar a situação e resolver o inadimplemento em 30 dias; e (3) o devedor deve permanecer inativo durante o prazo legal sem quitar a dívida e seus encargos associados (Glitz, 2009, p. 239).

Em contraste com as subdivisões, os empreendimentos imobiliários são regidos pela Lei 4.591/1964, que descreve regulamentações específicas, e seus cenários de resolução podem ser encontrados na Lei 4.591/64, Lei 6.766/1979, Decreto-Lei 58/1937, Decreto-Lei 745/69 e Lei 9.514/1997.

Para fins educacionais, as soluções potenciais são categorizadas em três hipóteses diferentes. A primeira instância disso ocorre em contratos relacionados ao desenvolvimento imobiliário, garantidos por um acordo complementar de alienação fiduciária. De acordo com a Lei 9.514/1997 do art. 26, se uma dívida se tornar devida e permanecer não paga, total ou parcialmente, e o fiduciário estiver inadimplente, a propriedade do imóvel será consolidada, de acordo com este artigo, em nome do devedor fiduciário. Uma vez que o imóvel é registrado em nome do síndico no registro de imóveis, o síndico tem um prazo de 30 dias para realizar um leilão público para a venda do imóvel. Além disso, a retomada do imóvel pode ocorrer preliminarmente, permitindo ao ocupante/síndico 60 dias para desocupar, conforme disposto no artigo 30 da Lei 9.514/1997.

Outra hipótese envolve incorporações executadas a "preço de custo", conforme previsto na Lei 4.591/1964, que também permite um leilão público e extrajudicial para vender a parte do terreno pertencente ao condômino inadimplente. Conforme o artigo 63, §1º desta lei, o contrato pode especificar que, se três parcelas do preço da construção não forem pagas, a dívida pode ser quitada em até dez dias após solicitação da comissão de representantes.

Por fim, a hipótese final, que é a mais abrangente e que engloba a maioria dos acordos firmados entre compradores e incorporadores imobiliários, refere-se à resolução prevista no Decreto-Lei 745/69, conforme discutido especificamente na seção abaixo.

### **3.1 RESOLUÇÃO DE CONTRATOS DE IMÓVEIS NÃO LOTEADOS FUNDAMENTADA NA APLICAÇÃO DO DECRETO-LEI 745/1969**

A lei permite métodos alternativos de dissolução contratual em contratos de compra e venda feitos entre incorporadores e compradores. Neste contexto, o artigo inicial do Decreto-Lei 745/1969 estabelece o seguinte antes de sua recente revisão:

Artigo 1º: Em relação aos contratos referenciais no artigo 22 de 1937 do Decreto-Lei nº 58, a iniciação da inadimplência pelo promitente comprador requer notificação prévia, independentemente da presença de cláusula resolutive expressa. Esta notificação deverá ser dada por meio do tribunal ou pela averbação de Títulos e escrituras, com antecedência mínima de quinze (15) dias (Glitz, 2009, p. 240).

Em outras palavras, todos os contratos relativos à compra e venda de imóveis não divididos, desprovidos de cláusula de lucro, se enquadram no escopo do artigo 1º do Decreto-Lei 745/69. “Não obstante, determinou que o credor/vendedor que desejar anular o contrato deverá informar previamente o devedor”. “Essa notificação deve realizada junto ao cartório ou pelo sistema judiciário” (Gonçalves, 1999, p. 75).

Embora a legislação permita a rescisão extrajudicial de contratos, a jurisprudência comum tem demonstrado considerável resistência à implementação automática desta disposição. Essa resistência decorre do ceticismo quanto à capacidade das partes de determinar a culpa por atrasos, preocupações sobre potenciais violações dos direitos à ampla defesa e procedimentos contraditórios e a não transferibilidade da autoridade judicial. “Além disso, esse ceticismo também está enraizado no potencial de uma defesa baseada nos cumprimentos significativos do contrato ou na exceção de um contrato não cumprido, ambos os quais exigiriam exame judicial prévio” (Gonçalves, 1999, p. 75).

Como resultado, apesar da presença de documentação legal, a resolução prática de contratos de compra e venda fora do tribunal não ocorre. Isso pode ser atribuído ao medo do credor ou da parte lesada ou ao potencial de a dissolução ser anulada no sistema judicial.

Consequentemente, quando confrontado com um inadimplente persistente que claramente não pode cumprir com suas obrigações, o vendedor deve recorrer ao Judiciário para primeiro obter uma declaração de rescisão contratual. Somente após uma decisão final o vendedor pode retomar totalmente o controle sobre a unidade imobiliária associada ao contrato rescindido. Isso se aplica se o comprador inadimplente não estiver mais em dispor do imóvel, o que exigiria que o incorporador o recuperasse por

meio de uma reintegração de posse, um processo que só pode ocorrer após a rescisão contratual ter sido declarada. Em resumo, os desafios práticos eram aparentes, e o curso de ação para o credor era notavelmente complexo e demorado.

Por outro lado, situações envolvendo abuso do vendedor não podem ser ignoradas, especialmente quando eles deixam de cumprir suas obrigações com o comprador, como atrasos na entrega de mercadorias, mas ainda impõem cobranças por correções, juros e até multas ou parcelamentos injustos. Além disso, há propostas para rescindir contratos que incluem penalidades excessivas, ignorando o histórico financeiro e os pagamentos anteriores feitos por compradores que caíram em inadimplência.

O fundamento legal para a aplicação continuou inalterado, ou seja, a resolução produzirá efeitos exclusivamente de pleno direito nos acordos de compra e venda sem cláusula de reconsideração. O método de contato com o inadimplente também foi preservado, executado por um tabelião público ou por meio de uma intimação judicial.

A questão inicial surgiu da necessidade de concordância estratégica do texto legal, o que levou a diferentes interpretações sobre se o inadimplemento mencionado do artigo 1º, da redação, se menciona a mero atraso no pagamento (*mora ex re*, art. 397, caput, do Código Civil) ou se era necessária notificação prévia para classificar o devedor como inadimplente (§1º do art. 397 do Código Civil). Como a jurisprudência, em geral, interpretava que o atraso no pagamento era *ex re*, exercendo a notificação apenas para escaloná-lo para inadimplência absoluta, a adaptação do texto legal era justificada. Nesse contexto, foi referenciada a resolução do Superior Tribunal de Justiça sobre o argumento.

“A segunda razão foi que o documento legal deveria deixar claro que a notificação é crucial para transformar o atraso em inadimplência completa, independentemente de o contrato de compra e venda estar lavrado no cartório de registro de imóveis” (Rizzardo, 2015, p. 266).

O terceiro e último motivo foi à inclusão do parágrafo inicial no artigo 1º, que esclarece que, se a notificação for emitida e o prazo especificado tiver passado sem que o comprador inadimplente retifique o atraso ocorrido, a rescisão do contrato ocorrerá automaticamente. “Essa modificação foi justificada pela necessidade de aumentar a eficiência das transações no setor imobiliário, aliviando o credor que muitas vezes já está em desvantagem de precisar recorrer ao Judiciário para obter assistência” (Rizzardo, 2015, p. 266).

Além disso, foi argumentado que essa modificação apenas alinharia as regras de rescisão para imóveis não divididos com aquelas definidas para imóveis divididos, que já permitiam a rescisão extrajudicial e judicial em casos de inadimplência total (art. 32 da Lei 6.766/79).

Ao analisar a justificativa por trás da emenda n.º 52, a Comissão Mista encarregada da Medida Provisória n.º 656/2014 transmitiu sua aprovação à alteração na redação legal. Como resultado, a Medida

Provisória n.º 656/2014 foi transformada na Lei 13.097/2015, que modificou permanentemente o texto do artigo 1º do Decreto-Lei 745/69.

Em outras palavras, quaisquer dúvidas anteriores foram eliminadas pela nova linguagem jurídica. Quando a base fática para aplicação da regra é estabelecida (como a inadimplência de um comprador em um contrato de compra e venda sem uma cláusula de arrependimento), juntamente com o processo para lidar com o atraso (que envolve notificar o devedor por meio de um notário ou por meio dos tribunais), o resultado legal será consistentemente a rescisão automática do contrato, sem a necessidade de envolvimento judicial (Glitz, 2009, p. 240-241).

Portanto, uma vez identificada à inércia do devedor como sendo questionado, o incorporador recuperaria a autoridade para administrar a unidade imobiliária, seja reembolsando qualquer saldo remanescente ao inadimplente ou impondo multas e outros encargos conforme estipulado no contrato. “É importante reconhecer, no entanto, que essa abordagem requer exame cuidadoso: condições e práticas comerciais exploratórias não são permitidas para beneficiar o incorporador à custa do consumidor” (Glitz, 2009, p. 241).

Embora haja uma disposição clara, como será discutida na seção seguinte, a interpretação predominante entre os Tribunais examinados é que a cláusula de rescisão automática em contratos de compra e venda requer envolvimento judicial prévio. Essa perspectiva é apoiada principalmente pelos julgamentos que enfatizam a autoridade exclusiva do Judiciário para avaliar a existência de qualquer atraso, determinar a parte responsável e avaliar se as circunstâncias justificam a rescisão do contrato.

#### **4 A CONSCIÊNCIA DOS TRIBUNAIS SOBRE A RESOLUÇÃO DE PLENO DIREITO NOS ENVOLVIMENTOS DE COMPRA E VENDA. ORIENTAÇÃO DE LEITURA SOBRE O TEMA**

Para determinar a interpretação atual dos Tribunais sobre a terminologia utilizada no Decreto-Lei 745/69, foi realizada uma busca pelos termos "cláusula resolutiva expressa" e "contrato de compra e venda". Essa busca se concentrou em julgamentos de 2015 a novembro de 2016 no Tribunal de Justiça do Paraná, de 2015 até 2016, enquanto no STJ não houve restrição temporal, mas foram consideradas apenas decisões colegiadas.

O caso que mais claramente reflete o entendimento atual no Superior Tribunal de Justiça tem origem na Quarta Turma, especificamente no julgamento do Recurso Especial n.º 620787/SP, conforme relato do Ministro Luis Felipe Salomão. Esta decisão determinou que a aplicação de cláusula resolutiva

em contrato de compra e venda, mesmo quando expressamente prevista, está sujeita à apreciação judicial, dada a necessidade de se respeitar o princípio da boa-fé objetiva que rege todos os contratos.

Essa compreensão decorreu de diversos julgados do STJ sobre o assunto, em especial dos pareceres derivados do AgRg na Ag. n.º 1.004.405/RS, relatado pelo Ministro Aldir Passarinho; no Resp. n.º 204.246/MG, relatado pelo Ministro Sálvio de Figueiredo; e no parecer do Ministro Ruy Rosado Aguiar no Resp. n.º 237.539/SP. A decisão pode ser resumida da seguinte forma:

Conseqüentemente, a resolução da controvérsia deve ocorrer em juízo, onde será examinada não apenas a validade da cláusula, mas também a avaliação das circunstâncias que justificam a rescisão do contrato, pois é possível que a violação não seja significativa o suficiente para justificar a rescisão do contrato. Isso implica que a cláusula de rescisão explícita não nega inerentemente a necessidade de uma decisão judicial para confirmar as condições que a sustentam. A lei já tentou aumentar a flexibilidade da estrutura do regulamento ao impor a advertência prévia (art. 1º do DL 745/69), indicando que transações envolvendo compras imobiliárias, particularmente em casos como este, envolvendo um complexo habitacional para indivíduos de baixa renda, exigem uma abordagem personalizada, incluindo notificação prévia e consideração cuidadosa das circunstâncias que justificam a rescisão do contrato, em linha com seus objetivos sociais (Aguiar, 2011, p. 382).

Ao concluir seu voto, o Ministro Ruy enfatizou que o padrão no sistema jurídico brasileiro é que a resolução ocorra em juízo, pois é somente nesse cenário que a defesa da parte inadimplente e quaisquer razões que possam impedir a rescisão do contrato podem ser devidamente avaliadas.

Em linha com esse entendimento, os casos subsequentes são dignos de nota: AgRg no REsp 1337902/BA, com o Ministro Luis Felipe Salomão como relator; AgRg no REsp 969.596/MG, liderado pelo Ministro João Otávio de Noronha; REsp n.º 88712/SP, supervisionado pelo Ministro Barros Monteiro; e REsp n.º 1.342.754/RJ, relatado pelo Ministro Paulo de Tarso Sanseverino.

Apenas um caso, o REsp n.º 64.170/SP, relatado pela Ministra Eliana Calmon, foi identificado com entendimento teoricamente divergente, que pode ser resumido da seguinte forma: Contrato com cláusula expressa de resolução, a ser rescindido por descumprimento, não necessita de rescisão formal pelo Poder Judiciário.

Com base no conteúdo da súmula, parece que o STJ concluiu que o termo de ocupação de imóvel, que poderia se converter em compra e venda e continha cláusula de resolução, poderia ser dissolvida extrajudicialmente. No entanto, o Superior Tribunal de Justiça não se envolveu diretamente no tema e o abordou apenas superficialmente para anular a decisão local e determinar novo julgamento pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

Assim, apesar do claro reconhecimento da eficácia da cláusula de resolução expressa, essa posição não foi conclusiva e não teve autoridade para anular outras interpretações do mesmo Tribunal.

Consequentemente, apesar do claro reconhecimento da eficácia da cláusula resolutiva expressa, tal posicionamento não foi conclusivo e careceu de autoridade para sobrepor-se a outras interpretações do mesmo Tribunal. Em resumo, não foram identificadas interpretações divergentes sobre o assunto no STJ.

Consequentemente, as decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça do Paraná permanecem consistentes com a interpretação estabelecida pelo STJ. A simples continuidade do caso não é possível. Além disso, no Agravo Instrumental nº 1036325-6, o resumo afirma: É necessária declaração judicial para a rescisão do contrato, amparada por precedentes do STJ e deste Tribunal de Justiça.

As decisões proferidas pela 7ª Câmara Cível refletem essa perspectiva, particularmente em relação ao Agravo Instrumental nº 1291077-7, que pode ser resumido da seguinte forma: A orientação estabelecida pelo STJ requer uma declaração judicial do cancelamento do contrato de compra e venda para a reintegração de posse, independentemente de haver uma cláusula de rescisão explícita no contrato (Aguiar, 2011, p. 383).

Os Tribunais pesquisados geralmente sustentam a opinião de que, com poucas exceções, uma cláusula de rescisão expressa necessita de uma declaração judicial para se tornar efetiva. Na ausência de tal declaração judicial, o contrato permanece intacto, e as partes são impedidas de reivindicar seus direitos à propriedade. As principais justificativas para essa postura incluem: (i) o Poder Judiciário é exclusivamente qualificado para determinar culpa em relação a quaisquer atrasos; (ii) pode apreciar a educação da boa-fé e identificar quem foi o responsável pelo término do relacionamento; (iii) um processo judicial permite o exame do cumprimento substancial do relacionamento e a exceção para qualquer contrato não cumprido; (iv) o Poder Judiciário é obrigado a abordar esta questão; (v) somente por meio de processos judiciais o direito à ampla defesa e ao sistema adversarial podem ser honrados, sendo necessária uma sentença para encerrar oficialmente um relacionamento jurídico, permitindo que as partes retornem ao seu status anterior após esta determinação.

Acredita-se que, apesar da redação revisada do artigo 1º do Decreto-Lei 745/66, é improvável que os Tribunais alterem sua interpretação bem estabelecida com base nos dados coletados e nas razões apresentadas. Mesmo com uma redação mais detalhada, ela não pode superar as justificativas empregadas na maioria das decisões mencionadas anteriormente. “Em outras palavras, apenas declarar na legislação que um contrato de compra e venda é automaticamente resolvido por lei em casos de inadimplência absoluta de uma das partes não elimina a relevância de todos os pontos descritos nos parágrafos anteriores, que foram usados para descartar a possibilidade de resolver o contrato fora do tribunal” (Aguiar, 2011, p. 384).

No entanto, parece que os tribunais examinados persistirão em usar o mesmo raciocínio, ignorando o texto alterado da lei e tornando a cláusula de resolução expressa sem sentido, pois sua inclusão no contrato servirá apenas a um propósito formal e para apoiar um pedido de rescisão do relacionamento no tribunal.

Para Aguiar (2011, p. 384) “isso não quer dizer que o Judiciário seja incapaz de intervir em casos de resolução; em vez disso, ele deve restringir seu envolvimento”. Especificamente, sua análise deve se concentrar apenas em confirmar a presença de suporte factual que levou à resolução, garantindo que os procedimentos formais descritos nas leis relevantes foram respeitados, verificando se o relacionamento do consumidor foi mantido e apurando que nenhum princípio foi violado pelas partes envolvidas.

O objetivo é que o Judiciário seja envolvido apenas em casos em que sua intervenção seja genuinamente necessária, focando mais nos resultados da reversão de decisões do que nos procedimentos extensivos que precedem o anúncio da resolução.

Claramente, em tais casos, o devedor mantém o direito completo de se aproximar do Judiciário para provar qualquer abuso, cumprimento significativo da obrigação ou não cumprimento anterior pelo credor, o que poderia resolver quaisquer atrasos ou inadimplências. No entanto, em todos esses casos, é o devedor que carregaria o ônus processual e enfrentaria o atraso resultante na resposta judicial. O credor, já afetado pela inadimplência, não seria obrigado a esperar por uma decisão que declare a transação legal anulada.

Lamentavelmente, ao se esforçar para salvaguardar a boa-fé do devedor e defender os princípios relevantes para o Direito Privado e do Consumidor, os Tribunais podem estar impondo penalidades excessivas ao credor. Consequentemente, a interpretação sugerida não elimina a oportunidade de uma defesa fundamentada na boa-fé, no desempenho substancial ou na exceção de um contrato não cumprido. No entanto, é essencial reconhecer a situação existente e evitar causar danos adicionais à parte que já está arcando com as consequências da falha de execução da outra parte.

Além disso, é importante observar que toda decisão traz consequências. Não é apenas o "Mercado" abstrato que sofre; o consumidor individual também enfrenta o fardo final dos riscos associados à falha de outros em entregar.

Ademais, seria ilógico permitir que as subdivisões sigam uma regra semelhante (permitindo resolução total após um aviso de apelação) enquanto estabelece uma regra diferente para os contratos de compra e venda em propriedades incorporadas.

Nesta mesma lógica, a linguagem encontrada no artigo 474 do Código Civil é clara, assim como o texto revisado do artigo 1 do Decreto-Lei 745/79, que afirma que a cláusula de rescisão expressa opera automaticamente por lei. Essa operação automática indica que nenhuma intervenção judicial é

necessária. Portanto, parece inapropriado interpretar as disposições legais de uma maneira que se desvie de sua forma escrita. Embora haja casos em que um conflito direto de regras ou cláusulas abertas possa exigir envolvimento judicial para preencher as lacunas, isso não é aplicável no caso de um texto legal que já seja completo e completo em suas diretrizes.

A legislação relevante para a resolução da compra e venda, conforme discutido em outras partes deste artigo, era notavelmente mais detalhada. Era tão específica que a justificativa para a aprovação da lei estava diretamente vinculada à necessidade de maior eficiência e à remoção de qualquer incerteza quanto ao potencial de rescisão extrajudicial do negócio.

Como resultado, aderir à abordagem adotada pelos Tribunais examinados anteriormente resultará apenas em uma falta de respeito ao texto legal, minando progressivamente a cláusula de resolução expressa e tornando sua aplicação semelhante à da cláusula de resolução tácita. “Em termos mais simples, o texto legal, as intenções articuladas pelas partes no contrato e a salvaguarda das partes contratantes envolvidas (sejam consumidores ou outros) são negligenciados” (Garcia, 2013, p. 131).

Nesse contexto, o objetivo é alcançar maior clareza e racionalidade na compreensão do tópico, pois a lei revisada eliminou ambiguidades e potencial uso indevido de interpretação. A intervenção judicial é necessária apenas em casos em que as partes não tenham abordado adequadamente as questões de antemão ou quando cláusulas abusivas são aplicadas. Normalmente, é responsabilidade de o devedor buscar ajuda jurídica para proteger seus interesses. Essa abordagem garante que os interesses contratuais, como acesso à moradia, sejam mantidos, mantendo assim a segurança e o equilíbrio dentro dos contratos e salvaguardando tanto o mercado quanto os indivíduos dentro dele.

## **5. CONCLUSÃO**

Muitas mudanças significativas ocorreram no mercado imobiliário brasileiro nestes últimos anos. No início, houve um rápido aumento nos lançamentos de projetos, alimentados pelo crédito prontamente disponível e um aumento nas vendas. No entanto, esse modelo econômico orientado ao consumidor provou ter vida curta, levando a uma recessão severa no país. Consequentemente, os compromissos foram frequentemente quebrados, resultando em um aumento notável nos inadimplementos contratuais. Essa situação aumentou as disputas legais e ressaltou a crescente importância das medidas legais para resolver contratos de compra e venda.

O artigo ilustra que, no contexto do novo código civil, o artigo 474 define explicitamente a natureza jurídica completa da cláusula de resolução expressa. No entanto, os tribunais historicamente se inclinaram para a intervenção judicial em todas as instâncias. A introdução da Lei 13.097/2015, no entanto, revitalizou as opções para resolver contratos por meio de métodos extrajudiciais, reafirmando a plena legalidade dos contratos expressos. Consequentemente, o objetivo inicial deste estudo foi

conduzir uma análise crítica de como a cláusula de resolução expressa tem sido aplicada pelos Tribunais e destacar as mudanças que a Lei 13.097/2015 trouxe para o setor imobiliário.

Este artigo visa explorar o potencial de rescisão completa de contratos de compra e venda de imóveis onde a rescisão completa se refere a instâncias que não necessitam do envolvimento do tribunal e se esforça para oferecer uma perspectiva direta sobre a posição atual dos Tribunais, sugerindo uma interpretação mais adequada das disposições legais.

Neste contexto, foram discutidas as principais distinções entre a cláusula de rescisão tácita (legal) e a cláusula de rescisão expressa (convencional). O primeiro tipo é estipulado no artigo 475 do Código Civil e é aplicável a todos os contratos bilaterais, permitindo a dissolução do acordo legal em caso de inadimplência de qualquer uma das partes. No entanto, é crucial que o Judiciário se pronuncie sobre esta questão, pois somente um juiz possui autoridade para avaliar a situação específica e declarar oficialmente o término da relação jurídica impactada pela inadimplência.

No segundo cenário, a cláusula é considerada convencional, pois se origina do acordo entre as partes e é, em tese, aplicada automaticamente, sem a necessidade de envolvimento judicial, com base no artigo 474 do Código Civil. O termo em tese é usado porque, particularmente em contratos de compra e venda, os tribunais decidiram que a cláusula de resolução expressa é totalmente ineficaz, afirmando que invariavelmente exigirá intervenção judicial para validação. Esta perspectiva equipara a cláusula de resolução expressa à tácita, pois ambas estão sujeitas a exame judicial em cada instância específica.

Conforme discutido no artigo, as principais razões para questionar a execução automática da cláusula de resolução expressa incluem a natureza inalienável do Judiciário, o risco de infringir os direitos do devedor a uma defesa completa e processo adversarial, o potencial de reivindicar desempenho substancial do contrato e a exceção para contratos não cumpridos, a necessidade de avaliar o inadimplemento pela lente da boa-fé objetiva e a conversa mais ampla sobre responsabilidade por atrasos.

Como resultado da revisão das decisões existentes sobre este assunto, pode-se concluir que a interpretação sustenta que o Judiciário possui autoridade exclusiva para avaliar o caso específico, independentemente dos termos contratuais. Por fim, após um processo judicial, o tribunal pode declarar o contrato nulo devido ao inadimplemento. Para o credor que busca anular a transação legal, será necessário navegar no desafiador reino do litígio, aguardando a resolução da disputa pelo Estado, que é reconhecidamente demorada e cara.

Por outro lado, após a conversão da Medida Temporária 656/2014 na Lei 13.097/2015, o artigo 1º do Decreto-Lei 745/69 sofreu modificações. O texto não só foi tornado mais técnico, como o parágrafo único também estipulou que: Nos contratos com cláusula resolutiva expressa, a resolução decorrente de inadimplemento do promitente-comprador produzirá efeitos de pleno direito (art. 474 do

Código Civil), desde que o devedor receba notificação. Consequentemente, se o devedor não sanar o inadimplemento no prazo de 15 dias após sua notificação, o inadimplemento será considerado absoluto, levando à rescisão do contrato de pleno direito.

As razões expostas na Medida Provisória que levou à Lei 13.097/2015 indicam claramente que a redação atualizada aborda a necessidade de o setor imobiliário dispor de mecanismos eficientes para resolver inadimplências de forma célere, sem necessidade de recorrer à Justiça para declaração de resolução dos acordos jurídicos firmados entre as partes envolvidas.

O setor imobiliário acolheu amplamente essa alteração no texto legal, principalmente em tempos de recessão, quando recorrer ao Judiciário é percebido como um processo longo. No entanto, a posição real do Judiciário sobre essa questão permanece incerta. Como a modificação do texto legal é bastante contemporânea e houve um declínio no mercado imobiliário nacional significativo semelhante a muitos outros setores da economia nacional a posição dos Tribunais só será revelada ao longo do tempo. Isso levanta a questão de se eles aplicarão a legislação conforme pretendido, dado que o texto é inequívoco, ou se continuarão a interpretar a cláusula de rescisão expressa como meramente uma ferramenta que requer revisão judicial para sua eficácia.

O artigo evidencia a relevância de adotar ao texto do novo artigo 1º do Decreto-Lei 745/69, que não deixa ambiguidade; se houver descumprimento do contrato de compra e venda de imóvel, a inação do devedor em questão leva ao término da relação jurídica. Além disso, a violação de um aspecto crítico permite que o credor rescinda o contrato. No entanto, essa conclusão não nega a necessidade de proteção contratual do consumidor, nem descarta a possibilidade de que, em certos casos, tal autonomia possa ter sido realizada de forma abusiva ou por meio de cláusula injusta. Portanto, embora a autonomia das partes contratantes seja reconhecida, ela não é absoluta, e o Judiciário pode avaliar situações em que essa autonomia tenha sido violada. No entanto, não se deve presumir que a liberdade individual seja inerentemente falha ou desequilibrada, nem que a intervenção estatal em questões contratuais seja sempre essencial. O objetivo não é esgotar a discussão, principalmente dada à natureza recente da mudança e a falta de debate dentro do Judiciário.

Consequentemente, entende-se que, de acordo com o novo texto legal, a obrigação de buscar reparação judicial, se necessário, agora recai sobre o inadimplente, o que inclui a responsabilidade de identificar quaisquer abusos potenciais que possam ter ocorrido. Especificamente, se o inadimplente perceber que o negócio jurídico está sendo injustamente encerrado e desejar se defender alegando execução substancial do contrato exceto pelas partes não cumpridas ou com base em princípios de boa-fé, será sua responsabilidade iniciar uma ação judicial para driblar o cancelamento do contrato. Em tais casos, o devedor pode levar a questão ao Judiciário dentro do prazo de notificação da instauração do inadimplemento, seja defendendo-se ou buscando impedir o término do relacionamento por meios judiciais, dependendo das circunstâncias. No entanto, essas disposições não implicam que o Judiciário

será totalmente indiferente à situação ou que o mandato para sua avaliação de todas as questões relevantes será negligenciado.

Não é adequado adiar a conclusão de um contrato enquanto se espera que o credor que muitas vezes já é afetado pelo inadimplemento tome medidas e confie em uma decisão judicial para encerrar o relacionamento. As partes envolvidas delinearão claramente a cláusula de rescisão em seu acordo, indicando que entenderam os riscos associados à sua ativação e reconheceram a gravidade das violações que poderiam resultar na dissolução do relacionamento. Portanto, potenciais casos de abuso devem ser avaliados caso a caso, em vez de generalizados.

Em resumo, os direitos à autonomia privada e à liberdade de celebrar contratos são essenciais e devem ser reconhecidos e salvaguardados pelo Estado nas interações entre indivíduos. Esse ponto de vista enfatiza a importância de priorizar a autonomia negocial das partes envolvidas, particularmente para evitar a diluição de textos legais e o envolvimento judicial desnecessário em questões que podem funcionar efetivamente sem tal intervenção. Acredita-se que promover a confiança e a previsibilidade contribui para um ambiente de mercado mais robusto e reduz os custos de transação, pois garante a adesão aos compromissos assumidos pelos agentes econômicos, mantendo a integridade das relações estabelecidas pelas partes contratantes.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. **Da extinção do contrato**: artigos 472 a 480. Comentários ao novo código civil. Rio de Janeiro: Forense, v. 6, t. II, 2011. p. 382.

ASSIS, Araken de. **Dos contratos em geral**. In: ALVIM, Arruda; ALVIM, Thereza (Coord.). Comentários ao código civil brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, v. 5, 2007.

ASSIS, Araken de. Resolução do contrato por inadimplemento. 5 ed. rev. e atual. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2013. p. 33.

GARCIA, Rebeca. Cláusula Resolutiva Expressa: Análise crítica de sua eficácia. **Revista da Ajuris**, V. 40, nº 131. Setembro de 2013.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, volume 3: contratos e atos unilaterais**. 10. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 75.

GLITZ, Frederico Eduardo Zenedin . Favor contractus: alguns apontamentos sobre o princípio da conservação do contrato no direito positivo brasileiro e no direito comparado. In: CONRADO, Marcelo; PINHEIRO, Rosalice Fidalgo. (Org.). **Direito privado em discussão: ensaios para uma recomposição valorativa da pessoa e do patrimônio**. Curitiba: Juruá, 2009, v. , p. 239-280.

RABELLO, José Geraldo de Jacobina. Cláusula resolutória expressa nos contratos. **Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil**, São Paulo: Síntese, n. 38, p. 6, nov./dez. 2005.

RIZZARDO, Arnaldo. **Contratos**. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p.256.

SCAVONE JÚNIOR, Luiz Antonio. **Direito Imobiliário**: Teoria e prática. Rio de Janeiro: Forense, 2014. p. 198.

# SHARENTING: CONCEITO, PRIVACIDADE E CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS E SOCIAIS DA EXPOSIÇÃO DIGITAL NA ERA DA TECNOLOGIA

## SHARENTING: CONCEPT, PRIVACY AND PSYCHOLOGICAL AND SOCIAL CONSEQUENCES OF DIGITAL EXPOSURE IN THE AGE OF TECHNOLOGY

MILENA VIANA DE SOUZA<sup>1</sup>

TAINARA CONTI PERES<sup>2</sup>

### RESUMO

Com a nova realidade tecnológica, realizar postagens a todo momento tem se tornado algo habitual. Por isso, é comum abrir as redes sociais e visualizar diversas postagens que os pais realizam dos momentos de seus filhos, uma vez publicados, permanecem acessíveis tanto para o titular quanto para terceiros por um longo período. No entanto, o que muitos não sabem é que o excesso é conhecido como *sharenting*, a junção das palavras em inglês “*share*” (compartilhar) e “*parenting*” (paternidade). Isso pode representar um problema jurídico como a violação dos direitos de personalidade. O presente trabalho tem como objetivo analisar as repercussões do *sharenting* nos direitos da personalidade de crianças e adolescentes, avaliando a conformidade da legislação atual e as obrigações dos pais nesse cenário. Ademais, a metodologia utilizada envolve pesquisas bibliográficas de obras e artigos que fornecem uma base teórica sobre o tema *sharenting* para compreender suas consequências e repercussões com destaque o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Os resultados da pesquisa indicam que o *sharenting* pode ter um impacto negativo no desenvolvimento psicológico das crianças, interferindo em sua autoestima e formação de identidade. Apesar da existência de leis que buscam proteger esses direitos, ainda faltam ferramentas eficientes para gerenciar essa questão. Portanto, é fundamental que os pais tenham conhecimento dos riscos que estão colocando seus filhos ao promover o excesso de postagens nas redes sociais e promover um aprimoramento legal que responsabilize os pais e assegure a proteção completa das crianças no contexto digital.

**Palavras chaves:** *Sharenting*; Personalidade; Violabilidade; Responsabilidade; Publicações.

### Abstract

With the new technological reality, posting all the time has become commonplace. Therefore, it is common to open social networks and view various posts that parents make of their children's moments, once published, they remain accessible to both the owner and third parties for a long period. However, what many do not know is that the excess is known as *sharenting*, the combination of the English words “*share*” and “*parenting*”. This may represent a legal problem such as violation of personality rights. The present work aims to analyze the repercussions of *sharenting* on the personality rights of children and adolescents, evaluating compliance with current legislation and the

---

<sup>2</sup> Professora e Coordenadora do Curso de Direito da Faculdade de Tecnologia do Vale do Ivaí – FATEC. Especialista em Direito e Processo do Trabalho e Direito Digital pelo Instituto CERS. Mestranda em Direito, Sociedade e Tecnologia pela Escola de Direito das Faculdades Londrina. [tainaracperes@gmail.com](mailto:tainaracperes@gmail.com)

obligations of parents in this scenario. Furthermore, the methodology used involves bibliographic research of works and articles that provide a theoretical basis on the subject of sharenting to understand its consequences and repercussions, highlighting the Child and Adolescent Statute (ECA). The research results indicate that sharenting can have a negative impact on children's psychological development, interfering with their self-esteem and identity formation. Despite the existence of laws that seek to protect these rights, there is still a lack of efficient tools to manage this issue. Therefore, it is essential that parents are aware of the risks they are putting their children by promoting excessive posting on social media and promoting legal improvements that hold parents accountable and ensure the complete protection of children in the digital context.

**Keywords:** Sharenting; Personality; Violability; Responsibility; Publications.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo geral compreender as repercussões do *sharenting* nos direitos da personalidade de crianças e adolescentes e as consequências psicológicas e sociais, e consequentemente como objetivos específicos, analisar a legislação vigente que trata da proteção desses direitos das crianças e adolescentes, apontando suas falhas e avaliando o papel dos pais na responsabilidade da privacidade e da identidade digital de seus filhos.

Dessa forma, o problema da pesquisa será articulado em três perguntas: I) quais os impactos causados pelo excesso de postagens que os pais realizam de seus filhos nas redes sociais? II) A legislação atual é suficiente para proteger os direitos da personalidade das crianças e adolescentes? III) Em decorrência do *sharenting*, qual é a responsabilidade legal dos pais quanto à violação de privacidade e direitos da personalidade de seus filhos?

Como hipóteses o trabalho discorrerá sobre: o excesso das postagens nas redes sociais por parte dos pais e os efeitos prejudiciais na autoestima e no desenvolvimento da identidade das crianças, levando a questões psicológicas como depressão e ansiedade, pois ao realizarem postagens que expõem informações sobre seus filhos nas redes sociais, normalmente tendem a ter uma visão distorcida dos riscos associados a essa prática; a legislação atual pode não ser suficiente para garantir a proteção dos direitos da personalidade das crianças e adolescentes, pois não abrange todos os riscos associados ao *sharenting* e se os pais possuem responsabilidade legal por atos de *sharenting* que resultem em violação da privacidade e dos direitos da personalidade de seus filhos, pois expõe as crianças a riscos que poderiam ser evitados, configurando negligência.

O *sharenting* apresenta grandes desafios legais que necessitam ser compreendidos e analisados, dessa forma a legislação no Brasil, que abrange o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assegura os direitos essenciais das crianças e adolescentes. Todavia, a implementação dessas normas no contexto do *sharenting* ainda está em fase inicial, o que demanda uma investigação mais detalhada sobre as possíveis violações desses direitos e sobre maneiras de aprimorar a legislação existente.

De acordo com Jesus (2020) a prática do *sharenting* surge da exposição cotidiana da privacidade em ambientes sociais, especialmente nas redes sociais. Essa prática se torna extrema quando dados da intimidade ou identidade pessoal são compartilhados, comprometendo não apenas a privacidade dos pais, mas também a dos filhos e ao exporem momentos pessoais da vida de seus filhos, muitos pais não se dão conta dos perigos que isso acarreta, tanto para a criança, que não tem a capacidade de consentir com essa exposição, quanto para a sociedade como um todo, que enfrenta as implicações do desrespeito a direitos fundamentais.

Desse modo, no Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei nº 8.069/1990, estabelece a proteção integral dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, incluindo direitos à privacidade, à imagem e à identidade, em seu Art. 17 destaca que é direito da criança e do adolescente a garantia da inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral.

Diante disso, o estudo se justifica pela relevância de se explorar os impactos do *sharenting*, por se tratar de um fenômeno com uma nova visão de realidade nas interações sociais e familiares em um contexto cada vez mais digitalizado, tendo em vista que a legislação atual pode não estar completamente adequada para lidar com os desafios impostos pelo *sharenting*.

Os recursos a serem utilizados no desenvolvimento do trabalho serão, em primeiro plano, a bibliografia especializada do tema, com livros dos autores chaves para a pesquisa, artigos científicos, legislação e documentos relacionados que fornecem uma base teórica sobre o tema *sharenting* para compreender suas consequências e repercussões, utilizando-se o método teórico-dedutivo.

O presente trabalho é dividido em três partes. A primeira trata-se de do conceito de *Sharenting* definindo o compartilhamento parental na era digital. Em segundo ponto, as considerações iniciais do Direito à privacidade vinculada ao *sharentig*. Por fim, aborda-se as consequências psicológicas e sociais da exposição digital na era da tecnologia.

## **2. O CONCEITO DE SHARENTING: DEFININDO O COMPARTILHAMENTO PARENTAL NA ERA DIGITAL**

Com a nova realidade tecnológica que surgiu no final do século XX e início do século XXI, tem provocado mudanças nos padrões e comportamentos da sociedade fazendo com que se socializem de forma virtual e em grande escala, e a todo momento fazem postagens em redes sociais de situações habituais.

Entre os hábitos mais comuns está o fenômeno conhecido como *oversharing* que deu origem ao *sharenting*, um termo que resulta da junção das palavras inglesas “*share*” (compartilhar) e “*parenting*” (paternidade), que é a prática dos pais ou responsáveis em compartilhar, frequentemente e em excesso fotos e vídeos de seus filhos nas redes sociais. Esse termo é definido por EBERLIN em seu artigo sobre o *sharenting*, liberdade de expressão e privacidade de crianças no ambiente digital: o papel dos provedores de aplicação no cenário jurídico brasileiro

Sharenting é uma expressão da Língua Inglesa que decorre da união das palavras “share” (compartilhar) e “parenting” (cuidar, no sentido de exercer o poder familiar). A prática consiste no hábito de pais ou responsáveis legais postarem informações, fotos e dados dos menores que estão sob a sua tutela em aplicações de internet. O compartilhamento dessas informações, normalmente, decorre da nova forma de relacionamento via redes sociais e é realizado no âmbito do legítimo interesse dos pais de contar, livremente, as suas próprias histórias de vida, da qual os filhos são, naturalmente, um elemento central (EBERLIN, 2017, p.9).

O conceito de *sharenting* também envolve situações em que os pais, criam perfis nas redes sociais em nome das crianças assumindo o controle e compartilhando, de maneira constante, detalhes sobre sua rotina. Como por exemplo a mãe que ainda durante a gestação, decide abrir uma conta para o bebê que está por nascer. Essa conta passa a receber publicações de momentos marcantes em vídeos ou fotos, recordações de momentos especiais como aniversários, primeiros passos, os primeiros dias de escola, amizades, relações familiares e diversos outros aspectos da vida da criança, sendo assim, os pais passam a administrar a vida digital de um bebê.

Mas muitas vezes os pais não tem intenção de expor seus filhos, conforme descrição de EBERLIN:

Na maioria das vezes, não há a intenção por parte do pai ou da mãe de expor seus filhos e respectivos dados; no entanto, muitas vezes os responsáveis legais não têm conhecimento das consequências que o seu comportamento *on-line* pode causar aos menores ao longo do tempo. Essa falta de compreensão das consequências da exposição de dados tem a ver com o baixo entendimento a respeito dos mecanismos da sociedade da informação, que tem como um dos pressupostos a constante coleta de dados. A falta de conhecimento e de meios práticos para limitar a coleta de dados dificulta o argumento de que os pais seriam responsáveis pela excessiva exposição de informações de seus filhos. (EBERLIN, 2017 p.10)

A falta desse conhecimento faz com que inconscientemente realizem tais postagens de forma genuína sem ao menos pensar no perigo que há em uma simples publicação nas redes sociais.

Com o fato da superexposição ter se tornado algo comum no nosso dia a dia fica ainda mais difícil parar para pensar nos perigos, FERREIRA define sobre a superexposição que:

Essa superexposição (ou oversharing, em inglês) não é um fenômeno tão recente, pois existia na era pré-internet, quando ocorria a exposição em outros meios de comunicação, como a televisão, a imprensa ou outros. Contudo, atualmente, a exposição ganhou enorme volume e escala com a

explosão das redes sociais, dos aplicativos de comunicação e de outros meios digitais (FERREIRA, 2024, p.5).

Em excesso essa prática tem gerado um debate sobre a violação do direito de personalidade das crianças e adolescentes que pois, ao serem expostos publicamente podem ter sua privacidade, imagem e identidade violadas.

### **3. SHARENTING E O DIREITO À PRIVACIDADE: CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

O Direito a privacidade faz parte dos Direitos Fundamentais garantido pela Constituição Federal de 1988 conforme Art. 5º inciso X “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;”

Além da Constituição, o Brasil também conta com tratados como a Convenção sobre os Direitos da Criança que visa proteger os direitos fundamentais das crianças e adolescentes, o Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia (GDPR), Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018) e o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) Art. 17: “O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.”

O conceito de privacidade diz respeito em manter o controle das próprias informações determinando o que pode ou não vir a público.

A privacidade, segundo o professor italiano, passa a se impor como um direito fundamental, especificando-se como “direito à autodeterminação informativa”, e, mais especificamente ainda, “como direito a determinar as modalidades de construção da esfera privada na sua totalidade”. Apresenta-se, também, “como condição da cidadania na era eletrônica”, não podendo ser confiada à lógica da autorregulamentação ou das atividades contratuais. (RODOTÀ, 2008, p. 129).

E relacionando o *sharenting* com a privacidade, deve-se fazer uma análise entre os direitos dos pais em compartilhar e a necessidade de proteção da privacidade e integridade de seus filhos, pois envolve o direito da liberdade de expressão dos pais que também é um direito garantido pela Constituição Federal, o que torna complexo se você analisar das duas formas entre privacidade e liberdade de expressão, já que no Art. 14 da LGPD traz que:

Art. 14. O tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes deverá ser realizado em seu melhor interesse, nos termos deste artigo e da legislação pertinente: § 1º O tratamento de dados pessoais de crianças

deverá ser realizado com o consentimento específico e em destaque dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal.

Dessa forma, é necessário compreender que no contexto do *sharenting*, o direito à privacidade não envolve apenas uma análise normativa das Leis, mas também uma reflexão ética, pois cabe aos pais em considerar o impacto que essa publicação terá, tentando buscar um equilíbrio entre privacidade e liberdade de expressão.

#### **4. CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS E SOCIAIS DA EXPOSIÇÃO NA ERA DA TECNOLOGIA**

O crescente aumento das tecnologias digitais no cotidiano tem alterado em demasia a forma de comunicação e interação face a face das pessoas gerando um impacto no comportamento e saúde mental da sociedade, com isso trazendo grandes consequências psicológicas, especialmente de crianças e adolescentes.

Estudos demonstram que o uso das redes sociais tem colaborado com aumento do sentimento de ansiedade, solidão e depressão, levando em consideração a busca por aprovação social, curtidas e comentários.

Para crianças e adolescentes os riscos psicológicos e sociais se tornam muito mais severos, pois é a fase em que estão no momento de desenvolvimento emocional e social, tornando essencial que os pais ou responsáveis tenham compreensão dos riscos da privacidade online e vulnerabilidade em que os menores se encontram, como o assédio sexual e manipulação.

Ocorre que, os dados depois de postados na internet qualquer pessoa a qualquer tempo poderá ter acesso por um longo período, o que pode ocasionar abalos emocionais desde a infância até a fase adulta conforme afirma EBERLIN:

O problema jurídico decorrente do *sharenting* diz respeito aos dados pessoais das crianças que são inseridos na rede mundial de computadores ao longo dos anos e que permanecem na internet e podem ser acessados muito tempo posteriormente à publicação, tanto pelo titular dos dados (criança à época da divulgação) quanto por terceiros. Essas informações podem causar impactos desde a infância até a vida adulta (EBERLIN, 2017, p. 9).

Desse modo, traz vários questionamentos sobre as consequências diante desse excesso, se há como reverter, minimizar ou conscientizar para que os danos não sejam tão severos.

Portanto, as questões psicológicas e sociais no que diz respeito ao excesso da exposição na era tecnológica, exige uma abordagem entre as esferas jurídicas e psicológica, tornando a proteção dos jovens um desafio constante.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a excessividade de postagens em redes sociais traz consigo grandes implicações jurídicas e sociais, pois o direito à privacidade se vê em conflito com a liberdade de expressão dos pais, que realizam as postagens frequentemente de forma genuína.

No ECA estabelece a proteção integral das crianças e adolescentes, abordando cuidados aos pais sobre o limite de se expressarem para que seus filhos não fiquem vulneráveis aos riscos que a internet pode promover ao invadirem a privacidade da imagem e identidade.

Embora a legislação brasileira seja repleta de aspectos importantes sobre a proteção de dados pessoais e privacidade, ainda enfrenta os desafios em relação ao *sharenting*, que a longo prazo por falta de compreensão e até mesmo de conhecimento, tem trazido grandes efeitos a sociedade.

Dessa forma, evidência a extrema necessidade de conscientização sobre as responsabilidades dos pais e criação de políticas públicas mais eficazes para proteger as crianças e adolescentes da superexposição da era digital, prevalecendo a importância do equilíbrio entre a liberdade de expressão e a proteção a privacidade infantil.

## REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, Fabiana Riccato Vicente; ROCHA, Jakeline Martins Silva. **Sharenting e a (in)violabilidade do direito de personalidade: aspectos quanto à atuação da rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente**. *Revista Foco*, Curitiba, v. 16, n. 5, p. 1-15, maio de 2023. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/2088/1327>. Acesso em: 27 set. 2024.
- FERREIRA, Lucia Maria Teixeira. *A superexposição dos dados e da imagem de crianças e adolescentes na Internet e a prática de Sharenting: reflexões iniciais*. Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. dezembro de 2020 Disponível em: [https://www.mprj.mp.br/documents/20184/2026467/Lucia\\_Maria\\_Teixeira\\_Ferreira.pdf](https://www.mprj.mp.br/documents/20184/2026467/Lucia_Maria_Teixeira_Ferreira.pdf). > Acesso em 06 set. 2024.
- GARCIA, Maria Carolina Brunharotto; NUNES, Paula Freire Santos Andrade. **tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes: proteção e livre desenvolvimento do menor cercados pela lgpd e responsabilidade parental**. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/artigos/1673/Tratamento+de+dados+pessoais+de+crian%C3%A7as+e+adolescentes%3A+prote%C3%A7%C3%A3o+e+livre+desenvolvimento+do+menor+cercados+pela+LGPD+e+responsabilidade+parental>. Acesso em 02 de nov. de 2024.

JESUS, Tâmara Silene Moura de. *Sharenting e os direitos de personalidade da criança*. Andradina, editora Meraki, 2021.

[LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.](#)

Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm).

Acesso em 15 de nov. de 2024.

[LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais \(LGPD\).](#) Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm#:~:text=aux%C3%ADlio%20e%20orienta%C3%A7%C3%A3o.-,Art.,dos%20espa%C3%A7os%20e%20objetos%20pessoais](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm#:~:text=aux%C3%ADlio%20e%20orienta%C3%A7%C3%A3o.-,Art.,dos%20espa%C3%A7os%20e%20objetos%20pessoais).

Acesso em 15 de nov. de 2024.

SELENKO, Luiz Ricardo Krauss; FANTE, Cilmara Corrêa de Lima. **FENÔMENO DO SHARENTING E A PROTEÇÃO DE DADOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.** Disponível

em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/acaddir/article/view/4459/2223> Acesso em 02 de nov. de 2024.

RODOTÀ, Stefano. **A vida na sociedade de vigilância – a privacidade hoje**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

Art. 5º inciso X. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 15 de nov. de 2024.

## O FENÔMENO DAS *FAKE NEWS* NO CONTEXTO ELEITORAL

### PHENOMENON OF FAKE NEWS IN THE ELECTORAL CONTEXT

Márcio Prado da Silva<sup>1</sup>

Tainara Conti Peres<sup>2</sup>

Isabelle Oliveira do Nascimento<sup>3</sup>

**RESUMO:** As *fake news* no contexto eleitoral impactam profundamente o processo democrático, interferindo na opinião pública e nas escolhas dos eleitores. Durante as campanhas, notícias falsas são frequentemente divulgadas com o objetivo de influenciar o resultado das eleições, distorcendo informações sobre candidatos, partidos e propostas. A rápida propagação nas redes sociais e em aplicativos de mensagens faz com que essas informações cheguem a milhões de pessoas em questão de minutos. Muitas vezes, as pessoas compartilham esses conteúdos porque eles reforçam suas crenças e valores, sem questionar a veracidade. Além disso, as *fake news* podem intensificar a polarização, dividindo ainda mais os eleitores e enfraquecendo o debate democrático. Para combater esse problema, governos, plataformas de mídia e agências de checagem de fatos têm adotado medidas, como a verificação de informações e o uso de algoritmos para identificar conteúdos enganosos. No entanto, essas iniciativas enfrentam desafios, pois combater as *fake news* de forma eficaz requer um equilíbrio delicado entre regulação e liberdade de expressão.

**Palavras chaves:** *Fake News*; Eleições; Democracia; Influência.

**ABSTRACT:** Fake news in the electoral context has a profound impact on the democratic process, interfering with public opinion and voters' choices. During campaigns, fake news is often disseminated with the aim of influencing the outcome of elections, distorting information about candidates, parties and proposals. The rapid spread on social networks and messaging applications means that this information reaches millions of people in a matter of minutes. People often share this content because it reinforces their beliefs and values, without questioning its veracity.

Furthermore, fake news can intensify polarization, further dividing voters and weakening the democratic debate. To combat this problem, governments, media platforms and fact-checking

---

<sup>2</sup>Professora e Coordenadora do Curso de Direito da Faculdade de Tecnologia do Vale do Ivaí. Especialista em Direito e Processo do Trabalho e Direito Digital pelo Instituto CERS. Mestranda em Direito, Sociedade e Tecnologia pela Escola de Direito das Faculdades Londrina. [tainaracperes@gmail.com](mailto:tainaracperes@gmail.com)

<sup>3</sup>Professora do Curso de Direito da Faculdade de Tecnologia do Vale do Ivaí. Especialista em Direito e Processo Civil pelo Centro Universitário UniFECAP. [Isabellenascimento\\_ivp@hotmail.com](mailto:Isabellenascimento_ivp@hotmail.com)

agencies have adopted measures, such as verifying information and using algorithms to identify misleading content. However, these initiatives face challenges, as combating fake news effectively requires a delicate balance between regulation and freedom of expression.

**Keywords:** Fake News; Elections; Democracy; Influence

## 1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo geral compreender o tema fenômeno das *fake news* no contexto eleitoral e como ganhou relevância sem precedentes, influenciando processos políticos e o comportamento social em diversas partes do mundo.

Como objetivos específicos o trabalho visa: (i) analisar o histórico das *fake news* no processo eleitoral no Brasil; (ii) compreender a definição e conceituação do termo *fake news* no processo democrático brasileiro; (iii) compreender o processo de disseminação de *fake news* nas redes sociais examinar iniciativas de combate à desinformação; (iiii) conhecer as consequências jurídicas e propostas para minimizar a desinformação.

A pesquisa justifica-se devido à sua relevância para questões atuais ao analisar o avanço das tecnologias de comunicação, em especial o crescimento das redes sociais, que contribuiu para a rápida disseminação de informações falsas, que muitas vezes manipulam ou distorcem os fatos com o intuito de favorecer interesses específicos. Na política, as notícias falsas se tornaram uma ferramenta poderosa, impactando diretamente campanhas eleitorais, a percepção pública dos candidatos e a legitimidade das instituições democráticas.

Este trabalho foi desenvolvido utilizando-se do método teórico-dedutivo, com a utilização de livros temáticos, impressos e digitais, além de artigos científicos e de autores que já escreveram o tema, seja de maneira favorável, ou crítica.

O problema dessa pesquisa se consubstancia nas seguintes questões: como as notícias falsas (*fake news*) afetam o processo democrático? E como elas influenciam na tomada de decisão do eleitor?

O trabalho tem como hipótese a ideia de que a disseminação de conteúdo falso traz alterações nos processos eleitorais, tendo em vista que as notícias falsas podem alterar a percepção do eleitor em relação aos candidatos, com a possibilidade de eventuais distorções de realidade dos fatos no que tange o processo eleitoral. As notícias falsas influenciam na tomada de decisão do eleitor, uma vez que a sociedade está cada vez mais digitalizada, onde mensagens, principalmente via aplicativo de *WhatsApp* chegam com muita rapidez, o que dificulta a filtragem de conteúdos verdadeiros ou falsos.

## 2. HISTÓRICO DAS *FAKE NEWS* NAS ELEIÇÕES BRASILEIRAS

Segundo Castro Azevedo (2021) um levantamento da presença digital desenvolvida ao longo do pleito eleitoral de 2018, identificou que todos os 35 partidos brasileiros registrados no TSE possuíam sítio eletrônico (*website*) e perfis ativos nas redes sociais *Facebook*, *Instagram*, *Twitter*, *Youtube* e *Whatsapp*. Além disso, os treze candidatos presidenciais na ocasião foram bastante ativos nas redes digitais, concentrando as campanhas eleitorais em suas plataformas digitais ao invés de focar nas plataformas dos partidos políticos.

O autor cita um estudo desenvolvido pelo *Digital News Report* (Reuters Institute, 2018), o qual pesquisou o consumo de informação ao redor do mundo, descobrindo que as redes sociais se tornaram umas das principais fontes de informação. Além disso, ficou constatado que o Brasil com uma população estimada em 211 milhões de habitantes, registrou que cerca de 92 milhões de pessoas se informam pelas redes sociais.

Segundo (Jardim e Silva, 2018) uma pesquisa realizada em 2016 pela Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República, mostrou que a população brasileira com mais de 16 anos utiliza a internet todos os dias, e 49% da utilização é para se informar sobre o que está acontecendo no país. Para o autor, após 2016, por ocasião das eleições presidenciais nos Estados Unidos é que houve uma maior preocupação pelo eleitor brasileiro a buscar informações.

### 3. DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DAS *FAKE NEWS*

O termo “*fake news*”, embora largamente utilizado, ainda não foi formalmente integrado à lista de palavras da Língua Portuguesa, tratando-se, portanto, de um estrangeirismo. Para se referir de acordo com o dicionário “Oxford Languages”, as informações falsas são transmitidas ou publicadas como notícia, motivada por razões políticas ou para fins fraudulentos. De acordo com Macedo (2018), a expressão *fake news*, também referenciada como notícias falsas, passou a ganhar espaço no cenário noticioso internacional após a ocorrência de eventos políticos e sociais nos últimos anos.

Ainda de acordo com o autor, em um ambiente de polarização crescente, essas notícias enganosas podem intensificar conflitos sociais e minar a confiança na informação como base do debate político.

Para (Alves e Halfed, 2020, p. 147) uma ideia básica que caracteriza o termo *fake news* é a existência de um conjunto de fatores que faz do tempo presente uma era de alta velocidade para produção e circulação da informação em mídias sociais. E que os meios tradicionais de organização e seleção de informação, parecem não ter mais qualquer autoridade estabelecida. Para o autor o que se parece é que qualquer pessoa tem autoridade para dizer qualquer coisa sobre qualquer assunto da maneira que bem entender e que a informação pode vir de qualquer fonte e sem nenhum critério.

Existem, algumas motivações para a fabricação e circulação de *fake news*. Em primeiro lugar, as *fake news* se tornaram um negócio lucrativo. Segundo Allcott e Gentzkow (2016, p. 217), as notícias que se tornam virais podem atrair uma receita significativa de publicidade para os sites e páginas da internet. Os autores trazem uma lista de produtores de notícias falsas, incluindo “uma empresa norte-americana chamada Disinfomedia que possui muitos sites de notícias falsas, incluindo NationalReport.net, USAToday.com.co e WashingtonPost.com.co, e seu proprietário afirma empregar entre 20 e 25 escritores” (SYDELL 2016 apud ALLCOTT e GENTZKOW, 2017, p.217).

Outra motivação é a ideológica, quando pessoas que creem em determinada ideologia, e que de alguma forma querem atrapalhar, humilhar, desacreditar outras pessoas, entidades, ou empresas, sustentando-se pela polaridade alimentada pelas redes digitais.

Sendo assim, pelo exposto, não se pode ignorar o papel da desinformação como instrumento de manipulação política. Governos ou grupos de poder utilizam notícias falsas para influenciar a opinião pública, tentam desestabilizar adversários e moldar narrativas adequadas aos seus interesses.

#### **4. A DISSEMINAÇÃO DE *FAKE NEWS* NAS REDES SOCIAIS**

Para (BIOLCATI 2022, p. 01) a liberdade de expressão possui caráter essencial nas sociedades democráticas, porém, como qualquer outro direito deve estar submetida a limitações no seu exercício. O uso das redes sociais foi uma espécie de ferramenta que fomentou a disseminação de conteúdos inverídicos. Segundo o autor, as *fakes news* tiveram seus ápices, diante das eleições Presidenciais Norte Americanas em 2016, e também nas eleições Presidenciais no Brasil em 2018. A onda de notícias falsas também alcançou a pandemia do (COVID-19) em 2021 num cenário político o que ele chama de (infodemia) – um grande fluxo de informações desencontradas e fraudadas na *internet*.

Além disso, o fato de a aplicação de responsabilidade para os provedores de *internet*, por não remoção de conteúdos falsos, ser apenas mediante ordem judicial, regulamentada pelo Marco Civil da *internet*, facilita a disseminação, uma vez que necessita de um moroso processo. O controle prévio de informações também é alvo de discussão uma vez que parte da doutrina entende que viola a liberdade de informação. (BIOCALTI, 2022, p.12)

Existem também discussões a respeito do uso de inteligência artificial no que se refere à disseminação das notícias falsas. Para (Sarlet e Siqueira 2020 p.08) “o que se percebe, portanto, é que a utilização de tecnologias cada vez mais sofisticadas agrega não apenas novas dimensões ao fenômeno das *fake news*, potencializando os seus efeitos de diversas maneiras, a ponto de tornar cada vez mais difícil a sua regulação pela ordem jurídica e as instituições responsáveis pela produção e aplicação do Direito.”

Para Moretzsohn (2017, p. 302), os usuários da *internet* possuem um comportamento típico que se resume ao compartilhamento de informações sem qualquer preocupação com a verdade, que resulta na disseminação de boatos. E que desta forma surgem então as *fake news*, informações falsas vestidas de notícias, veiculadas mais especificamente através do *Whatsapp*.

De acordo com os autores Santos, Duarte e Lima (2014, p.38), "na sociedade da informação os sujeitos que, possuem habilidades e competências em buscar, acessar, recuperar, compartilhar e se apropriar da informação, destacam-se em relação a outros sujeitos."

A fim de mitigar os danos causados pelas notícias falsas, várias iniciativas foram propostas. Programas de alfabetização midiática e digital, por exemplo, buscam capacitar os cidadãos a avaliar criticamente as informações que consomem. Ainda segundo o autor - "na sociedade da informação, os sujeitos que possuem habilidades e competências em buscar, acessar, recuperar, compartilhar e se apropriar da informação destaca-se em relação a outros assuntos". Este argumento reforça a importância de

promover a educação digital e a conscientização sobre a responsabilidade de compartilhar informações falsas.

Pelo exposto, destaca-se a importância de promover a educação digital e a conscientização sobre a responsabilidade ao compartilhar conteúdos. Desenvolver o senso crítico e entender o impacto das notícias falsas é caminho essencial para construir um ambiente informativo mais saudável.

## **5. O FENÔMENO DAS *FAKE NEWS*: CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS E PROPOSTAS PARA MINIMIZAR A DESINFORMAÇÃO**

Para Sarlet e Siqueira (2020, p. 02), “a regulação das tendências das *fake news* pela ordem jurídica e as instituições responsáveis pela produção e aplicação do Direito enfrenta barreiras significativas”. Esse contexto exige um equilíbrio entre a liberdade de expressão e a necessidade de garantir que o conteúdo eleitoral seja verdadeiro e confiável.

No Brasil alguns projetos de lei estão sendo desenvolvidos para combater as notícias falsas. Um exemplo é o Projeto de Lei das *Fake News* (PL 2630/2020), que propõe a criação da Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. O objetivo é aumentar a responsabilidade das plataformas e estabelecer regras mais rígidas para a remoção de conteúdos falsos.

Biolcati (2022, p.12) ressalta que, “embora as plataformas sejam as principais divulgadoras de notícias falsas, elas não podem ser responsabilizadas diretamente sem uma ordem judicial prévia, conforme o Marco Civil da Internet”. Isso ilustra uma lacuna legal que permite uma ampla circulação de notícias falsas até que ocorra uma intervenção formal.

As consequências jurídicas das notícias falsas envolvem uma série de questões complexas, desde a responsabilidade das plataformas até a proteção dos direitos individuais e o combate à desinformação. Embora a legislação atual e os novos projetos busquem mitigar o impacto das notícias falsas, ainda existem muitos desafios a serem superados. É necessário que o sistema jurídico, as plataformas digitais e a sociedade em geral trabalhem em conjunto para criar um ambiente em que a verdade e a integridade das informações.

Conforme previsto no Código Penal Brasileiro dependendo do conteúdo das *fake news*, estas podem configurar crimes. As consequências jurídicas, nesses casos, podem incluir multas e prisão para os responsáveis, embora a identificação dos autores seja muitas vezes desafiadora, devido ao anonimato.

Ou seja, pelo apresentado é crucial que todos, desde as autoridades até os usuários das redes sociais, assumam sua parte na luta contra as notícias falsas. Além disso, é essencial que a conscientização sobre os impactos das notícias falsas seja reforçada, para que as pessoas possam agir com mais responsabilidade ao compartilhar informações.

## 6. CONCLUSÃO

O presente artigo explora a proteção contra *fake news* no contexto eleitoral brasileiro, destacando uma interferência complexa e preocupante que vai além da simples divulgação de informações incorretas. Essas notícias influenciam diretamente a percepção pública, o comportamento eleitoral e, em última instância, a legitimidade do processo democrático.

Como discutido, o crescimento das redes sociais e o avanço das tecnologias de comunicação, incluindo a inteligência artificial, facilitam a rápida disseminação dessas notícias, tornando ainda mais desafiador para as instituições democráticas fiscalizar e responsabilizar suas fontes.

O estudo aponta que, nos cenários eleitorais no Brasil, o ambiente digital consolidou-se como um campo de batalha de narrativas, onde conteúdos falsos assumem um papel estratégico. Iniciativas para combater a desinformação, embora essenciais, enfrentam desafios consideráveis, especialmente no que diz respeito ao equilíbrio entre a liberdade de expressão e a responsabilidade pela veracidade das informações.

Assim, o trabalho evidencia a necessidade urgente de regulamentações e de uma conscientização da sociedade, que promova o discernimento crítico no consumo e compartilhamento de informações online durante as eleições. Somente dessa forma será possível fortalecer a confiança no processo democrático e minimizar os danos que as *fake news* podem causar à integridade da democracia.

## REFERÊNCIAS:

ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. Social media and fake news in the 2016 election. *Journal of Economic Perspectives*, 31(2), 211-36. 2017.

ALVES, Marco Antônio Sousa; MACIEL, Emanuella Ribeiro Halfeld. O fenômeno das fake news: definição, combate e contexto. **Internet & sociedade**, 2020.

BRASIL. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: [http://www.plan.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848co.htm](http://www.plan.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848co.htm)

DE OLIVEIRA BIOLCATI, Fernando Henrique. **Internet, fake News e responsabilidade civil das redes sociais**. Almedina Brasil, 2022

JARDIM, Hallini Izabel Ruberto; Z Aidan, Phillipe Derwich Silva. CONTROLE DE INFORMAÇÃO: uma análise sobre o papel da censura e da fake news na história brasileira. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 8, n. 2, 2018.

JUNIOR, Aryovaldo de Castro Azevedo. Fake news e as eleições brasileiras de 2018: o uso da desinformação como estratégia de comunicação eleitoral. **Más poder local**, n. 44, p. 81-108, 2021.

MACEDO JÚNIOR, Ronaldo Porto. Fake News e as novas ameaças à liberdade de expressão. In: ABBoud, Georges; NERY JR, Nelson; CAMPOS, Ricardo (Coords.).

Fake news e regulação. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018. MARANHÃO, Juliano; CAMPOS.

MORETZSOHN, Sylvia Debossan. “Uma legião de imbecis”: hiperinformação, alienação e o fetichismo da tecnologia libertária. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 294-306, nov. 2017.

SARLET, Ingo Wolfgang; DE BITTENCOURT SIQUEIRA, Andressa. Liberdade de expressão e seus limites numa democracia: o caso das assim chamadas “fake news” nas redes sociais em período eleitoral no Brasil. **REI-Revista Estudos Institucionais**, v. 6, n. 2, p. 534-578, 2020.

SANTOS DUARTE, Jaize dos; HONORATO, Cláucia A.; DOS SANTOS, Tayza Ribeiro. Tempo de indução e recuperação à anestesia do eugenol para beta (*Bettas splendens*). **Revista brasileira de ciência veterinária**, v. 22, 2015.

**Expediente**

**Diretor Geral**

Fabio Cesar da Costa

**Diretor Acadêmico**

Ronielson Barbosa Ferreira

**Conselho Editorial**

João Felipe Marques da Silva

Mariana Nunes dos Santos Sismeiro

Paulo Roberto Nunes de Goes

Carlos Henrique Durlo

**Projeto Gráfico e diagramação**

Ana Gabriella Reuther de Barros

**Colaboração Técnica**

Thássila Deorce da Rocha Scardua

Hudson Tiago Menha - CRB 1812